



Conab Companhia Nacional
de Abastecimento

Relatório de Gestão 2008



Superintendência Regional do Amazonas

Relatório de Gestão

2008

SUREG AMAZONAS

Manaus, AM
Maio de 2009

**MINISTÉRIO DA AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO
REINHOLD STEPHANES**

Ministro

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Conselho de Administração

SILAS BRASILEIRO

Presidente

WAGNER GONÇALVES ROSSI

JOSÉ MENEZES NETO

MARIA DAS GRAÇAS FONTES

EDILSON GUIMARÃES

GUILHERME COSTA DELGADO

Membros

Conselho Fiscal

LUCIA AIDA ASSIS DE LIMA

Presidente

LAURO CESAR DE VASCONCELOS

MARCOS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES

Membros

Diretoria Colegiada

WAGNER GONÇALVES ROSSI

Presidente

LUIS HENRIQUE T. BALDEZ

Diretor de Gestão Administrativa e Financeira

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE

Diretor de Gestão de Estoques

SILVIO ISOPÔ PORTO

Diretor de Logística e Gestão Empresarial

Superintendência Regional do Amazonas

THOMAZ ANTÔNIO PEREZ DA SILVA

Superintendente

Coordenadoria de Planejamento e Avaliação

NORIVAL ONOFRE KWIATKOWSKI

Coordenador

MARIA DE LOURDES MARINO

Assistente

EDMAR JOSÉ TOSTA

Gerência de Avaliação de Resultados - Geare

EDMAR JOSÉ TOSTA

JOSÉ PEREIRA ROCHA

GRACE MARY MORENO DA SILVA

JORACY MENDES LIMA DOS REIS

MÁRCIA TEIXEIRA DA SILVA

ANTONIO BATISTA DA SILVA - SUREG/AM

Elaboração

BETTI ISABEL BORGGMANN

Apoio Capa

copav@conab.gov.br

Fax (061) 3225.0451

Fones: (061) 3312-6207 / 6208 / 6272 / 6383

am.sureg@conab.gov.br

Fax (92) 3182-2460

Fones: (092) 3182-2402 / 3182-2404

Índice

Títulos	Pág
Apresentação	5
1 – Identificação.....	6
2 – Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos.....	8
2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da CONAB na execução das políticas públicas.....	8
2.1.1. Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização.....	10
2.1.2. Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA.....	13
2.1.3. Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento.....	15
2.1.4. Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas.....	16
2.1.5. Gestão de Estoques-Armazenagem, Fiscaliz. e Movimentação da Prod. Agropecuários.....	20
2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas.....	24
2.3. Programas.....	29
2.3.1. Principais Programas.....	29
2.3.1.1. Programa (0352) - Abastecimento Agroalimentar.....	29
2.3.1.2. Programa (0360) - Gestão da Política Agropecuária.....	30
2.3.1.3. Programa (0901) - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.....	30
2.3.2. Principais ações dos Programas.....	30
2.3.2.1 Ação 2130 - Formação de Estoques Públicos	31
2.3.2.2 Ação 2133 - Operacionalização da Comercialização de Produtos	36
2.3.2.3 Ação 2137 - Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares	37
2.3.2.4 Ação 2138 - Aquisição de Produtos para Comercialização	40
2.3.2.5 Ação 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns.....	41
2.3.2.6 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes.....	43
2.3.2.7 Ação 2010 - Assitência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados.....	44
2.3.2.8 Ação 2011 – Auxilio-Transporte aos Servidores e Empregados.....	46
2.3.2.9 Ação 2012 – Auxilio-Alimentação aos Servidores e Empregados.....	47
2.3.2.10 Ação 2272 – Gestão e Administração de Programas.....	48
2.3.2.11 Ação 0110 – Contribuição à Previdência Privada.....	53
2.3.2.12 Ação 4711 – Pesquisa, Acompanhamento e avaliação de Safras.....	54
2.3.2.13 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.....	56
2.3.2.14 Ação 0022 – Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas e Sociedade de Economia Mista.....	58
2.3.2.15 – Outras Ações.....	60
2.3.2.15.1 - Participação na Execução do Fome Zero.....	60
2.3.2.15.2 - Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar.....	62
2.3.2.16 – Transferências Financeiras.....	66
2.3.2.16.1 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA.....	66
2.3.2.16.2 - Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional-MI.....	75
2.3.2.16.3 - Distribuição de Alimentos – MDS.....	80
2.4. Desempenho Operacional.....	85
2.4.1 - Evolução de gastos gerais.....	92
3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos.....	92
4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores.....	92
5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício.....	92
6. Previdência Complementar Patrocinada.....	93
7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos.....	108
8. Renúncia Tributária.....	108
9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia.....	108
10. Operações de fundos.....	108
11. Despesas com cartão de crédito.....	109

Títulos	Pág
12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno.....	110
13. Determinações e recomendações do TCU.....	115
14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício.....	115
15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado.....	116
16. Informações sobre a composição de Recursos Humanos.....	117
17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.....	123
18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins.....	124
18.1. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal.....	125
18.2. Atas das reuniões do conselho de administração.....	126
18.3. Atas das reuniões do conselho fiscal.....	157
18.4. Órgãos e Entidades Patrocinadores de Entidade Fechada de Previdência Complementar (independente da natureza Jurídica).....	232
19. Informações Contábeis.....	237
19.1. Demonstrativos Contábeis Previstos na Lei 4.320, de 17/03/1964.....	238
19.1.1. Declaração do Contador Responsável SUREG/AM.....	238
19.2. Demonstrativos Contábeis Previstos na Lei 6.404, de 15/12/1976.....	239
19.2.1. Balanço Patrimonial Global.....	240
19.2.2. Demonstração do Resultado Global.....	243
19.2.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Global.....	245
19.2.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Global.....	246
19.2.5. Demonstração do Valor Adicionado Global.....	247
19.2.6. Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR.....	248
19.3. Relatório da Administração previsto na Lei 6.404/1976.....	258
19.4. Composição do Capital Social.....	284
19.5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Global.....	285
19.5.1. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da SUREG/AM.....	313
19.6. Parecer dos Auditores Independentes.....	319



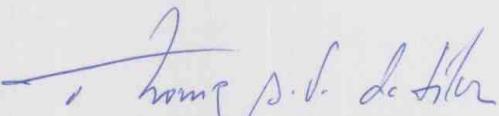
Apresentação

O Relatório de Gestão da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Superintendência Regional do Amazonas, relativo ao exercício fiscal de 2008, foi elaborado em conformidade com a Instrução Normativa TCU n.º 57, de 27 de agosto de 2008, Decisões Normativas TCU nºs 96, de 03 de dezembro de 2008 e 096 de 04 de março de 2009; Portaria CGU n.º 2.238, de 19 de dezembro de 2008 (Norma de Execução CGU n.º 03/08).

As atividades desenvolvidas durante o exercício sob exame estão inseridas nas diversas Ações que compõem os Programas do Governo inscritos no PPA 2008-2011 e nos Planos Internos da Conab. Também foram executadas ações decorrentes de parcerias ou convênios firmados com diversos órgãos, estando todas as atividades condizentes com o Estatuto Social e alinhadas com o Planejamento Estratégico da Companhia.

O desenvolvimento das Ações e os resultados alcançados estão explicitados no presente documento.

Este Relatório procura enfocar, além do detalhamento das atividades, todos os esforços desenvolvidos pela Conab, para cumprir sua missão institucional que é contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.



Thomaz Antônio Perez da Silva
Superintendência Regional do Amazonas
Superintendente

1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla: Companhia Nacional de Abastecimento-Conab - Superintendência Regional AM/RR

CNPJ: 26.461.699/0377-77

Natureza jurídica: Empresa Pública

Vinculação Ministerial: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA

Endereço completo da sede: Av. Min. Mario Andrezza, nº 2196 – Distrito Industrial - Manaus – AM, CEP: 69.075-830 - Telefone: (92) 3613-2448 e Fax: (92) 3613-2460.

Endereço da página da instituição na internet : www.conab.gov.br

Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União:

Criação:

A Conab está constituída nos termos do artigo 19, inciso II, da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990. Teve seu Estatuto Social aprovado pelo Decreto 99.944, em 28/12/1990. Iniciou suas atividades em 1.º de janeiro de 1991. Suas competências estão definidas no Estatuto Social, em sua 9.ª versão, alterada pelo Decreto 6.407, de 24/03/2008.

Estatuto Social

Alterações

Versão	Decreto	Data do Decreto	Data de Publicação no DOU
1.ª Versão	99.944	26/12/90	31/12/90
2.ª Versão	369	19/12/91	20/12/91
3.ª Versão	s.nº	03/07/95	04/07/95
4.ª Versão	1.816	09/02/96	09/02/96
5.ª Versão	s/nº	19/12/96	20/12/96
6.ª Versão	2.390	19/11/97	21/11/97
7.ª Versão	3.336	13/01/00	14/01/00
8.ª Versão	4.514	13/12/02	16/12/02
9.ª Versão	6.407	24/03/08	25/03/08

Competências:

- Planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM do Governo Federal;
- Implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- Executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- Coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;

- Encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários no mercado interno;
- Desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observado o Decreto 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior-CAMEX, do Conselho do Governo, e dá outras providências;
- Participar a formulação a política agrícola; e
- Exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

A Superintendência Regional do Amazonas – Sureg AM/RR é parte integrante da estrutura organizacional da Conab, tendo sido criada pela Resolução CONAD nº 02, de 05 de janeiro de 1999, mediante deliberação do Conselho de Administração da Conab, em sua 70ª Reunião Ordinária, ocorrida em 14/12/1998, no uso da competência que lhe foi conferida pelo Art. 15, Inciso VIII, do Estatuto Social da Companhia, e considerando os Arts. 11, §1º e Art. 18 do Estatuto Social e os Art. 52 a 70 do Regimento Interno.

Com sede em Manaus – AM, e jurisdição nos Estados do Amazonas e Roraima, está subordinada hierarquicamente à Presidência da Conab e funcionalmente às respectivas Diretorias. No âmbito de sua jurisdição, tem as seguintes competências regimentais:

- Representar a Companhia perante os órgãos federais, estaduais e municipais;
- Manter estreita e ativa interação com entidades públicas e privadas ligadas ao agronegócio, objetivando antever soluções para questões regionais, divulgar as ações da Companhia e
- Buscar novos negócios;
- Divulgar, cumprir e fazer cumprir as diretrizes governamentais estratégicas da Companhia, as disposições legais e os atos normativos em vigor;
- Coordenar e supervisionar as atividades desenvolvidas pelas áreas subordinadas; e
- Constituir grupos de trabalho, comissões de licitação, de sindicância, de inventário de mercadorias e outros similares de interesse da Companhia.

Sua estrutura orgânica, composta por unidades administrativas e operacionais, está disciplinada no Estatuto Social e regulamentada no Regimento Interno aprovado pelo Conselho de Administração.

I – Procuradoria Regional - PRORE

II – Gerência de Operações e de Suporte Estratégico - GEOSE

a) Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento – SEOPI

b) Setor de Apoio à Logística e Gestão da Oferta - SEGEO

III – Gerência de Finanças e Administração - GEFAD

a) Setor Administrativo, de Desenvolvimento e de Recursos Humanos – SEADE

b) Setor Contábil e Financeiro – SECOF

IV – Unidades Operacionais

a) Unidade de Comercialização – UC

b) Unidade Armazenadora – UA

Código da UJ titular do relatório: 135045

Códigos das UJs abrangidas: Não consolida outras Unidades

Endereço completo da sede: Av. Min. Mario Andrezza, nº 2.196 – Distrito Industrial - Manaus – AM CEP: 69.075-830 - Telefone: (92) 3613-2448 e Fax: (92) 3613-2460

Endereço da página institucional na *internet*: www.conab.gov.br

Situação da unidade quanto ao funcionamento: Em Funcionamento

Função de governo predominante: 20 -Agricultura

Tipo de atividade: Abastecimento Agroalimentar

Unidades gestoras utilizadas no SIAFI:

Nome	Código	Subórgão	Função	Situação
CONAB SEDE SUREG/AM	135045	2237	EXECUTARA	ON LINE
UA MANAUS /AM	124246	2237	EXECUTORA	OFF LINE
UNIDADE ESTOQUE ESTRATÉGICO/AM	135247	2237	EXECUTORA	OFF LINE
NÚCLEO ESTOQUE REGULADOR PGPM/AM	135248	2228	EXECUTORA	OFF LINE
UNIDADE CONAB PAA / AM	135553	2242	EXECUTORA	OFF LINE
MERCADO DE OPÇÕES / AM	135435	2234	EXECUTORA	OFF LINE
UA BOA VISTA / RR	135557	2237	EXECUTORA	OFF LINE
UNIDADE EST. ESTRATÉGICO / RR	135258	2227	EXECUTORA	OFF LINE
NUCLEO ESTOQUE REGULDOR / RR	135259	2228	EXECUTORA	OFF LINE
UNIDADE ESTOQUE ESTRATÉGICO / RR	135570	2227	EXECUTORA	OFF LINE
UNIDADE CONAB PAA / RR	135554	2242	ECECUTORARA	OFF LINE
MERCADO DE OPÇOES – RORAIMA	135436	2234	EXECUTORA	OFF LINE

2. Objetivos e metas institucionais e/ou programáticos

2.1. Responsabilidades institucionais - Papel da CONAB na execução das políticas públicas

A Conab é a empresa oficial do Governo Federal encarregada de gerir as políticas agrícolas e de abastecimento. Atua em todo o território nacional por meio de suas Superintendências Regionais, visando assegurar o atendimento de necessidades básicas da sociedade, preservando e estimulando mecanismos de mercado.

A missão institucional da Conab é “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento.”

A Companhia tem por objetivos:

- planejar, normatizar e executar a Política de Garantia de Preços Mínimos do Governo Federal;
- implementar a execução de outros instrumentos de sustentação de preços agropecuários;
- executar as políticas públicas federais referentes à armazenagem da produção agropecuária;
- coordenar ou executar as políticas oficiais de formação, armazenagem, remoção e escoamento dos estoques reguladores e estratégicos de produtos agropecuários;
- encarregar-se da execução das políticas do Governo Federal, nas áreas de abastecimento e regulação da oferta de produtos agropecuários, no mercado interno;
- desenvolver ações no âmbito do comércio exterior, consoante diretrizes baixadas pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, e observando o Decreto nº 3.981, de 24 de outubro de 2001, que dispõe sobre a Câmara de Comércio Exterior - Camex, do Conselho de Governo, e dá outras providências;
- participar da formulação da política agrícola; e
- exercer outras atividades, compatíveis com seus fins, que lhe sejam atribuídas ou delegadas pelo Poder Executivo.

Para cumprir sua missão e objetivos, a Conab realiza atividades como: comprar, vender e permitir produtos de origem agropecuária. Podendo ainda, promover a estocagem e o transporte desses produtos e, se necessário, atuar como companhia de armazéns gerais.

A Conab desenvolve atividades que abrangem toda a cadeia do sistema produtivo dos principais produtos agrícolas destinados ao suprimento da sociedade brasileira. Sua atuação pode ser dividida em cinco grandes segmentos de atividades:

- Informações do Setor Agropecuário: Desenvolver atividades de coleta, tratamento e análise de informações e dados sobre o comportamento das safras agrícolas, dos mercados (nacional e internacional), custos de produção, e outras informações que são repassadas ao Governo Federal e ao setor agropecuário. Tais informações possibilitam ao Governo a adoção de medidas de apoio e incentivo à agropecuária, reunidas nos chamados Planos-Safra.
- Gestão dos Estoques Públicos: Fiscalizar os estoques públicos e administrar as atividades de armazenamento, movimentação e destinação desses estoques (venda ou doação aos programas sociais), participando, também, do processo de comercialização de produtos agrícolas, seja por compra direta, venda em bolsas de mercadorias ou balcão, ou na utilização de instrumentos que incentivem a remoção de produtos para áreas desabastecidas.
- Programas Sociais e de Abastecimento: Desenvolver atividades voltadas à disponibilização de produtos (pela aquisição direta ou em bolsas de mercadorias), e ao transporte e a entrega nos locais/comunidades de destino, de acordo com programas sociais e de abastecimento desenvolvidos pelo Governo Federal.
- Armazenagem: Oferecer serviços de recepção, guarda e conservação de produtos agropecuários ou industrializados e a respectiva expedição exercendo, ainda, o papel de companhia de armazéns gerais, atuando no mercado de forma supletiva e estratégica.

- Organização e apoio aos mercados varejista de micro e pequeno porte e atacadista hortigranjeiro: Induzir ações de preparação, formalização e regularização de unidades varejistas para formação de Centrais de Negócios, e articular com o setor e seus parceiros visando a integração de bancos de dados estatísticos, treinamento, modernização e aperfeiçoamento dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa, com a disponibilização e democratização do acesso às informações geradas.

2.1.1 - Política de Garantia de Preços Mínimos e Instrumentos de Comercialização

A Conab responde pela formulação e execução da Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), que exerce papel relevante nas decisões de plantio do produtor, permitindo a redução das oscilações de preços, típicas do mercado agrícola. Este mecanismo busca garantir ao produtor rural uma receita mínima por unidade de produto, e com isso, assegurar o abastecimento interno de alimentos.

Tal política foi criada para dar suporte ao produtor nas situações em que os preços de mercado caem a níveis que trazem prejuízos para o setor, sem que a sua execução venha monopolizar a comercialização agrícola, ou seja, é necessário dar espaço para que a livre iniciativa continue operando na compra, venda e beneficiamento dos produtos agrícolas, devendo o governo intervir em momentos de reais dificuldades e saindo do mercado assim que as condições estiverem recuperadas.

Para a elaboração da proposta de preços mínimos dos produtos que compõem a pauta da PGPM, a Conab leva em conta todos os fatores previstos em legislação específica (Decreto-Lei nº. 79/1966), utilizando como parâmetros os preços observados, os estudos de mercado, as necessidades de consumo e de importação e exportação, os custos de produção e as características sócio-econômicas que envolvem cada produto.

A PGPM atua por meio de instrumentos de comercialização como:

- **Aquisições do Governo Federal (AGF):** consiste na venda da produção ao governo, mediante aquisição direta, ou seja, compra com pagamento à vista, objetivando garantir preço mínimo ao produtor rural, agricultor familiar e/ou sua cooperativa, a fim de manter o nível de renda dos produtores.

Quando o preço de mercado apresenta-se abaixo do Preço Mínimo fixado para a safra vigente, a operação se realiza, desde que haja repasse de recursos pelo Tesouro Nacional. Os beneficiários interessados em vender sua produção deverão atender aos requisitos de qualidade estabelecidos para os produtos, depositando-os em armazéns credenciados e apresentando a documentação exigida para o cadastramento.

No ano de 2008 foram adquiridas 393.064 toneladas de produtos tais como milho, sisal e trigo, com destaque para o primeiro no Estado do Mato Grosso. Para os produtores desse estado a intervenção do governo foi fundamental, com apoio importante, pois no início da colheita da safrinha o produto chegou a ser cotado a R\$11,06 nas praças mais distantes dos centros de consumo enquanto que o preço mínimo estava fixado em R\$11,00.

- **Contrato de Opção:** permite que o Governo Federal faça aquisições de produtos de modo seletivo, ou seja, escolhendo a região e o tipo de produto que deseja comprar, beneficiando produtores rurais e cooperativas de produtores cadastrados em uma Bolsa credenciada, e que não estejam inadimplentes com a Companhia. Contempla todos os produtos definidos pela PGPM, sendo os contratos lançados por decisão das autoridades

governamentais, em função das condições de comercialização de cada produto. Seu objetivo é proteger o produtor/cooperativa contra os riscos de queda nos preços de seu produto, já que o contrato é lançado preferencialmente no período de sua colheita e seu vencimento ocorre na respectiva entressafra.

Ocorrendo na modalidade de venda, dá ao beneficiário o direito de vender seu produto para o Governo, numa data futura, a um preço previamente fixado. O acesso ao contrato se dá por meio de Leilões, onde todas as Bolsas credenciadas (de Cereais, de Mercadorias e/ou de Futuros) ficam simultaneamente interligadas.

No ano de 2008, os Contratos lançados nos leilões realizados pelo Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab, resultaram na aquisição de 821.074 toneladas de milho no Mato Grosso.

- **Prêmio de Escoamento de Produto (PEP):** é uma subvenção econômica concedida por meio de leilões, àqueles que se disponham adquirir o produto indicado pelo Governo Federal, diretamente do produtor rural e/ou sua cooperativa, pelo valor de referência fixado (preço mínimo), promovendo seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida e seguidas as condições previstas no regulamento.

Esse instrumento pode ser utilizado para complementar o abastecimento em regiões deficitárias a partir de estoques privados.

Em 2008, foram realizadas operações de PEP equivalentes a 899.688 toneladas de milho e trigo e 26.666.633 litros de vinho.

- **Valor de Escoamento do Produto (VEP):** instrumento de Comercialização Governamental, concedido por meio de leilão, àqueles que se dispõem a adquirir o produto do Governo Federal e promover seu escoamento para uma região de consumo previamente estabelecida, mediante recebimento de subvenção econômica.

Neste instrumento são priorizados os produtos de safras antigas, os considerados sob risco de perda do valor comercial ou em deterioração, as pontas de estoques e saldos remanescentes em quantidades irrelevantes para o mercado e os localizados em regiões distantes.

Se o Governo decidisse por uma venda normal, com os preços de mercado, apenas os consumidores próximos teriam interesse em adquirir o produto, possivelmente prejudicando a comercialização local e não atendendo ao objetivo de abastecer as regiões carentes.

No exercício de 2008 foram negociadas 342.455 toneladas de milho em grãos, armazenados no Estado do Mato Grosso, promovendo o escoamento para todos os estados da Região Nordeste e também para o Acre, Amazonas, Pará, Rondônia, Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. A demanda é estabelecida pela Secretaria de Política Agrícola-SPA do MAPA, estando relacionada à necessidade e abastecimento na região consumidora. O milho escoado atendeu, na região de destino, o seguinte ramo de atividade: criação de aves, suínos e bovinos; abate de suínos, aves e outros pequenos animais; comércio atacadista de produtos alimentícios em geral; fabricação de insumos para rações e forragens balanceadas para animais.

- **Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola Oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda (PROP):** é uma subvenção econômica concedida em leilão público ao segmento consumidor que se dispõe a adquirir determinado produto, em data futura, diretamente de produtores e/ou suas cooperativas, pelo preço fixado e nas unidades

da federação estabelecidas pelo governo, utilizando-se para isso do lançamento, em leilão privado, de Contrato Privado de Opção de Venda.

Funciona de modo similar ao Contrato de Opção de Venda e ao PEP, no entanto, quem lança os contratos é o setor privado.

É uma política que contempla os setores diretamente envolvidos na cadeia produtiva mas, principalmente, é um instrumento de sustentação de preços utilizado pelo governo objetivando a manutenção da renda dos produtores rurais, pois garante preços adequados em momento de baixa nas cotações.

No exercício de 2008, a intervenção ocorreu apenas para o milho produzido no Estado do Mato Grosso, sendo ofertados 46.808 contratos de 27 toneladas cada e negociados 24.808, o que corresponde a 650.322 toneladas, nos seguintes estados: AL, BA, CE, PB, PE, PI, RN, SE, ES, MG e MT.

- **Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO):** subvenção econômica concedida ao produtor rural e/ou sua cooperativa que se disponha a vender seu produto pela diferença entre o Valor de Referência estabelecido pelo Governo Federal e o valor do Prêmio Equalizador arrematado em leilão, obedecida a legislação do ICMS vigente em cada estado da Federação.

Com operação semelhante ao PEP, garante um patamar de preço ao produtor, que tanto pode ser o mínimo quanto um outro definido (preço de referência), sendo que a principal diferença é o pagamento do prêmio diretamente ao produtor rural. Esse instrumento, lançado quando o preço de mercado estiver abaixo do Preço Mínimo, é operacionalizado por intermédio das Bolsas credenciadas e, similarmente ao PEP, desonera o Governo de adquirir o produto, viabilizando o seu escoamento para as regiões consumidoras, de modo a complementar o abastecimento.

Do total de produtos ofertados em 2008 (1.024.032 de toneladas de algodão), 99,96% foi negociado. Esse resultado revela a importância desse instrumento, uma vez que sinalizou aos produtores garantia de preço, tendo em vista que a cotação do produto estava bem abaixo do preço fixado pelo governo.

- **Vendas em Leilão Público:** a intervenção do governo na comercialização de produtos agrícolas se dá com a participação das Bolsas de Cereais, visando suplementar a oferta e corrigir os desequilíbrios de preços, no âmbito da política de abastecimento.

As vendas realizadas com os estoques governamentais (vínculo AGF, Contrato Público de Opção de Venda e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA), em 2008, resultaram em 954.500 toneladas negociadas, com destaque para o arroz, que correspondeu a 93,29% do total ofertado.

- **Vendas em Balcão:** programa de abrangência nacional que permite, de forma efetiva, que os compradores de pequeno porte tenham acesso aos estoques oficiais, com igualdade de condições obtidas pelos médios e grandes clientes, tradicionalmente usuários de compras por meio de pregões públicos.

Objetiva viabilizar o acesso dos criadores e da agroindústria de pequeno porte aos estoques públicos de produtos agrícolas, por meio da venda direta; garantir o suprimento de insumos a preços de mercado, estimulando e apoiando a pequena produção rural e propiciar que as entidades de pesquisa contribuam para o desenvolvimento do setor.

No ano de 2008, o total de vendas em balcão correspondeu a 75.721 toneladas, com operações voltadas quase que exclusivamente para o milho (99,77%), já que as vendas

de castanha de caju (RN e PI) foram pouco significativas (174 toneladas). Mediante esse Programa foram atendidos cerca de 29.547 beneficiários, sendo que as vendas de milho foram mais concentradas no Estado de Santa Catarina (20.807 toneladas).

Vale lembrar que é de responsabilidade da SPA/MAPA a decisão sobre os instrumentos e o momento em que serão utilizados, a intensidade da intervenção, os produtos beneficiados, assim como a origem e o destino dos produtos. Cabe à Conab sua operacionalização, ou seja, a elaboração dos editais, a realização dos leilões, a conferência da documentação que comprova a efetivação da operação e, quando for o caso, o pagamento da respectiva subvenção, com recursos oriundos do Tesouro Nacional.

2.1.2- Agricultura Familiar e Programa de Aquisição de Alimentos-PAA

Integrando um conjunto mais abrangente de políticas desenvolvidas pelo Governo Federal, tem se mostrado de grande relevância a operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA, pela Conab, em parceria com organizações públicas e da sociedade civil, voltadas ao fortalecimento da segurança alimentar e nutricional do país.

A criação do PAA por instrumento legal (Lei nº 10.696/03) representou um marco na política agrícola brasileira. Sua implementação revela a presença do Estado na comercialização da pequena produção familiar, historicamente ausente das políticas públicas. Ao assegurar aos pequenos agricultores a aquisição de seus produtos, o governo lhes transmite segurança e, como os preços são remuneradores, eles se sentem incentivados a produzir mais e melhor. Com a geração de renda, e outras ações articuladas, eleva-se o padrão de vida do agricultor e de sua família e promove-se o desenvolvimento sustentável nas áreas mais desassistidas do meio rural.

A Conab exerce papel preponderante ao dar suporte às ações de comercialização, que é uma das etapas mais difíceis das atividades desenvolvidas pelos agricultores familiares, implementando instrumentos de política agrícola específicos a essa atividade. O Programa de Aquisição de Alimentos não somente apóia a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, como facilita o processo de doação, realizando ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e visa, ainda, à formação de estoques estratégicos.

As atividades desenvolvidas pela Companhia, referentes à operacionalização do Programa, estão em sintonia com outras ações implementadas pela Conab e relacionadas ao Fome Zero, quais sejam: estruturação de logística de recebimento, armazenagem e distribuição de donativos, e leilão eletrônico de compra de alimentos visando ao atendimento emergencial de comunidades indígenas, quilombolas e acampados da reforma agrária, em situação de risco alimentar.

Considerado uma das ações estruturantes do Fome Zero, o PAA constitui-se em mecanismo de política pública que, em conjunto com o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), embasa o suporte de apoio à produção e à comercialização voltado para os agricultores familiares. O PAA é executado mediante acordos firmados com os detentores dos recursos orçamentários, originados do Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza e regulamentado pela Lei Complementar nº 11/2001, e também de orçamento advindo do Tesouro Nacional, por meio dos ministérios envolvidos.

O Programa é interministerial, coordenado pelos Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) e do Desenvolvimento Agrário (MDA), sendo executado pelos governos estaduais e municipais e, em âmbito federal, pela Conab.

Os acordos mantidos com o MDS e com o MDA, em 2008, foram essenciais para a implementação da política de fortalecimento do Agricultor familiar.

Mediante o instrumento de Formação de Estoque pela Agricultura Familiar denominado CPR-Estoque, o qual visa a formação de estoques por meio da Agricultura Familiar, as operações movimentaram 50.526 toneladas de diversos produtos agrícolas, beneficiando 14.715 agricultores familiares enquadrados no Pronaf, organizados em cooperativas ou similares, contemplando 143 municípios, em 23 estados do território nacional.

Já a aquisição e distribuição de produtos alimentícios por meio da Compra Especial da Agricultura Familiar-CPR-Doação, que permite a aquisição da produção de agricultores familiares para doação simultânea, atingiu nesse ano o quantitativo de 114.106 toneladas, contemplando 64.109 agricultores familiares, distribuídos em todos os estados da federação, com destaque para Minas Gerais. Os produtos adquiridos foram doados a 17.761 entidades, identificadas como instituições governamentais ou não-governamentais que desenvolvem trabalhos de atendimento às populações em situação de risco social, e beneficiaram cerca de 10.466.480 pessoas, com a maior concentração de beneficiários consumidores em Minas Gerais e em São Paulo.

Ressalte-se que, por ocasião da compra dos alimentos, os recursos financeiros usados para o pagamento movimentam a economia, incentivando os circuitos locais e regionais de produção e comercialização. Assim, os produtos de uma determinada região são consumidos pelas populações locais, proporcionando dinamismo à economia da localidade.

Também a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF tem apoiado o agricultor familiar na medida em que, sendo feita diretamente pela Conab, dispensa intermediários, com o pagamento líquido e certo da produção agrícola familiar. Caracteriza-se pela aquisição de produtos agropecuários definidos pelo Governo, a preços de referência, em pólos de compra instalados próximos aos locais de produção.

Os produtos adquiridos dos agricultores familiares são destinados à formação de estoques públicos, podendo ser canalizados para populações em situação de insegurança alimentar - geralmente residentes na própria região onde os alimentos foram produzidos, a exemplo dos acampados da reforma agrária, quilombolas, indígenas, atingidos por barragens e outros segmentos. São também distribuídos para programas sociais públicos, abastecendo creches, escolas, cozinhas comunitárias, restaurantes populares e entidades assistenciais e/ou benfeiteiros.

Por meio da Compra Direta, que foi utilizada em 10 estados da federação (AL, CE, MG, PB, PE, PI, PR, RN, RS e SP), ocorreu a aquisição de 13.873 toneladas de diversos produtos, atendendo 13.334 agricultores familiares, localizados em 154 municípios da federação, com destaque para o Rio Grande do Sul, que atendeu cerca de 9.557 agricultores, distribuídos em 24 municípios do Estado.

Em 2008 foram feitos investimentos significativos no PAA, totalizando R\$288.452.114,61 e beneficiando 92.071 agricultores familiares.

Esse resultado demonstra a relevância da Conab na operacionalização do PAA, tarefa que veio ampliar e aprofundar suas responsabilidades sociais, ao atuar

especificamente com segmentos de agricultores muitas vezes preteridos pelas políticas públicas.

2.1.3- Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento

No âmbito dos programas institucionais e sociais de abastecimento, destacam-se as parcerias firmadas com o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome e com o Ministério da Integração Nacional (Defesa Civil), incluindo outros agentes públicos, que permitiram, ao longo do ano de 2008, viabilizar a distribuição de 39.552 toneladas de produtos, equivalentes a 1.735.573 cestas de alimentos, suplementando as necessidades alimentares e nutricionais de famílias de trabalhadores rurais acampadas, quilombolas, comunidades de terreiros, famílias atingidas por barragens, famílias de marisqueiros/caranguejeiros e comunidades indígenas, além daquelas comunidades vitimadas por calamidades públicas, em diferentes regiões do país e em países amigos, que estiveram em situações emergenciais propícias à insegurança alimentar.

Para a composição das cestas, a Conab recorre ao estoque estratégico formado por produtos oriundos das aquisições do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA e/ou adquiridos no mercado, via leilão público ou, ainda, utiliza produtos recebidos em doação ao Fome Zero. Estas cestas, geralmente compostas por produtos tais como arroz, feijão, fubá, farinha de mandioca, macarrão, óleo e açúcar, são depositadas em unidades armazenadoras da Conab estrategicamente localizadas, possibilitando ao Governo o atendimento tempestivo às populações afetadas por desastres de qualquer tipo.

Os beneficiários da distribuição gratuita de alimentos, caracterizados como famílias ou grupos populacionais específicos, em situação de vulnerabilidade social e/ou insegurança alimentar e nutricional, são indicados pelo MDS ou pelo MI e/ou pelo Comitê Gestor das Ações Federais de Emergência, sendo que a distribuição fica a cargo dos representantes da Funai, Incra, Funasa, Fundação Cultural Palmares, Defesa Civil, MAB, SEPPIR, Ouvidoria Agrária Nacional OAN/MDA, Forças Armadas, além dos diversos parceiros do Fome Zero.

A experiência e a capilaridade operacional da Conab são fundamentais no apoio logístico demandado pelos diversos programas e ações governamentais. Essa logística tem favorecido o recebimento, a guarda, o transporte e a disponibilização de produtos ou mercadorias para distribuição.

No contexto do Fome Zero, tais ações contemplam produtos recebidos em doação de terceiros, incluindo mercadorias e equipamentos apreendidos por órgãos públicos de fiscalização, tais como equipamentos eletrônicos, utensílios, peças de vestuários e brinquedos. Também foram distribuídos materiais de instrução pedagógica, como cartilhas utilizadas em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania. A movimentação dessas mercadorias, incluindo sua doação, é definida pelos órgãos gestores, cabendo à Conab as ações operacionais e fiscais decorrentes. Em relação ao ano de 2007, o resultado operacional dessas doações apresentou redução de 48% (passou R\$3,69 milhões para R\$1,92 milhão), destacando-se a distribuição de produtos às famílias do Estado de Santa Catarina, com valor de R\$1.921.740,98, evidenciando um maior engajamento por parte da sociedade/governo no processo que permeia as ações pontuais do Fome Zero.

Fortalecendo as relações interinstitucionais a Conab participa, também, de ações relativas à ajuda internacional, encaminhando alimentos para o exterior, caso o Governo

Federal assim o decida, mediante cestas cuja composição procura respeitar as características alimentares do país beneficiário. A demanda, nesse caso, é definida nas esferas diplomáticas, e o processo é conduzido pelo Grupo de Trabalho Interministerial sobre Assistência Humanitária Internacional, ficando a entrega sob a responsabilidade do Ministério das Relações Exteriores.

No ano em referência, foi enviado o total de 1.602,1 toneladas de produtos alimentícios aos seguintes países: Bolívia (5,5 t), Cuba (528,6 t), Haiti (527,5 t), Jamaica (500,0 t), Moçambique (6,0 T), Paraguai (28 t) e Zâmbia (6,5 t).

Na linha dos programas institucionais, tendo como diferencial ser um programa de gestão direta da Conab e contar com dotação orçamentária específica, deve ser destacada a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, em fase de estruturação, criada com a missão de articular ações que contribuam para a modernização e o fortalecimento do segmento varejista. Essa ação, sob a coordenação da Conab, tem por objetivo proporcionar, ao segmento dos micro e pequenos varejistas, sistemas de gestão comercial que propiciem a qualificação e expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e acesso a capital de giro com taxas diferenciadas, com a perspectiva de oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis.

Essa ação foi concebida em face da necessidade de se preservar a pluralidade do pequeno comércio varejista, instalado nas periferias das grandes cidades e nas pequenas concentrações urbanas, e ao mesmo tempo garantir a satisfação das demandas das comunidades circunvizinhas, com produtos de qualidade e a preços condizentes com o mercado. Por meio do processo de indução, a REFAP estimula o associativismo entre os varejistas filiados, com o propósito de formação das Centrais de Negócios.

O Acordo de cooperação Técnica celebrado entre a Conab e o Banco do Nordeste, que criou uma linha de crédito no valor de R\$50 milhões para os varejistas filiados, deu novo impulso à Rede, que foi desencadeada no Nordeste como projeto-piloto, contemplando os estados de Pernambuco, Paraíba, Alagoas, Ceará, Rio Grande do Norte e Bahia. Em 2008 foram organizadas 305 unidades de varejo nessa região.

2.1.4 - Informações Agropecuárias e Pesquisa de Safras Agrícolas

Buscando ser referência como provedora de informações e conhecimento do setor agropecuário e de abastecimento, a Conab tem o compromisso de difundir, sistematicamente, as informações demandadas pelo setor. Nesse sentido, possui e mantém atualizado um dos maiores bancos de dados sobre o segmento agropecuário e vem disponibilizando parte desse acervo, desde 1992, por meio de publicações que contemplam estatísticas referentes a: Estimativas de Safras (principais grãos, café e cana-de-açúcar); Importações e Exportações Brasileiras; Balança Comercial da Agricultura; Oferta e Demanda dos principais produtos; Preços da Agropecuária (produtor, atacado e varejo); Preços Mínimos (PGPM) e Preços de Referência para a Agricultura Familiar (PGPAF); Preços dos Insumos Agropecuários; Índices Econômicos; Impostos de Importação; Indicadores Econômicos e outros. Também divulga dados relativos às operações da Companhia, tais como Aquisições-AGF, Vendas, Contrato Público de Opção de Venda, Programa de Escoamento do Produto – PEP, Valor do Escoamento do Produto – VEP, Programa de Venda Balcão e, mais recentemente passou a disponibilizar os dados referentes à Agricultura Familiar.

Destacam-se as estimativas de produção, cujo volume e complexidade dos trabalhos pertinentes têm aumentado, em razão da crescente safra brasileira e da exigência cada vez maior dos usuários.

O acompanhamento e a quantificação da produção agrícola brasileira pelo MAPA, mediante os Levantamentos das Safras Agrícolas realizadas pela Conab, é de extrema relevância para a formulação e execução da Política Agrícola, pois permite aos gestores de políticas públicas conhecer a produção brasileira de grãos, antecipando-se aos eventuais problemas de abastecimento, adotando as ações corretivas proativa e tempestivamente, possibilitando, ainda, informar ao mercado sobre o volume a ser produzido, de forma a viabilizar seu planejamento. Ou seja, tais levantamentos, ao mesmo tempo em que subsidiam a elaboração de políticas agrícolas e de abastecimento, dão a necessária transparência aos agentes que interferem no mercado, nas decisões de produção e comercialização. Revela-se, portanto, de fundamental importância para as atividades de acompanhamento conjuntural dos produtos e para as de comercialização e movimentação das safras.

Os Levantamentos de Safras Agrícolas fornecem dados estatísticos de área, produção e produtividade dos principais grãos e fibras que compõem a safra agrícola nacional, provendo o Governo de informações sobre a evolução dos produtos agrícolas, especialmente os destinados ao consumo humano, animal e industrial.

Esta atividade vem sendo desenvolvida regularmente pela Conab desde a sua criação (mais especificamente desde os anos 70, pela ex-Companhia de Financiamento da Produção-CFP), obedecendo a um calendário divulgado previamente para cada ano-safra. Cabe destacar que o corpo técnico da Conab acumulou, ao longo do tempo, significativa experiência e qualidade na sua execução, conquistando a credibilidade de diferentes segmentos das áreas pública e privada. O conceito de ano-safra adotado significa o intervalo de tempo entre o início do plantio à colheita e até o fim da comercialização (12 meses) que melhor agrega estas safras e que não necessariamente coincidem com o ano civil. Assim, estipula-se que o início do ano-safra ocorre com o início do plantio dos produtos da Safra de Verão, a mais significativa delas. O trabalho consiste na realização de pesquisas de campo para apurar, em termos quali-quantitativos, a situação das lavouras cultivadas no País. Para efeito deste trabalho, considera-se que o Brasil possui safras distintas, a saber: Safra de Verão, Safra da Região Norte/Nordeste e Safra de Inverno.

As pesquisas distribuem-se geograficamente pelo País e ao longo do tempo, podendo ocorrer coincidências de época, como por exemplo: a Safra de Inverno e a maior parte da Safra da Região Nordeste. Com isso, cada uma das pesquisas de campo tem um objetivo diferente, dependendo da época em que é realizada. Cabe esclarecer que a pesquisa contempla a “Intenção de Plantio” e o “Acompanhamento da Cultura” durante todo o ciclo vegetativo, sendo que no primeiro caso as informações coletadas referem-se apenas à primeira estimativa da área plantada e, no segundo, pode se desdobrar em duas fases: durante o desenvolvimento vegetativo da cultura e durante a colheita.

O levantamento de dados é realizado nas principais áreas de produção do País, consultando-se informantes que atuam junto aos produtores rurais, tais como agrônomos, técnicos de cooperativas, agentes financeiros, revendedores de insumos, Secretarias de Agricultura e órgãos de assistência técnica e extensão rural. Os roteiros compõem uma amostra intencional, definida a partir da área plantada de cada uma das principais culturas amparadas pela PGPM, representando o universo das mais diferentes regiões produtoras,

sob os aspectos de solo e clima, levando em conta a distribuição espacial e temporal das colheitas.

Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância. No caso de ocorrências de situações climáticas anormais são realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas. A partir de 1998, a Conab decidiu investir no aperfeiçoamento do processo de avaliação de safra, passando a pesquisar tecnologia de sensoriamento remoto, técnicas de agrometeorologia e novos “softwares” estatísticos, visando melhor tratamento dos dados amostrais e maior acurácia e confiabilidade das informações produzidas. Para tanto, além da aquisição de equipamentos de informática, parcerias com instituições de ensino e pesquisas, como IBGE, INMET, IAPAR, SIMEPAR, DERAL, UNICAMP, INPE, UPPR, EPAGRI e UFRGS foram estabelecidas, com vistas à modernização do processo.

Nesse contexto, a partir de 2003 teve início o projeto GeoSafras, que busca a redução da subjetividade na avaliação e oferece informações objetivas mais precisas sobre área cultivada e produtividade das culturas, épocas e localização da produção. Na geração das informações o GeoSafras, complementando a metodologia tradicional de consulta direta ao setor produtivo, faz uso de geotecnologias tais como, métodos estatísticos, sensoriamento remoto, posicionamento por satélite (GPS), sistema de informações geográficas e modelos agrometeorológicos. O modelo de coleta possibilita o mapeamento de áreas cultivadas, por meio de imagens de satélite, e a estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos.

Entre as atividades desenvolvidas pelo GeoSafras, em 2008, destacam-se: a) o envolvimento do Brasil no Projeto DevCoCast que objetiva a divulgação de dados sobre o meio ambiente a partir de várias fontes da África, América Central e do Sul e na Europa; b) as tratativas para assinatura de acordo internacional com o JRC – Joint Research Center, visando o intercâmbio de pessoas e de informações de monitoramento da agricultura no Brasil/América do Sul; c) criação de um banco de dados sobre usinas de beneficiamento de cana-de-açúcar; e d) geração de boletins mensais de monitoramento agrometeorológico.

A articulação institucional tem sido fundamental para viabilizar a execução desse Projeto, e o ambiente de cooperação constituído com um grupo de aproximadamente quinze instituições públicas de ensino e pesquisa e também entidades de apoio e extensão rural, sob a coordenação da Conab, tem permitido aprimorar as estimativas, tornando inquestionáveis os números do governo.

Ao final do ano de 2007, em atenção a antigas reivindicações dos agentes do agronegócio, que são usuários de informação de safras, os levantamentos do prognóstico passaram a ser realizados em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, iniciando um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais culturas temporais brasileiras. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva e as do IBGE atendiam a fins estatísticos. A unificação, estabelecida mediante acordo firmado entre a Conab e aquele Instituto, teve início em novembro, com o trabalho conjunto de campo para a terceira estimativa de grãos da safra 2007/08. De qualquer forma, o calendário não foi alterado, ou seja, os levantamentos/divulgação das pesquisas para as culturas de grãos continuam sendo mensais e para o café e cana-de açúcar quadrimestrais.

A Conab conseguiu atender a meta prevista para as pesquisas de campo em 2008, realizando as viagens programadas conforme os períodos de safra das diversas

regiões produtoras, sendo que nos meses em que não ocorreram viagens os dados foram coletados por outros meios, como telefone, e-mails etc, complementando os levantamentos.

Desta forma, as pesquisas realizadas puderam estimar em 144.113,7 mil toneladas a produção de grãos da safra 2007/08, superior à safra anterior em 9,4% (12.363,1 mil toneladas). De acordo com o quarto levantamento da safra de grãos 2008/09, a área a ser cultivada com as principais culturas no País está estimada em 47.493,3 mil hectares, superior à da safra anterior (2007/08) em 0,2% (47.421,1 mil hectares), devendo atingir uma produção de cerca de 137.033,8 mil toneladas.

De forma semelhante, a Conab procedeu a elaboração de estimativas da produção de café e da cana-de-açúcar, mediante Planos de Trabalho assinados com o MAPA.

Os trabalhos realizados visaram o levantamento e processamento de dados estatísticos para o café , no intuito de fornecer aos setores público e privado informações consistentes sobre a produção brasileira. O café é um produto que, em face de sua magnitude, influencia na formação dos preços praticados nos mercados nacional e internacional. A safra nacional de café fechou com uma produção de 45.992 mil sacas beneficiadas, apresentando um aumento de 27,51% em relação ao anterior (36.070 mil sacas). Já a produção nacional da safra 2008/09 deverá atingir entre 36.897 e 38.798 mil sacas de 60kg de café beneficiado, com redução entre 19,78% e 15,64%, em razão do ciclo de baixa biennialidade, às chuvas irregulares, às altas temperaturas e ao menor investimento e menores tratos culturais em função dos altos custos de produção.

Com relação à cana-de-açúcar, a área atualmente ocupada é de aproximadamente 8.491.228 hectares, 13% superior à safra anterior, estando 82% concentrada na região Centro-Sul e 17% correspondendo à região Norte-Nordeste. E a produção brasileira da safra 2007/08 está estimada em 571.370,6 mil toneladas, 13,9% superior à safra passada (501.536,2 mil toneladas). Desta produção, 246.037,1 mil toneladas são destinadas a fabricação de açúcar e 325.333,5 mil toneladas para produção de álcool.

Essas informações são balizadoras do mercado e têm sido exaustivamente utilizadas pelos operadores do agronegócio e pelo governo como suporte na tomada de decisões. As estimativas de safras influenciam diretamente no comportamento dos preços internos e externos dos produtos agrícolas primários e seus derivados. O conhecimento do volume da produção e da sua distribuição no espaço geográfico propiciam ao governo aprimorar as ações nas políticas públicas para o setor agrícola, possibilitando estabelecer uma melhor logística de atuação nas mais diversas situações. O governo pode ainda planejar com maior segurança as atividades que envolvem os principais elos da cadeia produtiva, sobretudo nos pontos mais vulneráveis onde estão produtores e consumidores. Para a iniciativa privada, os benefícios permeiam todo o ambiente do agronegócio: setor produtivo, armazenagem, manutenção de estoques, transporte, industrialização, comercialização, exportação e importação. Portanto, ao aperfeiçoar sua forma de atuação nessa área, a Conab tem procurado cumprir seu compromisso de prestar serviços de qualidade na geração e difusão de informações agrícolas.

Também integra o conjunto de informações disponibilizadas pela Conab o projeto SIGABrasil, que consiste em um sistema de informações geográficas da agricultura brasileira, cujo objetivo é dar suporte ao agronegócio, mediante a integração de diversas bases de dados tabulares e geográficos (produção agrícola, rede de armazéns, agroindústrias, centros consumidores, malha rodoviária, ferroviária e hidroviária etc),

permitindo a escolha de melhores alternativas para a logística do agronegócio, visando ao maior desempenho da cadeia produtiva agrícola do País.

Os principais produtos gerados, para atendimento às demandas internas e externas à Conab, durante o ano de 2008, foram os mapas sobre produção agrícola, rede viária, localização de armazéns e portos para desenvolvimento do estudo sobre os corredores de escoamento da produção, em elaboração pela Conab e para o desenvolvimento de ações, tais como: levantamento de safras, cadastro de unidades armazenadoras etc.

Esse conjunto de informações tem permitido o planejamento de operações tais como a escolha de melhores rotas de escoamento da produção, a localização de estoques excedentes ou de regiões de fortes demandas, o fluxo de cargas, a orientação para investimentos em recuperação e construção da malha viária, a escolha de locais mais adequados para instalação de agroindústrias e o planejamento de programas sociais.

O Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro-PROHORT, entre outros objetivos, também se propõe a compor o conjunto de informações agrícolas, na medida em que visa a desenvolver e integrar os bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento (Ceasas), subsidiando informações técnicas para a formulação de políticas agrícolas e de abastecimento, universalizando as informações geradas e reduzindo as assimetrias junto ao público. Instituído em 2005, o Programa tem a finalidade de, em interação com os Estados, Municípios e agentes integrantes da cadeia de produção e distribuição, resgatar o Sistema Nacional de Informações do setor, possibilitando a modernização da gestão dos mercados e dos serviços de apoio e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento. Estas Centrais poderão se tornar áreas privilegiadas para a execução e difusão das Políticas Públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança alimentar.

A comercialização de produtos hortigranjeiros tem sido muito expressiva, sendo este o setor da agricultura que mais cresce no mundo, e representa uma produção basicamente de pequenas áreas e diversas origens, possibilitando alta receita/hectare e manutenção de mão-de-obra no campo. No entanto, apesar de representativo, necessita do apoio e da ação governamental, principalmente devido ao grande número de áreas de produção, dificuldades relacionadas com a logística de transportes, perecibilidade dos produtos e o potencial de aumento de consumo interno e externo.

Em 2008, foram realizadas ações de divulgação, dentre outras, junto às câmaras setoriais das cadeias produtivas de hortaliças e frutas, buscando alavancar parcerias para a evolução do setor. Contudo, as atividades implementadas focaram, basicamente, o desenvolvimento do sistema de informações, visando a integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento.

2.1.5 - Gestão de Estoques - Armazenagem, Fiscalização e Movimentação de Produtos Agropecuários

A Conab atua direta e indiretamente no armazenamento de produtos agropecuários no Brasil.

De forma direta, mantém uma Rede Armazenadora constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, sendo que a maior concentração de armazéns ocorre na região Centro-Oeste (32%), particularmente no Estado do Mato Grosso, que conta com 23

armazéns. Essas unidades destinam-se a prestar serviços de armazenamento e correlatos ao público em geral e também dão suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa (comercialização, distribuição ou formação de estoques estratégicos).

A armazenagem predominante nas UAs-Unidades Armazenadoras da Conab é a modalidade granel, representando 56% da capacidade total; a convencional participa com 43% e a destinada a produtos frigorificados, ambiente artificial, corresponde a 1%. Embora em operação, as unidades armazenadoras necessitam de manutenção e modernização, tanto das bases físicas, quanto dos seus equipamentos.

O estoque médio armazenado, em 2008, equivale a 496.561 toneladas, sendo 138.943 t de estoques do governo e 357.618 t de estoques de terceiros. Esse resultado representa uma redução de cerca de 21%, em relação ao exercício anterior. Apesar do decréscimo nos estoques governamentais (65,30%), houve incremento no quantitativo de estoques de terceiros (55,64%), inclusive na receita, equivalente a 41,15%, refletindo a receptividade aos serviços prestados pela rede da Conab ao setor armazenador.

Buscando a otimização da rede, tanto em termos de ocupação de espaços, quanto de receita, e visando se tornar mais competitiva, a Companhia tem investido na capacitação dos empregados e na manutenção/modernização de suas unidades buscando, inclusive, adaptar-se às recentes normas de certificação.

Além de atuar no armazenamento de produtos agropecuários, a Conab responde pela manutenção do cadastro de armazéns do país e pela fiscalização dos estoques governamentais em armazéns próprios e de terceiros. Também incentiva a modernização desse segmento, participando de forma ativa no projeto de certificação de unidades armazenadoras, e contribuindo com a capacitação do setor.

Nesse sentido, a Companhia tem se empenhado no treinamento e na qualificação da mão-de-obra que atua nesse ramo, objetivando a redução das perdas e a manutenção da qualidade dos produtos armazenados. Essa ação é realizada por meio de parcerias com organizações públicas e privadas e seu público-alvo contempla pessoas diretamente envolvidas com a recepção, o tratamento fitossanitário, a guarda, a conservação e a expedição de produtos agrícolas e, ainda, com a operação e a manutenção de máquinas e equipamentos. O objetivo é a disseminação de tais conhecimentos, na medida em que as pessoas treinadas possam atuar como multiplicadores voluntários, naquelas regiões que detêm maior capacidade estática de armazenagem.

Em 2008, o convênio mantido com a Fundação Arthur Bernardes-Funarbe foi rescindido, tendo sido capacitados somente 285 pessoas, mediante a implementação de 14 cursos em parceria com a Universidade Federal de Viçosa/Centreinar. Objetivando a continuidade dos treinamentos a Companhia tem-se empenhado na celebração de novo convênio com instituição de pesquisa e ensino na área de armazenagem.

A natureza dos cursos, tais como, armazenamento, classificação, análise, secagem, aeração e termometria, referentes aos grãos, inclusive noções sobre o gerenciamento de unidades armazenadoras, entre outros temas relacionados, tem elevado o grau de conhecimento dos participantes contribuindo, certamente, para a geração de empregos e a redução da rotatividade da mão-de-obra do setor.

A atuação da Conab na formação e manutenção do Cadastro Nacional das Unidades Armazenadoras, assim como na sua contínua atualização, implica a realização de operações de cadastramento e recadastramento, em nível nacional. Em 2008 foram

realizadas operações em todos os estados para os quais foram programadas. Ocorreram, ainda, cadastramentos emergenciais em outros estados, objetivando o aumento da capacidade estática credenciada, para a efetivação das aquisições (AGF e Contrato Público de Opção de Venda) e apoio aos instrumentos de comercialização utilizados durante o ano, especificamente o Prêmio de Escoamento do Produto-PEP e o Prêmio de Risco de Opção Privada-Prop. Durante o exercício foram cadastrados/recadastrados 6.276 armazéns, ultrapassando em 50,50% a meta estabelecida.

As informações sobre a distribuição espacial, tipo de armazéns e sua qualificação, ou seja, equipamentos existentes, capacidade de processamento, de recepção e de expedição de produtos, são fundamentais para o conhecimento da oferta de armazenagem no país.

Dentro do conjunto de armazéns cadastrados, a Conab identifica aqueles com as mínimas condições técnicas para abrigar os estoque governamentais, os quais são denominados armazéns credenciados.

Ao final do exercício estavam cadastrados 16.623 armazéns, com capacidade estática para 128.516.969 toneladas, sendo 26.319.588 toneladas para produtos embalados ou enfardados e 102.197.381 toneladas para granel. No entanto, apenas 955 destes armazéns, correspondendo a 13.303.810 toneladas, se enquadravam nos requisitos técnicos estabelecidos pela Conab para trabalharem com os estoques públicos.

Como forma de prestar apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenagem que realiza, a Conab também exerce relevante papel na Movimentação dos Estoques Públicos.

A remoção de estoques tem por escopo principal a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, para permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estratégicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

Foram contratadas remoções para a movimentação de 196.064 toneladas de milho em grãos, vinculados aos Contratos de Opção de Venda e AGFs. Do total contratado, aproximadamente 90,44% foi motivado pela necessidade de reposicionamento dos estoques para atendimento ao Programa Vendas em Balcão e 9,56% (17.998 toneladas) em decorrência de desvio de parte dos estoques.

Além dessas foram removidas também 601 t de produtos alimentícios vinculados à Defesa Civil, 6.353 t dos estoques do MDA, 24.507 t de produtos do MDS e 4.000 cabeças de bovinos.

À Conab também compete uma ação extremamente relevante para a gestão dos estoques públicos, que é a Fiscalização dos Produtos Agroalimentares.

Com essa ação a Conab realiza, sistematicamente, o acompanhamento e a avaliação da integridade quantitativa e qualitativa dos estoques públicos, buscando evitar perdas, desvios de produtos e os prejuízos decorrentes. Suas atividades são relacionadas à fiscalização dos estoques próprios, governamentais e especiais do agronegócio, envolvendo a classificação e o controle de qualidade, assim como a vistoria dos estoques privados e dos programas institucionais e sociais de abastecimento.

Durante a fiscalização são avaliadas as condições técnicas, cadastrais e contratuais das Unidades Armazenadoras e o estado de conservação dos produtos.

Também são apuradas as irregularidades operacionais, as faltas e depreciações qualitativas dos estoques e, ainda, a normalidade das operações com os estoques especiais do agronegócio.

Nesse exercício foram realizadas as nove etapas previstas no programa anual de fiscalização e mais nove especiais, em função da efetivação das aquisições e de denúncias de desvio de estoques. Foram vistoriados 2.875 armazéns, localizados em 24 unidades da federação e no Distrito Federal. Destaca-se que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

A fiscalização realizada em 2008 contemplou, cumulativamente, 9.734.630 toneladas de produtos, sendo estes vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,81% dos estoques contábeis existentes no período de fiscalização e a 84,59% da meta operacional estabelecida para o exercício (11.507.810 toneladas).

Nas operações realizadas foram registradas perdas qualitativas (produtos abaixo do padrão e/ou desclassificados) de 1.929 toneladas de arroz e milho. Foram identificadas, ainda, perdas quantitativas (desvios e perdas em armazenagem), de 34.336 toneladas de arroz, feijão e milho.

Como resultado dessas operações, e conforme orientações contidas nos normativos internos, as providências adotadas com relação às ocorrências registradas implicaram cobranças, impedimento/descredenciamento do agente armazeador, abertura de processos administrativos, ou notificações à Procuradoria Geral da República, dependendo de cada situação.

Com a atividade de fiscalização busca-se, proativamente, propiciar maior segurança aos estoques depositados, de forma e aumentar a transparência, a responsabilidade e a eficiência dos procedimentos adotados pelos armazeadores.

Além dos estoques foram realizadas também 1924 fiscalizações sobre os instrumentos de comercialização, englobando PEP, PROP, VEP, Vendas em Balcão e propriedades rurais, objetivando garantir o atendimento à legislação e a confiabilidade das operações realizadas.

Alicerçadas pelo conjunto de informações agropecuárias, as ações empreendidas pela Conab na execução das políticas agrícola e de abastecimento, seja por intermédio de instrumentos de comercialização específicos, seja na operacionalização do programa de aquisição de alimentos da agricultura familiar, ou ainda por meio da implementação de programas sociais e institucionais, contaram com o suporte de uma estrutura armazeadora e também com a fiscalização das condições de armazenamento dos produtos cuja posição de estoques, em 2007, correspondeu a 2,3 milhões de toneladas.

Desta forma, mediante a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, e por meio do Programa de Aquisição de Alimentos, a Conab tem apoiado tanto a agricultura familiar quanto a empresarial, exercendo um importante papel na formulação e na implementação de políticas públicas voltadas ao setor agrícola e de abastecimento.

2.2. Estratégia de atuação da unidade na execução das políticas públicas

Considerando a missão institucional da Conab que é: “Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento” e os objetivos do Programa Abastecimento Agroalimentar, inscritos no Plano Plurianual-2008/11, que buscam contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como a manutenção de estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira, a Companhia centrou esforços e direcionou suas ações no atendimento das necessidades dos segmentos produtivos das cadeias do agronegócio, agricultores familiares, famílias em situação de risco nutricional e pequenos varejistas.

Para tanto, o foco das principais ações finalísticas esteve centrado nos objetivos vinculados à execução dessas políticas, delineados no Mapa Estratégico Corporativo, quais sejam:

a) Assegurar a execução efetiva da Política de Garantia de Preços Mínimos e Atuar proativamente na formação e gestão dos estoques públicos

Nesse sentido, atenção especial foi dada à operacionalização da Política de Garantia de Preços Mínimos-PGPM e do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA. Ambos objetivam a redução das flutuações dos preços recebidos pelos produtores, de maneira a incrementar e garantir a oferta de alimentos e matérias-primas e a manutenção da renda do setor rural, pela intervenção do Governo Federal, via aquisição de produtos ou utilização de instrumentos que incentivem a comercialização. Além disso, o PAA objetiva, ainda, promover a inclusão social de grande número de pequenos agricultores familiares que, em virtude da pequena escala de produção, não conseguem facilidades e preços remuneradores na comercialização de seus produtos.

Em continuidade ao processo de consolidação e expansão da produção agrícola a Conab anunciou, durante o exercício, a maior safra brasileira de grãos (safra 2007/08), da ordem de 144,1 milhões de toneladas, 9,4% superior à anterior (2006/07).

A instabilidade do câmbio e a flutuação dos preços recebidos pelos produtores rurais, são fatores que reduzem o fluxo de renda e desvalorizam o patrimônio dos agricultores, levando-os ao empobrecimento e acarretando o êxodo rural, constituindo dois sérios problemas para a agricultura brasileira. Objetivando sua solução, ou a redução de seus efeitos, o Governo Federal tem aumentado continuamente o crédito, reduzido taxas de juros, investido em infraestrutura e estimulado a criação e a utilização de instrumentos que incentivem a comercialização de produtos agrícolas.

Especificamente na área de atuação da Conab, a Ação Formação de Estoques contou, em 2008, com recursos orçamentários da ordem de R\$2,3 bilhões, suficientes, caso fosse necessário, para a aquisição de 4,0 milhões de toneladas de produtos agrícolas.

Felizmente, os preços recebidos pelos produtores, à exceção do algodão e do sisal, permaneceram durante quase todo o ano em patamares elevados. Como consequência, as intervenções, via aquisições do Governo Federal, foram demandadas apenas no último trimestre, especificamente para o milho e trigo na Região Sul e no Estado

do Mato Grosso. As aquisições somaram 1,2 milhão de toneladas, atingindo apenas 24,7% da meta estabelecida para o exercício.

Isso não significa dizer que a reduzida intervenção no mercado caracteriza má gestão ou planejamento deficiente. Pelo contrário, o Governo Federal, por meio da Conab, manteve permanente atenção às flutuações de preços, atualizando mensalmente os dados sobre o desempenho da safra agrícola, pronto para agir nos momentos, na intensidade e nos locais necessários. Na realidade, é até desejável que a intervenção não aconteça, pois nesse caso significa que os mercados estão funcionando dentro de regras normais e que o produtor obteve a compensação financeira pela sua produção, sem uso dos recursos públicos.

Como exemplo, podemos verificar que no exercício de 2005 os preços recebidos pelos produtores atingiram baixas cotações. A Conab, então, adquiriu 1.058.257 t de trigo, 912.767 t de arroz e 637.114 t de milho. Em 2006, pelo mesmo motivo, foram adquiridas 2.223.379 t de milho e em 2007, 551.260 t de arroz.

Outro fator que também contribuiu para a normalização do mercado e reduziu a necessidade de formação de estoques foi a utilização dos instrumentos de comercialização, que concedem subvenções econômicas como incentivo ao escoamento de produtos para as regiões consumidoras ou para a exportação. Dentre os instrumentos praticados destacaram-se, em 2008, o PEPRO, o PROP e o PEP.

A utilização desses instrumentos garantiu a estabilidade da renda do setor rural e a redução dos efeitos causados pela desvalorização do real e, ao Governo Federal, menores despesas com a formação e o carregamento no tempo de grande volume de estoques públicos. Em 2006, por meio do PEP, do VEP e do PEPRO foi incentivado o escoamento de 17.129.657 toneladas de diversos produtos; em 2007, 11.266.274 toneladas, e em 2008, 1.923.314 toneladas.

Além desses instrumentos, o Governo, sempre que possível, tenta atrair a iniciativa privada a participar diretamente do processo de estabilização da renda dos produtores; para tanto, no seu âmbito de ação, a Conab tem se utilizado do lançamento de Contratos Privados de Opção de Venda. Em 2006 foram negociados por meio do PROP 2.189.491 toneladas de milho, soja, arroz e raiz de mandioca; em 2007, 1.601.937 toneladas de soja; e em 2008, 477.711 toneladas de milho.

Se por um lado a utilização desses instrumentos propicia a manutenção da renda no setor rural, reduz as flutuações de preços no mercado interno e garante o abastecimento, por outro a sua operacionalização exige grande esforço administrativo, operacional e financeiro por parte da Conab, em decorrência da comprovação da operação, quando os agentes entregam nas Superintendências Regionais toda a documentação exigida nos diversos editais dos leilões públicos, para conferência, análise e pagamento da subvenção.

b) Fortalecer a atuação no segmento da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos-PAA visa apoiar a agricultura familiar, por meio da compra da produção de pequenos agricultores, compreendendo ações vinculadas à distribuição de produtos agropecuários para pessoas em situação de insegurança alimentar, e à formação de estoques estratégicos. Na operacionalização deste Programa a Conab tem aumentado a cada ano o número de agricultores familiares atendidos e o volume de recursos aplicados. Em um primeiro momento a Conab promove, por meio de palestras e reuniões, a apresentação do Programa, dos instrumentos de aquisição e das condições para

participação. Após a divulgação, as associações e cooperativas de agricultores têm à disposição o PAANet, via Internet, pelo qual as propostas de participação são encaminhadas à Conab para aprovação.

Os recursos para a operacionalização do PAA são repassados à Companhia por meio de termos de cooperação celebrados com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e do Desenvolvimento Agrário-MDA.

A operacionalização se materializa por meio dos instrumentos de Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, Formação de Estoque pela Agricultura Familiar-CPR-Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR-Doação). Em 2008 foram atendidos 92.071 produtores familiares, com a aquisição de 178.546 toneladas de diversos produtos alimentícios utilizados na formação de estoques, na doação a famílias ou grupos em estado de carência alimentar e nutricional e a instituições sociais. Os alimentos adquiridos com doação simultânea beneficiaram cerca de 8.600 mil pessoas.

A operacionalização deste Programa exige grande esforço da Conab, seja na fase de divulgação dos instrumentos, seja nas aquisições e na remoção dos produtos. A promoção do Programa exige o deslocamento de empregados para regiões interioranas visando a participação em reuniões com produtores familiares, que para maior disseminação das informações são, geralmente, realizadas nos finais de semana. Exige também a criação de postos de compra em locais distantes, com a disponibilização de empregados no local e a rápida remoção dos produtos, tendo em vista que grande parte desses locais não contam com estruturas armazenadoras adequadas à guarda e conservação dos produtos. O número de atendimentos tem gerado grande quantidade de notas fiscais, dificuldades no controle das operações e na consolidação dos resultados e, consequentemente, na prestação de contas.

c) Estar apta para atender os programas sociais e emergenciais de distribuição de alimentos

Outra estratégia de atuação da Conab é a formação e manutenção de um estoque estratégico de produtos alimentícios, armazenado em unidades próprias, em locais de fácil acesso, objetivando rapidez no atendimento a situações emergenciais, com a distribuição de alimentos às famílias em situação de carência alimentar e nutricional.

Esse estoque é formado com recursos orçamentários/financeiros transferidos pelos Ministérios da Integração Nacional e do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, e comprados por meio de leilões públicos ou com a utilização de produtos adquiridos pelo PAA.

Para celebração dos convênios, a Conab mantém permanente contato com os órgãos detentores das Ações Orçamentárias destinadas ao combate à fome e à miséria e realiza diversos leilões de compra, providenciando a montagem das cestas e a remoção para as áreas de distribuição ou para unidades armazenadoras mais próximas. Tais ações exigem grande esforço operacional, administrativo e de logística, pois concorre com a realização das demais atividades relacionadas tais como: formação e manutenção de estoques, fiscalização dos estoques públicos, cadastro de armazéns, atendimento a produtores familiares, operacionalização dos instrumentos de comercialização etc.

São contempladas com as doações famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas no aguardo de sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, remanescentes de quilombos, famílias

desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros. Em 2006 foram atendidas com recursos do MDS 505.375 famílias. A partir de 2006, a Conab firmou parceria com o MI possibilitando o aumento do número de atendimentos, tendo beneficiado em 2008 648.350 famílias.

d) Organizar e fortalecer o comércio varejista de pequeno porte

Objetivando propiciar ao segmento dos micro e pequenos varejistas sistemas de gestão comercial que lhes propiciem a qualificação e a expansão de seus negócios, mediante suporte técnico, acesso direto a potenciais fornecedores e a capital de giro, com taxas diferenciadas e com a perspectiva de que possam oferecer às comunidades mais necessitadas produtos de qualidade a preços compatíveis. A Conab criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos-REFAP, perfeitamente integrada às estratégias do governo para o fortalecimento e ampliação de ações de segurança alimentar e desenvolvimento local. Os resultados previstos são:

- Para as comunidades: melhoria do suprimento alimentar, pelo oferecimento de produtos de qualidade a preços acessíveis;
- Para os municípios: maior geração de renda e aumento dos níveis de arrecadação pela formalização e expansão do comércio local;
- Para os varejistas: qualificação e expansão do seu comércio em função do suporte técnico oferecido, do capital de giro com taxas diferenciadas, e o acesso direto e em condições favoráveis às indústrias fornecedoras;
- Para os fornecedores: expansão qualitativa de suas vendas, pelo acesso a novos grupos de consumidores, com garantia total quanto ao pagamento dos negócios realizados, proporcionando ocupação de eventuais capacidade ociosas.

Até o fim do exercício de 2008 a rede contava com aproximadamente 1.400 unidades varejistas cadastradas, algumas agrupadas em 4 Centrais de Negócios já constituídas, nos Estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas e da Paraíba, estando em processo de formação, nos Estados da Bahia, do Piauí e do Maranhão.

e) Articular a modernização do mercado de hortigranjeiros

Com a desarticulação do Sistema Nacional de Comercialização-Sinac - que tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre todas as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores e distribuidores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e preços, levando à transferência do controle acionário das Ceasas para Estados e Municípios - boa parte das estruturas passou a apresentar uma série de deficiências estruturais, técnicas e operacionais. Tais deficiências implicaram, em maior ou menor grau, na obsolescência das estruturas físicas de comercialização e apoio, bem como na precarização dos métodos de gestão empresarial e dos serviços de informação e assistência técnica aos produtores, vendedores e consumidores. Muitas vezes submetidos a interesses políticos locais, ou à influência dos agentes privados, que virtualmente se apropriaram da gestão, pressionando por tarifas e preços irreais, foi solapada a capacidade de sustentabilidade financeira de boa parte das empresas gestoras.

Diante desse cenário a Conab deu início a uma série de atividades que propiciassem a remontagem desse Sistema, concretizado por meio da Portaria MAPA 171, de 24 de março de 2005, que instituiu no âmbito da Conab o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro, objetivando, entre, outros o desenvolvimento e integração dos bancos de dados estatísticos das Centrais de Abastecimento e a universalização das informações geradas, objetivando a redução de assimetrias; a modernização dos processos de gestão técnico-operacional e administrativa e a ampliação das funções das Centrais de Abastecimento, tornando-as áreas privilegiadas para execução e difusão das políticas públicas, especialmente no âmbito da saúde, educação e da segurança.

Nesse sentido, a Conab criou o portal www.ceasa.gov.br com informações diárias sobre preços e quantidades dos 46 principais produtos comercializados nas Ceasas, informações sobre o Prohort, disponibilização de trabalhos técnicos, normativos, acervo de trabalhos técnicos sobre as Ceasas, informações técnicas sobre hortaliças e frutas, informações sobre conjuntura agrícola etc.

2.3. Programas

Para efeito de programação e execução orçamentária, as atividades desenvolvidas pela Conab Sureg/AM estão inseridas em 14 Ações, contempladas em três Programas do Plano Plurianual-PPA 2008/2011. São realizadas, também, atividades custeadas por transferências orçamentárias/financeiras, relatadas no item 2.3.2.16

2.3.1. Principais Programas

2.3.1.1. Programa (0352) - Abastecimento Agroalimentar

- **Tipo de Programa:** Finalístico
- **Objetivo Geral:** contribuir para a sustentabilidade da atividade agropecuária, mediante a implementação de políticas públicas e de mecanismos de apoio à produção, à comercialização e ao armazenamento, bem como manter estoques de produtos agropecuários para a regularidade do abastecimento interno visando o equilíbrio de preços ao consumidor e a segurança alimentar da população brasileira.
- **Gerente do Programa:** Wagner Gonçalves Rossi
- **Gerente Executivo:** Norival Onofre Kwiatkowski
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:**

a) Produção Nacional de Grãos:

Fórmula de Cálculo: Total da produção de grãos, em milhões de toneladas, no ano-safra.

b) Número de Produtores Rurais Atendidos pelos Instrumentos de Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Soma do número de produtores atendidos (por CPF ou CNPJ) pelos instrumentos de comercialização: Aquisições do Governo Federal (AGF) + Contratos Públicos de Opção de Venda + Prêmio de Escoamento do Produto (PEP) + Prêmio de Risco de Opção Privada (PROP) + Prêmio Equalizador da Soja (PESOJA) + Prêmio Equalizador Pago ao Produtor (PEPRO).

c) Margem de Disponibilidade de Algodão em Pluma

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de algodão em pluma e o consumo aparente no ano de referência.

d) Margem de Disponibilidade de Arroz em Casca

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de arroz em casca e o consumo aparente no ano de referência.

e) Margem de Disponibilidade de Trigo

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de trigo e o consumo aparente no ano de referência.

f) Margem de Disponibilidade de Milho

Fórmula de Cálculo: Relação percentual entre a quantidade estocada de milho e o consumo aparente no ano de referência.

g) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Comercialização de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Recursos Orçamentários [(Valor Gasto na Formação de Estoques Públicos-PGPM + Valor gasto na Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários)] + Recursos Não Orçamentários [(comercialização de Produtos Via Mercados Futuros e de Opções-BB Garantia de Preços)].

h) Volume de Recursos Aplicados no Apoio à Produção de Produtos Agropecuários

Fórmula de Cálculo: Total de crédito rural concedido pelas instituições Financeiras Oficiais Federais de Crédito.

- **Público-Alvo (beneficiários):** O público-alvo é constituído pelos produtores rurais, agricultores familiares, agroindústrias, assentados da reforma agrária, usuários de informação e conhecimento, instituições financeiras e de comercialização, agentes de transportes e armazenamento, famílias em situação de risco nutricional, governo e segmento varejista.

2.3.1.2. Programa (0360) - Gestão da Política Agropecuária

- **Tipo de Programa:** Apoio às Políticas Públicas e Áreas Específicas
- **Objetivo Geral:** coordenar a formulação, o planejamento e a execução da política agropecuária, gerar e difundir dados e informações de produtos específicos, visando a garantia de abastecimento, a sustentação da renda e a competitividade do agronegócio brasileiro.
- **Gerente do Programa:** Edilson Guimarães
- **Gerente Executivo:** José Maria dos Anjos
- **Indicadores ou parâmetros utilizados:** Programa sob a responsabilidade da Secretaria de Política Agrícola-SPA/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento/MAPA, que objetiva coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas nas áreas agrícola e pecuária, visando assumir especial relevância na formulação, avaliação, reordenamento e controle dos programas finalísticos. Os indicadores são formulados e controlados pelo próprio MAPA.
- **Público-Alvo:** Governo Federal

2.3.1.3. Programa (0901) - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- **Tipo de Programa:** Operações Especiais
- **Objetivo Geral:** cumprir o pagamento de despesas relativas a sentenças judiciais envolvendo ações trabalhistas ou condenações pecuniárias.
- **Gerente do Programa:** Esse programa possui apenas coordenadores nacionais.

2.3.2. Principais ações dos Programas

Programa 0352 - Abastecimento Agroalimentar

- (2130) Formação de Estoques Públicos;
- (2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos;
- (2137) Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários;
- (2138) Aquisição de Produtos para Comercialização;
- (2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns;
- (2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes;
- (2010) Assistência Pré-escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados;
- (2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados;
- (2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados;
- (2272) Gestão e Administração do Programa; e
- (0110) Contribuição à Previdência Privada.

Programa 0360 - Gestão da Política Agropecuária

- (4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras; e
- (4572) Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação.

Programa 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

- (0022) Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas Públicas e Sociedade de Economia Mista.

2.3.2.1 Ação 2130 - Formação de Estoques Públicos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Tem como objetivo executar a política governamental de intervenção no mercado, para garantir o preço e a renda do produtor, formar os estoques públicos e regular o abastecimento interno.
- **Descrição:** Operacionalização dos instrumentos de intervenção definidos pela Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM), como Aquisição do Governo Federal-AGF e Contrato Público de Opção de Venda, retirando o excedente do mercado no momento da safra, formando estoques reguladores e estratégicos, utilizando-os para o abastecimento, inclusive permitindo ou promovendo o acesso de compradores de pequeno porte (avicultores, suinocultores, agroindústrias e moinhos coloniais), realizando despesas operacionais financeiras e tributárias decorrentes das operações de compra e venda e manutenção dos estoques públicos de produtos agropecuários.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** MAPA/SPA/Conab
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Suarm/Suope/Sufis; Diafi/Sucon/Sufin e Digem/Sugof
- **Coordenador nacional da Ação:** Carlos Eduardo Cruz Tavares

- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI, subordinado à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE –, nos termos do Regimento Interno da CONAB, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 101:

III - proceder à aquisição e venda dos produtos relativos aos estoques governamentais e aos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento, de acordo com as demandas da Matriz e da área de Apoio à Logística e Gestão da Oferta, emitindo os respectivos documentos fiscais;

IV - manter atualizado o cadastro de clientes institucionais;

V - acompanhar e controlar, sob orientação da Matriz, as operações de PEP, VEP, PEB e outros instrumentos de incentivo à comercialização que forem criados pela Companhia;

Resultados

(2130) Formação de Estoques Públicos – PGPM

Controle: SIAFI – PTRES 001678 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2130.00001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária	2.300.000.000,00	10.000.000,00	0,43
Execução Orçamentária	650.794.970,06	1.044.650,08	0,16
Índice	28,30	10,45	-
Meta Física – produto adquirido (ton)	4.925.000	1.000	0,02
Execução Física	1.214.138	0	0,00
Índice	24,65	0,00	-

Para a realização das diversas atividades correlatas aos estoques públicos a LOA/2008 consignou, para a Conab, dotação de R\$2.300.000.000,00 (fonte 160) e meta física de 4.925.000 toneladas de produtos adquiridos, tendo sido executados R\$650.794.970,06 (25,07%) na manutenção/carregamento dos estoques e aquisição 1.214.138 toneladas de diversos produtos agrícolas. Além dos produtos agrícolas foram compradas, via leilão eletrônico, 1.290.844 unidades de sacaria para acondicionamento de milho.

Em conformidade com o Decreto-Lei 79/66 é obrigação do Estado adquirir o produto amparado pela PGPM sempre que o preço de mercado estiver abaixo dos preços mínimos fixados pelo Governo.

A produção agropecuária, diferentemente da industrial, ao ser iniciada em um ano não tem como ser reprogramada. Assim, se um produtor decidiu plantar determinada área com certa cultura, dificilmente terá condições de mudar seus planos, sem graves prejuízos. Deste modo, se o mercado mudar seu perfil, ou seja, se os preços que estavam em

ascensão entrarem em decréscimo, o produtor é, de certa forma, obrigado a dar sequência à sua atividade, a despeito dos prováveis prejuízos. Da mesma forma, se sua área tiver condições edafoclimáticas apta para determinada atividade ele pouco poderá fazer em termos de mudança para outra cultura, sendo este o exemplo mais significativo o caso do arroz na região sul do Rio Grande do Sul.

É por esse motivo que o Governo Federal precisa estar sempre preparado e em condições de acionar seus instrumentos de política agrícola apoiando o produtor rural nos momentos de crise. Isto não significa dizer que a não utilização dos instrumentos seja uma má gestão ou mal planejamento. Na verdade é até desejável que não sejam utilizados, pois nestes casos significa que os mercados estão funcionando dentro de suas regras normais e que o produtor obteve a compensação financeira pelo seu trabalho, sem o uso dos recursos públicos.

Em maio de 2007, ao fazer a programação financeira para o orçamento de 2008, o mercado apresentava sinais que não se confirmaram durante o período de realização dos desembolsos com o acionamento das políticas de apoio à comercialização. Tinha-se, naquele momento, indicações que as ações de apoio seriam em grande escala e obrigariam o Governo Federal adquirir volumes significativos de estoques públicos, estimados em aproximadamente cinco milhões de toneladas. Entretanto, com a mudança dos rumos em praticamente todos os produtos, o volume efetivo de compras atingiu 1.214,1 mil toneladas, ou 24,65%.

O cenário de preços dos produtos agrícolas apresentou, ao longo do exercício, recuperação das cotações acima dos preços mínimos fixados e das médias históricas, assegurando a remuneração do produtor rural e reduzindo a necessidade de intervenções do Governo.

Para a Sureg AM/RR a meta financeira era de R\$10.000.000,00 e aquisição de 1.000 toneladas de juta e malva (em boneca/prensada).

Na área sob jurisdição desta Sureg não houve necessidade de intervenção governamental, em função dos preços de comercialização, para o produtor, oscilaram de R\$1,15 a R\$1,27 e os preços mínimos fixados são de R\$1,01 para juta/malva embonecada e R\$1,19 para prensada; além disso a indústria local absorveu toda a produção. Por esses motivos não houve, durante o exercício, demanda para a realização de AGFs.

No âmbito da Sureg foram adquiridas, via leilão eletrônico, 66.000 unidades de sacaria para acondicionamento do milho.

A seguir estão detalhadas as principais atividades desenvolvidas no âmbito dessa Ação durante o exercício de 2008, na Conab, e os respectivos reflexos na Sureg.

a) Preços Mínimos

O preço mínimo é o resultado de estudos realizados pela Conab e acordado com o MAPA e Ministério da Fazenda, com vistas à aprovação pelo Conselho Monetário Nacional – CMN para, finalmente, ser oficializado por decreto presidencial. Geralmente é publicado antes do período do plantio e presta-se a várias finalidades, entre elas servir de parâmetro para as operações de política agrícola e de abastecimento, propiciando aos agricultores alternativas para o plantio. Funciona ainda como preço-piso para a comercialização da safra, garantindo renda ao agricultor e sinalizando estímulos à produção.

Nos quadros a seguir estão detalhados os preços mínimos vigentes durante o exercício de 2008 para as safras de verão, inverno, produtos regionais e sementes e para as operações amparadas por AGF.

Preços Mínimos – Safras de Verão e de Produtos Regionais

Produto

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	Unidade	2007		2008	
			Início de Vigência	Valor(R\$)	Início de Vigência	Valor(R\$)
Algodão em pluma	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	15 kg	Jun/07	44,60	Jul/08	44,60
Arroz longo fino em casca	Norte e MT	60 kg	Fev/07	20,70	Jan/08	23,34
Arroz longo em casca	Norte (exceto RR e TO) Norte (exceto RR) e MT Norte e MT	60 kg	Fev/07 - -	10,12 - -	- Jan/08 Set/08	- 13,14 16,12
Farinha de mandioca	Norte e Nordeste	50 kg	Fev/07	17,00	Jan/08	20,85
Goma/Polvilho	Norte e Nordeste	kg	Fev/07	0,44	Jan/08	0,54
Feijão	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	60 kg	Jan/07	47,00	-	-
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	60 kg	Jan/07	33,10	Jan/08	38,46
Juta/malva embonecada	Todo o território nacional	kg	Fev/07	0,97	Jan/08	1,01
Juta/malva prensada	Todo o território nacional	kg	Fev/07	1,13	Jan/08	1,19
Mamona em baga	Norte, Nordeste, GO, MT, MG e SP	60 kg	Jul/07	33,56	Jul/08	38,59
Milho	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI) Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-sul, sul do MA e sul do PI)	60 kg	Jun/07 -	16,00 -	- Jul/08	- 16,00
Sorgo	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	60 kg	jun/07	11,20	Jul/08	11,20

Fonte: Decreto n.º 5.869 de 03/08/2006, Decreto n.º 6.266 de 22/11/2007 e Decreto n.º 6.557 de 08/09/2008

Preços Mínimos para Sementes – Safras de Verão e de Produtos Regionais

SEMENTE

Produto	Unidades da Federação/Regiões Amparadas	2007				2008		
		Início de Vigência	Grão / Caroço	Semente Fiscalizada	Semente Básica, Registrada e Certificada	Início de Vigência	Grão / Caroço	Semente Básica, Registrada e Certificada
Algodão	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	1,1580	0,7914	0,8504	06/08	0,1580	0,8504
Arroz longo fino	Todo o território nacional	02/07	0,4400	0,7720	0,8324	01/08	0,4400	0,8324
Arroz longo	Todo o território nacional	02/07	0,1855	0,6120	0,5460	01/08	0,2270	0,6681
Feijão	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	01/07	0,7833	1,4235	1,6621	01/08	0,8070	1,7123
Feijão macaçar	Norte e Nordeste	01/07	0,5517	0,9248	1,0081	01/08	0,6410	1,0744
Juta/malva	Todo o território nacional	02/07	-	4,5052	-	01/08	-	4,6908
Milho híbrido	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/07	0,2667	1,3212	1,3635	-	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	-	-	-	-	06/08	0,2667	1,3635
Milho variedade	Norte (exceto AC, RO e TO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	06/07	0,2667	0,7964	0,8516	-	-	-
	Norte (exceto AC e RO) e Nordeste (exceto BA-Sul, sul do MA e sul do PI)	-	-	-	-	06/08	0,2667	0,8516
Soja	Todo o território nacional	02/07	0,2333	0,4971	0,5367	01/08	0,2333	0,5367
Sorgo híbrido	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	0,1867	1,0538	1,0869	06/08	0,1867	1,0869
Sorgo variedade	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)	06/07	0,1867	0,6277	0,6645	06/08	0,1867	0,6645

Fonte: Decreto n.º 5.559 de 05/10/2005, Decreto n.º 5.869 de 03/08/2006 e Decreto n.º 6.266 de 22/11/2007

b) Movimentação dos Estoques Públicos

Atividade fundamental de apoio logístico aos diversos programas de abastecimento e armazenamento realizados pela Conab. A movimentação dos estoques públicos tem, por escopo principal, a abertura de espaço em armazéns localizados em zonas de produção, de forma a permitir o recebimento e a estocagem de produtos de safras novas, além de posicionar estrategicamente esses estoques, abastecer regiões carentes e realizar outras operações para garantir a integridade física e qualitativa dos estoques.

GERAL

Programa	Valores (sem ICMS)		Quantidades (kg)						% Recebido/ Removido
	Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
CO e PGPM	1.340.034,69	1.296.107,09	5.000.000	4.817.230	0	0	182.770	1.690.028	35,08
Defesa Civil	55.671,90	55.671,90	111.500	111.500	0	0	0	111.500	100,00
Ibama	698.800,00	698.800,00	4.000	114-	-	-	3.886-	-	0,00
MDA	10.474,30	10.474,30	27.000	27.000	0	0	0	27.000	100,00
MDS	11.502,30	10.823,45	30.000	30.000	0	0	0	30.000	100,00
Total	2.116.483,19	2.071.876,74	5.172.500	4.985.844	0	0	186.656	1.858.528	37,28

Em atendimento à demanda por milho no Estado do Amazonas e por necessidade de abertura de espaço em unidades armazenadoras no Mato Grosso, foi contratada a remoção de 5.000 toneladas para o Programa Vendas em Balcão, conforme detalhado no quadro a seguir.

CONTRATO DE OPÇÃO E PGPM

Origem	Destino	Valores (sem ICMS)		Quantidades (kg)						% Recebido/Re movido
		Abertura	Fechamento	Contratada	Removida	Cancelada	Aditada	A Remover	Recebido	
MT	AM	1.340.034,69	1.296.107,09	5.000.000	4.817.230	-	-	182.770	1.690.028	35,08
Total		1.340.034,69	1.296.107,09	5.000.000	4.817.230	0	0	182.770	1.690.028	35,08

As despesas contabilizadas durante o período, no valor de R\$1.044.650,08 referem-se, principalmente, ao pagamento de frete pela remoção de produtos destinados ao Programa Vendas em Balcão, contratadas em 2007 e removidas no início do exercício de 2008, e à aquisição de sacaria, pagamento de impostos e taxas, serviços de braçagem e análises laboratoriais, conforme demonstrado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Execução Financeira
Execução da Despesa (Em R\$)

NATUREZA DA DESPESA DETALHADA	AM	Conab
ANALISES LABORATORIAIS	8.456,22	1.134.882,26
ARMAZENAGEM		124.922.328,55
CAPATAZIA, ESTIVA, BRACAGEM E PESAGEM	55.104,77	1.290.625,39
COFINS		8.860,76
COMISSOES E CORRETAGENS		7.566.187,02
DESCARTE DE PRODUTOS		439,04
EDITAIS E PUBLICACOES		29.543,91
EMBALAGENS	68.040,27	996.871,43
ENCARGOS FINANCEIROS	216,67	316,67
ENSAQUE E REENSAQUE		3.120,00
IMP.CIRC.MERCADORIAS E SERVICOS-ICMS	53.281,44	50.300.838,32
IMPOSTO SOBRE SERVICOS-ISS		16.063,21
INSS - ARMAZENAGEM		5.211,52
INSS - PRODUTOR RURAL		7.049.753,55
AQUISIÇÃO DE MERCADORIAS P/REVENDA-ESTOQUES ESTRATE		417.793.852,27
PASEP		1.919,83
SEGUROS EM GERAL		2.668.170,65
SERVICOS DE TERCEIROS		2.409.037,87
SERVICOS GRAFICOS		22.893,90
TAXAS E PEDAGIOS	122,50	297,83
TRANSPORTES, ENCOMENDAS, CARRETOS E FRETES	859.428,21	34.573.756,08
TOTAL	1.044.650,08	650.794.970,06

Fonte: Siafi

c) Posição dos Estoques Públicos

No fim do exercício, os estoques públicos vinculados à PGPM, em nível nacional, atingiram 1.983.671 de toneladas de diversos produtos agrícolas e na área sob jurisdição da

Sureg/AM-RR, estavam estocadas 2.882 toneladas de milho removidas da Região Centro-Oeste.

2.3.2.2 Ação 2133 - Operacionalização da Comercialização de Produtos

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Esta Ação visa operacionalizar a comercialização de produtos agropecuários e do agroextrativismo, em conformidade com as parcerias firmadas, disponibilizando-os para as comunidades demandantes.
- **Descrição:** São executados procedimentos operacionais tais como: contratação de serviços de transportes, classificação, braçagem e acondicionamento, incluindo as despesas administrativas, financeiras e tributárias decorrentes da operação de comercialização da empresa.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Supab
- **Coordenador nacional da Ação:** João Cláudio Dalla Costa
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI

Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:

Ao Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI, subordinado à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE –, nos termos do Regimento Interno da CONAB, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 102:

I - dar suporte técnico aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

II - efetuar o levantamento das necessidades e executar as vendas programadas relativas aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

III - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades de comercialização;

IV - acompanhar os níveis de preços no atacado e varejo dos produtos básicos, destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

V - controlar os estoques de produtos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

VI - manter atualizado o cadastro de fornecedores.

Resultados

(2133) Operacionalização da Comercialização de Produtos			
Controle: SIAFI – PTRES 001698 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2133.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Execução Orçamentária	R\$ 0,00	R\$ 0,00	-
Índice	-	-	-
Meta Física – Serviço Prestado	27	2	7,41
Execução Física	1	-	0,00
Índice	3,70	0,00	-

A meta física aprovada para 2008 previa o atendimento, em todo o território nacional, de 27 parcerias mensais, contando, para tanto, com dotação orçamentária de R\$2.000.000,00. Especificamente no âmbito desta Sureg, estava previsto a realização de 02 serviços mensais, porém, em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldades na realização de convênios/contratos com entidades públicas ou privadas. Em 2008, foi firmado apenas um convênio no Estado do Rio Grande do Sul sendo adquiridas 36 toneladas de produtos produzidos por agricultores familiares para composição da merenda de escolas públicas, cujos produtos deveriam ser entregues nos locais indicados pela Prefeitura Municipal, não havendo, portanto, despesas com a operacionalização da aquisição. Devido a baixa execução física e financeira em 2008 e nos exercícios anteriores, a Conab solicitou o remanejamento dos recursos aprovados para outras ações do Programa e o cancelamento desta Ação.

2.3.2.3 Ação 2137 Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa promover a periódica fiscalização, o acompanhamento e a avaliação quanto à integridade dos estoques públicos de produtos agropecuários e a inspeção das condições técnico-operacionais das unidades armazenadoras depositárias. Realizar também a inspeção e o acompanhamento das operações referentes aos diversos instrumentos de garantia e sustentação de preços de produtos agropecuários, averiguando o fiel cumprimento da finalidade das operações, das exigências regulamentares e dos normativos vigentes.
- **Descrição:** A realização, *in loco*, de fiscalização prévia à formalização das operações de formação de estoques públicos ou sistemática durante o período de armazenamento para a avaliação das condições qualitativas e quantitativas dos produtos e das condições técnicas, cadastrais e operacionais dos armazéns e proceder o registro e a notificação dos fatos irregulares, em consonância com as exigências contratuais estabelecidas e as rotinas padronizadas adotadas para a execução das atividades. As operações de Garantia e Sustentação de Preços na comercialização de produtos agropecuários serão inspecionadas em relação à conformidade da documentação comprobatória exigida pelos normativos, regulamentos e avisos específicos para os diversos instrumentos; o cumprimento da finalidade da operação por parte dos segmentos envolvidos e a capacidade produtiva por parte dos beneficiários.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sufis/Gefis
- **Coordenador nacional da Ação:** Raimundo Francisco Melo
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI

Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:

Ao Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI, subordinado à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE –, nos termos do Regimento Interno da Conab, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 100:

I - controlar, vistoriar e fiscalizar os produtos pertencentes aos estoques próprios, governamentais e privados;

IV - executar a vistoria das unidades armazenadoras, com vistas à avaliação das condições de guarda e conservação dos produtos, promovendo o seu cadastramento;

Artigo 110, C/C Art. 101:

V - acompanhar e controlar, sob orientação da Matriz, as operações de PEP, VEP, PEB e outros instrumentos de incentivo à comercialização que forem criados pela Companhia;

Resultados

Amazonas

(2137) Fiscalização dos Estoques Públicos de Produtos Agroalimentares			
Controle: SIAFI – PTRES 1690 – Programa de Trabalho 20.125.0352.2137.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária (R\$)	2.000.000,00	4.000,00	-
a) Despesas Correntes	1.900.000,00	4.000,00	2.375,49
b) Despesas de Capital	100.000,00	0,00	-
Execução Orçamentária (R\$)	1.495.735,38	2.508,84	3.356,66
a) Despesas Correntes	1.420.101,38	2.508,84	-
b) Despesas de Capital	75.634,00	0,00	-
Índice (%)	74,79	62,72	-
Meta Física – fiscalização realizada (unid)	2.850	2	-
Execução Física	4.799	19	-
Índice (%)	168,39	950,00	-

Quando da elaboração do PPA 2008/11 a Conab solicitou a manutenção da Ação de Fiscalização dos Estoques Públicos e Produtos Agroalimentares, constante no PPA anterior, e a criação de outra ação com o objetivo de realizar a fiscalização dos instrumentos de apoio à comercialização (PEP, PROP, PEPRO, Vendas em Balcão etc). Tal solicitação não foi acatada pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em decorrência foi incluída na ação anterior os objetivos da ação proposta, ficando alterado o produto: de estoque fiscalização (t) pra fiscalizações realizadas.

Em função da aprovação tardia do PPA-2008/11, na proposta da meta física desta Ação foi incluída apenas a fiscalização dos armazéns que detinham estoques públicos armazenados, ou seja não foi incluída a previsão de fiscalização dos instrumentos de apoio à comercialização. Em decorrência a execução total em 2008 superou a meta em 68,39%.

A expressiva diferença entre a meta física da LOA (2 fiscalizações), em relação às 19 fiscalizações efetivamente executadas, ocorreram em função da SUREG/AM ter fiscalizado as duas Unidades Armazenadoras sob sua jurisdição, mais os clientes

adquirentes de leilões públicos de apoio a comercialização (VEP/PEP/PROP/PEPRO), bem como, clientes do Programa e Venda em Balcão.

a) Fiscalização dos Estoques Públicos

A meta física global aprovada na LOA/2008 previa a realização de 2.850 fiscalizações, sendo consignada dotação orçamentária de R\$2.000.000,00.

Foram fiscalizadas cumulativamente 9,7 milhões de toneladas de produtos vinculados ao Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar-PAA, às Aquisições do Governo Federal, aos Contratos Públicos de Opção de Venda, ao Fome Zero ou aos demais programas executados pela Conab, correspondendo a 99,8% dos estoques contábeis existentes nos períodos de fiscalização. Cabe registrar que os estoques são fiscalizados mais de uma vez ao ano.

No calendário de fiscalização elaborado pela Superintendência de Fiscalização de Estoques-SUFIS estavam previstas 02 (duas) fiscalizações em armazéns localizados no âmbito da Sureg-AM/RR. A meta operacional era de 180 toneladas, ao custo total de R\$4.000.00.

Durante o exercício foram fiscalizadas 2.871 toneladas de produtos dos estoques públicos (AGF, Agricultura Familiar e Fome Zero), representando 1.595% da meta operacional prevista. O custo total foi de R\$ 2.508.84 (62,72% da meta).

Comparativamente ao total executado, a participação da Sureg-AM é pequena, em função do reduzido volume de estoques públicos armazenados nas unidades sob sua jurisdição, conforme detalhado no Quadro a seguir.

Demonstrativo das Quantidades Fiscalizadas

Vínculo	Conab		Sureg-AM/RR		
	Estoque (Em t)		%	Estoque (Em t)	
	Contábil	Fiscalizado		Contábil	Fiscalizado
AGF	4.614.862	4.601.950	99,72	2.636	2.636
Contrato de Opção	4.274.369	4.270.614	99,91	0	0
Agricultura Familiar	173.825	173.310	99,70	59	59
Fome Zero	36.343	36.342	100,00	176	176
Estoque Próprio	31.076	31.076	100,00	0	0
Varreduras	296	296	100,00	0	0
Terceiros	622.830	621.042	99,71	0	0
Total	9.753.601	9.734.630	99,81	2.871	2.871
					100,00

Fonte: Conab/Diges/Sufis/Gefis

Na operações realizadas não foram constatadas perdas qualitativas (produto abaixo do padrão e desclassificados) nem quantitativas (desvios e perdas em armazenagem).

b) Fiscalização das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários

Em âmbito nacional foram realizadas 1.924 fiscalizações dos instrumentos de garantia e sustentação de preços, envolvendo visitas a propriedades rurais, para verificação da área declarada de produção; verificação do cadastro de pequenos produtores rurais, beneficiários do Programa Vendas em Balcão; e da documentação de comprovação das operações de PEP, VEP, PROP e PEPRO.

No âmbito da Sureg-AM/RR foram fiscalizada 10 operações de PEP/VEP e 6 do Programa Vendas em Balcão.

2.3.2.4 Ação 2138 - Aquisição de Produtos para Comercialização

- **Tipo:** Atividade.
- **Finalidade:** Tem por finalidade apoiar os programas institucionais de abastecimento social, promovidos ou coordenados pelos Governos Federal, Estadual e Municipal, e por entidades privadas.
- **Descrição:** Aquisição de produtos oriundos da agropecuária e do agroextrativismo, prioritariamente vinculados à agricultura familiar, para tender contratos, ou outros instrumentos congêneres firmados com entidades públicas e/ou privadas, responsáveis pela promoção, coordenação e execução de programas sociais na área de suplementação alimentar.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Diges/Supab/Gepri
- **Coordenador nacional da Ação:** Delton Mendes Vieira
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor de Operações de Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento - SEOPI, subordinado à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico – GEOSE –, nos termos do Regimento Interno da Conab, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 102:

I - dar suporte técnico aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

II - efetuar o levantamento das necessidades e executar as vendas programadas relativas aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

III - orientar, acompanhar e supervisionar as atividades das unidades de comercialização;

IV - acompanhar os níveis de preços no atacado e varejo dos produtos básicos, destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

V - controlar os estoques de produtos destinados aos Programas Institucionais e Sociais de Abastecimento;

VI - manter atualizado o cadastro de fornecedores.

Resultados

(2138) Aquisição de Produtos para Comercialização

Controle: SIAFI – PTRES 001.679 – Programa de Trabalho 20.605.0352.2138.00001

Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária	R\$ 99.597.977,00	R\$ 7.377.628,00	7,41
Execução Orçamentária	R\$ 99.855,23	R\$ 0,00	0,00
Índice	0,10	0,00	-
Meta Física – Produto Adquirido (ton)	104.456	7.736	7,41
Execução Física	36	-	0,00
Índice	0,03	0,00	-

A meta física aprovada para 2008 previa o atendimento, em todo o território nacional, de 27 parcerias mensais, com aquisição de 104.456 toneladas de produtos alimentícios. Especificamente no âmbito desta Sureg, estava prevista a aquisição de 7.736 toneladas ao custo de R\$7.377.628,00. Porém, em face da necessidade de reestruturação do processo operacional, destacando-se a necessidade de revisão da sistemática de comercialização e dos normativos vigentes, houve dificuldade na realização de convênios/contratos com entidades públicas ou privadas. Em 2008, foi firmado apenas um convênio no Estado do Rio Grande do Sul sendo adquiridas 36 toneladas de produtos produzidos por agricultores familiares para composição da merenda de escolas públicas. Não havendo, portanto, execução física e financeira nesta Sureg.

Apesar dos esforços realizados pela Conab não foi possível a celebração de maior número de convênios em função da legislação vigente que impede o repasse de recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação FNDE para a Conab.

Em decorrência da baixa execução física e financeira neste e nos exercícios anteriores, a Conab solicitou ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão a exclusão desta Ação no Programa Abastecimento Agroalimentar.

2.3.2.5 Ação 2829 - Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** A Ação visa manter a rede armazenadora própria em condições técnicas ideais para a guarda, conservação, comercialização e distribuição dos produtos agropecuários.
- **Descrição:** Manutenção e modernização da rede armazenadora; aquisição, recuperação e adequação de imóveis, máquinas e equipamentos e a informatização das unidades, observada a legislação vigente e os requisitos e exigências do Sistema Nacional de Certificação das Unidades Armazenadoras
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diges
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suarm/Gecad
- **Coordenador nacional da Ação:** Milton Libardoni
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE
- Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:

Ao Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE, subordinado à Gerência de Finanças e Administração - GEFAD, nos termos do Regimento Interno da CONAB, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 105:

III - executar e controlar as atividades relacionadas à administração de bens patrimoniais, realizando os respectivos inventários físicos, providenciando sua regularização e propondo sua destinação.

Resultados

(2829) Recuperação e Modernização da Rede Própria e Armazéns			
Controle: SIAFI – PTRES 1689 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2829.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária (R\$)	8.650.000,00	90.000,00	-
a) Despesas Correntes	2.800.000,00	0,00	0,00
b) Despesas de Capital	5.850.000,00	90.000,00	-
Execução Orçamentária (R\$)	7.983.358,02	72.479,08	0,91
a) Despesas Correntes	2.619.248,45	0,00	-
b) Despesas de Capital	5.364.109,57	72.479,08	1,35
Índice (%)	92,29	80,53	-
Meta Física – Unidade Rec/ Modernizada(unid)	80	2	2,50
Execução Física	73	2	2,74
Índice (%)	91,25	100,00	-

A meta global aprovada na LOA/2008 previa a execução de serviços de manutenção/recuperação/modernização em 80 unidades armazenadoras, ao custo total de R\$8,6 milhões. Durante o exercício foram atendidas 73 Unidades (91,25,00% da meta) com a realização de pequenas obras/aquisições, ao custo total de R\$7.983.358,02 (92,29% da dotação). Para a Sureg-AM/RR estava prevista manutenção na UA-Boa Vista/RR, tendo sido atendida, também, a UA-Manaus/AM

A Rede Armazenadora Própria da Conab é constituída por 179 armazéns, agrupados em 96 unidades, com capacidade estática para 2.164.730 toneladas, em ambientes natural e artificial, destinadas a prestar ao público em geral serviços de armazenamento e correlatos e, também, dar suporte aos programas de abastecimento que a Companhia executa ou dos quais participa.

Sob a jurisdição da Sureg/AM-RR estão em operação duas unidades armazenadoras, compostas por seis armazéns, uma em Manaus/AM, com capacidade estática para 4.800 toneladas, e outra em Boa Vista/Roraima, com capacidade para 8.700 toneladas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo dos Armazéns por UA

UF	Unidade Armazenadora	Quantidade de Armazéns	Cap.(t)	Tipo	Endereço
AM	Manaus	1	2.700	Convencional	Av. Mário Andreazza, 2196-Dist. Indust.
	Manaus	1	2.100	Convencional	Av. Mário Andreazza, 2196-Dist. Indust.
Total UA Manaus		2	4.800		
RR	Boa Vista	1	3.500	Convencional	Av. Venezuela 970
	Boa Vista	1	1.600	Convencional	Av. Venezuela 970
	Boa Vista	1	2.000	Convencional	Av. Venezuela 970
	Boa Vista	1	1.600	Convencional	Av. Venezuela 970
Total UA Boa Vista		4	8.700		
Total Sureg-AM		6	13.500		

Fonte: Conab/Diges/Suarm/Gerap

As unidades contam com equipamentos operacionais necessários à movimentação e guarda de produtos, porém necessitam de manutenção e modernização, tanto nos equipamentos quanto nas instalações físicas, pois a maioria é antiga e não teve suas demandas plenamente atendidas nos exercícios anteriores.

No quadro abaixo, consta a discriminação detalhada das obras/serviços contratados e executados no âmbito da Sureg/AM.

Sureg	UF	Unidade	Obra/Serviço/Aquisição	Valor			Total Sureg		
				Corrente	Capital	Total	Corrente	Capital	Geral
AM	AM	Manaus	Aquisição de transformador trifásico, reforma do banheiro e instalação de iluminação de emergência	0,00	26.885,07	26.885,07			
	RR	Boa Vista	Obras de Manutenção	0,00	45.594,01	45.594,01	0,00	72.479,08	72.479,08

2.3.2.6 Ação 2004 – Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa proporcionar aos servidores, empregados, seus dependentes e pensionistas condições para manutenção da saúde física e mental.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE, subordinado à Gerência de Finanças e Administração - GEFAD, nos termos do Regimento Interno da Conab, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 104:

VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

VIII - promover o acompanhamento e a fiscalização dos convênios relacionados à assistência à saúde;

IX - acompanhar a realização de exames admissionais, periódicos e demissionais;

X - executar e controlar as atividades referentes à Segurança e Medicina do Trabalho;

Resultados

(2004) Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Controle: SIAFI – PTRES 1701 – Programa de Trabalho 20.301.0352.2004.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária	14.666.772,00	285.000,00	1,94
Execução Orçamentária	14.630.333,19	284.384,24	1,94
Índice	99,75	99,78	-
Meta Física	20.497	422	2,06
Execução Física	13.698	309	2,25
Índice	66,83	73,10	-

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	289	309	6,75
Execução Financeira	252.065,17	284.384,24	12,82
Gasto Per Capta	872,20	921,83	5,69

Visando o atendimento das necessidades dos empregados e de seus dependentes típicos e atípicos, foi aprovada na LOA/2008 dotação orçamentária global de R\$12.226.789,00, tendo sido autorizado crédito suplementar de R\$2.440.003,00, totalizando R\$14.666.772,00. Durante o exercício de 2008 foram gastos R\$14.630.333,19, perfazendo 99,75% da meta financeira.

No acumulado de 2008, a média mensal global de beneficiários foi de 13.698, isto é, 66,83% da meta física de 20.497 beneficiários mensais.

É importante mencionar que o Plano de Saúde da Conab é de auto-gestão, não havendo contribuição fixa mensal, pois a participação do servidor é calculada de acordo com nível salarial e a utilização dos serviços disponibilizados, conforme a Tabela de Participação Financeira (TPF), constante da Cláusula Sétima, do Acordo Coletivo de Trabalho-2007/2009.

Além da garantia de assistência médico-hospitalar, odontológica e ambulatorial, por meio de convênios, a Conab promove no mês do aniversário do servidor Exames Médicos Periódicos obrigatórios, conforme disposto na Norma Regulamentadora nº 1 (NR-1), item 1.8, da Portaria Mtb nº 3.214/78, bem como no Regulamento de Pessoal – Capítulo XIII -Dos Deveres e Proibições. O Exame Médico Periódico é totalmente custeado pela Companhia, que consta de exames laboratoriais, consultas oftalmológica, cardiológica, ginecológica, urológica etc.

Especificamente no âmbito da Sureg-AM/RR a meta financeira final foi de R\$285.000,00 para 422 atendimentos mensais. Durante o exercício foram gastos R\$284.384,24, cerca de 99,78% da meta financeira com o atendimento médio mensal de 309 empregados, representando 73,10% da meta fixada.

2.3.2.7 Ação 2010 – Assistência Pré-escolar aos dependentes dos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade

- **Finalidade:** Objetiva oferecer aos empregados, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes, conforme o art. 3º do Decreto nº 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Descrição:** Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados que tenham filhos em idade pré-escolar conforme dispõe o Decreto 977, de 10 de novembro de 1993.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE, subordinado à Gerência de Finanças e Administração - GEFAD, nos termos do Regimento Interno da CONAB, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 104:

VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

Resultados

(2010) Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1696 – Programa de Trabalho 20.365.0352. 2010.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária	2.543.447,00	62.000,00	2,44
Execução Orçamentária	2.529.532,44	61.687,72	2,44
Índice	99,45	99,50	-
Meta Física	550	15	2,73
Execução Física	478	11	2,30
Índice	86,91	73,33	-

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	9	11	22,22
Execução Financeira	36.610,40	61.687,72	68,50
Gasto Per Capta	4.067,82	5.607,97	37,86

Para o exercício de 2008, foi aprovado crédito orçamentário global no valor de R\$2.329.204,00 e prevista a concessão do benefício a 550 criança/mês. Durante o exercício a Ação recebeu suplementação orçamentária de R\$214.243,00, totalizando R\$2.543.447,00, tendo sido executados 99,45% da dotação orçamentária final e 86,91% da meta física (média mensal de 478 atendimentos).

Especificamente para a Sureg-AM/RR, a meta física previa a concessão do benefício a 15 crianças, com um desembolso total de R\$62.000,00. Até o fim do exercício a média mensal de atendimento foi de 11 crianças, representando 73,33% da meta, com dispêndio total de R\$61.687,72.

São beneficiários desta Ação:

- Auxílio-Creche: dependentes típicos com idade entre quatro meses até o fim do ano letivo em que completar sete anos, e
- Auxílio-deficiente: dependentes típicos portadores de necessidades especiais, sejam físicas ou mentais (deficiência motora, cognitiva e/ou comportamental), cujas lesões comprometam sobremaneira o desenvolvimento das atividades de vida diária, tornando-os dependentes de terceiros, ou empregados e dependentes portadores de diabetes crônica Tipo I, sem limite de idade.

2.3.2.8 Ação 2011 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Objetiva efetivar o pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa, de acordo com a Lei nº 7.418/85 e alterações, e Medida Provisória nº 2.165-36, de 23 de agosto de 2001.
- **Descrição:** Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos da Administração Federal direta, autárquica e fundacional da União, bem como a aquisição de vale-transporte para os empregados das empresas públicas e sociedades de economia mista integrantes dos orçamentos fiscal e da seguridade social, nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE, subordinado à Gerência de Finanças e Administração - GEFAD, nos termos do Regimento Interno da CONAB, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 104:

VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

Resultados

(2011) Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1685 – Programa de Trabalho 20.331.0352.2011.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária	5.656.353,00	165.000,00	2,92
Execução Orçamentária	5.589.901,76	160.240,00	2,87
Índice	98,83	97,12	-
Meta Física	3.161	65	2,06
Execução Física	3.535	72	2,04
Índice	111,84	111,03	-

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	67	72	7,71
Execução Financeira	121.880,00	160.240,00	31,47
Gasto Per Capta	1.819,10	2.220,42	22,06

A dotação aprovada na LOA/2008 foi de R\$5.173.753,00, tendo sido suplementada em R\$482.600,00, totalizando R\$5.656.353,00, sendo gastos R\$5.589.901,76, perfazendo 98,83% do programado e a meta física estabelecida de beneficiar 3.161 empregados/mês foi superada em 11,86%, atendendo uma média mensal de 3535 servidores.

A Sureg AM, que abrange os Estados do Amazonas e Roraima, teve como meta física atender uma média de 65 beneficiários/mês. Durante o ano de 2008 foram beneficiados 72 empregados, atingindo 111,03% do previsto. A variação para mais ocorreu em função da admissão de ex-empregados anistiados. A Regional forneceu aos beneficiários o vale transporte somente em pecúnia. As despesas contabilizadas pela Superintendência nessa ação foram de R\$160.240,00, representando 97,12% da meta financeira de R\$165.000,00

2.3.2.9 Ação 2012 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa conceder o auxílio-alimentação, sob a forma de pecúnia, pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação ou exercício do servidor ou empregado, aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição ou manutenção de refeitório.
- **Descrição:** Concessão, em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia, do auxílio-alimentação aos servidores e empregados ativos, de acordo com a Lei 9527/97, ou mediante aquisição de vale ou ticket-alimentação ou refeição, ou, ainda, por meio da manutenção de refeitório.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Dirhu
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Gebem
- **Coordenador nacional da Ação:** Giovana Iannicelli Crema Rodrigues
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE

➤ **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE, subordinado à Gerência de Finanças e Administração - GEFAD, nos termos do Regimento Interno da CONAB, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 104:

VII - executar e controlar as atividades relativas aos benefícios concedidos pela Companhia;

Resultados

(2012) Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados			
Controle: SIAFI – PTRES 1684 – Programa de Trabalho 20.306.0352.2012.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária	16.744.022,00	450.000,00	2,69
Execução Orçamentária	16.470.695,37	438.241,16	2,66
Índice	98,37	97,39	-
Meta Física	3.425	70	2,04
Execução Física	3.763	89	2,37
Índice	109,87	127,14	-

Discriminação	2007	2008	Variação (%)
Execução Física	69	89	28,99
Execução Financeira	303.651,89	438.241,16	44,32
Gasto Per Capta	4.400,75	4.924,06	11,89

No exercício de 2008, o crédito orçamentário da CONAB foi de R\$16.744.022,00 dos quais foram gastos R\$16.470.695,37, perfazendo 98,37% do previsto.

A meta física nacional de beneficiar 3.425 servidores/mês foi executada em 109,87%, perfazendo uma média mensal de 3.763 empregados.

A Sureg AM/RR previa o atendimento a 70 empregados e beneficiou em média a 89 (127,14% da meta). Com relação à meta financeira, a Regional executou R\$438.241,16, representando 97,39% do valor programado de R\$450.000,00. A despesa na Sureg-AM/RR representou 2,66% da execução orçamentária nacional.

2.3.2.10 Ação 2272 – Gestão e Administração de Programas

- **Tipo:** Atividade
- **Finalidade:** Visa constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.
- **Descrição:** Essas despesas compreendem: pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerencias

internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Diafi
- **Unidades responsáveis por gerenciamento ou execução:** Sureh/Sufin
- **Coordenador nacional da Ação:** Paulo Sérgio Silveira
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Gerência de Finanças e Administração - Gefad
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

À Gerência de Finanças e Administração – Gefad, subordinada à Superintendência Regional, nos termos do Artigo 103 do Regimento Interno da CONAB, compete:

I - promover, por intermédio de seus setores, as atividades relacionadas a:

- a) administração de recursos humanos, material, patrimônio, seguro, desenvolvimento e capacitação de pessoal e modernização administrativa;
- b) telecomunicações, documentação e serviços gerais;
- c) execução contábil, tributária, fiscal, orçamentária e financeira.

Resultados

(2272) Gestão e Administração do Programa			
Controle: Siafi – PTRES 001682/001688 – Programa de Trabalho 20.122.0352.2272.0001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária	334.100.950,00	6.265.000,00	1,88
Pessoal	259.415.765,00	5.000.000,00	1,93
Custeio	67.690.185,00	1.240.000,00	1,83
Investimentos	6.995.000,00	25.000,00	0,36
Execução Orçamentária	332.544.626,54	6.243.053,50	1,88
Pessoal	258.233.553,22	4.987.746,11	1,93
Custeio	67.402.723,07	1.233.546,39	1,83
Investimentos	6.908.350,25	21.761,00	0,31
Índice	99,53	99,65	-

A dotação inicial aprovada na LOA/2008 para a Conab foi de R\$215.351.386,00, para despesas de pessoal e encargos sociais; R\$59.690.185,00, para custeio; e, R\$3.780.000,00, para investimentos. No decorrer do exercício, o orçamento de pessoal e encargos foi suplementado em R\$44.064.379,00, o de custeio em R\$8.000.000,00 e o de investimento em R\$3.215.000,00, totalizando R\$334.100.950,00,00, cuja execução atingiu 99,53% (R\$332.544.626,54).

A meta prevista para a Sureg-AM foi de R\$6.265.000,00, sendo liquidado no exercício R\$6.243.053,50, representando 99,65% da dotação e 1,88% do gasto total da Conab nesta Ação. Dos pagamentos realizados pela Sureg, as despesas de pessoal representaram 79,89%, o custeio 19,76% e os investimentos 0,35%, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Execução das Despesas

Discriminação	Exercício		Var. (%)
	2007	2008	
Pessoal	4.152.127,86	4.987.746,11	20,13
Outros benefícios assistenciais	12.524,40	10.050,00	-19,76
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.029.168,15	3.621.633,32	19,56
Obrigação patronais	1.022.833,70	1.321.358,56	29,19
Outras despesas variáveis	39.095,36	24.273,75	-37,91
Depósitos compulsórios	0,00	5.357,25	-
Sentenças judiciais	0,00	0,00	-
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	-
Indenizações e restituições trabalhistas	5.700,63	5.073,23	-11,01
Ressarcimento de despesas de pessoal terceirizado	42.805,62	0,00	-100,00
Custeio	1.246.502,05	1.233.546,39	-1,04
Outros benefícios assistenciais	-	1.190,00	-
Diárias	30.885,00	46.102,50	49,27
Material de consumo	99.025,54	95.213,51	-3,85
Passagens e Despesas com locomoção	45.626,26	38.887,10	-14,77
Serviços de Consultoria	-	0,00	-
Outros serviços de terceiros – pessoa física	415,70	750,00	-
Locação de mão-de-obra	610.632,14	544.868,52	-10,77
Outros serviços de terceiros – pessoa jurídica	383.193,58	473.491,52	23,56
Obrigações tributárias e contributivas	75.273,74	29.968,29	-60,19
Depósitos compulsórios	-	0,00	-
Sentenças judiciais	-	0,00	-
Indenizações e restituições	1.450,09	3.074,95	112,05
Investimentos	172.193,66	21.761,00	-87,36
Obras e instalações	0,00	0,00	-
Equipamento e material permanente	172.193,66	21.761,00	-87,36
Total	5.570.823,57	6.243.053,50	12,07

Por ser uma área de vital importância no desenvolvimento das atividades, a Conab dedica especial atenção à administração de recursos humanos cujos principais resultados destacamos a seguir.

1 – Gestão de Pessoas

Para alcançar uma equipe continuadamente capacitada e compatível com suas necessidades em ambiente interno participativo, integrado e motivado, conforme preconizado no Mapa Estratégico Corporativo, a Conab continuou investindo em capacitação e renovação do quadro de pessoal, recompondo o quadro com a convocação dos candidatos aprovados em concurso público para o preenchimento de vagas disponíveis na Matriz, em Brasília, e nas Superintendências Regionais, para cargos de Técnico de Nível Superior, e com o retorno dos empregados anistiados pela Lei nº 8.878/94, Decreto nº 6.077/07 e Portarias do MPOG.

a) Quadro de Pessoal

O quadro de pessoal da Sureg/AM-RR encerrou o exercício com 116 empregados. Comparativamente ao mesmo período do exercício anterior o quadro teve um

aumento de 40,52% (47 empregados). A relação da quantidade de empregados da Sureg, comparada com o total da Companhia, representa 2,73% do total de 4.242 empregados, conforme demonstrativo seguinte.

Demonstrativo da Situação Funcional dos Empregados da Conab

Discriminação	Quantidade de Empregados						Participação (%) (d)/(b)	
	Conab		Variação (b)- (a)	AM/RR		Variação (d)- (c)		
	31/12/2007(a)	31/12/2008(b)		31/12/2007(c)	31/12/2008(d)			
Em efetivo exercício na Conab	2.523	3.073	550	53	75	22	2,44	
Cedidos a outros órgãos	736	1.086	350	14	39	25	3,59	
Com ônus p/ a Conab	722	1.075	353	14	39	25	3,63	
Sem ônus p/ a Conab	14	11	(3)	0	0	-	-	
Licenciados(*)	68	67	(1)	1	1	-	1,49	
Contratos suspensos(**)	12	14	2	1	1	-	7,14	
Pensão Vitalícia	-	2	2	0	0	-	-	
Total	3.339	4.242	903	69	116	47	2,73	

Obs.: (*) INSS/acidente de trabalho/maternidade, p/cargo eletivo com ou sem vencimentos etc.

(**) licença por motivos particulares etc.

Dos 116 empregados da Sureg-AM/RR, 91 empregados apresentam situação contratual oriunda de readmissão por reintegração ou por anistia, o que equivale a 78,45% do total. Os empregados com contrato padrão e os novos concursados representam apenas 25,55% (25 empregados).

Demonstrativo da Variação do Efetivo, por Situação Contratual

Discriminação	Quantidade de Empregados						Part. (%) 2008	
	Conab		Variação (b)- (a)	AM/RR		Variação (d)- (c)		
	31/12/2007(a)	31/12/2008(b)		31/12/2007(c)	31/12/2008(d)			
Contrato Padrão	1.694	1.706	12	22	22	-	18,97	
Contrato Padrão – Concursado	241	343	102	3	3	-	2,59	
Reintegrado (Transitado)	358	356	(2)	13	13	-	11,21	
Reintegrado Liminar	75	77	2	-	-	-	0	
Anistiado (Transitado)	245	255	10	5	5	-	4,31	
Anistiado (Liminar)	113	108	(5)	1	1	-	0,86	
Anistiado (Lei 8878/94)	613	1.397	784	25	72	47	62,07	
Total	3.339	4.242	903	69	116	47	100	

O perfil da estrutura de pessoal na Sureg apresenta as seguintes características: 8 técnicos de nível superior (6,9% do total da regional) e 108 (93,1%) empregados de nível médio e auxiliar.

Demonstrativo do Número de Empregados, por nível de Cargo e por Sureg

Discriminação	2007				2008			
	Auxiliar	Médio	Superior	Total	Auxiliar	Médio	Superior	Total
Contrato Padrão	6	12	7	25	7	12	6	25
Reintegrado (Transitado)	8	5	-	13	8	5	-	13
Reintegrado Liminar	-	-	-	0	-	-	-	0
Anistiado (Transitado)	2	3	-	5	2	3	-	5
Anistiado (Liminar)	1	-	-	1	1	-	-	1
Anistiado (Lei 8878/94)	16	8	1	25	52	18	2	72
Total	33	28	8	69	70	38	8	116

b) Serviço de Apoio à Educação

Ao término do exercício, a Sureg contava com 10 estagiários de nível superior, 100% a mais em relação ao exercício anterior.

Distribuição dos Estagiários

Sureg	Exercício						Variação (%)	
	2007			2008				
	Médio	Superior	Total	Médio	Superior	Total		
AM	0	5	5	0	10	10	100,00	
BA	6	10	16	4	13	17	6,25	
CE	1	10	11	0	12	12	9,09	
ES	0	3	3	0	6	6	100,00	
GO	4	18	22	4	9	13	-40,91	
MA	0	11	11	1	13	14	27,27	
MG	7	14	21	9	15	24	14,29	
MS	0	14	14	0	15	15	7,14	
MT	1	24	25	0	28	28	12,00	
PA	1	8	9	1	11	12	33,33	
PB	0	3	3	0	6	6	100,00	
PE	0	3	3	0	4	4	33,33	
PI	0	8	8	0	7	7	-12,50	
PR	4	11	15	2	12	14	-6,67	
RJ	0	4	4	0	6	6	50,00	
RN	0	3	3	0	10	10	233,33	
RO	1	9	10	0	15	15	50,00	
RS	4	7	11	5	10	15	36,36	
SC	8	1	9	1	12	13	44,44	
SP	2	9	11	2	10	12	9,09	
TO	1	9	10	2	10	12	20,00	
Matriz	23	41	64	21	44	65	1,56	
Total	63	225	288	52	278	330	14,58	

c) Gastos com Remuneração/Manutenção

Tomando como base os números do Demonstrativo de Resultados - DRE, acumulado até 31/12/08, o valor global despendido diretamente com Pessoal na Sureg-AM (despesa bruta de pessoal) correspondeu a R\$4,99 milhões, mais R\$228,41 mil (sentenças judiciais, adiantamentos, provisões e outras), o que gerou um total de R\$5,22 milhões, representando um aumento de 17,25% em relação ao gasto do mesmo período de 2007.

Tal incremento decorreu principalmente em função do aumento do quadro de pessoal, com o retorno de 47 ex-empregados, beneficiados pela Lei 8878/94 (Anistia).

As despesas de pessoal da Sureg representam 1,9% das despesas com pessoal da Conab.

Comparativo das Despesas Acumuladas com Pessoal

Discriminação	AM		
	2007	2008	Variação (%)
Outros benefícios assistenciais	12.524,40	10.050,00	-19,76
Vencimentos e Vantagens Fixas	3.029.168,15	3.621.633,32	19,56
Obrigação patronais	1.022.833,70	1.321.358,56	29,19
Outras despesas variáveis	39.095,36	24.273,75	-37,91
Depósitos compulsórios	0,00	5.357,25	-
Sentenças judiciais	0,00	0,00	-
Despesas de exercícios anteriores	0,00	0,00	-
Indenizações e restituições trabalhistas	5.700,63	5.073,23	-11,01
Ressarcimento de despesas de pessoal terceirizado	42.805,62	0,00	-100,00
Total-GAP	4.152.127,86	4.987.746,11	20,13
Provisões, créditos e adiantamentos	47.610,02	-5.935,66	-112,47
Encargos sociais sobre provisões	13.231,75	16.583,79	25,33

Discriminação	AM		
	2007	2008	Variação (%)
Outras despesas variáveis	171.626,68	223.117,72	30,00
Outras sentenças judiciais	63.998,33	-5.357,25	-108,37
Total-Outras Ações	296.466,78	228.408,60	-22,96
Total Geral	4.448.594,64	5.216.154,71	17,25

2.3.2.11 Ação 0110 - Contribuição à Previdência Privada

- **Tipo:** Operações Especiais
- **Finalidade:** Objetiva assegurar que as autarquias, as fundações, as empresas públicas, as sociedades de economia mista e as demais entidades controladas direta ou indiretamente pela União possam contribuir, como patrocinadoras às entidades fechadas de previdência privada, nos termos da Lei Complementar nº 108/01, de 29.05.2001 e alterações.
- **Descrição:** Trata-se de atividade contínua onde o pagamento da patrocinadora (contribuição) é realizado em conformidade com o plano de custeio (custo do plano de benefícios), Lei Complementar nº 108 e 109/01 e contrato firmado entre a Conab e o Instituto Conab de Seguridade Social-Cibrius.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** DIRHU - Diretoria de Recursos Humanos e Modernização
- **Coordenador nacional da ação:** Thiago Alexandre Ribeiro Lima
- **Unidades executoras:** Sumoc/Sureh/Sufin
- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Superintendência de Modernização e Capacitação-Sumoc
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Diretoria de Recursos Humanos e Modernização – Dirhu:

Representar a Companhia junto ao Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS, na condição de interlocutor, nos assuntos de interesse mútuo.

Resultados

(0110) Contribuição à Previdência Privada		
Controle: SIAFI – PTRES 001.683 – de Trabalho 20.273.0352.0110.0001		
Discriminação	Valor	Indicador de Execução(%)
Dotação Orçamentária Inicial	R\$ 20.732.685,00	
Dotação Orçamentária	R\$ 22.932.360,00	-
Execução Orçamentária	R\$ 22.931.919,11	99,998
Meta Física	-	-
Execução Física	-	-

Para assegurar a contribuição como patrocinadora principal do Cibrius, entidade fechada de previdência complementar, nos termos da Lei Complementar nº 108/01, e realizar o pagamento da participação da patrocinadora (contribuição) conforme plano de custeio (custos do plano de benefícios), de acordo com a Lei Complementar nº109/01, do

crédito orçamentário final de R\$22.932.360,00 foi executado o montante de R\$22.931.919,11, correspondente a 99,998% do programado para o exercício.

Comparativamente a igual período do exercício anterior, cujo valor liquidado foi de R\$21.832.360,00, houve aumento da ordem de 5,04%. Tal aumento decorreu do crescimento da folha de pagamento, promoções por antiguidade e aumento do teto da previdência.

Do valor total executado de R\$22.931.919,11, o montante de R\$12.786.273,98 refere-se à amortização de parcelas da dotação, realizada nos moldes dos exercícios anteriores, observado o termo aditivo nº 1, de 12/12/2002, ao Convênio de Adesão celebrado em 07/10/1994 entre a Conab e o Cibrius, que promoveu a retificação do valor do convênio e das condições de pagamento pactuadas, inclusa uma amortização extra no valor de R\$1.133.258,30. No acumulado do exercício, as contribuições paritárias patronais mensais realizadas pela Conab alcançaram R\$10.145.645,13, contemplando uma massa de 1.605 participantes ativos, conforme quadro a seguir.

Demonstrativo de Execução Física e Financeira

Sureg	Total da Folha dos Participantes	Quantidade de Participantes			Valor das Contribuições			Empregados
		Ativos	Assistidos	Total	Complemento de Previdência	Contribuição Patronal	Total	
AM	2.603.585,65	35	16	51	-	193.915,60	193.915,60	193.915,60
BA	2.329.278,20	37	25	62	-	172.364,90	172.364,90	172.364,90
CE	7.495.394,02	131	137	268	-	514.248,45	514.248,45	514.248,45
ES	3.826.319,54	46	18	64	-	281.876,21	281.876,21	281.876,21
GO	9.431.338,05	117	89	206	-	691.788,10	691.788,10	691.788,10
MA	2.375.181,57	47	20	67	-	166.468,08	166.468,08	166.468,08
MG	6.706.305,06	80	76	156	-	476.797,12	476.797,12	476.797,12
MS	4.436.985,68	64	34	98	-	309.472,10	309.472,10	309.472,10
MT	3.542.702,17	50	29	79	-	264.166,54	264.166,54	264.166,54
PA	2.460.079,48	28	26	54	-	176.753,95	176.753,95	176.753,95
PB	3.319.485,84	44	43	87	-	230.165,50	230.165,50	230.165,50
PE	8.694.048,56	151	91	242	-	619.365,58	619.365,58	619.365,58
PI	2.189.942,21	28	19	47	-	157.122,87	157.122,87	157.122,87
PR	6.569.723,78	83	58	141	-	459.120,03	459.120,03	459.120,03
RJ	3.529.129,02	43	128	171	-	254.509,44	254.509,44	254.509,44
RN	3.140.307,51	40	33	73	-	215.427,11	215.427,11	215.427,11
RO	1.963.801,91	25	13	38	-	142.761,05	142.761,05	142.761,05
RS	4.154.980,49	60	85	145	-	295.499,76	295.499,76	295.499,76
SC	2.530.879,32	29	22	51	-	192.178,52	192.178,52	192.178,52
SP	3.483.974,80	38	65	103	-	265.319,00	265.319,00	265.319,00
TO	1.825.050,41	15	3	18	-	135.070,10	135.070,10	135.070,10
Matriz	53.712.156,30	458	277	735	12.786.273,98	3.931.255,12	16.717.529,10	3.931.255,12
Total	140.320.649,57	1.649	1.307	2.956	12.786.273,98	10.145.645,13	22.931.919,11	10.145.645,13

Fonte: Conab/Sucon//Gecon/Dre/Sureh e Cibrius

2.3.2.12 Ação 4711 – Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Esta Ação tem como objetivo subsidiar a formulação da política agrícola, avaliando o desempenho das culturas e o balanço de oferta e demanda dos produtos amparados pela PGPM, permitindo a tomada de decisões do setor público e privado, de forma ágil, transparente e segura.
- **Descrição:** Durante o ano-safra a Conab realiza doze pesquisas, sendo seis de campo intercaladas por outras seis realizadas à distância (por telefone, internet, geoprocessamento, etc). No caso de ocorrências de situações climáticas anormais devem ser realizadas pesquisas de campo nas áreas afetadas.
- **Unidade responsável pelas decisões estratégicas:** Digem

- **Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução:** Suinf/Geasa
- **Coordenador nacional da Ação:** Eledon Pereira de Oliveira
- **Área Responsável na Regional pela Ação:** Setor de Apoio à Logística e Gestão de Oferta - Segeo
- **Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:**

Ao Setor de Apoio à Logística e Gestão de Oferta - Segeo, subordinado à Gerência de Operações e de Suporte Estratégico, nos termos do Regimento Interno da CONAB, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 98:

V - proceder a levantamentos de safras agrícolas e de informações acerca de estoques privados, conforme orientação da Matriz;

Resultados

(4711) Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras			
Controle: SIAFI – PTRES 1699 – Programa de Trabalho 20.605.0360.4711.0001			
Discriminação	Metas		Participação
	Conab	Sureg-AM	
Dotação Orçamentária	860.000,00	5.702,17	0,66
Execução Orçamentária	596.496,81	3.455,01	0,58
Índice	69,36	60,59	-
Meta Física – pesquisa realizada (unid)	12	2	16,67
Execução Física	12	2	16,67
Índice	100,00	100,00	-

Os levantamentos são realizados em estreita colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE, em um processo de harmonização das estimativas oficiais de safra para as principais lavouras brasileiras.

Nesse processo as duas instituições têm somado recursos e esforços, objetivando assegurar as mais acuradas e fidedignas informações de acompanhamento de sagra ao alcance do Estado Brasileiro, coordenando progressivamente métodos, fontes, período de apuração, datas e horários de divulgação. Para tanto, conta-se com a permanente contribuição dos órgãos públicos federais, estaduais e municipais e demais instituições geradoras de informações agrícolas.

A unificação das estimativas de produção era uma reivindicação antiga dos agentes atuantes no agronegócio. Até então, as pesquisas divulgadas pela Conab objetivavam orientar a cadeia produtiva, e os dados do IBGE atendiam a fins estatísticos. Enquanto a primeira tomava como base o ano-safra, a segunda, o ano civil, o que causava pequenas diferenças entre os resultados. Com a unificação dos trabalhos, o calendário dos levantamentos e da divulgação das pesquisas não mudou, ou seja, as culturas de grãos continuaram com a periodicidade mensal e o café e a cana-de-açúcar, de quatro em quatro meses.

O modelo de coleta vem se utilizando de dados adicionais disponibilizados pela área de Geotecnologia (mapeamento de áreas cultivadas, obtido por meio de imagens de satélite, e estimativa de produtividade por meio de modelos agrometeorológicos). Após a coleta e consolidação dos dados, o resultado é divulgado pelo MAPA e disponibilizado em

meio eletrônico (Internet – com versões em português, inglês e espanhol) e publicações técnicas.

A meta física global aprovada na LOA/2008 previa a realização de seis pesquisas de campo, realizadas de acordo com o período de safra nas diversas regiões produtoras, e as outras seis mediante levantamentos complementares para a atualização dos dados, utilizando-se de outros meios de busca de informações, como telefone, e-mail etc.

O último levantamento do ano-safra 2007/08 (12º da safra 2007/08 e 9º do exercício de 2008-fechamento da safra 2007/08), foi realizado durante o mês de setembro, quando empregados da Conab visitaram municípios produtores do País, e entrevistaram produtores rurais, agrônomos e técnicos de cooperativas, Secretarias de Agricultura, Órgãos de Assistência Técnica e Extensão Rural (oficiais e privados) e Agentes Financeiros.

Especificamente nos Estados do Amazonas e de Roraima foram realizadas 2 pesquisas de campo, sendo apurado os resultados a seguir detalhados.

Produto	Safra					
	2006/07		2007/08		2008/09	
	Área (1000ha)	Prod. (1000t)	Área (1000ha)	Prod. (1000t)	Área (1000ha)	Prod. (1000t)
Arroz	35,7	133,8	27	134,9	27	127,9
Feijão	7,7	6,7	5,6	4,8	5,6	5,3
Milho	31,9	68,7	20,2	48,1	20,2	44,5
Soja	5,5	15,4	15	48,8	15	48,8

Em 2008 a dotação orçamentária global aprovada na LOA para a Ação foi de R\$1,0 milhão. A Conab gastou durante o exercício R\$596.496,81, representando cerca de 59,65% da dotação. Na Sureg-AM/RR foram liquidados R\$3.455,01 (R\$2.352,50 com diárias, e R\$1.102,51 com passagens e despesas com locomoção).

Sureg	Elemento de Despesa (R\$)				Total
	Diárias	Material de Consumo	Passagens e Desp c/ Locomoção	Outro Servs Terceiros – Pes Jurídica	
AM	2.352,50	0,00	1.102,51	0,00	3.455,01
Total	2.352,50	0,00	1.102,51	0,00	3.455,01

2.3.2.13 Ação 4572 – Capacitação de Servidores Públicos Federais, em Processo de Qualificação e Requalificação

- **Tipo:** Finalístico.
- **Finalidade:** Tem por objetivo promover a qualificação e a requalificação de pessoal, com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.
- **Descrição:** Esta ação é implementada com a realização de diversas ações voltadas ao treinamento de servidores, tais como: custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.

- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Diafi
- Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: Sureh/Gecap
- Coordenador nacional da Ação: Maria Isabel Braga Coelho
- Área Responsável na Regional pela Ação: Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE
- Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:

Ao Setor Administrativo de Desenvolvimento e de Recursos Humanos - SEADE, subordinado à Gerência de Finanças e Administração - GEFAD, nos termos do Regimento Interno da CONAB, dentre outras atribuições, compete:

Artigo 110, C/C Art. 104:

XII - executar as ações de capacitação, desenvolvimento de pessoas e modernização administrativa, em consonância com as diretrizes emanadas da Matriz.

Resultados

(4572)Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
Controle: SIAFI – PTRES 001.694 – Programa de Trabalho 20.128.0360.4572.00001			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM/RR	
Dotação Orçamentária	1.680.000,00	45.000,00	2,68
Execução Orçamentária	1.620.336,57	41.154,07	2,54
Índice	96,45	91,45	-
Meta Física – Servidor Qualificado (unid)	5.129	19	0,37
Execução Física	6.012	115	1,91
Índice	117,22	605,26	-

A cada ano a Conab realiza o Levantamento de Necessidades de Treinamento (LTN), com o objetivo de reavaliar as ações de treinamento e desenvolvimento constantes do Plano de Educação corporativa, em nível de Matriz e Regionais, bem como identificar outros treinamentos não previstos, correlatos às competências (conhecimento, habilidades e atitudes) de cada área e atividades precípuas desenvolvidas pelos empregados lotados nessas Unidades, propondo, também, cursos de desenvolvimento futuro, focados nos temas e perspectivas do Planejamento Estratégico. Além das necessidades de treinamento, busca identificar empregados para atuarem como instrutores/multiplicadores na disseminação do conhecimento e no compartilhamento de práticas de sucesso e inovações, valorizando a aprendizagem e a cultura da Companhia.

Para promover a qualificação e requalificação de pessoal, com vista à melhoria dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional, foi aprovado em 2008 crédito orçamentário no valor de R\$1.400.000,00, tendo sido suplementado em R\$280.000,00, conforme Decreto de 10 de novembro de 2008, atingindo o valor total de R\$1.680.000,00, para treinamento de 5.129 empregados. Durante o exercício foi executado o montante de R\$1.620.336,57, correspondendo a 96,4% da meta, com a participação de 6.012 treinandos em diversos cursos realizados, superando a meta física em 17,22%.

Para a Sureg-AM/RR, que em 2007 contava com 69 empregados, foi previsto pela área de treinamento na Matriz, em Brasília, o treinamento de 19 empregados, contando para

tanto com dotação orçamentária de R\$45.000,00. Durante o exercício foram capacitados 115 empregados, representando 1,91% do total de participantes da Conab e 605,26% da meta estabelecida para a Sureg.

A expressiva variação entre a meta e a execução física, ocorreu pelo fato de a Regional ter oferecido cursos introdutórios aos empregados anistiados e possibilitado a vários empregados a participação em mais de uma atividade de treinamento. Com isso, foi possível qualificar e requalificar um número maior de empregados, independentemente da meta física estabelecida.

Demonstrativo dos Treinamentos Realizados por Área de Conhecimento, Número de Treinandos e Carga Horária da Sureg AM

Área de Conhecimento	Nº de Treinandos	Homens/hora Treinados	Média de carga/horária por participante
Planejamento	4	100	25
Operacional	18	420	23,33
Administrativa	21	913	43,48
Financeira	9	168	18,67
Gerencial	0	0	0
Informática	3	52	17,33
Qualidade	0	0	0
Jurídica	1	40	40
Auditória	0	0	0
Comunicação Social	0	0	0
Educ/Desenvolvimento	59	252	4,27
Total	115	1.945	16,91

Em 2008, foi dado ênfase a eventos voltados para as áreas de educação e planejamento com 59 participantes, administrativa, com 21 participantes e operacional, que contou com a participação de 18 treinandos.

A despesa liquidada durante o exercício foi de R\$41.154,07, sendo R\$4.965,00 com diárias, R\$10.545,57 com passagens e despesas com locomoção, R\$25.581,50 com serviços de terceiros e R\$62,00 com indenizações e restituição a empregados pela participação em cursos de idiomas.

2.3.2.14 Ação 0022 – Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado, Devidas por Empresas e Sociedade de Economia Mista

- Tipo: Operações Especiais
- Finalidade: Objetiva cumprir as decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, devidas pelas Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista, mediante pagamento de passivos judiciais.
- Unidade responsável pelas decisões estratégicas: Proge
- Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução: Sumaj
- Coordenador nacional da Ação: Carlos Eduardo Caparelli
- Área Responsável na Regional pela Ação: Procuradoria Regional - Prore
- Competências Institucionais requeridas para a execução da Ação:

À Procuradoria Regional – Prore subordinada hierarquicamente à Superintendência Regional e tecnicamente à Procuradoria-Geral, nos termos do Regimento Interno da CONAB, dentre outras atribuições, compete:

I - prestar assistência jurídica nos assuntos de interesse da Companhia;

III - representar a Companhia, em juízo ou fora dele, nos assuntos de sua competência;

IV - propor e ajuizar as ações de cobrança e outras de interesse da Companhia;

IX - acompanhar, no âmbito de atuação da Sureg, as ações em que a Companhia seja parte, e outras cujo deslinde seja de seu interesse, em todos os graus de jurisdição, perante as Justiças comum e especializada instruindo quanto ao cumprimento dos julgados.

Resultados

(0022) Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado Devida por Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista			
Discriminação	Metas		Participação (%)
	Conab	Sureg-AM	
Dotação Orçamentária	30.603.660,00	30.000,00	0,10
Pessoal e Encargos	16.596.500,00	30.000,00	0,18
Despesas Correntes	14.007.160,00	0,00	0,00
Execução Orçamentária	25.732.117,62	20.338,59	0,08
Pessoal e Encargos	15.731.115,00	20.338,59	0,13
Despesas Correntes	10.001.002,62	0,00	0,00
Índice	84,08	67,80	-

A dotação orçamentária global para a Ação aprovada na LOA/2008 foi de R\$39.0.160,00 com suplementação no valor de R\$11.596.500,00 para sentenças trabalhistas e cancelamento de R\$20.000.00,00 em outra sentenças (despesas correntes), totalizando R\$30.603.660,00. Durante o exercício foi executado valor R\$25.732.117,62, representando 84.08% da previsão.

A previsão de pagamentos no âmbito da Sureg-AM/RR era de R\$30.000,00, sendo liquidado no exercício R\$20.338,59, ou seja, 67,80% do previsto

2.3.2.15 – Outras Ações

2.3.2.15.1 - Participação na Execução do Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia articulada nas três esferas de governo, envolvendo o Estado e a sociedade, contemplando um conjunto de ações que contribuem para que todos os brasileiros tenham acesso a uma alimentação adequada, quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

A Conab, por orientação consignada na Portaria Interministerial nº 183/2003, substituída pela de nº 1.128/2008, participa do Fome Zero, no que concerne ao abastecimento alimentar, na função de executora operacional , observada as suas competência regimentais.

Para isso, a direção da Companhia orientou seus gestores a participar, de forma direta e com a prioridade requerida, dos processos de formulação e execução das ações demandadas pelo Fome Zero, disponibilizando para o MDS toda a sua estrutura e capilaridade operacional.

Essa contribuição institucional contempla:

Recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo máquinas, equipamentos eletrônicos, peças de vestuário, utensílios, veículos e brinquedos;

Aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio a ações de suplementação alimentar;

Serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico do Fome Zero; e

Doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulações de interesse público.

Em resumo, esse apoio em 2008 pode ser identificado em três linhas de ação:

a) Produtos recebidos em doação

Neste caso, compete à Conab o recebimento, transporte e guarda de mercadorias doadas ao Fome Zero, efetuando na sequência seus repasse às entidades indicadas pelo MDS. Em 2008 foram distribuídas mercadorias no valor de R\$765.629,45, totalizando 58 atendimentos em 10 municípios, presentes em 7 unidades da federação, tendo, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Doações Realizadas

Discriminação (Em t)		AM	BA	GO	PB	RJ	Total	
Produto	Arroz Beneficiado	Quant.	-	4,9	-	7,8	-	12,7
		Valor	-	6.879,51	-	12.900,00	-	19.779,51
	Farinha de Mandioca	Quant.	-	0,3	-	-	-	0,3
		Valor	-	237,60	-	-	-	237,60
	Farinha de Trigo	Quant.	71,0	-	10,7	-	-	81,7
		Valor	66.669,00	-	12.221,00	-	-	78.890,00
	Flocos de Milho	Quant.	5,0	-	-	-	-	5,0
		Valor	5.625,00	-	-	-	-	5.625,00
	Vestuário	Fios de Fibra,Tecidos e Vestuário	-	-	-	107,2	107,2	
		Vestuário (1)	-	-	-	19678	19678	
		Valor	-	-	-	660.622,34	660.622,34	
	Kits Pedagógicos	Quant.(1)	-	95	-	-	-	95
		Valor	-	475,00	-	-	-	475,00

Fonte: Conab/Diges/Supab

(1) Em unidade

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

Atendendo demanda do MDS, a Conab promoveu o recebimento, guarda, transporte e distribuição de 171.570 impressos e materiais alusivos ao Fome Zero, que foram utilizados em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania, realizadas no Estado de Goiás e no Distrito Federal.

c) Apoio Institucional ao Fome Zero

A título de apoio institucional, a Conab promoveu o recebimento, guarda e entrega de material de assistência humanitária, que se destinavam aos atendimentos emergenciais a vítimas de calamidades públicas, abrangendo os Estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul.

d) Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Atendendo demandas apresentadas por entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2008 e fazendo uso de estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar, doou 14.666 toneladas de produtos, utilizados em ações de suplementação alimentar, totalizando 1.874 atendimentos, beneficiando 655 municípios, em 19 unidades da federação.

No Estado do Amazonas foram beneficiadas 4 instituições pela doação de 94.440 quilos de farinha de mandioca e feijão, conforme demonstrativo a seguir.

Demonstrativo da Distribuição de Alimentos (oriundos da Agricultura Familiar)

Sureg	Nº Entid Benefic	Açúcar	Produtos (kg)											Total	
			Arroz		Doce de Frutas	Farinha		Feijão	Fubá de Milho	Leite em Pó	Mel	Milho	Sementes	Suco	
			Benefic	Em casca		Mandioca	Milho								
AM	4	-	-	-	-	35.000	-	59.440	-	-	-	-	-	-	94.440
BA	399	-	-	-	-	739.496	-	647.074	-	-	-	-	-	-	1.386.570
CE	8	980	-	287.250	-	394.893	-	1.320	-	-	200.030	-	-	-	884.473
ES	2	-	-	-	-	515.000	-	-	-	-	-	-	-	-	515.000
GO	122	-	9.245	1.389.579	-	-	-	784.018	-	-	-	-	-	-	2.182.842
MG	86	-	-	-	-	473.870	-	104.835	-	-	-	-	-	-	578.705
MA	12	-	-	-	-	10.850	-	3.750	-	-	-	-	-	-	14.600
MS	9	-	-	-	-	305.348	-	43.368	-	-	59.000	-	-	-	407.716
PA	2	-	-	1.212.513	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.212.513
PB	77	-	-	-	-	23.700	-	93.670	-	18.000	-	-	-	-	135.370
PE	212	117.052	-	-	-	658.687	-	326.978	-	-	-	-	-	-	1.102.717
PI	63	-	-	114.605	-	593.839	-	126.734	-	-	1.077.200	-	-	-	1.912.378
PR	310	-	-	155.999	-	167.615	-	360.751	-	2.360	-	-	-	-	686.725
RN	221	3.930	-	-	-	431.996	-	73.500	-	2.132	-	-	-	-	511.558
RO	17	-	-	-	-	-	-	199.460	-	-	-	-	-	-	199.460
RS	48	34.578	18.284	555.000	7.548	-	-	63.295	6.352	24.000	18.979	-	248	8.206	736.490
SC	58	49.161	-	9.450	4.000	209.900	1.728	1.425.079	-	-	-	-	-	-	1.699.318
SP	222	-	-	-	-	155.080	-	247.260	-	-	-	-	-	-	402.340
TO	2	-	-	2.898	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.898
Total	1.874	205.701	27.529	3.727.294	11.548	4.715.274	1.728	4.560.532	6.352	24.000	41.471	1.336.230	248	8.206	14.666.113

Fonte: Conab/Supab

2.3.2.15.2 - Acompanhamento da Safra Brasileira de Cana-de-Açúcar

A Conab em um programa de cooperação com o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento-MAPA, realizou durante o exercício de 2008 três pesquisas de campo para levantamento de informações sobre a safra de cana-de-açúcar de 2008.

O primeiro, realizado no período de 31/03 a 11/04, objetivava o levantamento de informações sobre a produção da temporada de 2008, cuja moagem estava iniciando, com os dados foi possível elaborar o prognóstico do total de cana-de-açúcar que seria processada e a produção esperada de açúcar e de álcool etílico; o segundo, ocorrido durante o período de 28/07 a 08/08, e o último, nos meses de novembro e dezembro, para levantamento de informações para o fechamento da safra da temporada de 2008/09.

A metodologia empregada pela Companhia na realização dos levantamentos prevê a visita de empregados a todas as unidades de produção em atividade no país. O contato direto com as fontes de informação permite manter uma forte interação com este ramo de atividades e, com o preenchimento dos questionários, apurar um conjunto de informações que permite inferir, com elevado nível de acuidade, a situação geral deste importante setor de produção.

Os resultados apurados representam um importante instrumento de gestão das políticas públicas do governo federal, particularmente no que se refere ao álcool etílico combustível (etanol), cujo crescimento do consumo doméstico e das exportações exigem constante acompanhamento para facilitar o funcionamento regular dos mercados e prevenir eventualidades de crises de oferta ou demanda.

A área total ocupada safra 2008/09 é de 8.491.228,0 hectares, sendo 7.010.202,0 em produção, 999.650,0 em formação, 165.509,00 com a produção de sementes/muda e 315.867,0 (bisada) cuja colheita será processada durante a próxima safra.

A produção prevista de cana-de-açúcar é de 571.370,6 toneladas, com incremento de 13,9% sobre a safra anterior que foi de 501.536,2 milhões de toneladas. Da produção total, 246.037,1 milhões de toneladas deverá ser destinada à produção de açúcar (43,1%), correspondendo a 6,7% a mais do que as 230.568,2 milhões de toneladas processada na safra anterior. Na produção de álcool deverão ser processadas 325.333,5 milhões de toneladas de cana-de-açúcar, com incremento de 20,1% sobre a quantidade da safra anterior.

A produção total de açúcar está estimada em 32,1 milhões de toneladas e representa um acréscimo de 206% em relação à safra anterior. Para a produção de álcool os números indicam um volume de produção da ordem de 26,6 bilhões de litro, com um expressivo aumento na produção nacional de 15,7%.

Referente as duas diferentes regiões brasileiras que produzem cana-de-açúcar em calendários distintos, a situação encontrada é a seguinte:

a) Região Norte/Nordeste: os principais estados produtores (Alagoas, Pernambuco e Paraíba) iniciaram suas colheitas no mês de setembro. Os números ainda representam um prognóstico, porém, como o regime de chuvas encerrado apresentou um ótimo comportamento e os canaviais tiveram um crescimento vegetativo adequado, é possível manter uma previsão otimista quanto ao desempenho da colheita. Os números levantados junto às unidades de produção da região indicam um aumento de 4,7% na dimensão da safra, com uma previsão para o total da colheita da ordem de 69,2 milhões de toneladas.

b) Região Centro-Sul: abrangendo os estados das Regiões Sudeste, Centro-Oeste e Sul, os resultados indicam uma expansão da produção de cana da ordem de 15,34%, passando de 435,39 milhões de toneladas para 502,15 milhões.

Nesta região, cujo calendário de safra prevê seu início em abril de cada ano e encerramento em dezembro, apesar da grande dimensão da colheita da cana-de-açúcar destinada a moagem, que deve crescer 13,9% em relação à safra passada, seu andamento foi afetado por dois diferentes fatores que conturbaram seu desempenho:

1. clima muito chuvoso, especialmente no período inicial da moagem, que atrasou o ritmo de processamento da colheita resultando em um menor rendimento médio em sacarose (ATR) da safra; e

2. atraso no cronograma de funcionamento de muitas unidades de produção e, em especial, algumas unidades novas, que não tiveram tempo hábil para processar toda a cana madura disponível

A consequência imediata da ação desses fatores adversos está no volume recorde de cana madura que não será cortada nesta temporada, cujo total estimado se aproxima de 270,7 milhões de toneladas e corresponde a 5,5% da safra regional, e permanecerá no campo para ser colhida na próxima temporada.

Demonstrativo da Produção de Cana-de-Açúcar

UF	Área (ha)					Produção (Em mil t)	Destinação (Em mil t)		
	Em Produção	Em Formação	Semente/Muda	Bisada(1)	Total		Indústria Sucoalcooleira		
							Açúcar	Álcool	
AM	3.901,0	624,0	122,0	-	4.647,0	314,0	172,7	141,3	
PA	11.000,0	-	-	-	11.000,0	749,6	321,6	428,0	
TO	5.700,0	1.447,0	229,0	-	7.376,0	285,0	-	285,0	
MA	38.900,0	2.900,0	742,0	-	42.542,0	2.385,0	186,0	2.199,0	
PI	13.110,0	2.000,0	320,0	-	15.430,0	900,9	540,5	360,4	
CE	1.618,0	240,0	58,0	-	1.916,0	111,5	-	111,5	
RN	55.499,0	11.160,0	2.550,0	-	69.209,0	3.075,0	2.075,6	999,4	
PB	112.501,0	8.747,0	1.783,0	-	123.031,0	6.117,0	1.627,1	4.489,9	
PE	316.579,0	32.853,0	7.059,0	-	356.491,0	20.418,1	13.473,9	6.944,2	
AL	426.815,0	42.154,0	8.745,0	-	477.714,0	29.864,3	19.889,4	9.974,9	
SE	34.884,0	11.911,0	2.641,0	-	49.436,0	2.306,2	942,5	1.363,7	
BA	37.363,0	10.224,0	1.265,0	-	48.852,0	2.690,0	972,1	1.717,9	
MT	223.200,0	37.908,0	6.822,0	-	267.930,0	16.109,9	3.818,0	12.291,9	
MS	275.810,0	70.415,0	11.533,0	22.186,0	379.944,0	20.755,1	7.679,4	13.075,7	
GO	401.800,0	68.910,0	10.820,0	29.756,0	511.286,0	29.645,1	8.300,7	21.344,4	
MG	600.697,0	112.704,0	14.248,0	19.855,0	747.504,0	44.120,0	20.114,8	24.005,2	
ES	65.200,0	7.144,0	1.295,0	-	73.639,0	4.419,0	848,4	3.570,6	
RJ	50.000,0	9.254,0	1.604,0	1.421,0	62.279,0	3.556,3	2.222,7	1.333,6	
SP	3.824.241,0	477.516,0	77.523,0	142.771,0	4.522.051,0	340.510,3	144.022,5	196.487,8	
PR	509.289,0	91.149,0	16.150,0	99.878,0	716.466,0	42.918,3	18.829,2	24.089,1	
RS	2.095,0	390,0	-	-	2.485,0	120,0	-	120,0	
Total	7.010.202,0	999.650,0	165.509,0	315.867,0	8.491.228,0	571.370,6	246.037,1	325.333,5	

Fonte: Conab/Diges/Suinff/Geasa

Para o açúcar, a previsão é de crescimento, passando de 31.279,8 milhões de toneladas na safra passada para 32.085,3 milhões na nova temporada, significando um aumento de 2,6%. Na Região Norte/Nordeste a previsão é de crescimento de 3,1% (4.858,7 para 5.010,7 milhões de toneladas) e na Centro/Sul é de 2,5% (de 26.421,1 para 27.074,6 milhões de toneladas).

Demonstrativo da Produção de Açúcar

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Açúcar (Em 1.000t)			Produção de Açúcar (Em 1.000t)		
	Safra		Var. %	Safra		Var. %
	2007	2008		2007	2008	
AM	77,4	172,7	123,1	8,9	16,4	84,3
PA	126,1	321,6	155,0	16,2	36,8	127,2
MA	122,5	186,0	51,8	14,0	24,8	77,1
PI	179,5	540,5	201,1	22,2	69,0	210,8
RN	1.768,7	2.075,6	17,4	215,7	255,2	18,3
PB	971,8	1.627,1	67,4	115,7	190,8	64,9
PE	13.365,9	13.473,9	0,8	1.681,1	1.710,1	1,7
AL	19.854,9	19.889,4	0,2	2.591,9	2.467,4	-4,8
SE	747,7	942,5	26,1	89,1	118,4	32,9
BA	838,7	972,1	15,9	103,9	121,8	17,2
MT	3.232,0	3.818,0	18,1	415,7	506,3	21,8
MS	4.517,8	7.679,4	70,0	602,7	1.006,1	66,9
GO	7.404,0	8.300,7	12,1	1.022,9	1.103,4	7,9
MG	15.123,6	20.114,8	33,0	2.089,5	2.639,2	26,3
ES	652,4	848,4	30,0	85,8	109,7	27,9
RJ	2.056,7	2.222,7	8,1	254,8	263,7	3,5
SP	140.458,6	144.022,5	2,5	19.405,8	19.066,7	-1,7
PR	19.069,9	18.829,2	-1,3	2.543,9	2.379,5	-6,5
Total	230.568,2	246.037,1	6,7	31.279,8	32.085,3	2,6

Fonte: Conab/Diges/Suinff/Geasa

Para o álcool é esperado um aumento de 15,6%, passando de um total de 23.007.167,9 mil litros para 26.606.297,3 mil litros. O aumento estimado para a Região Norte/Nordeste é de 2,8% (de 2.217.813,6 para 2.278.817,9 mil litros) enquanto que na Centro/Sul foi previsto um expressivo aumento da ordem de 17,0%, passando a produção total da região de 20.789.354,3 mil litros para 24.327.479,4 mil litros, representando um volume adicional da ordem de 3.538.125,1 mil litros.

Os números confirmam a tendência de aumento na produção de álcool muito acima do observado para o açúcar. Este fato responde ao comportamento de ambos os mercados pois, por um lado, o consumo de açúcar tem um padrão estável e modesto de crescimento, enquanto o álcool etílico, por seu uso como combustível automotor, ocupa espaços crescentes como um produto de fonte limpa e renovável, capaz de substituir a gasolina. Tal crescimento, tanto no mercado doméstico como no internacional, vem transformando este produto em um novo combustível de padrão universal.

Como consequência desta tendência, na safra 2007/08 foram destinadas 270.968,1 mil toneladas para a produção de álcool (54,0% da produção total) e na de 2008/09 estima-se em 325.333,5 mil toneladas (56,9%), enquanto que para a produção de açúcar a participação caiu de 46,0% para 43,1%. Da mesma forma, a crescente participação dos veículos tipo 'flex-fuel' na frota automotiva brasileira de veículos leves, está impulsionando o consumo do álcool etílico hidratado, em substituição à gasolina e ao álcool anidro.

Demonstrativo da Produção de Álcool

UF	Cana de Açúcar Destinada a Produção de Álcool (Em 1.000t)			Produção de Álcool (Em 1.000t)					
	Álcool Anidro		Álcool Hidratado			Total			
	Safra	Var. %	Safra	Var. %	Safra	Var. %	Safra	Var. %	
	2007	2008			2007	2008	2007	2008	
AM	221,4	141,3	-36,2	157,8	293,5	86,0	15.705,2	8.354,5	-46,8
PA	512,6	428,0	-16,5	33.462,4	29.754,8	-11,1	6.294,6	-	-100,0
TO	179,9	285,0	58,4	10.597,0	12.021,9	13,4	2.770,8	10.141,6	266,0
MA	1.781,9	2.199,0	23,4	85.814,2	119.044,1	38,7	37.132,0	57.946,7	56,1
PI	462,7	360,4	-22,1	23.309,4	25.168,6	8,0	11.649,7	3.568,9	-69,4
CE	100,4	111,5	11,1	148,7	377,2	153,7	6.670,9	7.426,5	11,3
RN	1.317,9	999,4	-24,2	44.087,4	41.644,6	-5,5	57.743,6	37.537,8	-35,0
PB	5.275,3	4.489,9	-14,9	193.772,4	157.383,6	-18,8	189.812,9	166.040,5	-12,5
PE	5.884,6	6.944,2	18,0	215.907,8	257.323,3	19,2	265.239,5	310.181,2	16,9
AL	9.777,0	9.974,9	2,0	368.451,9	400.757,3	8,8	455.684,3	395.580,0	-13,2
SE	781,2	1.363,7	74,6	34.782,1	55.603,3	59,9	23.094,7	50.447,6	118,4
BA	1.795,5	1.717,9	-4,3	101.206,5	83.637,8	-17,4	34.317,8	48.582,5	41,6
MT	11.430,2	12.291,9	7,5	405.334,5	414.251,9	2,2	497.079,9	588.615,9	18,4
MS	11.127,2	13.075,7	17,5	209.824,7	405.978,3	93,5	713.313,8	658.065,9	-7,7
GO	13.651,1	21.344,4	56,4	512.428,3	514.038,8	0,3	654.599,8	1.244.588,3	90,1
MG	21.336,5	24.005,2	12,5	608.092,4	754.082,6	24,0	1.233.509,4	1.216.563,5	-1,4
ES	3.356,4	3.570,6	6,4	173.892,0	162.005,7	-6,8	93.979,6	119.511,3	27,2
RJ	1.836,4	1.333,6	-27,4	28.889,3	30.038,2	4,0	115.743,9	71.729,5	-38,0
SP	158.863,6	196.487,8	23,7	5.200.257,4	6.251.406,0	20,2	8.553.918,9	9.972.202,2	16,6
PR	21.147,7	24.089,1	13,9	389.634,2	411.098,8	5,5	1.391.253,5	1.504.298,9	8,1
RS	128,6	120,0	-6,7	-	-	-	7.602,6	9.003,7	18,4
Total	270.968,1	325.333,5	20,1	8.640.050,4	10.125.910,3	17,2	14.367.117,4	16.480.387,0	14,7
									23.007.167,8
									26.606.297,3
									15,6

Fonte: Conab/Diges/Suinff/Geasa

2.3.2.16 – Transferências Financeiras

Os recursos provenientes de repasses se outros órgãos públicos são recebidos pela Matriz (UG 135100) e executados pelas Suregs mediante descentralizações orçamentárias/financeira

2.3.2..16.1 - Operacionalização do Programa de Aquisição de Alimentos- PAA

O PAA é um instrumento de política pública instituído pelo artigo 19 da Lei nº 10.969, de 2 de julho de 2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008, constituindo-se em uma das ações do Fome Zero, cujo objetivo é garantir o acesso aos alimentos em quantidade, qualidade e regularidade necessárias às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional e promover a inclusão social no campo por meio do fortalecimento da agricultura familiar.

O Grupo Gestor do PAA, coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS e composto ainda pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Ministério do Desenvolvimento Agrário, Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Ministério da Fazenda e Ministério da Educação é responsável pela implementação do Programa, cujas diretrizes são estabelecidas e publicadas em Resoluções.

Por meio deste Programa são adquiridos alimentos, com isenção de licitação, por preços de referência que não podem ser superiores nem inferiores aos praticados nos mercados regionais, até o limite de R\$ 3.500,00 ao ano por agricultor familiar que se enquadre no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, exceto na modalidade Incentivo à Produção e Consumo do Leite, cujo limite é semestral.

Os alimentos adquiridos pelo Programa são destinados às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional, atendidas por programas sociais locais e demais cidadãos em situação de risco alimentar, como indígenas, quilombolas, acampados da reforma agrária e atingidos por barragens.

O artigo 6.º do Decreto nº 4.772, de 2 de julho de 2003, estabelece que o MAPA, por intermédio da Conab fornecerá os subsídios e o suporte técnico para a operacionalização das decisões do Grupo Gestor.

Objetivando a aquisição de produtos, a operacionalização do Programa, a supervisão, acompanhamento e avaliação dos projeto em execução e a realização do 2.º Seminário Nacional do PAA, a Conab celebrou Termos de Cooperação com o MDS e o MDA, recebendo transferência de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$336.953.966,00, conforme descrito a seguir.

a) Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA

1) Supervisão, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos em Execução e dos Estoques do PAA, vinculados ao MDA.

Objetivando dar continuidade às ações de supervisão e acompanhamento dos projetos de Compra com Formação de Estoques da Agricultura Familiar-CPR Estoque e dos estoques oriundos da Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, e mediante a apresentação de Plano de Operações elaborado pela Conab. o MDA providenciou o repasse de recursos orçamentários/financeiros no valor de R\$100.000,00, para cobertura das despesas com diárias, combustíveis e lubrificantes e despesas com passagens e locação de transporte, de acordo com a Portaria Conjunta MDA/Conab nº 50, de 11 de março de 2008.

Durante o exercício foram realizadas supervisões nos estados do AC, do AM, do ES, de MG, do PA, do PR, do RJ, do RN, de RO e do RS.

2) Seminário Nacional do PAA

Repasso da Secretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MDA, no valor de R\$210.900,00 para a realização do 2.º Seminário Nacional do PAA – Balanços e Perspectivas, em parceria com o Consea, MDA, MDS e FNDE.

O evento teve como objetivo a avaliação e o balanço do PAA, do ponto de vista do governo e dos parceiros da sociedade civil, buscando elementos para o fortalecimento do Programa enquanto política pública promotora da soberania e da segurança alimentar; o aperfeiçoamento dos mecanismos operacionais; melhoria dos controles e da eficiência na aplicação dos recursos públicos, na geração de renda aos agricultores familiares, na sustentação dos preços dos produtos provenientes da agricultura familiar e no fornecimento de alimentos para populações em estado de insegurança alimentar e nutricional.

Os principais temas abordados foram: a) o fortalecimento do PAA enquanto política pública de articulação entre produção/comercialização/consumo, b) o PAA como instrumento de fomento ao desenvolvimento territorial e promoção da agrobiodiversidade, e c) o arranjo institucional do PAA, debatendo-se as diferentes formas de gestão, os mecanismos de operacionalização, seus limites e possibilidades.

O Seminário foi realizado no período de 16 a 19 de junho, em Brasília-DF e para sua realização foi contratada por meio de licitação pública, a empresa Premier Alimentos e Eventos Ltda (CNPJ nº 0311819191/0001-89).

3) Aquisição de Alimentos

Termo de Cooperação no valor de R\$142.534.800,00, objetivando o desenvolvimento de ações integradas na operacionalização do PAA, por meio da utilização das modalidades de Compra Direta da Agricultura Familiar e de Formação de Estoques da Agricultura Familiar.

No plano de trabalho elaborado pela Conab foi previsto o atendimento a 39.200 famílias de produtores rurais e a implantação de 10 polos de aquisição de alimentos.

Durante o exercício foram atendidos 26.698 produtores familiares, representando cerca de 68,11% da meta prevista, com aquisição de 60.898 toneladas, conforme descrito a seguir.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Este instrumento tem como finalidade garantir, com base nos preços de referência, a compra de produtos agropecuários, em conformidade com o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e com o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008. Podem ser adquiridos produtos de agricultores enquadrados no Pronaf, inclusive Povos e Comunidades Tradicionais qualificados de acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra, acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA nº 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados preferencialmente em grupos formais (cooperativas e associações) ou informais.

Os produtos amparados são: arroz, castanha de caju, castanha do brasil, farinha de mandioca, feijão, milho, sorgo, trigo, leite em pó integral e farinha de trigo. A Conab, a seu critério, poderá adquirir outros produtos processados/beneficiados, próprios para o consumo humano.

Os preços de referência são elaborados pela Conab de acordo com os critérios propostos pelo Grupo Gestor do PAA constantes Resolução nº 29, de 23 de maio de 2008, e após a aprovação pelo Grupo são divulgados no DOU e incluídos no Manual de Operações da Conab.

Por este instrumento foram adquiridas, em 2008, 7.042 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R\$42.713.811,96, beneficiando 12.258 famílias. Especificamente no Estado do Amazonas não houve demanda para esse instrumento, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDA

Sureg	UF	Nº De Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
CE	CE	20	3	50	60.000,00
MG	MG	1.875	1	875	6.560.550,00
PE	PE	83	1	319	286.684,53
	AL	111	12	429	382.899,22
PI	PI	26	2	26	26.403,84
RN	RN	187	6	522	635.903,61
PR	PR	664	75	417	2.317.603,57
SP	SP	14	1	85	48.995,94
RS	RS	9.278	24	4.319	32.394.771,25
Total		12.258	125	7.042	42.713.811,96

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Tem por finalidade a formação de estoques pelas organizações de agricultores familiares, por meio da aquisição de produtos alimentícios oriundos de agricultores enquadrados nos grupos A ao E do Pronaf, visando a sustentação de preços e agregação de valor, conforme o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003 e Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

Podem ser adquiridos em todo o território nacional produtos de agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive povos e comunidades tradicionais qualificados de acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA nº 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab) organizados em cooperativas, associações, agroindústrias familiares, condomínios e consórcios.

São amparados os produtos alimentícios da safra vigente, próprios para o consumo humano, oriundos da agricultura familiar, cujo prazo de entrega é de 12 meses, a contar da data de assinatura da Cédula do Produtor Rural, podendo ser prorrogado a critério da Conab, após análise de pedido formal da organização dos participantes, justificando o pleito.

Por meio desse instrumento foram adquiridas em todo o país 50.025 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo de R\$46.517.339,01, beneficiando 14.440 produtores familiares. No Estado do Amazonas foram adquiridas 857 toneladas de produtos, de 305 agricultores familiares em 6 municípios, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDA

Sureg	UF	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidad e (t)	Recursos Gastos com a Aquisição (R\$)
AM	AM	305	6	857	622.256,59
BA	BA	1.703	14	1.207	5.667.183,08
	SE	110	2	902	384.620,00
CE	CE	159	2	463	555.124,80
ES	ES	112	3	133	379.918,00
GO	GO	103	1	224	358.070,00
MG	MG	878	8	1.226	3.068.394,78
MT	MT	145	9	495	465.185,50
PA	PA	67	2	260	234.199,18
PB	PB	9	1	8	31.500,00
PI	PI	249	2	89	249.550,00
PE	AL	372	5	1.630	1.288.375,22
PR	PR	2.020	13	5.688	6.907.494,14
RJ	RJ	93	1	72	324.440,00
RN	RN	466	10	859	1.209.873,60
RO	RO	192	4	474	533.390,02
	AC	429	1	1.579	1.499.999,65
RS	RS	4.083	23	25.957	12.618.620,50
SP	SP	1.606	16	6.058	5.619.144,88
SC	SC	1.339	8	1.844	4.499.999,10
TOTAL		14.440	131	50.025	46.517.339,04

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

O número total de agricultores atendidos com os recursos repassados para a operacionalização do PAA foi de 26.698 equivalendo a 68,2% da meta prevista. A execução a menor deve-se ao cronograma de desembolso dos recursos e à menor demanda pela CPR Estoque e pela aquisição direta.

A despesa total paga na execução dessas atividades foi de R\$94.352.869,50, representando cerca de 66,05% dos recursos recebidos. Com a aquisição de produtos foram gastos R\$89.239.799,67 equivalente a 94,58% do total pago, conforme detalhado no quadro a seguir. No âmbito da Sureg-AM/RR as despesas totais somaram R\$673.005,42, sendo R\$5.190,00 (0,77%) com diárias, R\$755,00 (0,11%) com material de consumo, R\$36.471,22 (5,42%) com serviços de terceiros, R\$8.332,77 (1,24%) e R\$622.256,43 (92,46%) com aquisições, conforme demonstrado no quando a seguir.

Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	Aquisição de Bens para Revenda	
AM	AM	5.190,00	755,00	8.332,77	-	23.861,22	-	622.256,43	660.395,42
	RR	-	-	-	-	12.610,00	-	-	12.610,00
BA	BA	10.275,00	3.225,21	2.103,27	-	104.600,61	-	5.667.183,08	5.787.387,17
	SE	165,00	50,00	-	-	4.824,95	-	384.620,00	389.659,95
CE	CE	7.395,00	1.419,29	-	-	-	-	624.926,67	633.740,96
ES	ES	5.775,00	1.256,52	1.665,50	-	14.598,39	-	379.918,00	403.213,41
GO	GO	-	-	296,03	-	559,05	-	358.070,00	358.925,08
MA	MA	5.400,00	2.487,16	2.864,18	-	-	-	-	10.751,34
MG	MG	4.920,00	2.324,84	1.668,46	-	22.435,00	1.549.767,91	9.628.944,78	11.210.060,99
MS	MS	-	165,20	-	-	-	-	-	165,20
MT	MT	3.645,00	870,30	360,00	-	19.891,78	-	465.185,50	489.952,58
PA	PA	450,00	426,19	2.648,34	-	16.274,23	-	234.199,18	253.997,94
PB	PB	3.225,00	711,45	1.060,47	-	19.693,29	-	31.500,00	56.190,21
PE	PE	-	-	-	380,00	239.178,15	118,80	286.684,53	526.361,48
AL	AL	-	-	-	18,97	49.213,12	4.105,90	1.669.113,90	1.722.451,89
PI	PI	-	-	-	-	28.461,12	4.488,65	276.561,12	309.510,89
PR	PR	5.040,00	1.515,52	817,83	-	49.129,21	-	9.225.098,82	9.281.601,38
RJ	RJ	1.125,00	257,66	760,00	-	15.043,75	-	324.440,00	341.626,41
RN	RN	15.300,00	5.434,03	3.906,78	793,15	29.429,42	13.375,00	1.846.175,14	1.914.413,52
RO	RO	4.770,00	1.893,03	1.905,00	-	-	-	533.390,02	541.958,05
RO	AC	1.125,00	250,00	581,88	-	14.793,00	-	1.499.999,65	1.516.749,53
RS	RS	2.475,00	-	2.796,91	-	1.031.951,90	1.259.235,90	45.013.392,43	47.309.852,14
SC	SC	6.900,00	2.527,14	4.219,76	-	82.745,95	45.661,47	4.499.999,60	4.642.053,92
SP	SP	-	-	-	-	6.047,05	-	5.668.140,82	5.674.187,87
Matriz		15.830,00	-	24.918,18	-	264.303,99	-	-	305.052,17
Total		99.005,00	25.568,54	60.905,36	1.192,12	2.049.645,18	2.876.753,63	89.239.799,67	94.352.869,50

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

c) Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome-MDS

1) Supervisão, Acompanhamento e Avaliação dos Projetos em Execução e dos Estoques do PAA, vinculados ao MDS

Objetivando dar continuidade às ações de supervisão e acompanhamento e avaliação dos projetos em execução e mediante a apresentação de Plano de Trabalho elaborado pela Conab, o MDS providenciou o repasse de recursos de R\$180.000,00, para cobertura das despesas com diárias, combustíveis e lubrificantes e despesas com passagens e locação de transporte.

Durante o exercício foram realizadas supervisões nos estados do AL, do AM, da BA, do CE, do ES, de GO, de MG, do MS, do MT, do PA, da PB de PE, do PI, do PR, do RN, de RO, do AC, do RS, de SC, de SP, de SE e de TO.

2) Aquisição de Alimentos

Termo de Cooperação nº 004/2008-SESAN, no valor de R\$189.937.976,00, estabelecendo parceria entre o MDS e a Conab, visando dar continuidade à operacionalização do PAA, destinado à aquisição de produtos agropecuários produzidos por

agricultores familiares, envolvendo instrumentos como a Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF, a Formação de Estoques pela Agricultura Familiar-CPR Estoque e Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea-CPR Doação, visando a formação de estoques estratégicos/segurança, à distribuição gratuita dos alimentos às pessoas em situação de insegurança alimentar e nutricional e, eventualmente, a sua comercialização, para evitar o comprometimento da qualidade dos alimentos.

Para tanto, a Conab recebeu recursos no valor de R\$189.937.976,00, objetivando o atendimento a 50.411 famílias de agricultores familiares para compra de 100.000 toneladas de diversos produtos agropecuários. No rol de famílias atendidas foram priorizadas: a) aquelas dos municípios pertencentes ao 60 Territórios da Cidadania; b) foi estimulada a participação de grupos de mulheres, atendendo o compromisso com o Programa de Apoio às Organizações Produtivas de Mulheres Rurais; c) a aquisição de produtos alimentícios da agrobiodiversidade, e d) aquisição de alimentos de origem extrativistas oriundos dos povos e comunidades tradicionais, conforme compromisso firmado com a Agenda Socioambiental.

Durante o mês de dezembro foi celebrado Termo Aditivo pelo qual a Conab recebeu mais R\$3.990.290,03 para aquisição de produtos agropecuários de 535 agricultores familiares, alterando o valor total para R\$193.928.266,00 e a meta física para 50.946 agricultores.

Durante o exercício foram atendidos 65.460 agricultores familiares, representando cerca de 128,49% da meta prevista, com aquisição de 117.650 toneladas, conforme descrito a seguir.

a) Compra Direta da Agricultura Familiar-CDAF

Por este instrumento foram adquiridas, em 2008, 3.043 toneladas de diversos produtos agrícolas, ao custo total de R\$3.593.827,22, beneficiando 1.076 famílias. Especificamente no Estado do Amazonas não houve demanda para esse instrumento, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo de Aquisições pela CDAF/MDS

Sureg	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
PI	73	4	167	134.333,19
RN	149	6	573	510.275,56
PB	14	1	55	46.674,50
PE	193	1	698	666.558,42
AL	368	16	1.420	1.263.985,55
RS	279	1	130	972.000,00
TOTAL	1.076	29	3.043	3.593.827,22

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

b) Formação de Estoque pela Agricultura Familiar – CPR-Estoque

Por meio desse instrumento foram adquiridas 501 toneladas de diversos produtos alimentícios de 275 produtores familiares em 275 municípios. Especificamente no Estado do Amazonas não houve demanda para esse instrumento, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo de Aquisições pela CPR-Estoque/ MDS

Sureg	Nº de Agricultores Familiares	Nº de Municípios	Quantidade (t)	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
SC	69	5	77	223.040,00
MS	15	1	10	49.555,00
RS	191	6	414	643.022,04
Total	275	12	501	915.617,04

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

c) Compra Especial da Agricultura Familiar-CAEAF (CPR – Doação)

Objetiva o atendimento às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional por meio de doação de alimentos adquiridos de agricultores familiares, em todo o território nacional, conforme o art. 19 da Lei nº 10.696, de 2 de julho de 2003, e o Decreto nº 6.447, de 7 de maio de 2008.

Os fornecedores são agricultores familiares enquadrados no Pronaf, inclusive os povos e comunidades tradicionais, qualificados de acordo com o Decreto nº 6.040, de 7 de fevereiro de 2007 – extrativistas, quilombolas, famílias atingidas por barragens, trabalhadores rurais sem terra acampados (definidos de acordo com a Portaria MDA nº 111, de 20 de novembro de 2003), comunidades indígenas e agricultores familiares em condições especiais (autorizados pela Conab). Os participantes deverão estar organizados em grupos formais (cooperativas e associações).

Os consumidores são instituições governamentais, ou não governamentais, que atendam às populações em situação de insegurança alimentar e nutricional.

São amparados produtos alimentícios próprios para consumo humano, observando-se: a) produtos *in natura*: da safra vigente; b) produtos industrializados/processados/beneficiados: o prazo de validade não deverá ser inferior ao a execução do projeto; c) produtos orgânicos: devem seguir a regulamentação contida no Decreto nº 6.323, de 27 de dezembro de 2007; e d) substituição do produto *in natura* por industrializados/processados/beneficiados: poderá ser aceita, devendo ser próprio para o consumo humano, de acordo com a conversão estabelecida pela Conab.

Os preços de aquisição são estabelecidos de acordo com a Resolução nº 12, de 12 de maio de 2004.

Por meio desse instrumento foram adquiridas 114.106 toneladas de diversos produtos alimentícios de 64.109 produtores familiares e distribuídas a 10.466.480 beneficiários consumidores, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo de Aquisição e Distribuição de Produtos Alimentícios/ MDS

Sureg	UF	Nº de Agric平tores Familiares	Nº de municípios	Quantidade (t)	Nº de Pessoas Beneficiadas	Nº de Entidades Beneficiadas	Recursos Gastos com Aquisição (R\$)
AM	AM	1.382	15	5.405	111.012	214	4.313.160,25
	RR	29	2	14	4.087	36	100.590,00
BA	BA	6.059	73	9.252	778.287	1.685	17.074.033,76
	SE	4.221	35	8.504	297.813	300	11.675.966,24
CE	CE	3.667	60	4.220	636.803	1.671	11.628.738,87
ES	ES	180	7	353	22.695	58	511.585,31
GO	GO	756	12	879	93.165	434	2.556.498,41
MA	MA	3.863	48	4.788	269.764	831	12.961.956,94
MG	MG	14.148	144	20.958	3.115.188	3.015	35.932.836,60
MS	MS	319	10	469	116.295	122	946.529,05
MT	MT	1.816	44	3.535	210.239	592	5.517.677,76
PA	PA	979	28	1.490	724.163	192	3.083.035,28
	AP	94	5	179	9.918	45	258.711,65
PB	PB	938	31	1.225	141.199	812	2.617.847,14
PE	PE	2.201	22	5.085	210.365	764	7.220.797,06
AL	AL	236	7	664	268.606	655	811.019,06
PI	PI	582	5	96	66.246	66	459.485,70
PR	PR	4.305	92	9.304	948.424	1.209	12.033.381,57
RJ	RJ	870	8	1.325	347.491	94	2.598.188,55
RN	RN	1.131	19	814	435.277	1.209	2.990.312,99
RO	RO	819	7	1.467	63.492	269	2.618.612,19
	AC	648	11	1.374	67.176	409	1.692.120,35
RS	RS	6.676	49	11.352	220.095	878	18.149.087,44
SC	SC	2.106	22	3.521	257.047	460	5.624.960,00
SP	SP	5.811	56	17.609	1.003.454	1.606	18.577.734,60
TO	TO	273	7	224	48.179	135	723.036,69
TOTAL	AI	64.109	819	114.106	10.466.480	17.761	182.677.903

Fonte: Conab/Digem/Supaf/Gecaf

A despesa total paga na execução dessas atividades foi de R\$194.099.245,11, representando cerca de 100,00% dos recursos recebidos no valor total de R\$194.108.266,00. Com a aquisição de produtos foram gastos R\$187.823.556,22 equivalente a 96,77% do total pago. As despesas liquidadas pela Sureg-AM/RR somaram R\$4.455.082,02, tendo as aquisições de produtos para distribuição gratuita representado cerca de 99,07% das despesas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa (Em R\$)							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
AM	AM	10.965,00	498,95	4.413.750,25	12.727,82	-	17.140,00	-	4.455.082,02
BA	BA	49.532,50	37.414,30	17.074.033,76	17.450,87	-	23.290,00	-	17.201.721,43
	SE	7.020,00	1.549,88	11.675.966,24	720,31	-	-	-	11.685.256,43
CE	CE	43.784,20	10.845,09	11.889.255,83	5.325,28	-	637,02	-	11.949.847,42
ES	ES	2.940,00	1.323,46	511.585,31	2.020,91	-	2.184,00	36.000,38	556.054,06
GO	GO	35.971,73	11.805,37	2.565.284,08	9.372,56	-	26.363,74	-	2.648.797,48
MA	MA	55.575,00	18.228,16	12.961.956,94	13.827,64	125,39	56.754,52	-	13.106.467,65
MG	MG	11.567,50	3.115,62	35.934.881,62	5.568,90	-	16.355,97	-	35.971.489,61
MS	MS	5.625,00	2.690,68	998.487,71	4.846,09	-	10.760,23	2.253,58	1.024.663,29
MT	MT	13.590,00	4.903,93	5.775.767,26	4.140,78	-	37.775,32	157.027,79	5.993.205,08
PA	PA	32.182,50	5.128,69	3.341.746,93	16.696,75	-	30.966,00	-	3.426.720,87
PB	PB	34.515,00	13.182,11	2.732.744,45	6.497,47	-	4.455,24	2.268,00	2.793.662,27
PE	PE	59.457,88	13.242,80	7.900.033,02	2.011,00	1.774,58	1.700,00	354,92	7.978.574,20
	AL	24.525,00	2.253,58	2.085.603,19		312,41	17.708,83	62,48	2.130.465,49
PI	PI	35.910,00	6.358,51	596.908,55	7.075,87	-	3.167,53	94.537,29	743.957,75
PR	PR	39.360,00	9.522,29	12.033.539,37	21.147,31	-	22.593,19	12.872,82	12.139.034,98
RJ	RJ	13.185,00	4.487,23	2.598.188,55	515,18	1.732,00	-	-	2.618.107,96
RN	RN	17.760,00	4.877,75	3.500.588,55	7.089,97	666,47	264,50	4.113,04	3.535.360,28
RO	RO	27.175,00	10.212,46	2.916.617,99	7.334,28	-	1.788,90	-	2.963.128,63
	AC	6.050,00	1.362,00	1.394.114,55	3.474,19	-	18.202,00	-	1.423.202,74
RS	RS	22.845,00	3.539,62	19.773.717,92	2.969,95	-	262.553,59	685.493,52	20.751.119,60
SC	SC	9.660,00	3.132,39	5.848.000,00	5.314,69	-	152.833,15	36.522,83	6.055.463,06
SP	SP	6.825,00	691,20	18.577.747,46	1.611,87	-	-	-	18.586.875,53
TO	TO	13.740,00	5.335,56	723.036,69	-	-	3.493.315,40	-	4.235.427,65
Matriz		30.320,00	9.835,66	-	40.611,59	-	44.792,38	-	125.559,63
Total		610.081,31	185.537,29	187.823.556,22	198.351,28	4.610,85	4.245.601,51	1.031.506,65	194.099.245,11

Fonte: Siafi

2.3.2.16.2 - Distribuição de Alimentos - Ministério da Integração Nacional-MI

O Programa 1029 - Resposta aos Desastres, sob a coordenação do Ministério da Integração Nacional, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as pessoas de menor renda.

As bases legais deste Programa estão na Constituição Federal que, no artigo 21, prevê como competência da União o planejamento e a promoção da defesa permanente contra calamidades públicas, especialmente as secas e inundações. Portanto, principalmente nos desastres de grande e muito grande porte, quando as necessidades ultrapassam a capacidade de resposta dos municípios, o atendimento supletivo do Governo Federal deve ser feito com a urgência necessária.

Compõe citado Programa a Ação orçamentária 4564 - Socorro e Assistência às Pessoas Atingidas por Desastres, em todo território Nacional, que objetiva prestar socorro e assistência às pessoas atingidas por desastres, de grande e muito grandes porte, quando comprometida a capacidade local para pronta resposta, especialmente quando reconhecidos como situação de emergência ou estado de calamidade pública pelo Governo Federal.

A Conab, por solicitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SEDEC, elaborou e apresentou planos de trabalho objetivando a aquisição de gêneros alimentícios para

confecção de cestas de alimentos para distribuição gratuita às famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, em todo o Território Nacional, classificadas na Codificação de Desastres, Ameaças e Riscos – CODAR, e, também, para envio a título de ajuda humanitária internacional, aos países da América Latina, Caribe e África, que se encontrarem em situação de desastre de qualquer natureza, ou sob ameaças e riscos resultantes de carência ou insegurança alimentar que possam comprometer/reverter a ordem pública e/ou social.

Durante o exercício a Conab recebeu recursos orçamentários/financeiros da citada Ação orçamentária no valor total de R\$50.623.955,22, sendo:

- R\$46.823.955,22 para a aquisição de aproximadamente 16.037 toneladas de gêneros alimentícios objetivando a formação e manutenção de um estoque estratégico de cerca de 697.250 cestas de alimentos, compostas por 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de leite em pó e 2 latas de óleo de soja, para atendimento às famílias em situação de carência alimentar e nutricional, tem todo o território nacional (Processos nºs 59050.001030/2008-56; 59050.000649/2008-43, 59050.002928/2007-61 e 59050.001692/2008-26);
- R\$1.500.000,00 para a aquisição e armazenagem de 168 toneladas gêneros alimentícios para montagem de 7.008 cestas e alimentos, compostas por : 5 latas de sardinha (650 g), 5 latas de fiambre (1,6 kg), 2 kg de leite em pó, 20 pacotes de biscoito água e sal (4 kg), 10 pacotes de biscoito maisena (2 kg), 20 pacotes de macarrão instantâneo (1,7 kg), 20 pacotes de farinha de milho em flocos (10 kg) e 2 kg de açúcar cristal, totalizando 23,950 kg. para o envio aos países afetados por desastres, visando a distribuição gratuita às comunidades dos países da América Latina, Caribe e África que se encontram em situação de insegurança alimentar devido a ocorrência de desastres de qualquer natureza (Processo nº 59050.001705/2008-67); e
- R\$2.300.000,00 para a aquisição de 961,4 toneladas de produtos alimentícios para confecção de aproximadamente 41.800 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 latas de óleo de soja, 2 kg de açúcar cristal, 2 kg de farinha de mandioca, 2 kg de macarrão e 2 kg de leite em pó, para distribuição gratuita a famílias atingidas por situações emergenciais e comunidades afetadas por desastres, no Estado do Piauí (Processo n.º 59050.000181/2008-97).

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab, após solicitação da Secretaria de Defesa Civil e com a devida anuência do MDS, foi utilizada parte dos estoques oriundos das aquisições realizadas no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA na composição das cestas.

Os locais de armazenagem dos produtos e o público beneficiário é de responsabilidade da Secretaria Nacional de Defesa Civil-SESAN, cabendo à Conab, na forma de contrapartida, a disponibilização de sua estrutura física e operacional, materializadas pelas unidades armazenadoras distribuídas em diversas Unidades da Federação, pelas Superintendências Regionais localizadas nas capitais do País e pelo quadro de empregados.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 22.414 toneladas de diversos gêneros alimentícios, superando a meta prevista de 17.166 toneladas em 30,57% e xxxx unidades de capa de fardo para acondicionamento dos produtos. Além dessas foram

utilizadas 2.111 toneladas de produtos adquiridos no âmbito do PAA, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Estoque/2007	Aquisições		Saídas		Saldo/2008	Em t
		Leilão	PAA	Transf. MDS	Distribuição		
Açúcar cristal	28	909	543	-	594	886	
Arroz	140	12.072	-	-	3.137	9.075	
Biscoito água e sal	-	260	-	-	-	260	
Biscoito maisena	-	130	-	-	-	130	
Feijão	42	2.277	522	-	874	1.967	
Fubá	10	-	-	1	9	-	
Farinha de mandioca	19	895	503	-	590	827	
Farinha de trigo	-	-	306	-	10	296	
Fiambre	-	65	-	-	-	65	
Flocos de milho	-	130	-	-	-	130	
Leite em pó	28	715	190	-	552	381	
Leite UHT	-	-	47	-	47	-	
Macarrão	28	2.318	-	-	592	1.754	
Macarrão instantâneo	-	260	-	-	-	260	
Óleo de soja	28	2.318	-	-	594	1.752	
Sardinha em lata	-	65	-	-	-	65	
Total	323	22.414	2.111	1	6.999	17.848	

Fonte: Suope/Gecom

Além do atendimento à população brasileira, o governo tem despendido esforços para ampliar sua assistência humanitária a países em situação de vulnerabilidade social e econômica - na linha da política vigente, observados seus objetivos socioeconômicos, onde se insere a necessidade de elevar a condição de vida dos povos. Nesse sentido, foi instituído grupo de trabalho interministerial para tratar da questão, com a incumbência de definir as ações brasileiras de ajuda humanitária a partir das demandas apresentadas por suas representações diplomáticas.

Para as ações de ajuda humanitária internacional foram repassados à Conab, por meio da SEDEC, R\$1,5 milhão para aquisição de alimentos, a qual somou aproximadamente 296,4 toneladas de produtos alimentícios.

Esses alimentos, embalados em caixas ficarão à disposição do Itamaraty, em um armazém da Infraero, no aeroporto do Galeão no Estado do Rio de Janeiro, para fazer frente às ações humanitárias internacionais do Brasil no exterior.

No que se refere à doação de alimentos, a Conab tem atuado sistematicamente na liberação e apoio logístico para o embarque das mercadorias doadas, consideradas as orientações e comandos da Coordenação Geral de Ações Internacionais de Combate à Fome, sob a gestão do Ministério das Relações Exteriores-MRE.

Para essas doações foram utilizados alimentos dos estoques públicos e produtos originários de aquisições da agricultura familiar, mediante prévia autorização do órgão detentor dos estoques. Neste caso, o MDS e a SECEC.

EM 2008, A Conab comandou a expedição de 1,6 mil toneladas de produtos básicos para sete países, para atendimento emergencial às populações vitimadas por calamidades públicas, conforme quadro a seguir.

Demonstrativo de Ajuda Humanitária

Produto	País (Em t)							Total
	Bolívia	Cuba	Haiti	Jamaica	Moçambique	Paraguai	Zâmbia	
Açúcar	0,6	2,6	5,2	-	-	2,5	-	10,9
Arroz	2,5	212,2	206,7	200,0	-	12,2	-	633,6
Feijão	0,9	3,6	9,0	-	3,5	3,7	3,5	24,2
Farinha de mandioca	-	2,6	1,2	-	2,5	2,4	-	8,7
Flocos de milho	0,3	-	-	-	-	-	-	0,3
Leite em pó	0,3	302,5	301,2	300,0	-	2,4	-	906,4
Macarrão	0,3	2,6	-	-	-	2,4	-	5,3
Milhão em grãos	-	-	-	-	-	-	3,0	3,0
Óleo de soja	0,6	2,5	4,2	-	-	2,4	-	9,7
Total	5,5	528,6	527,5	500,0	6,0	28,0	6,5	1.602,1

Fonte: Supab/Gepab

Por força da Lei nº 11.881, de 23 de dezembro de 2008, foi autorizada a doação de 45.000 toneladas de arroz, 2.000 toneladas de leite em pó e 500 kg de sementes de hortaliças, para as populações de Honduras, Haiti, Jamaica e Cuba, em virtude de catástrofes climáticas. Foram encaminhadas, inicialmente, 900 toneladas de leite em pó e 600 toneladas de arroz.

Durante o exercício foram atendidas em todo o território nacional 294.312 famílias, com a distribuição de 296.317 cestas de alimentos, totalizando 6.999 toneladas de gêneros alimentícios. Nos estados sob jurisdição da Sureg-AM foram atendidas 11.540 famílias, com distribuição de 261.840 cestas de alimentos, totalizando 271,8 toneladas de produtos alimentícios, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Distribuição de Cestas de Alimentos

UF	Atendimentos Realizados																		Total Geral						
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atend. Especiais			MAB			Indígenas			Marisq/Caranguejeira						
	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)				
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	323	1.292	27.778	-	-	-	323	1.292	27.778	
AL	13.021	65.281	1.467.824	555	2.660	58.975	240	1.115	24.530	-	-	-	-	-	-	1.300	6.500	146.104	-	-	-	15.116	75.556	1.697.433	
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-	5.360	10.722	243.894	-	-	-	5.360	10.722	253.894	
AP	2.200	2.200	50.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.200	2.200	50.200		
BA	22.144	92.984	2.084.802	4.288	20.791	503.762	1.000	5.000	121.465	2.000	2.000	44.000	440	1.760	40.314	2.117	12.383	268.284	-	-	-	31.989	134.918	3.062.627	
CE	3.014	15.156	334.943	557	3.127	68.794	100	700	15.400	1.500	1.500	34.500	1.595	8.273	178.274	1.500	6.000	132.000	678	2.034	44.748	8.944	36.790	808.659	
DF	7.057	39.519	873.710	-	-	-	-	-	-	50	50	15.050	-	-	-	200	200	4.400	-	-	-	7.307	39.769	893.160	
ES	2.765	8.194	191.722	530	2.721	71.528	300	1.500	35.321	-	-	-	-	-	-	340	2.040	46.240	-	-	-	3.935	14.455	344.811	
GO	6.356	29.323	637.696	2.095	14.844	323.396	300	1.200	27.600	-	-	10.723	2.500	7.800	168.480	111	555	11.544	-	-	-	11.362	53.722	1.179.439	
MA	8.491	25.406	545.043	3.645	14.580	320.950	1.000	3.088	67.496	1.000	1.000	23.000	-	-	-	2.795	9.582	198.371	-	-	-	16.931	53.656	1.154.860	
MG	13.533	71.819	1.515.103	2.289	14.734	326.924	800	4.800	105.800	-	-	-	532	3.192	70.294	2.500	17.126	418.175	-	-	-	19.654	111.671	2.436.296	
MS	17.850	96.375	2.629.996	180	720	18.360	100	400	10.200	-	-	-	-	-	-	22.000	135.682	2.909.898	-	-	-	40.130	233.177	5.568.454	
MT	20.129	54.312	1.205.540	654	1.962	43.164	-	-	-	-	-	-	965	965	21.230	4.198	6.594	148.068	-	-	-	25.946	63.833	1.418.002	
PA	22.413	44.611	983.234	2.210	2.435	53.570	800	1.600	35.200	5.000	5.000	111.500	2.210	4.420	97.240	767	1.597	35.163	250	250	5.500	33.650	59.913	1.321.407	
PB	3.481	17.405	394.261	770	3.850	87.380	100	500	12.296	1.500	1.500	36.000	1.050	5.249	119.700	2.000	10.000	228.000	200	600	15.165	9.101	39.104	892.802	
PE	29.052	126.704	2.786.059	2.651	9.576	222.626	800	2.620	57.190	605	605	12.705	-	-	-	2.751	14.334	320.343	500	500	29.040	36.359	154.339	3.427.963	
PI	3.881	12.827	384.485	603	4.264	137.493	100	800	23.000	6.362	6.362	118.490	-	-	-	-	-	-	360	360	10.800	11.306	24.613	674.268	
PR	11.861	48.605	1.066.655	99	445	9.751	-	-	-	-	-	-	610	1.830	38.430	1.500	4.595	104.550	-	-	-	14.070	55.475	1.219.386	
RJ	2.494	12.517	250.749	482	2.641	51.419	800	4.010	76.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.776	19.168	378.239		
RN	3.488	13.023	285.817	495	1.980	43.396	100	400	8.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.083	15.403	337.613		
RO	2.882	11.645	254.028	-	-	-	-	-	-	300	300	5.500	1.010	4.288	94.380	873	1.255	27.196	-	-	-	5.065	17.488	381.104	
RR	284	818	17.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284	818	17.946		
RS	2.831	31.326	663.228	341	2.387	52.514	800	5.600	123.200	-	-	6.352	1.605	11.840	256.509	3.530	27.795	633.824	-	-	-	9.107	78.948	1.735.627	
SC	1.066	5.905	120.354	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.401	5.210	113.154	1.500	5.290	129.854	-	-	-	4.967	16.405	363.362
SE	12.572	49.693	1.096.123	262	786	17.292	200	800	17.600	-	-	-	307	1.228	27.016	82	268	5.896	-	-	-	13.423	52.775	1.163.927	
SP	10.473	41.892	1.044.766	1.395	8.370	192.290	800	4.800	110.400	2.000	2.000	45.304	-	-	-	326	1.304	27.384	-	-	-	14.994	58.366	1.420.144	
TO	2.659	7.977	171.301	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.094	3.283	70.055	1.083	3.420	81.700	-	-	-	4.836	14.680	323.056	
Total	225.997	925.517	21.055.585	24.101	112.873	2.603.584	8.340	38.933	871.169	20.317	20.317	473.124	16.319	59.338	1.295.076	57.156	278.534	6.148.666	1.988	3.744	105.253	354.218	1.439.256	32.552.457	

Fonte: Supab/Gepab

Na aquisição de produtos e na operacionalização da distribuição das cestas de alimentos foram gastos R\$46.517.882,63, representado 91,89% do repasse total. Destacaram-se as despesas com a aquisição dos produtos, no valor de R\$43.868.833,64, com participação de 94,31% na despesa total. As despesas liquidadas no Estado do Amazonas somaram R\$1.251.389,57, sendo R\$1.169.715,54 com a aquisição de produtos, R\$18.025,5 com material de consumo, R\$62.352,86 com serviços de terceiros e R\$1.295,67 com obrigações tributárias e contributivas, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Execução da Despesa – Distribuição Alimentos M1

Sureg	UF	Elemento de Despesa							Total
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Física	Outros Serviços de Terceiros-Pes. Jurídica	Obrigações Tributárias e Contributivas	
AM	AM	-	18.025,50	1.169.715,54	-	-	62.352,86	1.295,67	1.251.389,57
BA	BA	60,00	644.109,99	4.685.425,08	131,76	-	111.103,70	2.028,92	5.442.859,45
	SE	-	4.625,76	143.884,02	-	-	4.829,50	156,14	153.495,42
CE	CE	-	23.866,10	1.257.494,76	-	928,20	5.021,26	-	1.287.310,32
ES	ES	-	25.401,18	1.532.486,04	-	-	47.501,93	4.047,97	1.609.437,12
GO	GO	-		-	-	-	11.660,23	-	11.660,23
MA	MA	-	11.413,50	944.033,60	-	-	27.033,69	-	982.480,79
MG	MG	-	54.540,79	3.163.120,31	-	-	68.032,93	3.162,24	3.288.856,27
MS	MS	-	273,00	-	-	-	48.605,55	49.804,41	98.682,96
MT	MT	-	18.413,91	979.879,60	-	-	43.030,38	-	1.041.323,89
PA	PA	1.200,00	23.543,36	2.351.557,92	2.475,64	-	14.689,11	-	2.393.466,03
PB	PB	-	23.971,75	975.459,04	-	-	31.489,95	1.607,47	1.032.528,21
PE	PE	-	175.526,81	8.289.451,47	-	-	36.408,68	-	8.501.386,96
	AL	-	18.505,08	600.970,02	-	-	2.601,96	-	622.077,06
PI	PI	360,00	49.985,04	3.279.880,28	-	-	77.841,19	28.742,60	3.436.809,11
PR	PR	-	12.335,36	444.948,58	-	-	61.273,48	-	518.557,42
RJ	RJ	-	85.340,03	2.489.077,77	-	12.567,00	3.139,09	-	2.590.123,89
RN	RN	-	23.898,70	1.377.907,62	-	-	4.167,46	-	1.405.973,78
RO	RO	300,00	18.340,08	912.671,08	-	-	13.306,62	669,55	945.287,33
RS	RS	-	41.434,82	1.105.936,62	-	-	121.147,43	-	1.268.518,87
SC	SC	3.420,00	49.810,86	1.593.877,08	-	-	67.277,00	-	1.714.384,94
SP	SP	-	12.125,60	499.311,64	-	-	43.941,36	-	555.378,60
TO	TO	-	4.340,10	259.260,90	-	-	-	-	263.601,00
Matriz		-	132.980,53	5.812.484,67	-	-	156.828,21	-	6.102.293,41
Total		5.340,00	1.472.807,85	43.868.833,64	2.607,40	13.495,20	1.063.283,57	91.514,97	46.517.882,63

Fonte: Siafi

2.3.2.16.3 - Distribuição de Alimentos - MDS

O Programa 1049 – Acesso à Alimentação, sob a coordenação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, objetiva promover o socorro e a assistência às pessoas afetadas por eventos adversos, o restabelecimento das atividades essenciais e a recuperação dos danos causados por desastres, supletivamente ao atendimento dos Estados e Municípios. O público-alvo são as pessoas afetadas, especialmente as de menor renda.

Compõem citado Programa as Ações orçamentárias: 2792 – Distribuição de Alimentos a Grupos Populacionais Específicos e 2802 – Operacionalização de Estoques Estratégicos de Segurança Alimentar, que objetivam a distribuição de cestas de alimentos como atendimento emergencial voltado à redução da insegurança alimentar em grupos vulneráveis, como famílias acampadas que aguardam o programa de reforma agrária,

remanescentes de quilombos, indígenas e atingidos por barragens em estado de risco e situação de insegurança alimentar e nutricional.

Também podem ser beneficiadas populações de grandes centros e da zona rural atingidas por calamidades (enchentes, secas, deslizamentos etc) e que precisam ser imediatamente socorridas. A distribuição das cestas de alimentos – parcialmente compostas por produtos adquiridos pelo PAA, conta com a colaboração da Conab, do INCRA, da Funai e da Fundação Cultural Palmares.

A experiência iniciada em 2003, com a distribuição gratuita de gêneros alimentícios tem demonstrado a necessidade da continuidade da ação de atendimento a esses segmentos populacionais que continuam em situação de insegurança alimentar em todo o território nacional.

A coordenação dos trabalhos encontra-se sob a gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar do MDS-SESAN, que, em articulação com a FUNAI, FUNASA, INCRA, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, define os beneficiários, a composição da cesta de alimentos, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

Por meio dos ofícios de nº s 016, de 09/02/2008 e 062, de 04/4/2008, a SESAN solicitou à Conab a aquisição de gêneros alimentícios para a continuidade do atendimento a essas famílias ou grupos populacionais. Para atendimento a Companhia elaborou planos de trabalho prevendo a aquisição de 17.292 toneladas de gêneros alimentícios para confecção de aproximadamente 786.000 cestas de alimentos para distribuição a 355.796 famílias.

Para tanto, a Conab recebeu repasses de recursos orçamentários/financeiros no valor total de R\$41.400.000,00, conforme processo nº 71000.500934/2008-51.

- Repasse no valor de R\$7.660.00,00 para a aquisição de 3.256 toneladas de gêneros alimentícios para montagem de 148.000 cestas de alimentos, compostas por: 10 kg de arroz, 3 kg de feijão, 2 kg de açúcar cristal, 2 latas de óleo de soja, 1 kg de leite em pó, 2 kg de farinha de mandioca, 1 kg de flocos de milho, (para as famílias do Centro-Sul 1 kg de fubá) e 1 kg de macarrão, totalizando 22 kg.
- Repasse de R\$33.740.000,00 objetivando a compra de 14.036 toneladas de gêneros alimentícios para composição de 638.000 cestas de alimentos, para distribuição a 34.647 famílias indígenas, 24.139 famílias quilombolas, 15.919 famílias atingidas por barragens (MAB), 8.400 famílias em comunidades de terreiro, 222.691 famílias em acampamentos da reforma agrária e formação de reserva estratégica para atendimento a 50.000 famílias.
- Repasse de R\$500.000,00 referente a emenda parlamentar e destinado à aquisição de 176 toneladas de produtos alimentícios para formação de 8.000 cestas de alimentos para distribuição às famílias de terreiro no Rio de Janeiro

Além das aquisições realizadas por meio do Sistema Eletrônico de Comercialização da Conab-SEC, com a participação das Bolsas de Cereais, de Mercadorias e/ou Futuros, a Conab pode, de comum acordo com o MDS, utilizar os estoques oriundos do Programa de Aquisição de Alimentos-PAA (MDS e/ou MDA), dentre outras modalidades de estoques, a exemplo de doações recebidas em nome do Fome Zero.

Nesse caso os alimentos adquiridos foram recebidos e depositados nas unidades operacionais da Conab, preferencialmente, nos estados onde deveria ocorrer a distribuição. A retirada dos alimentos nas unidades operacionais bem como a distribuição às famílias

beneficiadas, ficou a cargo dos representantes do INCRA/OAN, FUNAI/FUNASA, Fundação Cultural Palmares, SEPPIR e MAB.

Por meio de leilão eletrônico foram adquiridas 18.760 toneladas de diversos gêneros alimentícios, além de capa de fardos para acondicionamento dos produtos, superando a meta em 8,49%. Além dessas foram recebidas transferências de 7.166 toneladas de produtos da agricultura familiar (PAA) e 1 tonelada de fubá de milho dos estoques da Defesa Civil, conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Aquisição de Gêneros Alimentícios

Produto	Estoque 2007	Aquisições (Em t)			Distribuição	Saldo/2008
		Leilão	PAA	Def. Civil		
Açúcar cristal	113	247	1.898	-	1.947	311
Arroz	-	11.110	-	-	9.547	1.563
Feijão	135	1.632	2.237	-	3.552	452
Fubá	-	682	-	1	597	85
Farinha de mandioca	14	-	2.472	-	2.313	173
Farinha de trigo	-	166	293	-	365	94
Flocos de milho	-	582	-	-	488	94
Leite em pó	-	847	266	-	957	156
Macarrão	-	1.127	-	-	967	160
Óleo de soja	67	2.153	-	-	1.908	312
Total	329	18.546	7.166		22.641	3.400

Fonte: Suope/Gecom

Durante o exercício foram atendidas em todo o território nacional 354.218 famílias, com a distribuição de 1.439.256 cestas de alimentos, totalizando 32.552 toneladas de alimentos. Tal volume é 34,36% inferior ao realizado em 2007, que registrou a distribuição de 49.590 toneladas de alimentos, em razão dos recursos terem sido disponibilizados pelo MDS/SESAN apenas no mês de junho/2008. Há de se considerar, também, a alta nos custos dos alimentos e a escassez de produtos do PAA na composição das cestas, que mesmo assim, representou cerca de 24% da formação dos estoques totais. O quadro a seguir detalha os atendimentos realizados durante o exercício de 2008.

Nos Estados de Roraima e Amazonas foram distribuídas 5.644 cestas de alimentos a 11.540 famílias, totalizando 272 toneladas de alimentos. O quadro a seguir detalha os atendimentos realizados durante o exercício de 2008.

Demonstrativo da Distribuição de Alimentos – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

UF	Atendimentos Realizados																		Total Geral					
	Acampados			Quilombolas			Comunidades de Terreiro			Atend. Especiais			MAB			Indígenas			Marisq/Caranguejeira					
	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)	Nº Fam.	Nº Atend	Alim. Ent(kg)			
AC	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	323	1.292	27.778	-	-	323	1.292	27.778	
AL	13.021	65.281	1.467.824	555	2.660	58.975	240	1.115	24.530	-	-	-	-	-	-	1.300	6.500	146.104	-	-	15.116	75.556	1.697.433	
AM	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10.000	-	-	-	5.360	10.722	243.894	-	-	5.360	10.722	253.894	
AP	2.200	2.200	50.200	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.200	2.200	50.200		
BA	22.144	92.984	2.084.802	4.288	20.791	503.762	1.000	5.000	121.465	2.000	2.000	44.000	440	1.760	40.314	2.117	12.383	268.284	-	-	31.989	134.918	3.062.627	
CE	3.014	15.156	334.943	557	3.127	68.794	100	700	15.400	1.500	1.500	34.500	1.595	8.273	178.274	1.500	6.000	132.000	678	2.034	44.748	8.944	36.790	808.659
DF	7.057	39.519	873.710	-	-	-	-	-	-	50	50	15.050	-	-	-	200	200	4.400	-	-	7.307	39.769	893.160	
ES	2.765	8.194	191.722	530	2.721	71.528	300	1.500	35.321	-	-	-	-	-	-	340	2.040	46.240	-	-	3.935	14.455	344.811	
GO	6.356	29.323	637.696	2.095	14.844	323.396	300	1.200	27.600	-	-	10.723	2.500	7.800	168.480	111	555	11.544	-	-	11.362	53.722	1.179.439	
MA	8.491	25.406	545.043	3.645	14.580	320.950	1.000	3.088	67.496	1.000	1.000	23.000	-	-	-	2.795	9.582	198.371	-	-	16.931	53.656	1.154.860	
MG	13.533	71.819	1.515.103	2.289	14.734	326.924	800	4.800	105.800	-	-	-	532	3.192	70.294	2.500	17.126	418.175	-	-	19.654	111.671	2.436.296	
MS	17.850	96.375	2.629.996	180	720	18.360	100	400	10.200	-	-	-	-	-	-	22.000	135.682	2.909.898	-	-	40.130	233.177	5.568.454	
MT	20.129	54.312	1.205.540	654	1.962	43.164	-	-	-	-	-	965	965	21.230	4.198	6.594	148.068	-	-	25.946	63.833	1.418.002		
PA	22.413	44.611	983.234	2.210	2.435	53.570	800	1.600	35.200	5.000	5.000	111.500	2.210	4.420	97.240	767	1.597	35.163	250	250	5.500	33.650	59.913	1.321.407
PB	3.481	17.405	394.261	770	3.850	87.380	100	500	12.296	1.500	1.500	36.000	1.050	5.249	119.700	2.000	10.000	228.000	200	600	15.165	9.101	39.104	892.802
PE	29.052	126.704	2.786.059	2.651	9.576	222.626	800	2.620	57.190	605	605	12.705	-	-	-	2.751	14.334	320.343	500	500	29.040	36.359	154.339	3.427.963
PI	3.881	12.827	384.485	603	4.264	137.493	100	800	23.000	6.362	6.362	118.490	-	-	-	-	-	-	360	360	10.800	11.306	24.613	674.268
PR	11.861	48.605	1.066.655	99	445	9.751	-	-	-	-	-	610	1.830	38.430	1.500	4.595	104.550	-	-	-	14.070	55.475	1.219.386	
RJ	2.494	12.517	250.749	482	2.641	51.419	800	4.010	76.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.776	19.168	378.239	
RN	3.488	13.023	285.817	495	1.980	43.396	100	400	8.400	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.083	15.403	337.613	
RO	2.882	11.645	254.028	-	-	-	-	-	-	300	300	5.500	1.010	4.288	94.380	873	1.255	27.196	-	-	5.065	17.488	381.104	
RR	284	818	17.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	284	818	17.946		
RS	2.831	31.326	663.228	341	2.387	52.514	800	5.600	123.200	-	-	6.352	1.605	11.840	256.509	3.530	27.795	633.824	-	-	9.107	78.948	1.735.627	
SC	1.066	5.905	120.354	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2.401	5.210	113.154	1.500	5.290	129.854	-	-	4.967	16.405	363.362	
SE	12.572	49.693	1.096.123	262	786	17.292	200	800	17.600	-	-	307	1.228	27.016	82	268	5.896	-	-	13.423	52.775	1.163.927		
SP	10.473	41.892	1.044.766	1.395	8.370	192.290	800	4.800	110.400	2.000	2.000	45.304	-	-	-	326	1.304	27.384	-	-	14.994	58.366	1.420.144	
TO	2.659	7.977	171.301	-	-	-	-	-	-	-	-	1.094	3.283	70.055	1.083	3.420	81.700	-	-	4.836	14.680	323.056		
Total	225.997	925.517	21.055.585	24.101	112.873	2.603.584	8.340	38.933	871.169	20.317	20.317	473.124	16.319	59.338	1.295.076	57.156	278.534	6.148.666	1.988	3.744	105.253	354.218	1.439.256	32.552.457

Fonte: Supab/Gepab

Em âmbito nacional, na aquisição de produtos e na operacionalização da distribuição das cestas de alimentos foram gastos R\$40.325.075,78, representado 97,17% do repasse total. Destacaram-se as despesas com a aquisição dos produtos, no valor de R\$38.316.876,79, com participação de 95,02% na despesa total, conforme detalhado no quadro a seguir.

Foram contabilizadas na Sureg-AM/RR despesas no valor de R\$591.775,00. As despesas com as aquisições somaram R\$1.507.892,37 (97,20% da despesa no Estado), conforme detalhado no quadro a seguir.

Demonstrativo da Execução da Despesa

Sureg	UF	Elemento de Despesa						Total	
		Diárias	Material de Consumo	Material de Distribuição Gratuita	Passagens e Despesas com Locomoção	Outros Serviços de Terceiros			
						Pessoa Física	Pessoa Jurídica		
AM	AM	-	-	572.972,93	-	-	17.706,07	1.096,00 591.775,00	
BA	BA	3.900,00	32.060,00	3.933.532,44	294,00	-	139.753,15	2.019,68 4.111.559,27	
	SE	2.325,00	1.225,04	1.189.942,27	589,34	-	38.439,62	1.600,15 1.234.121,42	
CE	CE	11.087,50	4.364,82	1.507.892,37	1.925,91	219,06	23.984,70	1.820,00 1.551.294,36	
DF	DF	33.942,50	16.522,36	1.031.185,27	3.376,10	-	303.480,05	1.412,84 1.389.919,12	
ES	ES	-	-	338.000,95	-	-	6.537,61	- 344.538,56	
GO	GO	15.515,00	29.867,59	699.125,94	1.342,58	-	46.141,63	13.675,32 805.668,06	
MA	MA	-	1.475,00	1.365.791,46	-	-	8.392,33	2.951,44 1.378.610,23	
MG	MG	19.615,00	25.444,66	2.920.847,42	1.414,14	-	70.639,55	1.736,77 3.039.697,54	
MS	MS	540,00	636,59	7.355.658,19	-	-	211.750,85	40.719,57 7.609.305,20	
MT	MT	-	-	1.471.561,13	-	-	12.445,98	24.831,15 1.508.838,26	
PA	PA	-	4.375,00	2.693.475,05	-	-	32.414,27	- 2.730.264,32	
PB	PB	5.025,00	1.697,75	706.582,45	-	-	51.921,83	8,00 765.235,03	
PE	PE	-	-	3.506.532,98	1.484,58	5.756,82	93.634,79	22.553,99 3.629.963,16	
	AL	-	-	1.999.545,57	-	18.879,95	16.043,47	36.862,18 2.071.331,17	
PI	PI	6.780,00	13.555,53	667.912,11	130,00	275,00	42.331,35	9.033,12 740.017,11	
PR	PR	-	18.000,00	1.163.158,73	-	-	101.294,68	5.504,13 1.287.957,54	
RJ	RJ	1.800,00	1.023,05	310.680,81	-	1.952,00	11.712,96	2.369,76 329.538,58	
RN	RN	10.800,00	4.766,61	276.918,51	-	7.638,54	4.232,71	687,54 305.043,91	
RO	RO	-	6.194,56	526.681,15	-	1.416,00	26.344,08	3.354,10 563.989,89	
	AC	-	-	-	-	-	3.300,00	- 3.300,00	
RS	RS	5.175,00	6.929,42	1.597.947,96	934,76	-	100.541,01	13.726,50 1.725.254,65	
SC	SC	-	-	250.231,94	-	-	11.207,11	1.344,86 262.783,91	
SP	SP	-	-	1.900.451,35	-	-	101.871,83	6.848,96 2.009.172,14	
TO	TO	-	-	330.247,81	-	-	4.347,14	1.302,40 335.897,35	
Total		116.505,00	168.137,98	38.316.876,79	11.491,41	36.137,37	1.480.468,77	195.458,46 40.325.075,78	

Fonte: Siafi

2.4. Desempenho Operacional

No exercício de 2008, a Conab, em parceria com a Coordenação Geral de Planejamento e Modernização-CGPLAN/MAPA, deu início à criação de indicadores de desempenho para as principais ações orçamentárias desenvolvidas pela Companhia, consignadas no Plano Plurianual 2008/11, incluindo as atividades que visam o atendimento à legislação, assim como o pagamento dos benefícios estabelecidos no seu acordo coletivo de trabalho.

O principal objetivo foi a criação de um painel de indicadores que possibilitasse o acompanhamento das atividades, a avaliação dos resultados e a antecipação de medidas para a correção de rumos e, adicionalmente, o atendimento às demandas de órgãos de controle, como a Controladoria Geral da União-CGU e o Tribunal de Contas da União-TCU.

Considerando que a maioria das atividades desenvolvidas pela Companhia, tanto as atividades meio quanto as finalísticas, estão delineadas no PPA 2008-11, - exceto as que são desenvolvidas em decorrência de repasses orçamentários-financeiros de outros órgãos públicos - os trabalhos foram realizados com a participação dos respectivos Coordenadores de Ação Nacional no âmbito do PPA e equipes responsáveis pela execução.

Um dos aspectos abordados no desenvolvimento dos trabalhos foi a necessidade de mudança nos padrões de entendimento e respostas aos controles exigidos para a gestão das ações, incluindo a disseminação e assimilação de conceitos como: eficiência, eficácia e efetividade. A experiência demonstra que a internalização de novos padrões exige contínuo trabalho de convencimento e de divulgação do que está sendo feito e da forma como esta sendo feito, a ainda do que e como deveria ser feito, tornando-se fundamental, portanto, uma mudança de paradigma no que se refere ao acompanhamento da ação pelo responsável pela sua execução.

Outro ponto que mereceu destaque foi a identificação da necessidade de melhoria na descrição e nos atributos de diversas ações, inclusive nos respectivos produtos, tendo sido objeto de solicitação de ajustes ao Ministério da Fazenda, Gestão e Orçamento.

Os indicadores definidos para o monitoramento de citadas ações estão em fase de teste e análise de sua aplicabilidade e consistência. Nesse período inicial observou-se que alguns necessitam ainda de adequações, tanto no que se refere ao objetivo, à facilidade de cálculo, à facilidade de obtenção das informações, até mesmo quanto a uma definição mais detalhada. Em decorrência, precedendo a divulgação do painel de indicadores, deverá ocorrer em 2009 a revisão destes, mediante a proposição de supressões e acréscimos de novos.

Neste primeiro momento, o cálculo e a apuração estão sob a responsabilidade da Gerência de Avaliação de Resultados-GEARE e, após a validação elos CANs (Coordenadores de Ação Nacional do PPA) passará a ser de responsabilidade da área executora que procederá, desta forma, um acompanhamento mais sistemático da ação.

Indicadores no Âmbito do PPA 2008/2010

Os indicadores de eficácia são utilizados na aferição do andamento de cada ação orçamentária, buscando identificar entraves que estejam dificultando sua plena execução, ou a necessidade de suplementação orçamentária ou ainda a possibilidade de cancelamentos de dotação.

A periodicidade de apuração é mensal e o resultado bem como justificativas, são inseridos no Sistema de informações Gerenciais e de Planejamento-SIGPLAN, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Para nivelamento do desempenho apurado, mediante esses indicadores, várias reuniões foram realizadas em 2008, envolvendo o Secretário Executivo do Programa Abastecimento Agroalimentar com os respectivos CANs, buscando soluções para entraves que dificultavam o bom desenvolvimento da Ação.

A seguir as fórmulas de cálculo estabelecidas, cuja ênfase recaiu, nessa fase inicial, sobre a dimensão eficácia, entre aquelas recomendadas pelos órgãos de controle.

Ação: Aquisição de Produtos para Comercialização			
Eficácia	Quantidade Adquirida (t) X 100	0	0,00%
	Quantidade Planejada (t)	7.736	
	Valor liquidado (R\$) X 100	0,00	
	Valor planejado (R\$)	7.377.628,00	0,00%

Quantidade adquirida = quantidade efetivamente adquirida durante o período

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade adquirida – fornecida pela área responsável (Geope/Sureg-RS)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Em decorrência da baixa execução física e financeira neste e nos exercícios anteriores a Conab solicitou a exclusão desta ação no Programa Abastecimento Agroalimentar. Segundo orientação recebida, em 2009 esta Ação continuaria existindo mas com dotação orçamentária e meta física igual a zero.

Ação: Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes			
Eficácia	Quantidade de atendimentos realizados (unid) X 100	309	73,10%
	Quantidade Planejada (unid)	422	
	Valor liquidado (R\$) X 100	284.384,24	
	Valor Planejado (R\$)	285.000,00	99,78%

Quantidade de atendimentos realizados = quantidade de empregados e dependentes atendidos durante o período

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de atendimentos realizados – fornecida pela área responsável (GEBEN)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

A diferença entre a execução física (73,10%) e a financeira (99,78%) é decorrência direta da alta idade média dos empregados acarretando maiores custos com assistência médica. Buscando redução nos custos, a Conab continua investindo nos exames periódicos anuais e no maior controle de emissão de guias de exames e para a maioria dos tratamentos solicitados é realizado perícia médica e odontológica.

Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Eficácia	Quantidade de beneficiários assistidos (unid) X 100	11	73,33%
	Quantidade de beneficiários planejada (unid)	15	
	Valor liquidado (R\$) X 100	61.687,72	99,50%
	Valor Planejado (R\$)	62.000,00	

Quantidade de beneficiários assistidos = quantidade média de beneficiários entre 0 e 7 anos que recebeu o auxílio no período

Quantidade de beneficiários planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade média de empregados beneficiados - fornecida pela área responsável (GEBEN)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados

Eficácia	Quantidade de empregados beneficiados (unid) X 100	89	127,14%
	Quantidade de empregados planejada (unid)	70	
	Valor liquidado (R\$) X 100	438.241,16	97,39%
	Valor Planejado (R\$)	450.000,00	

Quantidade de empregados beneficiados = quantidade média de empregados que recebeu o auxílio no período

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade média de empregados beneficiados – fornecida pela área responsável (GEBEN)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

A execução física acima da meta prevista é decorrência do aumento do número de empregados, principalmente pelo retorno dos anistiados.

Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados

Eficácia	Quantidade de empregados beneficiados (unid) X 100	72	111,03%
	Quantidade de empregados planejada (unid)	65	
	Valor liquidado (R\$) X 100	160.240,00	97,12%
	Valor Planejado (R\$)	165.000,00	

Quantidade de empregados beneficiados = quantidade média de empregados que recebeu o auxílio no período

Quantidade de empregados planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade média de empregados beneficiados – fornecida pela área responsável (GEBEN)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

A execução física acima da meta prevista é decorrência do aumento do número de empregados, principalmente pelo retorno dos anistiados.

Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação			
Eficácia	Quantidade de servidor capacitado (unid) X 100	115	605,26%
	Quantidade planejada (unid)	19	
	Valor liquidado (R\$) X 100	41.154,07	91,45%
	Valor Planejado (R\$)	45.000,00	
Eficiência	Valor Planejado (R\$)	45.000,00	R\$ 2.368,42
	Quantidade de empregados planejada (unid)	19	
	Valor liquidado (R\$)	41.154,07	R\$ 357,86
	Quantidade de servidor capacitado (unid)	115	
	Valor Planejado (R\$)	45.000,00	R\$ 5.000,00
	Quantidade de eventos programados	9	
	Valor liquidado (R\$)	41.154,07	R\$ 1.646,16
	Quantidade de eventos realizados	25	

Quantidade de servidor capacitado = quantidade de servidor capacitado

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Quantidade de eventos programados = meta estabelecida pela área responsável

Quantidade de eventos realizados = quantidade de eventos realizados

Fonte = quantidade de servidor capacitado – fornecida pela área responsável (GECAP)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

A atividade foi executada dentro dos padrões esperados, cabendo às áreas de treinamento, tanto na Matriz quanto nas Regionais, o levantamento de custos possibilitando o planejamento de maior número de eventos, reduzindo, assim, a distância entre os valores previstos e realizados.

Contribuição à Previdência Privada			
Eficácia	Valor liquidado (R\$) X 100	193.915,60	100,00%
	Valor Planejado (R\$)	193.917,97	
Eficiência	Valor Planejado (R\$)	193.917,97	5.540,51
	Participante Ativo	35	
	Valor liquidado (R\$)	193.915,60	5.540,45
	Participante Ativo	35	
Efetividade	Participante Ativo X 100	35	30,17%
	Quantidade de Empregados Sureg	116	

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Participante ativo = empregado participante da Previdência Complementar

Quantidade de empregados Conab = Total de empregados na Conab

Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

O baixo índice de efetividade é decorrência da admissão de novos empregados que não aderiram ao plano de previdência e do retorno de anistiados que também não aderiram em função da obrigação de pagamento do serviço passado.

Cumprimento de Sentenças			
Eficácia	Valor liquidado (R\$) X 100	20.338,59	67,80%
	Valor Planejado (R\$)	30.000,00	

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual

Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

O contínuo acompanhamento do índice foi fundamental para as negociações de suplementação orçamentária/financeira, dado que o pagamento de sentenças relativas a pessoal superaram as previsões iniciais.

Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços Na Comercialização de Produtos Agropecuários			
Eficácia	Estoque fiscalizado (t) X 100	2.871	1595,00%
	Quantidade planejada	180	
	Fiscalização realizadas (unid) X 100	19	
	Fiscalização planejada (unid)	2	
	Valor liquidado (R\$) X 100	2.508,94	
	Valor Planejado (R\$)	4.000,00	
Efetividade	Quantidade perdas em armazenagem X 100	0,00	0,00%
	Quantidade estoque fiscalizado	2.871,00	
	Quantidade desvios em armazenagem X 100	0,00	0,00%
	Quantidade estoque fiscalizado	2.871,00	
	Quantidade produtos abaixo do padrão X 100	0,00	0,00%
	Quantidade estoque fiscalizado	2.871,00	
	Quantidade produtos desclassificados X 100	0,00	0,00%
Economicidade	Quantidade estoque fiscalizado	2.871,00	
	Valor liquidado (2008) (R\$)	2.508,94	26,00%
	Fiscalização realizada (2008)	19,00	
	Valor liquidado (2007) (R\$)	11.681,98	
	Fiscalização realizada (2007)	23	

Quantidade de estoque fiscalizado = quantidade de produtos fiscalizados no período

Quantidade de estoques planejada = meta operacional prevista pela GEFIS para as Suregs meta estabelecida

Fiscalização realizada – quantidade de fiscalizações realizadas no período

Fiscalização planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado (despesas correntes) = valor comprometido extraído do SIAFI

Valor planejado (despesas correntes) = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Quantidade perdas em armazenagem = quantidade de perdas ocorridas durante o período,

Quantidade desvios em armazenagem = quantidade de desvios praticados durante o período

Quantidade produtos abaixo do padrão =quantidade de produtos AP apurada durante o período

Quantidade produtos desclassificados =quantidade de produtos desclas. verificadas durante o período

Valor liquidado 2008 (despesas correntes) = extraído do Siafi

Fiscalização realizada 2008 = quantidade de fiscalizações realizadas no período, informada pela GEFIS

Valor liquidado 2007 (despesas correntes) = extraído do Siafi

Fiscalização realizada 2007 = quantidade de fiscalizações realizadas no período, informada pela GEFIS

Fonte = quantidade de produtos fiscalizados – fornecida pela área responsável (GEFIS)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

perdas em armazenagem – fornecida pela área responsável (GEFIS)

desvios em armazenagem – fornecida pela área responsável (GEFIS)

produtos abaixo do padrão – fornecida pela área responsável (GEFIS)

produtos desclassificados – fornecida pela área responsável (GEFIS)

valor liquidado 2008 – fornecida pela área responsável (GEFIS)

fiscalização realizada 2008 – fornecida pela área responsável (GEFIS)

valor liquidado 2007 – fornecida pela área responsável (GEFIS)

fiscalização realizada 2007 – fornecida pela área responsável (GEFIS)

A execução a maior apurada pelo índice de eficácia dos estoques deve-se ao maior volume de estoques recebidos em remoção do Estado do Mato Grosso para atendimento ao Programa Vendas em Balcão. Quanto ao índice de realização das fiscalizações, a meta estabelecida para 2008 incluiu apenas as unidades armazenadoras planejadas, ou seja, não levou em consideração a fiscalização dos instrumentos de apoio à comercialização, em função do atraso na aprovação do PPA 2008/11.

Formação de Estoques Públicos

Eficácia	Quantidade de produto adquirido (t) X 100	0	0,00%
	Quantidade planejada (t)	1.000	
	Valor liquidado (R\$) X 100	1.044.650,08	10,45%
	Valor Planejado (R\$)	10.000.000,00	

Quantidade de produtos adquiridos = quantidade de produtos adquiridos por AGF e Contrato Público de Opção de Venda

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de produtos adquiridos por AGF e Contrato Público de Opção de Venda - fornecida pela área responsável (SUOPE)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Os baixos índices apurados são decorrentes das boas condições de mercado para os principais produtos amparados pela PGPM durante quase todo o exercício, não necessitando, portanto, da intervenção do Governo Federal para garantia da renda dos produtores agrícolas. Neste caso, a intervenção da Conab poderia forçar ainda mais os preços prejudicando sobremaneira os esforços de controle inflacionários.

Gestão e Administração do Programa

Eficácia	Valor liquidado (R\$) X 100	6.243.053,50	99,65%
	Valor Planejado (R\$)	6.265.000,00	

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

O contínuo acompanhamento do índice foi fundamental para as negociações de suplementação orçamentária/financeira, dado que a dotação orçamentária aprovada para o período foi em patamares solicitados pela Conab.

Operacionalização da Comercialização de Produtos

Eficácia	Quantidade de serviço prestado (unid) X 100	0	0,00%
	Quantidade planejada (unid)	2	
	Valor liquidado (R\$) X 100	0	0,00%
	Valor Planejado (R\$)	0	

Quantidade de serviço prestado = quantidade de serviço prestado

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de serviço prestado – fornecida pela área responsável (SUPAB)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Devido à baixa execução física e financeira desta Ação, a Conab solicitou sua exclusão do Programa Abastecimento Agroalimentar.

Pesquisa, Acompanhamento e Avaliação de Safras

Eficácia	Quantidade de pesquisa realizada (unid) X 100	2	100,00%
	Quantidade planejada (unid)	2	
	Valor liquidado (R\$) X 100	3.455,01	60,59%
	Valor Planejado (R\$)	5.702,17	

Quantidade de pesquisas realizadas = quantidade de pesquisa realizada

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de pesquisa realizada – fornecida pela área responsável (GEASA)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Ação desenvolvida dentro dos padrões esperados.

Recuperação e Modernização da Rede Própria de Armazéns

Eficácia	Quantidade de unidade modernizada (unid) X 100	2	100,00%
	Quantidade planejada (unid)	2	
	Valor liquidado (R\$) X 100	72.479,08	80,53%
	Valor Planejado (R\$)	90.000,00	
Eficiência	Valor orçado (R\$)	90.000,00	R\$ 45.000,00
	Quantidade de Unidades planejadas	2	
	Despesa liquidada	72.479,08	R\$ 36.239,54
	Quantidade de unidades modernizadas	2	

Quantidade de unidade modernizada = quantidade de unidade modernizada

Quantidade planejada = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Valor liquidado = valor comprometido

Valor planejado = meta aprovada na LOA anual e para as Suregs meta estabelecida

Fonte = quantidade de unidade modernizada – fornecida pela área responsável (GECAD)

quantidade planejada – publicada na LOA anual

valor liquidado – extraído do Siafi

valor planejado – publicado na LOA anual

Apesar do bom desempenho alcançado foram identificados problemas estruturas que estão dificultando seu desenvolvimento, tais como: falta de engenheiros para acompanhamento das obras, excessivo controle sobre o processo de licitações causando atraso nos serviços ou aquisições, falta de normas sobre a manutenção e conservação das unidades armazenadoras e necessidade de execução de serviços emergenciais para continuidade do fluxo operacional.

2.4.1 - Evolução de gastos gerais

DESCRIÇÃO	ANO		
	2006	2007	2008
1. PASSAGENS	32.312,80	45.819,38	44.003,02
2. DIÁRIAS E RESSARCIMENTO DE DESPESAS EM VIAGENS	40.032,50	66.133,62	58.465,00
3. SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
3.1. Publicidade			
3.2. Vigilância, Limpeza e Conservação	369.246,49	645.533,05	589.357,39
3.3. Tecnologia da informação			
3.4. Outras Terceirizações	71.458,18	66.133,62	71.888,04
3.5. Suprimento de fundos			
4. CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO			2.028,10
TOTAIS	513.049,97	823.619,67	765741,55

Fonte: Siafi

3. Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve ocorrência no Âmbito da SUREG/AM.

4. Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Não houve ocorrência no Âmbito da SUREG/AM.

5. Demonstrativo de transferências (recebidas e realizadas) no Exercício

Os recursos provenientes de repasses se outros órgãos públicos são recebidos pela Matriz (UG 135100) e executados pelas Suregs mediante descentralizações orçamentárias/financeira, descritas no item (verificar item do Participação na execução do PAA (MDA E MDS) e Distribuição de Alimentos (MI e MDS)

6. Previdência Complementar Patrocinada

a) - Identificação da Entidade:

Nome CIBRIUS
Razão Social Instituto CONAB de Seguridade Social –CIBRIUS
Entidade Fechada de Previdência Privada, sem fins lucrativos, constituída pela Conab (Patrocinadora-Principal) em 08 de março de 1979, sob a forma de sociedade civil. O regime especial de intervenção federal que afetava a entidade desde 14/12/2000, por força da Portaria MPAS/nº 9093, de 13/12/2000, foi levantado em 30/11/2007 e reconstituídos os órgãos estatutários, nos termos do Ofício SPC/DEFIS/CGRE/nº 1749, de 08 de junho de 2007.
CNPJ: 00.531.590/0001-89
Plano de Plano de Benefício Definido – Registrado no CNPB sob o nº Benefícios: 19.790.007-19

b) - Demonstrativo Anual:

i. Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:

R\$ 140.320.649,57

Fonte: Conab/Dirhu/Sureh

ii. Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:

Participante - R\$ 10.145.645,13

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi (mesmo valor da patrocinadora)

iii. Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora CONAB

Patronal/Paritária - R\$ 10.145.645,13

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Complemento de Previdência (Serviço Passado) - R\$ 12.786.273,98

Valor referente ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados da CONAB, patrocinadora principal do plano de benefícios do CIBRIUS, na forma do termo de convênio e aditivos firmados entre as partes, concernente à entrada para plano em 1.995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM.

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Total Contribuições - R\$ 22.931.919,11

Fonte:Conab/Diafi/Sucon/Gecon/DRE-Demonstrativo de Resultado do Exercício/Siafi

Cabe observar que as contribuições são paritárias conforme determina a legislação. Entretanto, eventual divergência entre a contribuição paritária Patronal e a contribuição dos Participantes informada pelo Cibrius, decorre de diferenças relacionadas ao pagamento de jóia de responsabilidade exclusiva do participante e acertos outros.

iv. Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora CONAB

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições.

v. Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:

Não houve outros repasses de recursos que não contribuições

vi. - Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:

Posição Custodiante – HSBC/CCF em 31/12/2008

Descrição	VALOR	Percentual Atual	%Enquadramento Fundamento Legal	
			Política Investimento	Resolução CMN nº 3456
1) Renda Fixa	284.242.690,08	79,01	70,00	100,00
1.1 – NTN-B – Título Público Federal (IPCA)	226.644.200,30	63,00		
1.2 – NTN-C – Título P. Federal (IGP-M)	14.219.868,47	3,95		
1.3 - LFT – Título P. Federal (selic)	37.910.591,30	10,54		
1.4 - LFT-B - Título P. Federal (selic)	867.118,56	0,24		
1.5 - Fundo BB Institucional	4.387.867,78	1,22		
1.6 – Fundo UBS Pactual Select Bolsa Plus	213.043,67	0,06		
2) Renda Variável	43.203.733,92	12,01	20,00	50,00
2.1 - Mercado de Ações à Vista	23.072.899,97	6,41		
2.2 – Bradesco Dividendos	1.918.863,34	0,53		
2.3 – Bradesco ibx ativo	1.714.707,74	0,48		
2.4 – Bradesco infra-estrutura	1.655.843,98	0,46		
2.5 – Fator Institucional	4.992.797,92	1,39		
2.6 – Mercatto Geração Futura	4.665.160,28	1,3		
2.7 – FIA Schroder Performance	2.731.172,00	0,76		
2.8 – UBS Pactual Dividendos	2.452.288,69	0,68		
3) Imóveis	21.904.806,74	6,09	6,00	11,00
3.1 – Imóveis	15.647.593,79	4,35		
3.2 – Fundo de investimento imobiliário	6.257.212,95	1,74		
4) Empréstimos	10.388.054,78	2,89	4,00	15,00

Fonte:Instituto Conab de Seguridade Social - CIBRIUS

Os Recursos Patrimoniais da Entidade são aplicados no estrito cumprimento de Políticas de Investimentos elaboradas e executadas na forma preconizada pela Resolução CMN N° 3.456/07 (Estabelece as diretrizes de aplicação dos recursos garantidores dos planos de benefícios das EFPC), além das demais instruções e resoluções dos órgãos regulador e fiscalizador das Entidades Fechadas de Previdência Privada.

vii. Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, a SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do balanço 2008 da entidade, cujo calendário de obrigações para envio do referido balanço é 31 de março de 2009. Entretanto, tal posicionamento vem se repetindo ao longo dos anos, sem que efetivamente qualquer manifestação tenha sido apresentada pela SPC. Por outro lado, a SPC encontra-se obrigada a prestar as informações objeto do item 19 do B-CONTEUDO ESPECÍFICO da DN/TCU nº 93, de 03/12/2008.

viii. Parecer da Auditoria Independente

Conforme a CARTA/CIBRIUS/SUP/Nº 007, de 21/01/2009, obedecendo ao calendário, o Parecer da Auditoria Independente ficará pronto até 31 de março de 2009.

Tão logo obtida a manifestação da SPC/MPS, como também o Parecer da Auditoria Independente, os documentos respectivos poderão ser encaminhados aos órgãos de Controle.

c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação.

Todos os repasses de recursos foram realizados dentro dos limites fixados em lei.

d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão.

Na forma do Art. 50, inciso VI do Estatuto da Entidade, foram empossados em 30/11/2007, para o cumprimento de mandato de 04 (quatro) anos, os empregados da

CONAB e Participantes do CIBRIUS, abaixo relacionados, com o devido resarcimento, nos termos termos da Carta/CONAB/PRESI/nº 026, de 21/01/2009,, como segue:

FABRÍCIO PEREIRA GARCIA – Diretor Superintendente
JOSÉ CARLOS ALVES GRANGEIRO – Diretor Financeiro
RACHID MAMED FILHO – Diretor de Seguridade
Não há recursos patrimoniais disponibilizados à Entidade.

e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplência.

Em 31/12/2007, ficou consignado no balanço da CONAB o valor de R\$ 60.311.921,08, já contabilizadas as amortizações de R\$ 1.007.298,02 e R\$1.133.258,30, concorrentes às parcelas de competência de dezembro/2008 e amortização extra, também de competência de dezembro/2008.

O referido compromisso, decorrente de Termo de Adesão celebrado em 07/10/1994 e aditivo nº 1, de 12/12/2002, entre a Conab e o Cibrius, vem tendo suas parcelas cumpridas regularmente dentro das condições pactuadas.

f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade com o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001.

A Patrocinadora CONAB, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c e no §2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001 e conforme ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC (em atenção ao Acordão TCU nº 2.887/2008, 1ª Câmara), realizou Auditoria Especial no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2006 e 2007, que deu origem ao Relatório de Auditoria Especial de 31/12/2008, encaminhado à SFC em 27/01/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/nº 032/2009).

CONAB - GEADI			
Processo nº	Ano	Folha	Rúbrica
195	09	00	0


CIBRIUS
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL
CARTA/CIBRIUS/SUP/N.º 007/2009

Brasília, 21 de janeiro de 2009.

Ao Senhor
ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 Presidente Substituto - CONAB
 Nesta

*Recebido, MOJE.
 Autuem-me. BSB 22/01/09.
 Após, voltei-me
 ficar com o
 Presidente Aguiar.*

Alexandre Magno Franco de Aguiar
 Diretora de Recursos Humanos e Modernização
 MARIA DA PAIXÃO AGUIAR

Assunto: Carta PRESI nº 011, de 08 de janeiro de 2009 - Relatório de Gestão

Prezado Senhor,

Em atendimento ao teor da carta supracitada, encaminhamos as informações e documentos solicitados, informando adicionalmente que no momento não dispomos de todas as informações, considerando que o fechamento do Balanço do exercício de 2008 segue um calendário de obrigações a cumprir junto à Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social – SPC/MPS, cujo prazo se expira em 31 de março de 2009.

Desta forma, estamos encaminhando as informações disponíveis no momento e, tão logo o Balanço do exercício de 2008 esteja consolidado, encaminharemos as informações complementares.

INFORMAÇÕES SOLICITADAS:

Decisões Normativas nºs 93 e 94, de 3 de dezembro de 2008, do TCU, Anexo II, item 6: “Informações sobre as entidades fechadas de previdência complementar patrocinadas, em especial quanto à correta aplicação dos recursos repassados, de acordo com a legislação pertinente e os objetivos a que se destinarem, conforme disposto abaixo:”

1. **Nome:** CIBRIUS
2. **Razão Social:** Instituto CONAB de Seguridade Social – CIBRIUS
3. **CNPJ:** 00.531.590/0001-89

DIRHU - RECEBIDO
EM 21/01/09
LUCY - 1115

SHCGN 706/7 Bloco “D” nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
 Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
 E-mail: dsup@cibrius.com.br

1


CIBRIUS
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL

CONAB - GEADI			
Processo nº	Ano	Folha	Rubrica
185	09	03	9

Plano de Benefícios: Plano de Benefícios Definido
CNPB: 19.790.007-19

4. **Demonstrativo Anual** contendo:

- **Valor total da folha de pagamento dos empregados participantes:**
 - Valor total de R\$ 105.291.112,86 (conto e cinco milhões, duzentos e noventa e um mil, cento e doze reais e oitenta e seis centavos) - Vide Anexo I.
- **Valor total das contribuições pagas pelos empregados participantes:**
 - Valor total de R\$ 10.158.898,88 (dez milhões, cento e cinqüenta e oito mil, oitocentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos) - Vide Anexo I.
- **Valor total das contribuições pagas pela patrocinadora:**
 - Valor total de R\$ 10.145.634,20 (dez milhões, cento e quarenta e cinco mil, seiscentos e trinta e quatro reais e vinte centavos) - Vide Anexo I.
- **Valor total de outros recursos repassados pela patrocinadora:**
 - Valor total de R\$ 12.786.273,98 (doze milhões, setecentos e oitenta e seis mil, duzentos e setenta e três reais e noventa e oito centavos) – Regime de Competência (Termo de Convênio e Aditivo referente à entrada para o Plano em 1995 dos empregados oriundos da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM) - Vide Anexo II.
- **Discriminação da razão ou motivo de repasse de recursos que não sejam contribuições:**
 - Refere-se ao pagamento da dotação do serviço passado da massa de empregados oriundas da fusão COBAL/CFP/CIBRAZEM, formando a CONAB, que aderiram ao Plano de Benefícios CONAB do CIBRIUS em 1995.
- **Valor total por tipo de aplicação e respectiva fundamentação legal:**
 - Composição dos Ativos, Carteira Diária, Política de Investimentos e Relatório Gerencial de Risco - Vide Anexo III.
- **Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar:**
 - A SPC/MPS só deverá se manifestar após recebimento do Balanço 2008, cujo prazo final para envio é até dia 31 de março de 2009, conforme calendário de obrigações.

SHCGN 706/7 Bloco "D" nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
 Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
 E-mail: dsup@cibrius.com.br

2


CIBRIUS
INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL

CONAB - GEADI			
Processo	Ano	Folha	Rúbrica
185	09	04	

- Logo que recebermos a manifestação solicitada, será encaminhado para a CONAB.

- **Parecer da Auditoria Independente.**

- Conforme calendário, o Parecer da Auditoria Independente referente ao Balanço 2008, deverá estar pronto até 31 de março de 2009.

Norma de Execução nº 3, de 19 de dezembro de 2008, da Controladoria Geral da União – CGU, Anexo V – Modelo de Relatório de Gestão, item 6. Previdência Complementar Patrocinada:

- c) Em caso de descumprimento dos limites fixados em lei para o repasse de recursos pela patrocinadora, informar quais providências estão sendo adotadas para a adequação:
 - Não ocorreu descumprimento aos limites fixados.
- d) Discriminar listagem dos recursos humanos e patrimoniais cedidos pela patrocinadora à patrocinada, destacando como foi formalizada esta cessão:
 - Foram cedidos pela patrocinadora os seguintes empregados:
 - Fabrício Pereira Garcia;
 - José Carlos Alves Grangeiro; e
 - Rachid Mamed Filho.
 - Segue cópia Carta PRESI nº 026, de 21/01/2009 - Vide Anexo IV.
- e) Discriminar as dívidas existentes entre a patrocinadora e a patrocinada e a situação destas operações quanto à regularidade formal e a adimplênci:
 - Em 12 de dezembro de 2002, foi celebrado Termo Aditivo ao Convênio de 07/10/1994, com a patrocinadora CONAB, referente ao equacionamento de parte da insuficiência de cobertura das Provisões Matemáticas, relativa ao serviço passado. O valor total do Termo de Convênio, de 07/10/1994, aditado é de R\$ 99.649.779,50, tendo como data base 31/05/2000. Os pagamentos das parcelas são efetuados mensalmente não ocorrendo inadimplência. Foram efetuadas amortizações nos exercícios de 2002, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008.
- f) Destacar as ações executadas no exercício com vistas à supervisão sistemática das atividades da entidade fechada, de conformidade como o disposto no § 2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109, de 29 de maio de 2001:
 - Foi executado, no exercício de 2008, trabalhos de auditoria pela patrocinadora relativos aos exercícios de 2006 e 2007, conforme ajustado entre a Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e a Audin/CONAB.

SHCGN 706/7 Bloco "D" nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
 Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
 E-mail: dsup@cibrius.com.br

3

**CIBRIUS****INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL**

CONAB - GFADI			
Processo nº	Ano	Folha	Página
185	09	05	0

Tão logo concluído o encerramento do Balanço de 2008, encaminharemos para essa Patrocinadora a documentação completa das obrigações referentes ao fechamento do exercício de 2008.

Atenciosamente,


RACHID MAMED FILHO
Diretor Superintendente – em exercício
Diretor de Seguridade**Anexo I:** Participantes Ativos, Contribuição Normal e Jóia de Participantes**Anexo II:** Dotação Global**Anexo III:** Composição dos Ativos em 31/12/2008

Carteira Diária – HSBC

Política de Investimentos 2008

Relatório Gerencial de Risco – Risk Office

Anexo IV: Cópia Carta PRESI nº 026, de 21/01/2009

SHCGN 706/7 Bloco "D" nº 42 Salas 101, 102, 201, 202, 301 e 302
Brasília – DF – CEP: 70740-704 – Fone: (61) 3340-3300 – Fax: (61) 3340-3297
E-mail: dsup@cibrius.com.br

4

CONAB
 PROCESSO N°: 185 DT
 ANO: 09 Réplica
 11

CIBRIUS

DEMONSTRATIVO DE INVESTIMENTO X ENQUADRAMENTO

POSIÇÃO: 31/12/2008

DISCRIMINAÇÃO	ESP. TIPO	QTDE	VALOR (R\$)	% ENQUADRAMENTO		
				ATUAL	P.I.	Res. 3466
RECURSOS GARANTIDORES DAS RESERVAS TÉCNICAS			359.739.285,52	100,00	100,00	
SEGMENTO RENDA FIXA			284.242.890,08	79,01	70,00	100,00
A. TÍTULOS PÚBLICOS DE RESP. DO TESOURO NACIONAL E/OU DO BACEN E CRÉDITOS SECURITIZADOS DO TESOURO NACIONAL						
a1. NOTAS DO TESOURO NACIONAL						
a1.01. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 25/01/2006 a 15/05/2009	NTN	10.500	279.641.778,63	77,73		
a1.02. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/02/2006 a 15/05/2009	NTN	3.500	240.864.068,77	66,95		
a1.03. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/03/2006 a 15/05/2009	NTN	12.150	21.675.478,29	6,03		
a1.04. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 13/04/2006 a 15/05/2010	NTN	4.400	7.926.308,59	2,12		
a1.05. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/11/2006 a 15/05/2011	NTN	20.000	34.128.255,68	9,49		
a1.06. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 30/11/2006 a 15/05/2011	NTN	7.500	12.804.859,42	3,56		
a1.07. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 20/12/2006 a 15/05/2011	NTN	16.600	28.732.783,62	7,99		
a1.08. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 26/07/2007 a 15/08/2012	NTN	30.680	55.028.598,63	15,30		
a1.09. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 30/01/2008 a 15/05/2013	NTN	6.850	9.465.537,29	2,63		
a1.10. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 09/04/2008 a 15/05/2013	NTN	6.200	10.439.857,97	2,90		
a1.11. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 27/08/2008 a 15/05/2013	NTN	3.000	4.978.843,08	1,38		
a1.12. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-B 760199 - 10/12/2008 a 15/05/2013	NTN	10.400	16.842.902,68	4,68		
a1.13. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-C 770100 - 05/01/2005 a 01/03/2011	NTN	1.500	3.288.955,61	0,91		
a1.14. Secretaria do Tesouro Nacional - NTN-C 770100 - 04/07/2005 a 01/03/2011	NTN	5.000	10.930.912,86	3,04		
a2. LETRAS FINANCEIRAS DO TESOURO			38.777.709,86	10,78		
a2.01. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/01/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.02. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/02/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.03. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/03/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.04. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/04/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.05. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/05/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.06. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/06/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.07. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/07/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.08. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/08/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.09. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/09/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.10. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/10/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.11. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/11/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.12. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/12/2009	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.13. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/01/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.14. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/02/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.15. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/03/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.16. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/04/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.17. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/05/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.18. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/06/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.19. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/07/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.20. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/08/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.21. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/09/2010	LFT	15	38.942,45	0,01		
a2.22. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT-B - 30/09/2002 a 15/10/2010	LFT	19	49.327,11	0,02		
a2.23. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT - 06/07/2005 e 16/09/2009	LFT	5.250	19.514.715,24	5,43		
a2.24. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT - 31/08/2005 a 16/09/2009	LFT	4.150	15.423.002,20	4,29		
a2.25. Secretaria do Tesouro Nacional - LFT - 14/09/2005 a 16/09/2009	LFT	800	2.972.873,86	0,83		
B. INVESTIMENTOS DE RENDA FIXA (INSTITUIÇÕES)						
b1. APLICAÇÕES EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS						
b1.1. QUOTAS DE FIF - RENDA FIXA						
b1.1.1. Banco do Brasil S/A - Institucional	FI	1.388.605.82926	4.800.911,45	1,28		
b1.1.2. UBS PACTUAL - Select Bloco Multimercado	FI	80.935.73030	4.387.887,78	1,22		
b1.1.3. Bradesco	FI		213.043,67	0,06		
SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL			43.203.733,92	12,01	20,00	50,00
C. INVESTIMENTOS DE RENDA VARIÁVEL						
c1. MERCADO DE AÇÕES			43.203.733,92	-		
c1.1. MERCADO À VISTA			23.072.899,97	6,41		
c1.1.1. Ambev	PN	6.000	608.040,00	0,17		
c1.1.2. América Latina Logística	UNIT	15.000	150.000,00	0,04		
c1.1.3. Bradesco	PN	112.500	2.541.375,00	0,71		
c1.1.4. Brasfam	PNA	35.000	194.250,00	0,05		
c1.1.5. Brasil Telecom	PN	80.000	1.081.200,00	0,30		
c1.1.6. Brasil Telecommunications Participação	PN	43.000	748.630,00	0,21		
c1.1.7. Companhia Energética de Minas Gerais	ON	67.121	1.681.381,05	0,47		
c1.1.8. Contax	ON	600	24.000,00	0,01		
c1.1.9. Contax	PN	1.350	55.755,00	0,02		
c1.1.10. Companhia Vale do Rio Doce	PNA	66.000	1.576.740,00	0,44		
c1.1.11. Companhia Siderúrgica Nacional	ON	5.000	145.000,00	0,04		
c1.1.12. Eletrobrás	PNB	50.000	1.209.000,00	0,34		
c1.1.13. Empresa Brasileira de Telecomunicações S/A	ON	429.268	407.823,60	0,11		
c1.1.14. Energisa da Paraíba	ON	1.250.000	846.087,50	0,24		
c1.1.15. Energisa da Paraíba	PNA	1.250.000	846.087,50	0,24		
c1.1.16. Gerdau	PN	10.000	150.600,00	0,04		
c1.1.17. Itaúbanco	PN	33.750	880.875,00	0,24		
c1.1.18. Itaúsa	PN	63.000	504.630,00	0,14		
c1.1.19. Lojas Americanas	PN	20.000	125.400,00	0,03		
c1.1.20. Minasfer S/A	PNA	500.000	206.470,00	0,05		
c1.1.21. Petrobras	PN	267.000	6.098.280,00	1,70		
c1.1.22. Playcenter	ON	208.560	2.085.60	-		
c1.1.23. Playcenter	PN	391.440	3.914,40	-		
c1.1.24. Telemar	PN	27.000	869.670,00	0,24		
c1.1.25. Telep Participações S/A	PN	7.082	324.175,32	0,09		
c1.1.26. Unibanco	UNIT	20.000	297.000,00	0,08		

CONAB-GEADI

Processo nº	Ano	Filia	Rúbrica
185	09	12	Q

c1.1.27 Usiminas	PNA	22.000	583.440,00	0,16		
c1.1.28 Vivo Participações S/A	PN	120.000	847.200,00	0,24		
c1.1.29 Votorantim Celulose e Papel	PN	3.000	53.790,00	0,01		
c2. FUNDO DE AÇÕES						
c2.1. Bradesco dividendos	FIA		20.130.833,95	5,60		
c2.2. Bradesco ibx ativo	FIA	729.683.85036	1.918.863,34	0,53		
c2.3. Bradesco infra-estrutura	FIA	285.155.66743	1.714.707,74	0,48		
c2.4. Fator Institucional	FIA	1.971.050.65344	1.655.843,98	0,46		
c2.5. Mercatto Geração Futuro	FIA	535.71603	4.992.797,92	1,39		
c2.6. Schroder Performance	FIA	1.113.478.08818	4.665.160,28	1,30		
c2.7. UBS Pactual Dividendos	FIA	753.255.12044	2.731.172,00	0,76		
	FIA	2.577.682.10186	2.452.288,69	0,68		
SEGMENTO DE IMÓVEIS						
d1. FUNDOS DE INVESTIMENTO IMOBILIÁRIO						
d1.1. Mercúrio DTVM S/A (Fundo Hermes)	F. IMOB.		6.257.212,95	1,74		
d1.2. Ricci e Associados - Engenharia e Comércio LTDA (Memorial Office)	F. IMOB.	3.028	2.844.238,53	0,74		
	F. IMOB.	35.649	3.812.974,42	1,00		
d2. INVESTIMENTOS IMOBILIÁRIOS						
d2.1. EDIFICAÇÕES DE USO PRÓPRIO						
d2.1.1. SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 SALAS 101 À 302 - BSB - DF	IMOV		15.647.593,79	4,35		
	IMOV	1	859.984,05	0,24		
	IMOV	1	859.984,05	0,24		
d2.2. EDIFICAÇÕES PARA RENDA						
d2.2.1. SHN Q. 02 Lojas 142 E 150 Garvey Park - BSB - DF	IMOV	1	8.630.109,74	2,40		
d2.2.2. CENT. COM. LI 24/25 Quadra 4c SIA - BSB - DF	IMOV	1	68.556,32	0,02		
d2.2.3. SCLN 307 LJS 37,39,59,65 E 69 - BSB - DF	IMOV	1	1.029.690,28	0,29		
d2.2.4. SHCGN CR Q. 706/7 BL. D Nº 42 TÉRREO E SUBSOLO - BSB - DF	IMOV	1	218.595,38	0,06		
d2.2.5. Centro Século XXI - Curitiba - PR	IMOV	1	2.267.146,46	0,63		
	IMOV	1	5.046.121,30	1,40		
d2.3. INVESTIMENTO EM SHOPPING CENTER						
d2.3.1. Conjunto Nacional de Brasília - Setor de Diversões Norte	IMOV	1	6.157.500,00	1,71		
	IMOV	1	6.157.500,00	1,71		
SEGMENTO DE EMPRÉSTIMOS/FINANCIAMENTO						
E. EMPRÉSTIMOS AOS PARTICIPANTES						
e1. Emergência	EMPR		10.388.054,78	2,89		
e2. Simples	EMPR		27.730,66	0,01		
	EMPR		10.360.324,12	2,88		



Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRUS

Ações Código	Papel	Qtd. Disponível	Qtd. Bloqueada	Qtd. Total	Custo Médio eCometagem	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRRF Sobre Pos. Própria	Valor de Mercado Líquido	% SURV	% SiTotal
*MNC05	*MINASFER PNA	0	500.000	500.000	2.000,00	412,94	1.000.000,00	(729.530,00)	205.470,00	205.470,00	0,33%	0,08%
*POTR3	PLAYCENTER	208.560	0	208.560	1,05	0,01	218.983,90	(216.912,40)	2.055,60	0,00	0,01%	0,00%
*POTM4	PLAYCENTER	391.440	0	391.440	1,05	0,01	411.012,00	(407.057,80)	3.914,40	0,00	0,02%	0,00%
*SAEL3	ENERGISA	0	1.250.000	1.250.000	600,00	676,87	750.000,00	98.187,50	846.087,50	0,00	381%	0,25%
ALL11	ALL AMER LATANT N2	15.000	0	15.000	28,23	10,00	393.489,36	(243.469,36)	150.000,00	0,00	150.000,00	0,67%
AMB4	AMBEV PN	6.000	0	6.000	129,54	101,34	777.261,14	(169.221,14)	608.040,00	0,00	608.040,00	2,74%
BBD04	BRADDESCOP EDN1	112.500	0	112.500	6,60	22,59	742.173,49	1.793.201,51	2.541.375,00	0,00	2.541.375,00	11,43%
BRK45	BRASKEMPNA N1	35.000	0	35.000	13,42	5,55	469.751,26	(275.501,26)	194.250,00	0,00	194.250,00	0,67%
BRT04	BRASIL TELECPN EJ N1	80.000	0	80.000	13,18	13,64	1.054.400,00	36.800,00	1.091.200,00	0,00	1.091.200,00	4,91%
BRT24	BRASIL TAFRPN EJ N1	43.000	0	43.000	25,84	17,41	1.102.710,99	(354.086,99)	746.630,00	0,00	746.630,00	3,37%
CMG3	CEMIGON N1	67.121	0	67.121	29,73	25,05	1.995.522,61	(314.141,61)	1.687.361,05	0,00	1.687.361,05	7,57%
CSNA3	SID NACIONALON	5.000	0	5.000	80,97	20,00	404.846,82	(259.846,82)	145.000,00	0,00	145.000,00	0,65%
CTA43	CONTAXON	600	0	600	0,00	40,00	0,00	24.000,00	24.000,00	0,00	24.000,00	0,11%
CTAX4	CONTAXPN	1.350	0	1.350	0,00	41,30	0,00	55.755,00	55.755,00	0,00	55.755,00	0,25%
EBTL3	EBTLE MP BR TELE SA EMBRATEL	429.268	0	429.268	2,50	0,95	1.073.220,00	(865.386,40)	407.823,60	0,00	407.823,60	1,83%
ELET6	ELETROBRASPNB N1	50.000	0	50.000	25,04	24,18	1.252.187,78	(431.197,78)	1.269.000,00	0,00	1.269.000,00	5,44%
GGBR4	GERDAU PNL N1	10.000	0	10.000	41,76	15,08	417.566,99	(266.995,99)	150.600,00	0,00	150.600,00	0,68%
ITA4	ITABANCOPN EDN1	33.750	0	33.750	55,03	26,10	1.239.099,55	(328.224,55)	880.875,00	0,00	880.875,00	3,95%
ITS4	ITASAPN EJ N1	63.000	0	63.000	11,46	8,01	722.134,61	(217.504,61)	504.630,00	0,00	504.630,00	2,27%
LAME4	LOJAS AMERICPN INT	20.000	0	20.000	16,67	6,27	333.412,40	(208.012,40)	125.400,00	0,00	125.400,00	0,56%
PETR4	PETROBRASN EJ	267.000	0	267.000	19,81	22,84	5.289.357,62	808.912,38	6.098.290,00	0,00	6.098.290,00	27,44%
SAEL5	ENERGISA PNA	0	1.250.000	1.250.000	600,00	676,87	750.000,00	98.087,50	0,00	845.087,50	3,81%	
TLP4	TELESPN EJ	7.092	0	7.092	89,50	45,71	634.706,99	(310.531,67)	324.175,32	0,00	324.175,32	1,46%
TNP4	TELEMARPN	27.000	0	27.000	50,18	32,21	1.354.901,14	(455.321,14)	869.670,00	0,00	869.670,00	3,91%
UBR11	UNIBANCOUNT EDU N1	20.000	0	20.000	26,64	14,85	532.882,18	(235.882,18)	297.000,00	0,00	297.000,00	1,34%
USIM5	USIMASPN EJ N1	22.000	0	22.000	87,10	26,52	1.916.177,82	(1.332.737,82)	585.440,00	0,00	585.440,00	2,63%
VALE5	VALE RODOCEPN A N1	66.000	0	66.000	26,14	23,89	1.724.981,96	(148.241,96)	1.576.740,00	0,00	1.576.740,00	7,09%

CONAB-GEADI	Processo:	Edição:
195	09	13

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data da Pássula: 31/12/2008

Operações Discretas		Papel	Qty. Disponível	Qty. Bloqueada	Custo Médio	Cotação	Custo Total	Resultado	Valor de Mercado Bruto	IRF/Sobre Pos. Própria	Valor de Mercado Líquido	% S/RV	% ST/Total				
	Código				c/Correção												
BOVESPA - Bolsa de Valores de São Paulo	VCPN N1	VCPN N1	3.000	0	3.000	54,06	11,33	-162.168,19	(166.372,19)	53.790,00	0,00	22.256.699,97	101,00%				
Total			1.983.701	3.000.000	4.983.701		26.693.042,50	23.255.689,97	0,00	53.790,00	0,00	22.256.699,97	101,00%				
Emprestimos de Ações																	
Operações Discretas																	
Cod. Operação	Dt. Operação	Dt. Vencimento	Cod.	Papel	Quantidade	Preço	Financiamento	% Rentan	% Mercado	Rentan. Bruta	IR	Reman. Lin.	% S/EA				
11112/2008	12/01/2009	THL24	TELEMARPN	0,00	35,52	0,00	1,20%	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%				
09/112/2008	09/112/2008	VIV04	VIVOPN EJ	30.000.000	35,13	1.053.900,00	1,20%	0,00%	748,57	748,57	101,00%	0,32%	0,32%				
Total						1.053.900,00			748,57	748,57	101,00%	0,32%	0,32%				
Total Bolsa									748,57	748,57							
Resultado																	
Renda Fixa																	
Aplicação	Código	Emissante	Papel	MTR %AA	Tx. Over Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% S/RF	% ST/Total	
01/07/1987	PQTM	DEPO	INPC	0,000000%	0,000000%	8,796501%	01/07/1986	31/01/2009	240.000,00	0,00000010	255.727,00	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
01/10/1987	PQTM	DEPO	INPC	0,000000%	0,000000%	8,821671%	01/07/1986	31/01/2009	120.000,00	0,00000010	131.154,80	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
13/03/1987	PQTM	DEPO	INPC	0,000000%	0,000000%	8,614458%	01/07/1986	30/01/2009	420.000,00	0,00000010	435.422,40	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
01/04/1987	PQTM	DEPO	INPC	0,000000%	0,000000%	8,649583%	01/07/1986	31/01/2009	420.000,00	0,00000010	436.703,40	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
SUBTOTAL									1.260.000,00		1.258.752,60	0,00	0,00	0,00%	0,00%	0,00%	
25/02/2021	08/07/2005	STNC	LFT	0,000000%	1,568668%	0,369589%	SELIC	01/07/2000	16/09/2009	5.265,0000	3.717,08881702	19.514,715,24	0,00	19.514,715,24	6,98%	5,64%	
3/08/2005	3/08/2005	STNC	LFT	0,000000%	1,571872%	0,398674%	SELIC	01/07/2000	16/09/2009	4.150,0000	3.715,30667264	9.924,50,48	15.423,02,20	15.423,02,20	5,52%	4,62%	
28/15/07	27/31/04	STNC	LFT	0,000000%	1,573212%	0,308213%	SELIC	01/07/2000	16/09/2009	800,0000	3.715,05232570	1.924,916,33	2.972,873,86	0,00	2.972,873,86	1,06%	0,85%
SUBTOTAL									10.200,0000		24.056,715,35	37.910,591,30	0,00	37.910,591,30	13,55%	11,35%	
25/02/2021	30/09/2022	STNC	LFT/B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/01/2009	15,000,00	2.958,16349130	38.924,45	0,00	38.924,45	0,01%	0,01%	
30/09/2022	30/09/2022	STNC	LFT/B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/01/2010	15,000,00	2.958,16349130	38.924,45	0,00	38.924,45	0,01%	0,01%	
30/09/2022	30/09/2022	STNC	LFT/B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/02/2009	15,000,00	2.958,16349130	38.924,45	0,00	38.924,45	0,01%	0,01%	
30/09/2022	30/09/2022	STNC	LFT/B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/02/2010	15,000,00	2.958,16349130	38.924,45	0,00	38.924,45	0,01%	0,01%	
30/09/2022	30/09/2022	STNC	LFT/B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/03/2009	15,000,00	2.958,16349130	38.924,45	0,00	38.924,45	0,01%	0,01%	
30/09/2022	30/09/2022	STNC	LFT/B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/03/2010	15,000,00	2.958,16349130	38.924,45	0,00	38.924,45	0,01%	0,01%	
30/09/2022	30/09/2022	STNC	LFT/B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/04/2009	15,000,00	2.958,16349130	38.924,45	0,00	38.924,45	0,01%	0,01%	
30/09/2022	30/09/2022	STNC	LFT/B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/04/2010	15,000,00	2.958,16349130	38.924,45	0,00	38.924,45	0,01%	0,01%	

Pagina 2

CO	WAB	SEADI
185	89	4

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009
 Data de Pedição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEGURO SOCIAL - CIBRUS

Renda Fixa	Código	Aplicação	Emissante	Papel	MTM GAA	Tx Over Taxa %AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% SRF	% S/Total	
	880	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/04/2010	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	881	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/05/2009	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	882	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/05/2010	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	883	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/06/2009	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	884	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/06/2010	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	885	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/07/2009	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	886	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/07/2010	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	887	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/08/2009	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	888	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/08/2010	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	889	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/09/2009	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	890	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/09/2010	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	891	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/09/2009	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	892	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/10/2009	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	893	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/10/2010	19.000,00	2,58616349130	19.000,00	49,327,11	0,00	49,327,11	0,02%	0,0%
	894	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/11/2009	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	895	30/09/2002	STNC	LFT-B	0,000000%	1,524689%	0,000000%	SELIC	30/09/2002	15/12/2009	15.000,00	2,58616349130	15.000,00	38,942,45	0,00	38,942,45	0,01%	0,0%
	SUBTOTAL									334.000,00	167.118,56	0,00	867.118,56	0,23%	0,23%			
	3020947	25/01/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,681651%	10,107300%	IPCA - C	15/02/2003	15/05/2009	10.500,000,00	1,7783031804	14.939.986,97	16.887.904,39	0,00	18.887.904,39	6,68%	5,55%
	3125648	09/03/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,616579%	9,862204%	IPCA - C	15/09/2003	15/05/2009	3.500,000,00	1,78036516228	5.035.113,20	6.232.280,68	2,23%	1.87%		
	3485985	09/03/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,554058%	9,395319%	IPCA - C	15/05/2003	15/05/2009	12.150,000,00	1,7833986241	17.936.556,10	21.675.478,39	0,00	21.675.478,39	7,75%	6,48%
	3377046	13/04/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,608109%	9,372589%	IPCA - C	15/07/2000	15/08/2010	4.400,000,00	1,73328519118	6.177.458,43	7.626.308,59	2,73%	2,26%		
	40617131	09/11/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,481673%	8,737015%	IPCA - C	15/05/2000	15/05/2011	20.000,000,00	1,706.417278275	29.982.007,88	34.128.255,66	12,20%	10,21%		
	4120794	30/11/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,478835%	8,004159%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2011	7.300,000,00	1,707.34569372	19.971.958,72	12.824.859,42	0,00	12.824.859,42	4,58%	3,82%
	4205246	20/12/2006	STNC	NTN-B	0,000000%	1,405626%	6,033782%	IPCA - C	15/07/2000	15/08/2011	16.600,000,00	1,730.98637449	24.941.910,20	28.732.763,82	0,00	28.732.763,82	10,27%	8,61%
	6412436	26/07/2007	STNC	NTN-B	0,000000%	1,554333%	6,674414%	IPCA - C	15/07/2000	15/08/2012	30.860,000,00	1,733.66557974	50.724.007,69	55.028.568,63	0,00	55.028.568,63	19,88%	16,47%
	6776538	30/01/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,35225%	7,582368%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	5.560,000,00	1,705.50221380	8.921.309,84	9.465.537,29	0,00	9.465.537,29	3,88%	2,82%
	6947893	09/04/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,38590%	7,940974%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	6.200,000,00	1,693.81747487	10.371.687,97	10.39.667,97	3,73%	3,12%		
	7257476	27/08/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,43593%	8,345750%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	3.000,000,00	1,659.54765370	4.925.071,31	4.978.643,08	0,00	4.978.643,08	1,78%	1,45%
	7500561	10/12/2008	STNC	NTN-B	0,000000%	1,515731%	9,041965%	IPCA - C	15/07/2000	15/05/2013	10.400,000,00	1,619.50867318	16.723.306,84	16.842.902,88	0,00	16.842.902,88	6,02%	5,0%

CONAB-GAEI	185	09	15	G
Processo:	185	09	15	
Fase:	185	09	15	
Nº da Nota:	185	09	15	

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/11/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEC SOCIAL - CIBRUS

Renda Fixa	Código	Aplicação	Emissor	Papel	MTM % A	Tx. Over Taxa % AA	Index.	Emissão	Venc.	Quantidade	PU Mercado	Valor da Aplicação	Valor Bruto	Impostos	Valor Líquido	% SRF	% SfTotal	
SubTOTAL																		
1420411	05/01/2005	STNC	NTNC	NTNC	0,00000%	0,513895%	0,37542%	IGP - M	01/07/2010	01/03/2011	1.500,0000	2.192,83707182	2.483,834,44	3.283,955,61	0,00	3.288,955,61	1,18%	0,98%
2518082	04/07/2005	STNC	NTNC	NTNC	0,00000%	0,530389%	8,13938%	IGP - M	01/07/2010	01/03/2011	5.000,0000	2.186,18257158	8.429,110,71	10.930,912,86	0,00	10.930,912,86	3,91%	3,27%
SubTOTAL																		
TOTAL																		
Fundo de Investimento - Outros Fundos																		
Fundo	Instituição	Quantidade	Qtd Bloq.	Valor Bloq.	Valor Cota	Valor Aplic./Resg	Valor Atual	Impostos	Valor Líquido	% SfI	% SfTotal							
BENINST	BB INSTITUCIONAL	1.388.005,82926	0,00000	3.569,008	0,00	4.387,267,78	0,00	4.387,267,78	14,16%	1,31%								
BRAD BX	Bradesco BY ATIVO	265,656,65743	0,00000	6.065,797	0,00	1.714,707,74	0,00	1.714,707,74	5,53%	0,51%								
BRADINFR	BRAD FA INFRA-ESTR	1.971,050,65344	0,00000	0,64052	0,00	1.655,943,98	0,00	1.655,943,98	5,34%	0,50%								
BRANDIVI	BRADESCO FA DIVIDEN	729,683,85036	0,00000	2.629,719	0,00	1.918,865,34	0,00	1.918,865,34	6,19%	0,57%								
FATINS	FIA FATOR INSTITUCIO	535,71683	0,00000	9,319,659,01	0,00	4.982,197,92	0,00	4.982,197,92	16,11%	1,49%								
HERMEC	FDO IMOBIL HERMES	3.028,00000	0,00000	873,253,95	0,00	2.644,238,53	0,00	2.644,238,53	8,53%	0,79%								
MEMOR	MEMORIAL OFFICE	35.949,00000	0,00000	101,945,69	0,00	3.612,974,42	0,00	3.612,974,42	11,66%	1,08%								
MERCIFIA	FIA MERCATO GEFUT	1.113,478,03878	0,00000	4,897,19	0,00	4.665,160,28	0,00	4.665,160,28	15,05%	1,40%								
PACTDIV	PACTUAL DIVID FA	2.571,682,10186	0,00000	0,651354	0,00	2.452,288,69	0,00	2.452,288,69	7,91%	0,73%								
PACTSEL	PACTUAL SELECT BOLSA	80,535,73030	0,00000	2.632,257	0,00	213,043,67	0,00	213,043,67	0,68%	0,05%								
SCHRPER	SCHRODER PERFOR FA	753,255,12044	0,00000	3.625,926	0,00	2.731,172,00	0,00	2.731,172,00	8,81%	0,82%								
TOTAL																		
Contas a Pagar/Receber																		
Descrição	Valor	% SITES	% SfTotal															
Ajuste de Fatura de empréstimo deador de ações, papel [TMLPA], na [034]	(0,84)	(0,01%)	0,00%															
Ajuste de Fatura de empréstimo deador de ações, papel [VW/04], na [034]	(99,85)	(0,01%)	0,00%															
CFNFS/ Taxa de Custódia a Pagar em 08/01/2009	(242,05)	(0,02%)	0,00%															
CSL/ Taxa de Custódia a Pagar em 08/01/2009	(80,88)	(0,01%)	0,00%															
Dividendo de 0,01 a rec. s/ 12/500 de BBDC4 em 02/01/2009 [CC/1303]	1.467,16	0,12%	0,00%															
Dividendo de 0,01 a rec. s/ 20/000 de UBERF14 em 31/12/2009 [CC/1303]	138,00	0,01%	0,00%															
Dividendo de 0,01 a rec. s/ 33,750 de ITAUA4 em 02/01/2009 [CC/1303]	405,00	0,03%	0,00%															

CONAB - GEADI

185 09 16 O

Página 4

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIRIUS

Contas a Pagar/Receber

Descrição	Valor	% SITES	% S/Total
Dividendo de 0,01 a rec. s/ \$5,000 de ITSA4 em 02/01/2009 [CC13002]	882,00	0,07%	0,00%
Emp. de Arq's a receber para o papel VNC04 na 034 em 08/01/09	847.200,00	67,20%	0,25%
Fatura de Emp. de Arq's dafora do papel [VVC04] na 034 em 08/01/09	748,57	0,00%	0,00%
Fatura de empréstimo doador de opções, papci [TNP04], na (034)	590,33	0,05%	0,00%
IRRF s/ Taxa de Custódia a Pagar em 14/01/2009	{121,03}	(0,01%)	0,00%
Juros s/ capital de 0,12 a rec. s/ 20,000 de UBR11 am 30/01/08 [CC13003]	2.328,59	0,19%	0,00%
Juros s/ capital de 0,14 a rec. s/ 80,000 de BRT04 em 31/12/08 [CC13003]	11.367,23	0,92%	0,00%
Juros s/ capital de 0,21 a rec. s/ 36,000 de BRT04 em 31/12/08 [CC13003]	7.725,59	0,61%	0,00%
Juros s/ capital de 0,21 a rec. s/ 7,000 de BRT04 em 31/12/08 [CC13003]	1.582,39	0,12%	0,00%
Juros s/ capital de 0,38 a rec. s/ 33.750 de ITA4 em 30/01/08 [CC13003]	13.150,68	1,04%	0,00%
Juros s/ capital de 0,45 a rec. s/ 80,000 de BRT04 em 31/12/08 [CC13003]	35.307,08	2,84%	0,01%
Juros s/ capital de 0,52 a rec. s/ 36,000 de BRT04 em 31/12/08 [CC13003]	18.571,62	1,47%	0,01%
Juros s/ capital de 0,52 a rec. s/ 7,000 de BRT04 em 31/12/08 [CC13003]	3.811,15	0,29%	0,00%
Juros s/ capital de 0,63 a rec. s/ 12,500 de BBDC4 em 06/03/08 [CC13003]	70.720,95	5,62%	0,02%
Juros s/ capital de 0,73 a rec. s/ 27,000 de TNL04 em 31/12/08 [CC13003]	19.726,20	1,57%	0,01%
Juros s/ capital de 0,80 a rec. s/ 22,000 de USH5 em 31/12/08 [CC13003]	17.525,42	1,38%	0,01%
Juros s/ capital de 0,80 a rec. s/ 267,000 de PETR4 em 31/12/08 [CC13003]	213.860,00	16,98%	0,06%
PFSE/SEP + Taxa de Custódia a Pagar em 08/01/2009	(52,44)	0,00%	0,00%
Residência de 0,00 a rec. s/ 27,000 de TNL04 em 31/12/2008	105,30	0,07%	0,00%
Taxa de Custódia Líquida a Pagar em 08/01/2009	17.517,72	(0,61%)	0,00%
TOTAL	1.259.154,64	99,39%	0,38%

Tesouraria

Descrição

Descrição	Valor	% SITES	% S/Total
Saldo em Tesouraria	3.100,13	100,00%	0,00%
TOTAL	3.100,13	100,00%	0,00%

Patrimônio

Total do Patrimônio

334.118,89,72

Carteira Diária

Data de Emissão: 15/01/2009

Data de Posição: 31/12/2008

Cliente: INSTITUTO CONAB DE SEG SOCIAL - CIBRIUS

Rentalabilidade Acumulada

Indexador	BenchMark	Rent. Real	Variação Diária	Variação Mensal	Varição Anual	Últimos 6 Meses	Últimos 12 Meses
CDI	67.3173%	(0,0185%)	0,05034530%	1,11015680%	12,35984500%	6,62858600%	12,35984500%
COTA			0,03409500%	10,673070%	2,83893160%		2,83893160%
Valor da Cota Bruta de Performance	245,3451200						
Quantidade de Cotas (Líquida)	1.361.931,39187300						
Quantidade de Cotas (Bruta)	1.361.931,39187300						
Valor da Cota Unitária (Líquida)	245,3451200						
Valor da Cota Unitária (Bruta)	245,3451200						

CONAB - GEADI			
Processo nº	A.C.	Folha	Rubrica
185	09	18	02

Página 6

7. Fluxo financeiro de projetos ou programas financiados com recursos externos

Não se aplica à CONAB

8. Renúncia Tributária

Não se aplica à CONAB

9. Declaração de sobre a regularidade dos beneficiários diretos de renúncia

Não se aplica à CONAB

10. Operações de fundos

A CONAB está isenta de atender esse item, nos termo da coluna d¹, da tabela A, item 10 do Conteúdo Geral do Anexo II da DN TCU 93/2008

11. Despesas com cartão de crédito

UG 135045 – CONAB SEDE SUREG/AM

Período	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	5	R\$350,75	-	R\$ 860,00

Limite de utilização total da UG:	R\$ 12.000,00
Natureza dos gastos permitidos: Materiais de Consumo (339030), Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039), Obrigações Tributárias e Contributivas (339047)	
Limites concedidos a cada portador:	R\$ 5.000,00
Portador	Limite
José Wilamor de Souza Mota	R\$ 1.000,00

UG 135246 – CONAB UA/MANAUS-AM

Período	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	4	450.00	-	-

Limite de utilização total da UG:	R\$ 12.000,00
Natureza dos gastos permitidos: Materiais de Consumo (339030), Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039), Obrigações Tributárias e Contributivas (339047)	
Limites concedidos a cada portador:	
Portador	Limite
Francisco Oliveira Barbosa	R\$ 500,00

UG 135557 – CONAB UA BOA VISTA-RR

Período	Fatura		Saque	
	Quantidade	Valor	Quantidade	Valor
2006	-	-	-	-
2007	-	-	-	-
2008	1	409,88	-	-

Limite de utilização total da UG:	R\$6.000,00
Natureza dos gastos permitidos:Materiais de Consumo (339030), Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica (339039), Obrigações Tributárias e Contributivas (339047)	
Limites concedidos a cada portador:	R\$500,00
Portador	Limite
IRISELI BUARQUE ONOFRE	R\$ 500,00

12. Recomendações do Órgão ou Unidade de Controle Interno

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
208217	<p>Recomendação 1:</p> <p><i>Morosidade para providenciar a ação judicial visando ao recolhimento de R\$4.728,00, relativos a desvio de estoques.</i></p> <p><i>Recomendamos à Unidade que adote medidas judiciais, no caso da não regularização do débito no prazo de 30 dias, contados da notificação de cobrança ao responsável, para que se cumpra o previsto no art.4º, parágrafo 1º, alínea "b", da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004</i></p>	Procuradoria Regional PRORE	<p>Justificativa inicial:</p> <p>Por circunstâncias judiciárias a Justiça Federal só possui Vara em duas cidades no Estado do Amazonas e sendo a CONAB, empresa pública federal é dela (Justiça Federal), a competência para julgamento e execução de decisões.</p> <p>No caso em tela, se mostraria necessário a expedição de carta Precatória para o interior do Estado, condicionada ao pagamento de no mínimo R\$500,00, por condução de Oficial de Justiça e trâmites na Justiça Estadual do Amazonas, além das custas que já seriam vertidas para a Justiça Federal.</p> <p>Diante disso, considerando a extrema dificuldade de logística da apontada cobrança judicial em Comarca de precário acesso, a área Jurídica recomenda, com base no princípio da eficiência e buscando evitar o desperdício de recursos públicos federais, com diligências de desconhecida efetividade, mister se faz o exaurimento da cobrança administrativa através de telefonemas, cartas, ofícios, inclusão de cadastro de devedores e principalmente a adequada instrução dos expedientes administrativos anteriormente ao ajuizamento de ação judicial.</p> <p>Não obstante às justificativas apresentadas, esta Superintendência reuniu todos os responsáveis por áreas, orientando para o fiel cumprimento do estabelecido no art.4º, parágrafo 1º, alínea "b", da Portaria Interministerial MF/MAPA nº38, de 09/03/2004.</p> <p>Posicionamento GCU: <i>A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior auditoria.</i></p> <p>Última Justificativa (proposição): Submetemos este item para análise dessa CGU, propondo sua extinção, uma vez que não houve prejuízo para a Administração. O valor recolhido em 10/04/2007 pela Prefeitura Municipal de Eirunepé/AM está compatível com os preços praticados pela</p>

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
	<i>Continuação Recomendação 1.</i>		CONAB, nas indenizações, conforme Manual de Operações da CONAB – MOC , Título 07, Padrões e Preços de Embalagens disponível no seguinte endereço eletrônico http://www.conab.gov.br/conabweb/moccen tro.php?aMOC=23 .
208217	<p>Recomendação 2:</p> <p><i>Registros contábeis em 06 contas do Ativo pendentes de regularização.</i></p> <p><i>Salienta-se que, somente após a conclusão do processo a Unidade poderá regularizar a citada conta.”</i></p>	Procuradoria Regional PRORE	<p>- Justificativa inicial: Foi ajuizado na 8ª Vara do Trabalho o Processo nº32923/2006-08-11-00, com audiência inaugural para o dia 10/05/2007.</p> <p>O processo continua "sub judice", pendente da realização de audiência inaugural vez que, os atos designados para os dias 10/05/2007, 03/09/2007 e 05/03/2008, deixaram de ser efetivados pelo juízo em razão do réu não ter sido notificado. Ressalte-se que no dia 05/03/2008, o juiz determinou que a Secretaria da Vara, providenciasse o desentranhamento da Carta Precatória, já expedida a fim de que o réu seja intimado pessoalmente.</p> <p>Anexamos Extrato de Andamento Processual expedido do site do TRT e cópia da Ata de Audiência do dia 05/03/2008.</p> <p>Posicionamento CGU: A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior auditoria.</p> <p>Última justificativa: O Processo continua <i>sub judice</i>, apesar de citado, o réu não compareceu na audiência ocorrida no dia 15/09/2008. O processo foi instruído, tendo o juiz designado o dia 23/09/2008, para publicação da sentença. Ocorre que a sentença não foi publicada na data marcada, razão pela qual no dia 24/09/2008 a CONAB peticionou requerendo a intimação pessoal da efetiva publicação da decisão.</p> <p>Anexamos cópia da ATA de Audiência e Petição devidamente protocolada na Secretaria da 8º vara.</p>
208217	<p>Recomendação 3:</p> <p><i>Falta de providências para sanear saldos na conta contábil 1.1.229.01.00 - Pagamentos Indevidos. A SUREG/AM informou, em 11/05/2006, que foram</i></p>	Procuradoria Regional PRORE	<p>- Justificativa Inicial: Ambos os processos continuam tramitando na Justiça Federal. No que se refere ao Processo nº 2006.32.00002802-2(BNB-Borracha Natural Brasileira LTDA) foi publicada no DOE/AM, de 15/04/2008, decisão suspendendo o feito pelo prazo de</p>

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
	<p><i>interpostas ações de restituição de indébito c/c cobrança de multa, em desfavor da BNB BORRACHA NATURAL BRASILEIRA LTDA. e da IBRIM INDUSTRIA DE BENEFICIAMENTO DE BORRACHA RIO MADEIRA LTDA., protocolizadas sob os nºS 2006.32.00.002802-2 e 2006.32.00.0033057-0, respectivamente.</i></p>		<p>30 dias.</p> <p>Quanto ao processo 2006.32.00003057-0 (IBRIM-Indústria de Beneficiamento de Borracha Rio Madeira LTDA), foi proferido despacho determinando que a CONAB manifeste-se sobre a não localização da ré, contudo, o ato processual ainda não foi publicado.</p> <p>Anexamos, Extrato de Andamento Processual expedido do site do TRF da 1ª Região.</p> <p>Posicionamento CGU: <i>A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior, auditoria.</i></p> <p>Última Justificativa: Conforme já informado o deslinde das questões ora tratada dependem da esfera judicial.</p> <p>Quanto ao Processo nº 2006.32.00002802-29 (BNB-Borracha Natural Brasileira LTDA), o último andamento aponta a apresentação de petição pelo réu indicando a conclusão do inventário da Sra. Clinéia da Cunha Cidade (sócia falecida) o qual está registrado na Comarca de Presidente Figueiredo. Extrato de Andamento Processual, anexo.</p> <p>Relativamente ao Processo nº 2006.32.00003057-0 (IBBRIM – Indústria de Beneficiamento de Borracha Rio Madeira Ltda), conforme Extrato de Andamento Processual expedido do site do TRF da 1ª Região, verifica-se que no dia 25/08/2008, houve citação por oficial e o Mandado remetido a Central, sem indicação de cumprimento até o momento.</p>
208217	<p>Recomendação 4:</p> <p><i>Pendência de saldo em conta contábil.</i></p> <p><i>Recomenda-se tão logo se obtenha resposta do Ofício PRESI nº 605 de 13/10/2006 com reiterações posteriores, que informe à CGU/AM sobre as providências adotadas para quitar o débito do IBAMA e posterior regularização de saldo na conta contábil.</i></p>	Gerência de Finanças e Administração - Gefad	<p>Justificativa Inicial:</p> <p>A Área Jurídica, desta SUREG/AM-RR(ASJUR), por meio do Parecer COJUR/SUREG/AM-RR Nº22/2077, manifestou-se pela inadequação do ingresso em juízo, num primeiro momento, como também, pela inviabilidade de inclusão do IBAMA junto ao cadastros informativos do CADIN e SIRCOI, posição esta acatada pela Procuradoria Geral da CONAB/Matriz, conforme Parecer PROGE/SUMAD Nº BM-093/2008, tendo em vista o disposto</p>

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
	Continuação Recomendação 4.		<p>na lei 9.028/95, na Medida Provisória 2.180/35 e na Portaria AGU nº 1.281/07, opinando pela tentativa de solucionar a controvérsia estabelecida por meio de conciliação a ser requerida ao Advogado Geral da União, conforme a citado Portaria.</p> <p>Por meio do Despacho nº014/2008 - DIPLAN/IBAMA, de 23/01/2008, o IBAMA reconheceu a dívida no valor de R\$117.999,77. Com base nesse Despacho o IBAMA/AM, através do MEMO nº19/2008, de 20/02/2008, solicitou Dotação Orçamentária do valor reconhecido.</p> <p>Após analisar a proposta apresentada pelo IBAMA a Procuradoria Regional -PRORE/AM manifestou-se, considerando vantajoso para a Companhia o encontro de contas entre as dívidas do IBAMA X CONAB, uma vez que, aquele Instituto sinaliza concretamente sua intenção de resolver o impasse. Manifestação esta que obteve a concordância da PROGE SUMAD, pela aceitação da proposta sugerida pelo IBAMA, compensando-se os débitos referentes à dívida de armazenamento e o saldo do Convênio nº 25/98.</p> <p>Atualmente o Processo encontra-se em fase de atualização do valor das dívidas.</p> <p>Posicionamento da CGU: <i>A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior auditoria.</i></p> <p>Última Justificativa: Após manifestação favorável por parte da Diretoria desta CONAB ao recebimento da dívida na forma proposta pelo IBAMA e adoção das medidas necessárias a composição do valor real a ser pago, tendo como parâmetro as dívidas mútuas, enviamos Ofício CONAB SUREG/AM nº 634, de 09/10/2008 ao IBAMA/MMA, encaminhando GRU no valor de R\$ 83.241,85, com vencimento em 31/10/2008.</p>
208217	Recomendação 5: <i>Falta de documentos e informações no Relatório de Gestão de 2006.</i> <i>Recomendamos que, ao obter a</i>	Gerência de Finanças e Administração - Gefad	Justificativa inicial: No dia 08/08/2007, recebemos o Parecer dos Auditores Independentes sobre as contas do CIBRIUS e no dia 10/08/2007, protocolamos Ofício CONAB SUREG/AM-

Número do Relatório	Descrição da Recomendação	Setor Responsável pela implementação	Providências adotadas (ou justificativas para o caso de não cumprimento)
	<p><i>Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar/MPS e o Parecer de Auditores Independentes sobre as contas do CIBRIUS, estes documentos sejam encaminhados aos órgãos de Controle Interno o mais breve possível.</i></p>		<p>RR nº 483, de 09/10/2007, nessa Controladoria, encaminhado o respectivo Parecer.</p> <p>Com relação a Manifestação da Secretaria de Previdência Complementar/MPS, estamos no aguardo da documentação solicitada à Superintendência de Contabilidade-SUCON/Matriz, em 22/01/2008, através da CI. nº 025, reiterada por meio do FAX nº217, de 25/04/2008.</p> <p>Por meio do Ofício CONAB/SUREG/AM Nº282, de 02/05/2008, a CONAB reafirma estar no aguardo da resposta da Secretaria de Previdência Complementar sobre a aprovação do Balanço do CIBRIUS - Instituto CONAB de Seguridade Social.</p> <p>Posicionamento CGU: <i>A CGU deverá acompanhar o desenrolar deste fato em posterior auditoria.</i></p> <p>Última Justificativa: Permanece a mesma informação prestada anteriormente. Estamos envidando esforços junto a Superintendência de Contabilidade na Matriz, para obtermos o posicionamento da Secretaria de Previdência Complementar/MPS, tão logo o mencionado documento seja disponibilizado, enviaremos a essa CGU.</p>

13. Determinações e recomendações do TCU

Não houve ocorrência no âmbito da SUREG/AM

14. Atos de admissão, desligamento, concessão de aposentadoria e pensão praticados no exercício

Suregs	Atos/Quantidades													
	Admissões						Demissões							
	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Diretor	Conselho	Total	Registro no SISAC	Contrato Padrão	Anistiados	Contrato Especial	Conselho	Aposentados	Total	Registro no SISAC
AM	1	48	-	-	-	49	1	1	1	-	-	-	2	1
BA	3	33	-	-	-	36	3	-	-	-	-	-	1	1
CE	4	19	-	-	-	23	4	-	-	-	-	-	1	1
ES	4	22	-	-	-	26	4	1	-	-	-	-	2	3
GO	8	60	-	-	-	68	8	-	-	-	-	-	1	1
MA	1	1	-	-	-	2	1	-	-	-	-	-	0	0
MG	4	74	-	-	-	78	4	1	-	-	-	-	6	7
MS	3	20	-	-	-	23	3	1	-	-	-	-	1	1
MT	3	31	-	-	-	34	3	3	-	-	-	-	1	4
PA	6	2	-	-	-	8	6	-	-	-	-	-	2	2
PB	0	72	-	-	-	72	0	1	-	-	-	-	1	1
PE	5	109	-	-	-	114	5	1	-	-	-	-	5	6
PI	4	22	-	-	-	26	4	-	-	-	-	-	1	1
PR	3	4	-	-	-	7	3	-	-	-	-	-	5	5
RJ	3	58	-	-	-	61	3	-	1	-	-	-	2	3
RN	1	22	-	-	-	23	1	-	-	-	-	-	0	0
RO	5	21	-	-	-	26	5	1	-	-	-	-	1	2
RS	3	12	-	-	-	15	3	-	-	-	-	-	1	1
SC	4	1	-	-	-	5	4	3	-	-	-	-	3	6
SP	1	11	-	-	-	12	1	2	-	-	-	-	-	2
TO	1	5	-	-	-	6	1	-	-	-	-	-	0	0
Matriz	56	139	10	1	3	209	56	31	1	4	4	37	77	31
Total	123	786	10	1	3	923	123	46	3	4	4	69	126	46

Fonte: Conab/Sureh

A divergência com o SISAC na quantidade de admissões e demissões se deve ao fato deste não considerar os empregados anistiados e de Contratos Especiais, 800 e 11 respectivamente, para fins de registros.

Com referências ás aposentadorias, no caso da Conab, estas informações não são prestadas pois tal benefício se dá no âmbito do INSS por solicitação do empregado, inclusive, podendo permanecer com vínculo com a Companhia.

Com relação a pensão a Companhia não concede este benefício em função de sua natureza jurídica.

15. Dispensas de Instauração de TCE e TCE cujo envio ao TCU foi dispensado

Não houve ocorrência no âmbito da SUREG/AM

16 – Informações sobre a composição de Recursos Humanos

1) Servidores ativos do quadro próprio em exercício na unidade

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	70	2.171.719,44	67	2.459.881,74	116	3.081.783,83
BA	105	2.742.788,76	111	3.178.849,37	146	4.057.801,97
CE	217	6.133.876,45	217	6.827.480,67	241	7.731.946,61
ES	107	3.318.876,63	105	3.766.891,45	130	4.301.022,97
GO	272	8.672.410,07	274	9.562.666,64	344	11.145.561,21
MA	118	2.885.416,94	119	3.352.995,76	121	3.711.240,37
MG	143	5.616.904,96	144	6.313.805,60	219	7.515.102,39
MS	79	2.987.733,29	75	3.232.586,89	99	3.790.430,55
MT	96	2.766.926,81	95	3.131.801,74	125	3.912.615,43
PA	63	2.087.210,77	65	2.404.872,20	74	2.868.816,30
PE	233	6.698.276,04	225	7.427.493,28	339	8.668.360,05
PI	146	3.523.824,19	149	3.812.676,86	178	4.470.722,83
PR	108	4.158.766,50	110	4.720.791,30	117	5.314.660,99
RJ	159	4.378.010,48	134	4.522.286,19	194	5.502.800,09
RN	88	2.641.150,53	88	2.985.808,65	111	3.455.244,54
RO	51	1.609.237,58	51	1.848.130,90	75	2.365.825,19
RS	106	3.359.028,31	106	3.785.038,73	121	4.272.505,75
SC	53	2.050.279,71	54	2.304.592,56	57	2.631.628,97
SP	67	2.912.057,68	67	3.246.203,44	77	3.665.273,10
TO	46	1.835.712,98	45	2.090.845,88	51	2.418.756,08
Matriz	562	32.048.494,37	588	36.128.454,25	708	43.064.408,14
Total	2.889	104.598.702,49	2.889	117.104.154,10	3.643	137.946.507,36

Fonte: Conab/Sureh

Obs. Todos os empregados da Conab são contratados pelo regime da CLT

2) Ocupantes de funções de confiança, sem vínculo

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Matriz	11	845.283,48	20	1.046.035,20	29	2.411.721,94
Total	11	845.283,48	20	1.046.035,20	29	2.411.721,94

Fonte: Conab/Sureh

3) A Conab não tem empregados contratados em regime de contratação temporária, ao abrigo da Lei nº 8.745/93.

4) Serviços Terceirizados

SUREG	Descrição:	2006		2007		2008	
		Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
AM	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	14,5	369.246,49	14,5	645.533,05	18	589.357,39
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	35.231,17	2	37.152,15	2	38.858,04
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	1	36.000,00	1	36.000,00	1	36.000,00
	Estagiários	4	20.254,21	5,0	25.049,55	16	68.233,25
	Total Pessoal Terc. + Estag	21,5	460.731,87	22,5	743.734,75	37	732.448,68
BA/SE	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	30	505.618,81	32	514.817,23	32	567.717,16
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	34	10.715,36	31	107.923,29	29	151.306,32
	Estagiários	17	83.873,05	6	73.562,89	22	95.510,34
	Total Pessoal Terc. + Estag	81	600.207,22	69	696.303,41	83	814.533,82
CE	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	27	394.068,67	29	417.577,93	27	540.447,41
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	8		11	50.915,16	13	71.389,77
	Total Pessoal Terc. + Estag	35	394.068,67	40	468.493,09	40	611.837,18
ES	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	24	423.722,02	20	418.249,92	20	457.975,18
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	1	61.643,00	1	64.720,00	1	54.220,00
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	30	108.435,42	30	79.753,28	30	138.163,52
	Estagiários	3	14.086,96	3	17.301,14	6	37.741,06
	Total Pessoal Terc. + Estag	58	607.887,40	54	580.024,34	57	688.099,76
GO	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	53	682.747,76	53	1.099.391,98	53	835.294,22
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	21	127.827,11	22	124.235,29	24	147.337,18
	Total Pessoal Terc. + Estag	74	810.574,87	75	1.223.627,27	77	982.631,40
MA	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	19	462.146,77	19	597.388,32	20	657.521,98
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	84.574,80	2	84.574,80	3	96.103,29
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	10	39.428,01	11	43.325,20	15	94.988,86
	Total Pessoal Terc. + Estag	31	586.149,58	32	725.288,32	38	848.614,13
MT	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	27	482.476,80	31	556.277,88	31	529.752,72
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	14	122.418,09	25	167.756,37	29	181.589,16
	Total Pessoal Terc. + Estag	41	604.894,89	56	724.034,25	60	711.341,88

MS	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	15	886.610,35	16	880.143,57	16	967.754,72
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	37	471.437,89	48	669.135,75	36	628.505,64
	Estagiários	21	79.423,83	14	80.339,34	17	93.734,92
	Total Pessoal Terc. + Estag	73	1.437.472,07	78	1.629.618,66	69	1.689.995,28
MG	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	24	591.046,34	29	709.394,68	37	718.938,03
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	1	34.005,88	1	40.167,91	1	48.793,92
	Estagiários	26	145.173,91	21	122.041,93	30	157.635,91
	Total Pessoal Terc. + Estag	51	770.226,13	51	871.604,52	68	925.367,86
PA	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	26	490.268,40	26	492.174,88	25	503.199,86
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	1	25.018,56	2	47.958,72	2	47.958,72
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	7	47.234,11	9	54.914,48	13	74.725,39
	Total Pessoal Terc. + Estag	34	562.521,07	37	595.048,08	40	625.883,97
PB	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	15	238.005,54	15	257.280,91	17	318.644,39
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades		42.099,96		42.099,96		42.099,96
	Estagiários	3	13.445,14	3	22.031,47	7	30.596,08
	Total Pessoal Terc. + Estag	18	293.550,64	18	321.412,34	24	391.340,43
PR	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	18	419.733,28	33	621.372,37	38	845.040,57
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	8	77.316,90	8	55.550,32	8	41.706,58
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	2	22.454,00			8	117.017,99
	Estagiários	18	45.482,90	15	51.085,72	24	95.792,40
	Total Pessoal Terc. + Estag	46	564.987,08	56	728.008,41	78	1.099.557,54
PE	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	25	392.232,24	25	369.148,91	25	375.346,90
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	5	17.055,27	3	19.298,98	7	27.440,85
	Total Pessoal Terc. + Estag	30	409.287,51	28	388.447,89	32	402.787,75
PI	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	12	346.199,11	12	364.056,51	12	353.411,09
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	5	68.757,68	30	213.630,03	24	201.325,31
	Estagiários	7	35.593,76	8	48.902,14	10	63.600,19
	Total Pessoal Terc. + Estag	24	450.550,55	50	626.588,68	46	618.336,59
RJ	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	54	1.058.280,47	52	1.086.909,32	52	1.114.357,83
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo		63.856,23		63.530,64		65.530,64
	Pessoal Terceirizado Outras atividades		12.956,00		5.075,00		14.298,00
	Estagiários	7	40.798,39	4	23.426,18	8	38.426,85
	Total Pessoal Terc. + Estag	61	1.175.891,09	56	1.178.941,14	60	1.232.613,32
RN	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	18	536.069,37	22	711.212,89	24	809.499,56
	Estagiários	5	29.169,85	3	23.800,65	12	53.920,35
	Total Pessoal Terc. + Estag	23	565.239,22	25	735.013,54	36	863.419,91

SUREG	Descrição:	2006		2007		2008	
		Qtde	Despesa	Qtde	Despesa	Qtde	Despesa
RS	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	23	444.923,98	25	534.939,55	25	541.403,19
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	4	42.417,36	4	44.976,99	4	46.723,56
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	100	2.052.524,99	110	3.141.947,30	123	3.829.922,26
	Estagiários	7	49.077,50	11	62.098,52	14	58.118,23
	Total Pessoal Terc. + Estag	134	2.588.943,83	150	3.783.962,36	166	4.476.167,24
RO/AC	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	16	265.842,16	16	285.613,24	16	295.361,93
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	30.486,66	2	23.918,08	2	37.899,96
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	24	33.787,83	24	110.761,31	24	53.414,88
	Estagiários	11	61.584,25	10	71.227,59	19	90.860,95
	Total Pessoal Terc. + Estag	53	391.700,90	52	491.520,22	61	477.537,72
SC	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	11	191.786,28	11	215.647,36	11	241.399,36
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	-	-	-	-	-	-
	Estagiários	9	38.703,04	9	39.435,21	15	70.484,86
	Total Pessoal Terc. + Estag	20	230.489,32	20	255.082,57	26	311.884,22
SP	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	14	655.091,95	14	813.380,71	14	832.377,55
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	2	50.915,71	2	50.113,72	2	28.487,87
	Pessoal Terceirizado Outras atividades		88.405,68		81.774,03		112.042,10
	Estagiários	10	52.597,21	12	60.536,90	13	75.273,54
	Total Pessoal Terc. + Estag	26	847.010,55	28	1.005.805,36	29	1.048.181,06
TO	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	18	373.239,14	18	368.054,31	18	405.541,77
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	12	292.477,04	12	368.387,10	16	206.430,28
	Estagiários	10	61.868,29	10	65.272,73	14	78.219,62
	Total Pessoal Terc. + Estag	40	727.584,47	40	801.714,14	48	690.191,67
MATRIZ	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	77	1.399.067,26	59	1.363.872,25	70	1.345.015,45
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	-	-	-	-	-	-
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	2	64.423,68	2	28.646,64	2	28.646,64
	Estagiários	62	364.611,21	64	391.739,01	77	422.214,97
	Total Pessoal Terc. + Estag	141	1.828.102,15	125	1.784.257,90	149	1.795.877,06
GERAL	Pessoal Terceirizado Vigilância/Limpeza	543	11.072.353,82	549,50	12.611.224,88	577	13.035.858,70
	Pessoal Terceirizado Apoio Administrativo	22	471.460,39	23,00	472.495,42	24	457.488,66
	Pessoal Terceirizado Outras atividades	266	3.874.550,78	311,00	5.636.514,49	318	6.417.466,38
	Estagiários	285	1.489.706,09	279	1.638.296,45	405	2.127.834,73
	Total Pessoal Terc. + Estag	1115,50	16.908.071,08	1162,5	20.358.531,24	1324	22.038.648,47

5) Pessoal requisitado de outros órgãos, com ônus para a Conab

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	0	0,00	0	0,00	0	0,00
BA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
CE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
ES	0	0,00	0	0,00	0	0,00
GO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MG	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PA	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PE	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PI	0	0,00	0	0,00	0	0,00
PR	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RJ	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RN	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
RS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SC	0	0,00	0	0,00	0	0,00
SP	0	0,00	0	0,00	0	0,00
TO	0	0,00	0	0,00	0	0,00
Matriz	3	144.413,04	3	154.565,92	3	177.868,80
Total	3	144.413,04	3	154.565,92	3	177.868,80

Fonte: Conab/Sureh

6) Pessoal cedido pela Conab, com ônus

Sureg	2006		2007		2008	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	13	232.606,04	14	258.271,03	39	456.065,48
BA	28	419.991,95	27	472.812,60	33	603.029,70
CE	68	1.004.655,59	67	1.117.213,60	57	1.230.521,16
ES	31	756.356,73	33	843.375,53	38	987.274,31
GO	67	1.271.241,53	76	1.454.781,24	106	1.907.449,36
MA	30	360.694,58	28	397.451,56	26	429.469,11
MG	0	0,00	0	0,00	53	420.205,89
MS	0	0,00	0	0,00	0	0,00
MT	10	148.703,37	8	166.051,08	14	222.700,43
PA	3	49.794,70	3	55.063,57	3	59.437,02
PB	33	457.981,79	30	511.116,93	81	987.620,15
PE	61	1.172.919,75	70	1.289.147,60	173	2.122.419,35
PI	22	486.120,76	22	473.451,87	34	624.816,73
PR	1	46.110,33	1	50.877,37	1	54.712,54
RJ	61	1.201.904,67	43	1.057.957,34	61	1.300.160,52
RN	12	148.454,29	12	165.468,03	20	252.614,69
RO	4	66.967,53	5	75.704,88	13	148.056,66
RS	12	224.095,07	12	245.708,52	15	300.292,13
SC	2	42.563,72	2	46.624,41	2	50.778,25
SP	4	114.113,12	4	127.855,24	6	143.383,12
TO	2	50.471,90	2	55.127,69	5	74.851,78
Matriz	230	9.798.748,22	264	11.033.032,40	295	12.510.523,08
Total	694	18.054.495,64	723	19.897.092,49	1.075	24.886.381,46

Fonte: Conab/Sureh

7) Pessoal envolvido em ações finalísticas e pessoal envolvido em ações de suporte

Sureg	Área Meio		Área Fim	
	Quantidade	Despesa(R\$)	Quantidade	Despesa(R\$)
AM	57	2.122.580,78	20	443.192,83
BA	84	2.541.922,80	28	912.849,47
CE	118	4.492.181,91	69	2.009.234,54
ES	48	2.224.198,80	39	944.567,00
GO	113	5.146.602,05	119	4.027.029,67
MA	65	2.517.916,94	31	741.822,12
MG	98	4.455.244,88	67	2.583.024,54
MS	50	2.093.342,07	49	1.697.088,48
MT	62	2.170.156,35	50	1.519.758,65
PA	48	2.185.591,86	23	623.787,42
PE	123	4.587.563,17	57	2.227.162,59
PI	92	2.674.839,65	53	1.159.839,04
PR	51	3.062.734,24	65	2.197.214,11
RJ	104	3.481.667,31	31	720.972,26
RN	56	2.382.050,80	35	767.704,09
RO	49	1.624.798,82	26	741.026,37
RS	66	2.640.550,55	40	1.331.663,07
SC	39	1.927.126,11	16	653.724,61
SP	52	2.517.811,63	19	995.677,87
TO	33	1.922.875,35	13	421.028,95
Matriz	431	23.903.612,76	276	19.201.209,73
Total	1.839	80.675.368,83	1.126	45.919.577,41

Fonte: Conab/Sureh

17. Outras informações consideradas pelos responsáveis como relevantes para a avaliação da conformidade e do desempenho da gestão.

- SEM OCORRÊNCIA NO ÂMBITO DA SUREG/AM.

**18. Conteúdos específicos por UJ ou grupo de unidades afins
(Item B do Anexo II da DN-TCU 93/2008).**

18.1. Demonstrativo da remuneração paga aos membros do conselho de administração e do conselho fiscal

Demonstrativo da Remuneração Paga aos Membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal

Em R\$

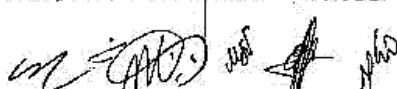
Conselheiros	Conselho		Total
	Administração	Fiscal	
José Sebastião Chaves dos Santos	-	2.067,47	2.067,47
Edilson Guimarães	24.861,18	-	24.861,18
Evanir Valentim de Melo da Mota	-	12.456,36	12.456,36
Guilherme Costa Delgado	24.861,18	-	24.861,18
José Menezes Neto	12.404,82	-	12.404,82
Lauro Cesar de Vasconcelos	-	12.404,82	12.404,82
Lúcia Aida Assis de Lima	-	24.861,18	24.861,18
Maçao Tadano	12.456,36	-	12.456,36
Marcus Vinicius Socio Magalhães	-	12.404,82	12.404,82
Maria das Graças Fontes	24.988,82	-	24.988,82
Maurício Andrade Coura	-	12.456,36	12.456,36
Silas Brasileiro	24.861,18	-	24.861,18
Wagner Gonçalves Rossi	24.861,18	-	24.861,18
Total	149.294,72	76.651,01	225.945,73

18.2 - Atas das reuniões do conselho de administração.

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

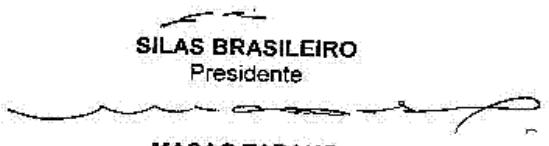
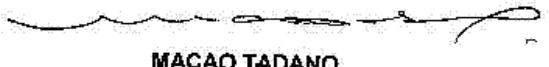
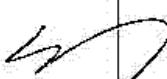
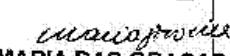
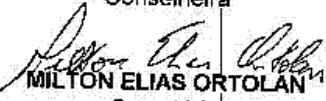
Aos vinte e nove dias do mês de janeiro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **EDILSON GUIMARÃES** e **MAÇAO TADANO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado início à centésima septuagésima sétima – 177ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de janeiro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro **GUILHERME DELGADO** justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da Pauta da reunião, a saber: 1) **Demonstrações Contábeis – Novembro/2007**. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou as demonstrações contábeis do mês em alusão que, após análise e explicações do relator, foram aprovadas. 2) **Ofício 1008/2007/SE-MAPA, de 20/12/2007 – Processo Interno de Apuração de Responsabilidade – Decisão Ministerial/MAPA**. O Conselheiro Wagner Rossi deu conhecimento aos demais membros do Colegiado acerca do ofício recebido da Secretaria-Executiva do Mapa com a determinação para apresentação, nesta Reunião, das decisões do Senhor Ministro de Estado exaradas nos autos do processo interno de apuração nº 21200.000842/2007 que, dentre elas, determina ao Conselho de Administração revogar a Resolução nº 004, de 8/3/1999, e adotar as demais providências atinentes ao seu mister legal e estatutário, em especial aos tendentes a propiciar a recuperação dos prejuízos causados ao erário em face do indigitado acordo ilegal, objeto do processo de apuração. Após a apresentação do Relator, os demais membros aprovaram a revogação da Resolução e adoção das demais providências, em consonância com a orientação ministerial. 3) **Atendimento pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira das orientações do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal**. O Diretor Luis Henrique Teixeira Baldez apresentou demonstrativo das pendências relacionadas nas atas ordinárias dos Conselhos de Administração e Fiscal, cujas soluções estão sendo implementadas pelas áreas técnicas da Diretoria. Em seguida, fez um relato sobre alguns assuntos que estão sendo encaminhados pela Diretoria Colegiada da Empresa, quais sejam: a) assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho 2007-2009; b) debate com o Dest sobre o novo PCCS; c) apresentação do cronograma da prestação de contas da Conab – Exercício/2007; d) comunica que está em fase de contratação a consultoria externa para atendimento ao Conselho Fiscal; e) elaboração de plano de investimento 2008 (fontes e usos) e programa de venda de ativos; f) retorno aos quadros da Empresa de 204 anistiados. Os Conselheiros agradeceram a exposição do Diretor da Diafi. 4) **Ofício nº 063/2008-GM-MAPA, de 25/1/2008 – versando sobre denúncia no âmbito da Conab**. O Dr. Silas Brasileiro, na condição de Secretário-Executivo do Mapa e de Presidente do Conselho de Administração, deu conhecimento do recebimento do ofício em referência originado do Gabinete do Ministro do Mapa, em caráter sigiloso/confidencial, encaminhando cópia integral dos autos do Processo 70000.000118-89, versando sobre denúncia no âmbito da Conab. Após a distribuição do material e deliberações, o Conselho resolveu:



60.000004

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

a) designar a Corregedora-Geral da Conab para, observado o caráter de documento sigiloso, ao grau confidencial, investigar os fatos constantes dos referidos autos e apresentar relatório conclusivo ao Conselho até o dia 21 de fevereiro de 2008;
b) encaminhar também, na condição de documento sigiloso/confidencial, à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos, com vistas à sua manifestação formal até o dia 21 de fevereiro de 2008. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.


SILAS BRASILEIRO
Presidente
MAÇAO TADANO
Conselheiro
EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro
MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira
MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **EDILSON GUIMARÃES** e **MAÇAO TADANO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado início à centésima septuagésima oitava – 178ª – Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de fevereiro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro Guilherme Delgado não compareceu nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) Demonstrações Contábeis – Dezembro/2007. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou as demonstrações contábeis do mês em alusão que, após análise e explicações do relator, foram aprovadas. 2) Processo Sureg/MS nº 13.098/2003 – Doação ao Município de Mundo Novo/MS das Benfeitorias e Equipamentos localizados na Rua do Cascalho, S/Nº, naquela Cidade. Voto Diafi nº 020/2008 – aprovado na 841ª reunião da Diretoria Colegiada. O imóvel é composto de armazém metálico graneleiro e outro convencional, além de instalações administrativas com área total construída de 3.627,60 m², em terreno de 36.994m². O terreno onde foi edificada a unidade armazenadora havia sido outorgado à fusionada Cibrâzém, porém a transferência de titularidade de domínio nunca foi regularizada e com o encerramento das atividades da UA, em 1999, deixou de subsistir, por parte do Município, qualquer interesse em tal intento. A Conab celebrou com o Município contrato de cessão de uso, pelo prazo de 2 anos, que se iniciou em 6/5/2005. Por meio do Ofício nº 198/GAB/2007, de 5/5/2007, o Prefeito Municipal solicitou a continuidade do contrato de cessão de uso e manifestou interesse na aquisição do imóvel, também havendo solicitado a realização de avaliação para que fossem estabelecidas as negociações. A Conab, por meio do Voto Diafi nº 22/07, aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 805ª reunião ordinária, realizada em 8/6/2007, autorizou a cessão de uso, com opção de compra e venda, pelo período de um ano. A Sureg/MS, em 13/7/2007, providenciou junto a CEF a avaliação do citado imóvel, cujo laudo apontou o valor de R\$42.774,05 (quarenta e dois mil, setecentos e setenta e quatro reais e cinco centavos) para o terreno e R\$864.987,27 (oitocentos e sessenta e quatro mil, novecentos e oitenta e sete reais e vinte e sete centavos) para as benfeitorias e equipamentos, os quais se encontravam anteriormente avaliados em R\$235.214,00 (duzentos e trinta e cinco mil, duzentos e quatorze reais), conforme laudo de 20/11/2003. Diante do novo valor de avaliação apresentado ao Município, o Prefeito encaminhou à Sureg/MS o Ofício nº 490/2007 postulando a doação, por não reunir recursos financeiros para a aquisição. A Sureg, consubstanciada em pareceres da área jurídica da Regional, com a aprovação da Procuradoria-Geral, manifestou-se pelo acatamento do pleito de doação, pelos motivos a seguir: a) o Município é o legítimo proprietário do terreno; b) as benfeitorias (armazéns não interessam ao mercado imobiliário local, pela falta de demanda por essas instalações, já que o município de há muito deixou de ser produtor de grãos; c) os equipamentos encontram-se obsoletos e deteriorados; d) dificuldades na alienação das benfeitorias edificadas em terreno de propriedade do município; e) compromisso do Município em desmanchar e remover para a UA/Campo Grande, sem ônus para a Conab, o armazém metálico nº 2, com área de 1.260 m²; e, f) proximidade do encerramento do contrato de cessão de uso 5/5/2008. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi propôs a aprovação da doação ao Município de Mundo Novo/MS das benfeitorias e equipamentos da extinta unidade armazenadora em referência. Após as justificativas do Relator, os demais Conselheiros aprovaram a doação.

60.000/054



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

observados a legislação e os regramentos internos vigentes. 3) Proposta de acordo amigável do Governo do Estado de Mato Grosso para devolução de parte do terreno inaproveitável da UA/Cuiabá/MT. Extinção de Ação Revocatória de Escritura Pública de Doação de Terreno à Conab com 38.880m² de área. Voto Diafi nº 021/2008 – aprovado na 841^a reunião da Diretoria Colegiada. A Secretaria de Indústria e Comércio do Governo do Estado de Mato Grosso solicita a devolução, de forma amigável, de parte do terreno com 20.300m² onde está instalada a UA/Distrito Industrial/Cuiabá. Devido ao longo período de paralisação de suas atividades em desacordo como Termo de Doação, que não admite a manutenção de área estéril (sem utilização), dissociada dos objetivos da criação do distrito industrial de Cuiabá. A devolução dessa área permitirá, segundo aquela Secretaria, a extinção de processo de Ação Revocatória de Escritura Pública de Doação que prevê o cancelamento de registro imobiliário e reintegração de posse, impetrada pelo Estado de Mato Grosso, e que tramita na 5^a Vara da Justiça Federal. Trata-se de terreno com área total de 38.880m², doado à Conab em 1984, sendo atualmente utilizados apenas 18.580 m², onde estão situados dois armazéns da Companhia com capacidade de 2.400 toneladas cada. A Secretaria de Estado fez uma proposta à Conab, por meio do Ofício nº 256/GS/2007, se dispondo a fazer uma composição amigável que resultaria em providências pelo Governo do Estado de Mato Grosso em extinguir a Ação Revocatória junto à Justiça Federal, desde que a Conab devolvesse a área não utilizada para aquele Estado instalar empresas relacionadas com a atividade-fim do Distrito Industrial de Cuiabá. A Procuradora Regional/MT, com a aprovação da Procuradoria-Geral, não encontrou óbice legal quanto ao acatamento do acordo amigável proposto, registrando que os termos da transação devem ser bem definidos, vez que envolve renúncia de direitos e vão requerer o pagamento de custas judiciais e honorários advocaticios. A Diretoria Colegiada propõe a aprovação da celebração de acordo amigável com o Governo do Estado de Mato Grosso, no bojo do processo nº 2006.36.00.010794-1, e na 5^a Vara da Justiça Federal (ação revocatória de escritura pública de doação por inexecução do endargo), visando a devolução parcial do terreno da UA/Distrito Industrial/Cuiabá/MT, equivalente a 20.300m² de área, mediante a adoção de procedimentos formais e legais por aquele Governo Estadual para extinção do citado processo, ficando às suas expensas as custas judiciais e honorários advocaticios correspondentes. Concomitantemente, o Governo Estadual deverá promover a legalização do registro, em cartório de imóveis, da doação definitiva do terreno de 18.580m² onde está instalada a UA/Distrito Industrial/Cuiabá, bem como a prorrogação de cessão à Conab de um terreno localizado no Centro Político-Administrativo de Cuiabá por mais dois anos, objetivando a construção da nova sede da Sureg/MT, em acordo com trabalhos que vem sendo coordenados pela Diafi, visando a reestruturação daquela regional mato-grossense. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi propôs que o Colegiado aprove o acordo com o Governo do Estado de Mato Grosso. Após as justificativas do Relator, os demais Conselheiros aprovaram o Acordo com o Estado de Mato Grosso, observados a legislação e os regramentos internos vigentes. 4) Ofício nº 049/2008/Gab da Prefeitura Municipal de Vilhena/RO – Doação de parte da área da UA/Vilhena. Voto Diges nº 014/2008 – aprovado na 841^a reunião da Diretoria Colegiada. A Prefeitura Municipal de Vilhena/RO, por meio do Ofício nº 049/2008-GAB, solicita a doação de parte do Lote 01, Quadra 01 do Setor 32 (Conab), para desenvolvimento do projeto de abertura da Avenida Major Amarantes (principal via do centro da cidade) e implantação do projeto de construção de unidades habitacionais de interesse social nas Quadras 02 e 03, conforme apresentado no croqui anexo ao referido Ofício. No supracitado documento, a Prefeitura de Vilhena se compromete a construir o muro em todo o perímetro do lote remanescente da Conab, na execução da pavimentação da área de acesso e no pátio interno da UA Vilhena, bem como lavrar a minuta da escritura da mesma. Ainda, de acordo com o supramencionado ofício, constitui-se num clamor popular a abertura da principal via do centro comercial de Vilhena, motivo pelo qual solicita especial apoio da Conab no sentido de emitir parecer favorável ao pleito ora apresentado. O Conselheiro Wagner

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Gonçalves Rossi propôs a aprovação da doação de parte da área da UA Vilhena à Prefeitura Municipal, conforme solicitado através do Ofício nº 049/2008/GAB. Contudo, ressaltou que a doação deverá ser efetivada somente após a Prefeitura Municipal construir o muro em todo o perímetro do lote remanescente, executar a pavimentação asfáltica da área de acesso e do pátio interno da UA, tudo de acordo com as Especificações Técnicas da Conab e pareceres da Prore/RO e Proge/Matriz quando será lavrada a minuta da Escritura correspondente. Após as justificativas do Relator, os demais membros do Conselho aprovaram a doação, observados a legislação e os regramentos internos vigentes. 5) Ofício CNC nº 13/02/2008, de 18/02/2008, do Conselho Nacional do Café versando sobre Pepro - Café. O Presidente do Conselho fez relato sobre o expediente. Após o debate sobre o assunto os demais membros do Conselho decidiram recomendar que a Conab atenda os procedimentos adotados em vários casos do Programa em situações apontadas naquele expediente, dando oportunidade de comprovação que as mercadorias foram efetivamente exportadas, cumprindo-se o objetivo do Programa Pepro, através de rastreamento da operação da origem até a exportação, obedecidos os preceitos legais. 6) Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou o relatório das atividades desenvolvidas pela Coordenadoria de Auditoria Interna no exercício de 2007, consolidadas no Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAIN que, após análise e explicações do relator, foi aprovado. 7) Ofício nº 354/08/SE-MAPA. O Ofício em referência foi endereçado ao Presidente da Conab para adoção de providências com relação ao contido naquele expediente, em cumprimento à determinação do Senhor Ministro. 8) Relatório encaminhando ao Mapa. Foi apresentado pelo Conselheiro Wagner Rossi relatório solicitado na última reunião do Conad, em caráter sigiloso/confidencial, com pareceres a ser encaminhando em mãos ao Ministério. 9) Relatório de Fiscalização dos Estoques de Café. Foi apresentado e entregue para apreciação dos Conselheiros o relatório de fiscalização dos estoques de café, vinculados aos contratos de opção, elaborados pela Diges. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.



SILAS BRASILEIRO
Presidente



WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro



MAÇAO TADANO
Conselheiro



MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira



EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro



MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA SEPTUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e oito, às 9 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO**, **EDILSON GUIMARÃES** e **MAÇAO TADANO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado inicio à centésima septuagésima nona – 179ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de março/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) CI/Presi nº 108/2008 – Apresentação do Relatório Final da Comissão de Processo Interno de Apuração, constituída pela Portaria nº 459/2005 com o objetivo de apurar os atos e/ou fatos demonstrados pelos autos do processo nº 21000.002565/2005-14. O Ministro do Mapa constituiu Comissão de Processo Interno de Apuração com vista a apurar possíveis irregularidades praticadas por ex-dirigentes da Conab, no âmbito da Superintendência Regional de Goiás. Após o término das investigações a Comissão encaminhou relatório final ao Senhor Ministro para ciência e julgamento. O Ministro, após ouvir a Consultoria Jurídica do Mapa, resolveu declinar da competência para julgar o feito e decidiu que fosse dado conhecimento pela Conab de sua decisão a este Conselho e outros órgãos relacionados no Despacho Ministerial. Após a apresentação pelo Relator, os demais Conselheiros tomaram ciência da decisão ministerial e recomendaram a Conab adotar as demais medidas determinadas pelo Ministro de Estado. 2) Cessão ao Governo do Estado do Rio de Janeiro do imóvel localizado à Rua Leopoldo Bulhões, 529 – Benfica – Rio de Janeiro. – Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 844ª Reunião Ordinária. A Diretoria Colegiada da Conab aprovou em sua 844ª reunião ordinária a doação do imóvel localizado na Rua Leopoldo Bulhões, 529 – Benfica/RJ ao Governo do Estado do Rio de Janeiro, entretanto, a Procuradoria-Geral através do Parecer Proge/Sumad nº 115, de 11/03/2008, reexaminando o processo de doação verificou que o instrumento legal – doação, não seria a forma adequada de repassar o imóvel ao Estado. Recomendou que o instrumento legal de transferência seja a cessão pelo prazo de 05 (cinco) anos, prorrogáveis. O Relator propôs que seja aprovada a cessão do imóvel em referência, na forma indicada pela Procuradoria-Geral da Conab. Os demais Conselheiros após as justificativas do Relator aprovaram a cessão do imóvel. 3) Processo nº 01.121/2006 – Proposta de alienação e de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado na Avenida Monfarrej, 348 – Vila Leopoldina – São Paulo/SP – aprovado pela Diretoria Colegiada na 843ª Reunião Ordinária. Voto Diafi nº 031/2008. Considerado que o imóvel onde está instalada a Sureg São Paulo não oferece as condições necessárias para o funcionamento daquela Unidade foi proposto a venda do citado imóvel com vista a adquirir um com melhores condições para o funcionamento da Sureg. O Banco do Brasil avaliou o imóvel em R\$ 8.500.000,00. A Procuradoria Regional opinou favoravelmente pela elaboração de edital de licitação na modalidade de licitação para venda do imóvel (Parecer Sureg/SP nº 22/2207). A Procuradoria-Geral ratificou o posicionamento adotado pela Procuradoria Regional, no sentido de que seja viabilizada a licitação para venda do imóvel. A Diretoria Colegiada, na 843ª reunião ordinária, aprovou a avaliação e destinação do imóvel para venda. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi propôs que

00.000/054



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

seja aprovada a avaliação e que o imóvel seja destinado à venda. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Conselho, consubstanciados nos pareceres da área técnica e da Procuradoria Regional da Sureg São Paulo e da Procuradoria Geral, aprovaram o laudo de avaliação e a venda do imóvel, desde que sejam observadas a legislação e os regramentos internos vigentes. **4) Aquisição de imóvel para instalação da Sede da Sureg São Paulo.** Processo nº 21201.000236/2007-34 – Aprovado na 846ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada. Voto Diafi nº 043/2008. Em razão da necessidade de se criar um ambiente adequado para abrigar as instalações da Superintendência da Conab no Estado de São Paulo, foi realizada pesquisa em diversos imóveis, de forma a encontrar aquele que melhor atendesse às condições de preço, localização, dimensões e estado de conservação, entre outros, para aquisição e consequente transferência da atual Sede. Identificado esse imóvel pela Sureg SP, que se localiza na Alameda Campinas nº 433, Jardim Paulista, com área útil de 1.037 m², 36 vagas de garagem e cinco pavimentos, foi providenciado junto à Caixa Econômica Federal a sua avaliação, a qual emitiu o laudo nº 7141.7141.067594/2008, de 3/3/2008, estipulando o valor de mercado para venda em R\$3.485.000,00 (três milhões e quatrocentos e oitenta e cinco mil reais). O Conselheiro Wagner Rossi, em razão das justificativas apresentadas pela Sureg/SP, propôs, observadas as disposições da legislação pertinente à matéria e normativos internos vigentes, seja autorizada a aquisição do imóvel em comento, pelo valor da avaliação emitida pela CEF. Os demais membros do Conselho após as justificativas apresentadas aprovaram a aquisição do prédio para instalação da Sede da Sureg São Paulo. **5) Ofício nº 354/08/SE-MAPA.** O Conselheiro Wagner Rossi, na qualidade de Presidente da Conab, entregou ao Presidente do Conselho, Dr. Silas Brasileiro, resposta, em caráter confidencial, ao assunto tratado no Ofício em referência. **6) Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou o Paint/2008 alterado com os apontamentos citados na Nota Técnica SFC/CGU nº 2364/2007. Os Conselheiros após a apresentação do referido Plano decidiram aprová-lo. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SÍLAS BRASILEIRO
PresidenteGUILHERME COSTA DELGADO
ConselheiroEDILSON GUIMARÃES
ConselheiroWAGNER GONCALVES ROSSI
ConselheiroMAÇAO TADANO
ConselheiroMARIA DAS GRAÇAS FONTES
ConselheiraMILTON ELIAS ÓRTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA VIGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e seis dias do mês de março de dois mil e oito, às 11h, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores SILAS BRASILEIRO, Presidente, WAGNER GONÇALVES ROSSI, GUILHERME COSTA DELGADO, MAÇAO TADANO, e EDILSON GUIMARÃES, Conselheiros, e MARIA DAS GRAÇAS FONTES, Conselheira, e como convidados, os membros do Conselho Fiscal da Conab, Senhor Maurício Andrade Coura e as Senhoras Evanir Valentin de Melo da Moita e Lúcia Aida Assis de Lima realizou-se a vigésima sétima reunião extraordinária do Conselho de Administração da Conab. O Presidente abriu a reunião, com o item apreciação e deliberação sobre a Prestação de Contas do Exercício de 2007. Foi convocado o Diretor de Gestão Administrativa e Financeira – Difafi, LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ, com o objetivo de esclarecer possíveis questionamentos dos Conselheiros sobre as contas do exercício. O Presidente da Conab, WAGNER GONÇALVES ROSSI, fez uma apresentação sobre os documentos que compõem a referida Prestação de Contas e esclareceu os questionamentos dos demais Conselheiros sobre o conjunto das peças apresentadas. Em seguida, o Presidente SILAS BRASILEIRO concedeu a palavra ao Conselho Fiscal, quando o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, Presidente do Conselho Fiscal, informou que apreciaram, aprovaram e emitiram parecer favorável sem ressalvas relativo às contas do exercício findo em 31/12/2007. Após a explanação do Conselheiro WAGNER GONÇALVES ROSSI, opinião do Conselho Fiscal, esclarecimentos aos questionamentos do demais Conselheiros, e depois do exame do Balanço Patrimonial e das respectivas Demonstrações do Resultado do Exercício, das Mutações do Patrimônio Líquido, das Origens e Aplicações de Recursos, das Notas Explicativas, do Relatório de Gestão e do Relatório da Administração, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, e considerando o contido no Parecer da Coordenadoria de Auditoria Interna, resolveu aprovar os sem ressalvas e submetê-los ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Em seguida, nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, MILTON ELIAS ORTOLAN, tendo secretariado a Reunião do Conselho, lavei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
PresidenteGUILHERME COSTA DELGADO
ConselheiroEDILSON GUIMARÃES
ConselheiroWAGNER GONÇALVES ROSSI
ConselheiroMAÇAO TADANO
ConselheiroMARIA DAS GRAÇAS FONTES
ConselheiraMILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e três dias do mês de abril de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado início à centésima octogésima - 180ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de abril/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro Maçao Tadano justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, fez a apresentação do novo Diretor da Conab, Dr. **Alexandre Magno Franco de Aguiar**, e, em atenção ao disposto no art. 16, Item XX do Estatuto Social da Companhia, submeteu ao Colegiado a indicação do novo Diretor para assumir a recém criada Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Dirhu, o que foi aprovado pelos membros presentes. Na oportunidade, o novo integrante da Diretoria Colegiada da Companhia recebeu votos de uma profícua gestão à frente da Dirhu. Prosseguindo, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) **Demonstrações Contábeis referentes ao mês de fevereiro/2008 e Demonstrações dos Fluxos de Caixa dos meses de janeiro e fevereiro/2008** - CIs/Sucon nºs 220 e 232/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as demonstrações contábeis de fevereiro/2008 e os fluxos de caixa de janeiro e fevereiro/2008. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a documentação, entretanto solicitaram que, doravante, o Diretor responsável pela elaboração das Demonstrações Contábeis prepare relatório com análise das contas mensais visando oferecer uma visão gerencial das atividades econômico-financeira da Companhia. 2) **Voto Presi nº 003/2008 - Adequação da função de Assessor na Presidência e Diretorias**. Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 848ª reunião ordinária realizada em 09/04/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou o Voto Presi nº 003/2008, aprovado pela Diretoria Colegiada, propondo ao Conselho sua aprovação na forma do inciso III, artigo 19 do Estatuto Social da Conab. O Conselheiro justificou que, com as novas atividades em desenvolvimento na Companhia, torna-se necessário readequar a função de Assessoria na Presidência e nas Diretorias da Companhia na estrutura organizacional. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Colegiado aprovaram a adequação na forma proposta, cumpridas as disposições legais e normativos vigentes. 3) **Voto Presi nº 004/2008 - Nota Técnica nº 1/2008**, de 11/02/2008, e **Ci/Coaud nº 81**, de 13/02/2008. **Criação de Gerência de Risco subordinada à Coordenadoria de Auditoria Interna**. Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 848ª reunião ordinária realizada em 09/04/2008. Visando adequar a estrutura da Coordenadoria de Auditoria Interna para enfrentamento das novas missões daquela Unidade, foi elaborado o Voto Presi nº 004/2008, alicerçada na Nota Técnica Coaud nº 001/2008. O assunto foi submetido pela Presidência da Companhia à Diretoria Colegiada na 848ª Reunião Ordinária, que aprovou o Voto e orientou submeter o assunto ao Conad, na forma do inciso III, artigo 19 do Estatuto Social da Conab. Após o relato, o Conselheiro Wagner Rossi propôs ao Conselho a aprovação do Voto Presi nº 004/2008, considerando a necessidade de melhor estruturar a Coordenadoria de Auditoria Interna - Coaud. Considerando as justificativas apresentadas, os demais membros aprovaram a nova estrutura da Coaud, cumpridas as disposições legais e normativos vigentes. 4) **Voto Presi nº 005/2008 - Nota Técnica Codag nº 001**, de 08/04/2008 - **Reestruturação da Coordenadoria de**

60.000/054

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Desenvolvimento e Apoio à Gestão – Codag. Aprovado pela Diretoria Colegiada em sua 848^a reunião ordinária realizada em 09/04/2008. Com vista a adequar a estrutura da Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão – Codag, para enfrentamento das novas missões daquela Unidade, foi elaborado o Voto Presi nº 005/2008, alicerçada na Nota Técnica Codag nº 001/2008. O assunto foi submetido pela Presidência da Companhia à Diretoria Colegiada na 848^a Reunião Ordinária, que aprovou o Voto, com a orientação de submetê-lo ao Conad, na forma do inciso III, artigo 19 do Estatuto Social da Conab. Após o relato, o Conselheiro Wagner Rossi propôs ao Conselho a aprovação do Voto Presi nº 005/2008, considerando a necessidade de melhor estruturar a Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão - Codag. Após as justificativas apresentadas, os demais membros aprovaram a nova estrutura da Codag, cumpridas as disposições legais e normativos vigentes. 5) Voto Conjunto Dirhu nº 001/2008 e Diafi nº 067/2008. Alteração das Competências Regimentais da Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos – Gemor, da Sumoc/Dirhu, e da Gerência de Organização e Métodos – Georm, da Supad/Diafi. Este Conad, em sua 175^a reunião ordinária, realizada em 21/11/2007, aprovou a criação da Diretoria de Recursos Humanos de Modernização – Dirhu, criada a partir do desmembramento da Superintendência de Recursos Humanos da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi. Verifica-se que no quadro de competências regimentais, aprovado para a criação da respectiva Diretoria, não foi contemplada a parte de modernização administrativa, realizada atualmente pela Gerência de Organização e Métodos – Georm, da Supad/Diafi. Diante de tal situação e para que não seja criada uma superposição de atividades/tarefas, o Conselheiro Wagner Rossi propôs que as competências regimentais da Georm passem a compor o roteiro de competências regimentais da Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos – Gemor, conforme o anexo do Voto Conjunto acima referenciado. A Gerência de Organização e Métodos – Georm passará a denominar-se Gerência de Contratos – Gecot e receberá novas competências, conforme explicitado no Voto aprovado pela Diretoria Colegiada da Companhia na 850^a reunião ordinária, realizada em 22/04/2008. Após as justificativas apresentadas pelo relator e em consonância com o inciso III, artigo 190 do Estatuto Social da Companhia, os demais Conselheiros aprovaram as competências regimentais da Gerência de Ações de Modernização da Gestão de Recursos Humanos - Gemor, a aprovação da alteração da nomenclatura da Gerência de Organização e Métodos - Georm que passa a denominar-se Gerência de Contratos - Gecot e a aprovação das novas competências da Gecot. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente



GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e oito dias do mês de maio de dois mil e oito, às 10h30, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **MAÇAO TADANO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi dado início à centésima octogésima primeira - 181ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de maio/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro **EDILSON GUIMARÃES** justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) Demonstrações Contábeis referentes ao mês de abril/2008 e respectivo Relatório das Principais Ocorrências Contábeis, CI/Sucon nº 395/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou as demonstrações contábeis e o relatório, com vistas à aprovação pelo Colegiado. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diafi. 2) Requerimento do Empregado **Wasny Nakle de Roura**. O empregado, por requerimento, pleiteia a correção de enquadramento no PCCS/Conab. A correspondência tem por objetivo reiterar o pleito de correção do enquadramento que foi elaborado e protocolado na Companhia por ocasião do retorno do empregado à Conab, em abril de 2006. O ponto principal de sua solicitação se prende na exclusão das promoções por mérito que foram concedidas a todos os empregados efetivos ou cedidos da Companhia, no período em que o requerente era detentor de mandato parlamentar. O Conselheiro Wagner Rossi submeteu a solicitação aos demais membros do Colegiado. Após a apreciação, os Conselheiros decidiram encaminhar o assunto à Consultoria Jurídica do Mapa para análise e manifestação. 3) Relatório de Gestão - 1º Trimestre/2008. O Presidente do Conselho distribuiu cópia do Relatório em referência aos membros do Colegiado que, após tomarem conhecimento, aprovaram o Relatório Trimestral. 4) Análise de conjuntura agrícola. O Conselheiro Guilherme Delgado distribuiu "Nota para apresentação em Seminário" que trata da dinâmica recente da produção e consumo de alimentos, feed-grains, cana-de-açúcar no Brasil. Após a apresentação pelo Conselheiro o trabalho foi elogiado pelos demais membros. Em seguida, o Presidente do Conselho, Silas Brasileiro, sugeriu e foi aprovada pelos Conselheiros a realização de encontro com a presença de técnicos de diversos órgãos vinculados ao Mapa, para a discussão do assunto. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

GUILHERME COSTA DELGADO
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

MAÇAO TADANO
Conselheiro

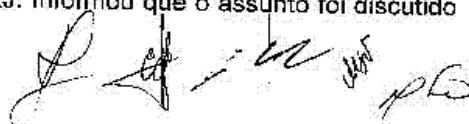
MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e cinco dias do mês de junho de dois mil e oito, às 9 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima segunda - 182ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de junho/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Iniciada a reunião, o Presidente registrou que o Conselheiro **MAÇAO TADANO** justificou sua ausência nesta reunião. Em seguida, passou para os itens da pauta da reunião, a saber: 1) **Demonstrações Contábeis referentes ao mês de maio/2008 e respectivo Relatório das Principais Ocorrências Contábeis**. CI/Sucon nº 466/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diafi. 2) **Criação das Superintendências Regionais nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Roraima e Sergipe. Criação da função de Assistente na Superintendência Regional do Rio de Janeiro**. A missão da Conab é "*Contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento*", atuando em todo território nacional, por meio de suas Superintendências Regionais (Suregs) que, atualmente, estão localizadas em 21 estados (AM, BA, CE, ES, GO, MA, MT, MS, MG, PA, PI, PB, PR, PE, RJ, RN, RO, RS, SC, SP e TO). Vinculadas a elas, existem 96 Unidades Armazenadoras (UA), onde está armazenado parte dos estoques públicos, estoques privados e os alimentos destinados aos programas sociais desenvolvidos pelo Governo Federal. As Superintendências Regionais são como canais executores das diversas políticas setoriais da Companhia para cumprir os objetivos básicos, que são: suprir carências alimentares em áreas necessitadas, fomentar o consumo dos produtos básicos e necessários à alimentação das populações mais carentes e formar estoques reguladores e estratégicos. A Sureg é ainda um dos instrumentos estratégicos de perseguição e consecução dos objetivos institucionais da Conab, como a Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, Programa de Aquisição de Alimentos – PAA e Política de Abastecimento. A distribuição das Suregs é definida em função das peculiaridades que o processo abastecedor apresenta em cada estado. A complexidade das operações de uma Superintendência Regional deve ter relação direta com a sua inter-relação com as ações institucionais da Conab na sua área de abrangência, visando a minimização, o afastamento ou a eliminação dos fatores alheios a essa clara e precisa competência. Em função das peculiaridades do processo abastecedor de cada estado o modelo proposto para a criação das referidas Suregs é do tipo IV, conforme consta no Regimento Interno. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso III, art. 19 do Estatuto Social da Companhia, propõe a criação das Superintendências Regionais nos Estados de Acre, Alagoas, Amapá, Roraima e Sergipe e a criação da função de Assistente na Superintendência Regional do Rio de Janeiro/RJ. Informou que o assunto foi discutido

BD.000/054

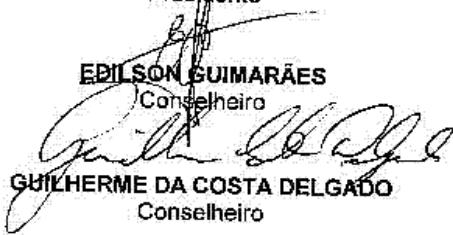


COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

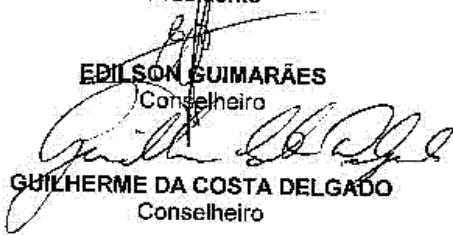
e aprovado na 856ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada, realizada em 05/06/2008. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram à criação das Superintendências Regionais na forma proposta, observados os aspectos legais e a legislação pertinente. 3) Ofício OF/NPPS/PR/RS/Nº 4321/2008, do Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Rio Grande do Sul. Procedimento Administrativo nº 1.16.000.000355/2006-87. O Senhor Presidente do Conselho, Silas Brasileiro, solicitou a inclusão do pedido do Ministério Público Federal no sentido de esclarecer as medidas que o Mapa tem adotado quanto ao cumprimento das determinações contidas no Despacho Ministerial, datado de 31/08/2006. O Conselheiro Rossi, na qualidade de Presidente da Conab, informou que a Empresa estava enviando as informações solicitadas pelo MPF à Secretaria-Executiva do Mapa para subsidiar resposta daquela Pasta ao MPF. Informou, ainda, que foram atualizadas as informações com respeito aos demais processos internos de apuração, objetivando a recuperação de prejuízos ao erário. Os Conselheiros, após as informações oferecidas pelo Presidente do Conselho e pelo Conselheiro Rossi, decidiram encaminhar a solicitação ao Gabinete do Ministro do Mapa visando a constituição de Grupo Correicional Especial, composto por funcionários do Mapa e empregados da Conab, para o acompanhamento dos processos, objeto daquele Despacho Ministerial, haja vista que os órgãos de controle não apresentaram, à época, indicação de servidores para constituir o referido Grupo Correicional. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, fui presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.



SILAS BRASILEIRO
Presidente



EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro



GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro



WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro



MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira



MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

TERMO DE POSSE

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída pela fusão autorizada pelo inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, e instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **José Menezes Neto**, brasileiro, casado, economista, natural de Coroatá/MA, portador da Carteira de Identidade nº 432.443 – SSP/DF e do CPF nº 182.714.131-04, residente no Condomínio Bela Vista, Módulo Q, casa 16 – Grande Colorado – Brasília/DF, tomou posse como Membro do Conselho de Administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, conforme Decreto de 23/07/2008, publicado no Diário Oficial da União de 24/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, artigo 32 do Estatuto Social apresentado sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.

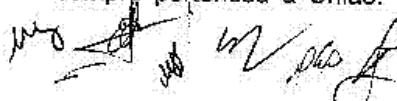

JOSE MENEZES NETO

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos trinta dias do mês de julho de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **EDILSON GUIMARÃES**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima terceira - 183ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de julho/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente expôs que, nos termos do Decreto nº 23, de 24/07/2008, o Sr. José Menezes Neto foi designado como membro do Conselho em substituição ao Sr. Maçao Tadano. Na sequência, deu-se a posse ao novo Conselheiro. Na oportunidade, o Presidente agradeceu a inestimável colaboração do Conselheiro Maçao na condução dos assuntos pertinentes ao Conselho, desejando, ainda, as boas vindas ao Sr. José Menezes, manifestando sua certeza quanto ao pleno sucesso do novo conselheiro no cumprimento de suas atribuições. O Conselheiro empossado agradeceu a manifestação dos demais membros, expondo sua disposição em colaborar com o colegiado em prol do alcance dos objetivos do Conselho e da Companhia. Dando seqüência à reunião, o Presidente para os itens da pauta referente às deliberações, a saber: 1) **Demonstrações Contábeis e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro**, referentes ao mês de junho/2008, CI/Sucon nº 553/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diafi. 2) **Voto Diafi nº 109/2008. Processo Sureg/RJ nº 02.0080/2005. Baixa patrimonial do imóvel situado na Rua Leopoldo Bulhões nº 529, Bairro Benfica, no Município do Rio de Janeiro/RJ.** Aprovado na 860ª Reunião da Diretoria Colegiada em 01/07/2008. A Gerência Regional do Patrimônio da União no Estado do Rio de Janeiro encaminhou a Sureg/RJ o Ofício nº 523/GRPU/RJ/COGEPE, de 3/3/2008, informando o cancelamento do contrato de cessão, sob a forma de utilização gratuita, firmado entre a União Federal e o Serviço de Alimentação da Previdência Social – SAPS em 19/12/1958, em virtude de utilização do imóvel referenciado em atividade diversa da finalidade prevista na cláusula primeiro do referido contrato, conforme despacho exarado nos autos do processo administrativo nº 10768.015436/93-21 daquela Gerência Regional. No citado imóvel funcionou uma unidade de comercialização desta Companhia, cujo imóvel, com área de 4.500 m², foi invadido por famílias de baixa renda, após a desativação da unidade de comercialização. A Conab tentou a doação do imóvel ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (Voto Diafi nº 061/07, aprovado na 827ª Redir, de 13/11/2007), aprovado pelo Conad em sua 175ª reunião ordinária, realizada em 21/11/2007, a qual não chegou a se concretizar, em razão de impossibilidade legal suscitada pela Procuradoria Geral, visto haver esta Companhia recebido o imóvel por meio de cessão de uso gratuito, isto é, não houve a transferência de propriedade. Foi tentada também a cessão de uso ao Governo do Estado do Rio de Janeiro (Voto Diafi nº 035/08, aprovado na 844ª Redir, de 12/3/2008), que não chegou a se concretizar em virtude do já mencionado fato que nunca houve transferência de domínio, isto é, o imóvel sempre pertenceu à União.

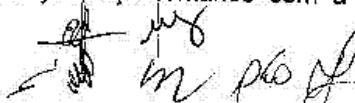
60.000/054



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

Cancelada pela Secretaria do Patrimônio da União a cessão que outorgou direitos sobre o imóvel a Conab cessa automaticamente qualquer relação que esta Companhia possa ter com o terreno sob análise, fato já comunicado ao Governo do Estado do Rio de Janeiro por intermédio do Ofício Presi nº 278, de 20/5/2008. Propõe, então, a Sureg/RJ a baixa patrimonial e contábil do imóvel em tela, tendo a Supad/Gerência de Patrimônio e Seguros informado o valor líquido/contábil registrado no patrimônio: Edificações R\$216.664,27; Terreno – R\$314.393,45. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso VIII do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, propôs ao Conselho de Administração a baixa patrimonial e contábil do imóvel em referência, conforme deliberado pela Diretoria Colegiada da Conab, observada a legislação e os normativos vigentes. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a baixa patrimonial e contábil, de acordo com a proposta apresentada pelo presidente da empresa . 3) Voto Diges nº 016/2008, Processo nº 10.186/2005. Desativação e alienação ou locação da UA/Paranaguá/PR. Aprovado na 843ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada. A Sureg/PR propôs a desativação da Unidade Armazenadora de Paranaguá/PR e colocação do imóvel à venda ou para locação, pelos seguintes motivos: a) a unidade está dissociada da missão da Conab; b) não atende produtores rurais; c) não atende a Agricultura Familiar e outros Programas Sociais; d) presta serviço apenas a uma empresa do ramo de exportação de madeira, na modalidade reserva de espaço, que se assemelha à locação; e) os empregados daquela Unidade poderiam compor o quadro de pessoal do AF Curitiba, que está para ser aberto e não dispõe de pessoal suficiente, ou de outra Unidade. No caso de alienação, se os recursos da venda puderem ficar com a Conab, poderiam ser utilizados para investimento nas demais Unidades, hoje tão carentes de recursos para este fim. Se os recursos não puderem ficar com a Conab, o melhor seria locar a Unidade, pois se teria um resultado financeiro melhor do que o obtido atualmente pela Unidade obtendo-se, ainda, a disponibilidade de seus empregados. A Suarm corrobora com a proposição da Sureg/PR, por entender que aquela Unidade não vem cumprindo seu papel na missão da Conab e que poderia ter uma melhor destinação. A Diretoria de Gestão de Estoques - Diges propôs a extinção da Unidade Armazenadora de Paranaguá/PR e a colocação do imóvel para locação, mediante licitação pública ou para alienação, caso os recursos provenientes da venda possam ser utilizados pela Conab, para investimento. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso VIII do artigo 16 do Estatuto Social da Companhia, propôs ao Conselho de Administração que aprove a desativação, alienação ou alocação da UA/Paranaguá, conforme proposto pela Diretoria Colegiada da Conab, observada a legislação pertinente e os normativos internos que regem a matéria. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram a proposta apresentada. 4) O Conselheiro Guilherme Delgado, fazendo uso da palavra, no tocante à Política Agrícola, enfatizou a necessidade da discussão de medidas corretivas à tendência das pressões inflacionárias oriundas dos produtos agropecuários. Destacou, ainda, que o Plano de Safra Agrícola (2008-2009) está na direção correta ao incentivar a elevação e recomposição da produção agrícola de "food-grains". Chamou a atenção, por outro lado, para a premente necessidade de formação de estoques públicos de arroz, feijão, milho e trigo, em face da situação presente de virtual liquidação desses estoques. Neste sentido, o Conselheiro Edilson Guimarães – da Secretaria de Política Agrícola, ponderou que o Plano de Safra 2008-2009 já anunciou a recomposição dos estoques, embora reconheça que os recursos orçamentários alocados para a Política de Garantia de Preços Mínimos no Orçamento de 2009 sejam inadequados às necessidades da recomposição. Lembrou, ainda, da possibilidade de arranjos orçamentários com a

BD.000/054



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

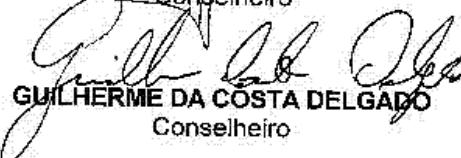
Secretaria do Tesouro a serem articulados no inicio do próximo ano, que poderiam melhorar a situação. Voltando ao assunto, o Conselheiro Guilherme Delgado enfatizou que a questão dos estoques mínimos não pode ficar circunstanciada a uma discussão estritamente burocrático-orçamentária, em razão da gravidade e significação deste tema na atual conjuntura de crise dos alimentos. Em seqüência argumentou que o assunto precisaria ser colocado na sua verdadeira dimensão política, para que pudesse, a partir do segundo trimestre 2009, com a entrada da nova safra, ser objeto de imediata execução. O Conselheiro Wagner Rossi, Presidente da CONAB, concordou com a necessidade e urgência da abordagem do tema dos estoques públicos, ressaltando, ainda, que a situação atual reflete uma orientação herdada de governos anteriores. Havia uma orientação anterior de prioridade aos instrumentos financeiros à equalização de preços (sem compra direta) em detrimento da formação física de estoques estratégicos. Do seu ponto de vista, essa política é parcialmente correta, porque os instrumentos comercial-financeiros são necessários, mas a ausência do Estado na formação de estoque de alimentos deixa-o inteiramente vulnerável a crises de abastecimento. O Presidente do Conselho e Secretário Executivo do MAPA, Sillas Brasileiro, chamou a atenção para a relevância do assunto em debate, pedindo destaque em Ata das questões ali tratadas. Lembrou que o assunto já estava nas cogitações e voltaria a ser tratado pela alta direção do Ministério da Agricultura. Levantou, ainda, uma outra questão, conexa à formação de estoques, qual seja a proposta de associar a recuperação dos estoques públicos agrícolas com a possibilidade de importação de grãos transgênicos, ora vedada pela legislação ambiental. Após discussão por parte dos membros do Conselho, o Presidente recomendou que o assunto seja submetido ao conhecimento do Sr. Ministro do Mapa, com vistas à adoção de medidas julgadas pertinentes. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.



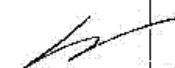
SILAS BRASILEIRO
Presidente



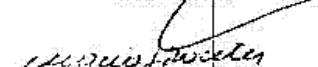
EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro



GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro



WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro



MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira



JOSE MENEZES NETO
Conselheiro



MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e sete dias do mês de agosto de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima quarta - 184ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de agosto/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente justificou a ausência do Conselheiro **EDILSON GUIMARÃES**, por motivo de viagem a serviço em companhia do Senhor Ministro do Mapa. Dando seqüência à reunião, o Presidente relatou os itens da pauta referente às deliberações, a saber: 1) **Demonstrações Contábeis e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro, referentes ao mês de julho/2008. CI/Succon nº 697/2008 e nº 703/2008, respectivamente.** O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi. 2) **Voto Diafi nº 111/2008. Planejamento de Investimentos 2008/2011. Proposta para a expansão do orçamento de investimentos da Companhia no período de 2008/2011.** Tendo como objetivo recuperar e modernizar o sistema de armazenagem próprio da Conab, implantar novas Unidades Armazenadoras, atualizar o parque tecnológico de informática e adequar as estruturas administrativas das Superintendências Regionais, visando atender a diretriz do Governo Federal em ampliar a produção agrícola nas próximas safras, notadamente com forte apoio nos financiamentos para a agricultura empresarial e na agricultura familiar, inclusive com a implementação do Programa Mais Alimentos e a ampliação dos estoques públicos de 1,5 milhão de toneladas em 2008 para 6 milhões de toneladas em 2009. A Diafi, após inúmeras consultas às demais Diretorias, elaborou a anexa proposta *Planejamento de Investimentos 2008/2011*. Tendo em vista este cenário, é imperiosa a necessidade da Conab se preparar e responder, em nível técnico, operacional e econômico a esse expressivo aumento da produção interna de alimentos e dos Programas Sociais de Governo. No Planejamento em pauta, são indicadas as áreas de aplicação dos recursos: a) Operacional: reforma e modernização de 30 (trinta) unidades estratégicas, certificação de todo o complexo armazeador, conclusão das obras da UA Uberlândia, implantação de novas Unidades Armazenadoras; b) Administrativo: atualização do parque de informática e reestruturação das instalações das Sedes das Superintendências Regionais. Para que a Conab possa gerar recursos financeiros próprios, serão alienados 168 imóveis disponíveis, sendo, de imediato, vendidos 42 (quarenta e dois) imóveis regularizados e avaliados em, no mínimo, R\$ 77 milhões. Os outros 126 (cento e vinte e seis) imóveis, englobando prédios, galpões, entrepostos de pesca, armazéns, casas, lojas, sobrelojas, terrenos e fazendas, devido a necessidade de regularização jurídica e novas avaliações, serão programados para uma 2ª etapa do processo. Estima-se um valor venal de R\$ 33 milhões a serem obtidos com estas alienações até 2011. Estes recursos são capazes de financiar, no mínimo, 60% do Programa de Investimentos no

BD.000/054



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

período 2008/2011 (4 anos), alcançando um nível de investimento de cerca de R\$ 205 milhões. Os recursos complementares virão do Tesouro Nacional. O Conselheiro Wagner Rossi, na forma do inciso VI, artigo 19 do Estatuto Social da Companhia, submete à deliberação do Conselho de Administração o Planejamento de Investimentos 2008/2011. Após as justificativas apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram o Planejamento de Investimentos 2008/2011.

3) **Comunicação Interna Presi nº 393/2008. Parecer Coger nº 27/2008** referente ao Processo nº 21000.012353/2005-45/MAPA. Processo interno de apuração da Conab oriundo do MAPA. O Conselheiro Wagner Rossi submeteu ao conhecimento dos demais membros do Colegiado as providências tomadas no tocante ao Processo Interno de Apuração da Conab - Processo nº 21000.012353/2005-45/Mapa, ficando registrado a ciência dos Conselheiros quanto aos teores do documento.

4) Assuntos Gerais: O Senhor Presidente colocou em discussão o tema sobre a Política de Manutenção de Estoques Públicos por parte da Cohab. Após várias considerações feitas pelos Senhores Conselheiros, o Sr. Wagner Rossi fez breve relato sobre o assunto, esclarecendo que a matéria já foi discutida com os setores técnicos e com o Senhor Ministro do MAPA. Expôs, ainda, que também já teve a oportunidade de externar sua posição ao Senhor Presidente da República, que manifestou sua concordância com o estabelecimento dos estoques públicos. O Senhor Presidente do Conselho sugeriu, e foi aprovado pelos demais Conselheiros, que fosse transcrita em ata a preocupação com o tema, assim como que o assunto seja levado ao conhecimento do Senhor Ministro do Mapa. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

JOSE MENEZES NETO
Conselheiro

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e nove dias do mês de setembro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO**, **EDILSON GUIMARÃES** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima quinta - 185ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de setembro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente relatou os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

1) Demonstrações Contábeis. Referente a agosto/2008. CI/Sucon nºs 778/2008 e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Agosto/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi.

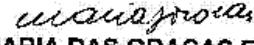
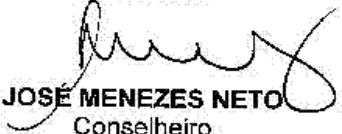
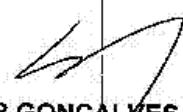
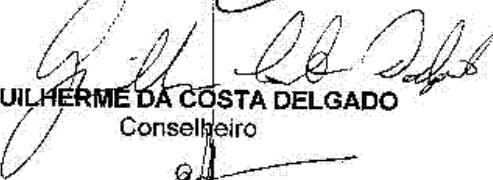
2) Voto Presi nº 011/2008. Nota Técnica Copav nº 01/2008 – Revisão do PPA e Proposta Orçamentária Exercício 2009. Em conformidade com as Leis nº 11.653, de 07/04/2008 (PPA 2008-2011), Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO nº 11.768, de 14/08/2008, e demais orientações dos órgãos central (SOF) e setorial (MAPA/CGOF) de orçamento e com base nas demandas apresentadas pelas áreas desenvolvidas foi apresentadas pela Copav proposta de revisão do PPA e a programação orçamentária para o exercício de 2009. Por meio do Ofício nº 946/2008-SE/MAPA, de 11/07/2008, a Secretaria-Executiva do Mapa comunicou o limite orçamentário da Conab, no total de R\$ 82.000.000,00 (oitenta e dois milhões de reais) para o exercício de 2009, inerentes às despesas discricionárias. Estão excluídas deste limite as despesas com pessoal (Folha e Cíbrios), benefícios, Sentenças trabalhistas e despesas financeiras (Formação os Estoques Públicos e conclusão da obra de Uberlândia/MG). Face ao plano de alienação de ativos e após gestões junto ao MAPA, o limite de R\$82.000.000,00 foi alterado para R\$141.000.000,00, com a distribuição expressa no corpo do Voto. A alocação do orçamento para as despesas sujeitas aos limites observou a seguinte priorização: atendimento ao pagamento dos benefícios, custeio, programa de revitalização da Companhia, rede própria de UAs, fiscalização de estoques, pesquisa de safras e demais ações. O orçamento para o exercício de 2009, em função dos limites estabelecidos pela SOF e Mapa, ficou aquém das demandas da Companhia, especialmente no que se refere às despesas com Custeio, Pessoal, Benefícios e Treinamento. Em se aprovando na Secretaria de Orçamento Federal - SOF e no Congresso Nacional - CN a proposta ora apresentada, provavelmente haverá necessidade de suplementação, principalmente no que tange às despesas de pessoal e benefícios face ao retorno de anistiados devendo por outro lado a Conab, adotar ao longo de 2009 medidas de contenção de gastos, notadamente com viagens a serviço despesas de custeio. O Conselheiro Wagner Gonçalves Rossi, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia (art. 19 – inciso VI), submete à apreciação do Conselho de Administração a Proposta Orçamentária para o exercício de 2009 (art. 16 – inciso

68.000/054



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

II). Informa que o assunto foi submetido e aprovado pela Diretoria Colegiada na 869ª Reunião Ordinária. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Colegiado aprovaram a Proposta Orçamentária para o exercício de 2009. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.


SILAS BRASILEIRO
Presidente
MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira
JOSE MENEZES NETO
Conselheiro
WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro
GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro
EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro
MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos vinte e um dias do mês de outubro de dois mil e oito, às 16 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **GUILHERME COSTA DELGADO**, **EDILSON GUIMARÃES** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima sexta - 186ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de outubro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente relatou os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

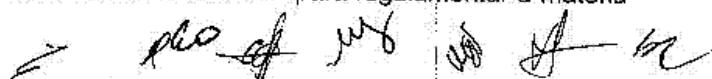
1) Demonstrações Contábeis. Referente a setembro/2008. CI/Sucon nºs 894/2008 e Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Setembro/2008. O Conselheiro Wagner Rossi apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, as Demonstrações Contábeis e o respectivo relatório. Após a apresentação pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi.

2) Voto Presi nº 014/2008. Nota Técnica Audin nº 016/2008. Aprovado na 872ª Reunião da Diretoria Colegiada em 30/09/2008. Colocado o assunto em discussão, foi solicitado maiores esclarecimentos do conteúdo da Nota Técnica Audin 016/2008 e, posteriormente, que a matéria fosse reapresentada na próxima reunião do Conad.

3) Proposta de aumento da participação acionária da Conab na Companhia Estadual de Silos e Armazéns - CESA. A CESA/RS, por meio da correspondência PRES/Carta nº 220/2008, propôs à Conab que aumentasse sua participação acionária naquela Companhia, com um aporte de capital em torno de R\$42.000.000,00 (quarenta e dois milhões de reais). O assunto foi, inicialmente, analisado pela área jurídica da Conab, que se manifestou acerca da legalidade da proposta, explicitando que no Estatuto Social da Conab não há previsão legal para a Companhia adquirir diretamente ações de Sociedade de Economia Mista. A Proge afirmou que os aumentos de capital da Conab dar-se-ão na forma descrita no artigo 9º do Estatuto Social. Após seu relato, o Presidente colocou o assunto em discussão, quando os Conselheiros deliberaram pela conveniência de não aceitar a proposta, consubstanciando-se, inclusive, nos impedimentos estatutários registrados pela Procuradoria-Geral. Recomendou, ainda, que fosse encaminhada cópia desta Ata ao Ministério supervisor para ciência da decisão.

4) Licença Maternidade. Lei nº 11.770/2008. Prorrogação por sessenta dias. O Diretor da Diretoria de Recursos Humanos e Modernização – Dirhu apresentou à Diretoria Colegiada da Conab, na 873ª Redir, proposta para extensão às empregadas da Companhia dos benefícios da licença-maternidade, nos moldes da Lei 11.770/2008. A Diretoria Colegiada, após as justificativas apresentadas pelo Diretor, aprovou a proposta e recomendou que o assunto fosse submetido ao Conad. Em seguida, à aprovação, foi emitida a Resolução nº 16, de 07/10/2008. O Conselheiro Wagner Rossi, na qualidade de Presidente da Conab, submeteu o assunto aos Conselheiros, conforme disposto no artigo 2º, inciso X do Regimento Interno, com vistas à ratificação da decisão adotada pelo corpo diretivo da Companhia. Após avaliarem a matéria, os Conselheiros de Administração ratificaram os termos da Resolução que disciplinou a matéria no âmbito da Conab, recomendando que a Diretoria de Recursos Humanos e Modernização – Dirhu adote as providências necessárias para regulamentar a matéria

60.000/054



COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

no âmbito da Companhia, observando os normativos e a legislação pertinente. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião de qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.

SILAS BRASILEIRO
Presidente

GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro

EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro

MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira

JOSE MENEZES NETO
Conselheiro

MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA SÉTIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos dezenove dias do mês de novembro de dois mil e oito, às 106 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima sétima - 187ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de novembro/2008. Presente, também, o Chefe de Gabinete da Presidência, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos. Aberta a reunião, o Presidente registrou a ausência do Conselheiro **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, que está em gozo de férias regulamentares, e do Conselheiro **EDILSON GUIMARÃES**, que se encontra em viagem a serviço do Mapa. Em seguida passou-se para os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

1) **Relatório de Gestão – 3º Trimestre/2008.** O Presidente apresentou aos demais membros o relatório que tem por objetivo demonstrar a atuação da Conab ao longo dos três primeiros trimestres de 2008, destacando os resultados alcançados nas várias atividades executadas nesse período. O relatório está dividido em cinco capítulos e foi elaborado a partir dos dados e informações gerenciais fornecidos pelas diversas unidades orgânicas da Companhia. Após a apresentação, o Presidente colocou o assunto em discussão, com vistas à sua aprovação. Após as considerações dos demais membros, o Conselho aprovou o Relatório de Gestão – 3º Trimestre/2008.

2) **Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro/2008.** O Presidente Silas Brasileiro apresentou, com vistas à aprovação pelo Colegiado, o Relatório em referência. Após as considerações apresentadas pelo Relator, os demais membros do Colegiado aprovaram os trabalhos elaborados pela Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Dafi.

3) **Voto Presi nº 014/2008. Nota Técnica Audit nº 016/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética.** O Presidente informou que este assunto foi submetido ao Conselho na reunião anterior e, por solicitação do Conselheiro Guilherme Delgado, a Companhia fosse instada a fornecer maiores esclarecimentos sobre a necessidade das mudanças propostas, com posterior reapresentação do assunto nesta Reunião. O Conselheiro Guilherme Delgado informou que, por ocasião da reunião do Conselho realizada em outubro passado, o tópico sobre a mudança no Regimento Interno da Auditoria foi colocado em discussão visando adequá-lo à nova estratégia de prevenção de riscos. Fez uma ponderação no sentido de que se explicitasse os riscos estratégicos concernentes às contas subvencionadas pelo Tesouro Nacional, materializadas nos chamados Prêmios de Equalização na venda de estoques ou na subvenção financeira à comercialização privadas (Pepro, Prop, P-soja, etc). Argumentou, na ocasião, que faltava esta explicitação no teor do Regimento Interno sob proposta de alteração. Em função dessa ponderação, o Presidente do Conselho optou por adiar o assunto em pauta, tendo em vista obter os esclarecimentos que estavam sendo requeridos. Posteriormente, o Conselheiro Guilherme Delgado, chamado à reunião com os coordenadores da Auditoria Interna, foi informado do detalhamento do Plano de Auditoria para 2009, no qual estão previstas, com prioridade, auditorias específicas nas contas subvencionadas pelo Tesouro Nacional. O referido Plano virá à apreciação deste Conselho na última reunião do presente exercício.

60.000/054
2008-10-20

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

(dezembro/2008). Isto posto, quero manifestar meu ponto de vista de corroboração às chamadas auditorias à prevenção de riscos estratégicos que agora deverão comparecer como prioridade, pela primeira vez, no Plano de Auditoria de 2009. O Conselheiro Guilherme Delgado reservou-se ao direito de ulteriores sugestões, por ocasião da apreciação do próximo Plano de Auditoria. O Presidente agradeceu a intervenção do Conselheiro Delgado, agregando sua fala ao texto abaixo para que sejam apreciados em conjunto. Em seguida, orientou que fosse transcrita o texto apresentado pela Administração da Conab para fins de deliberação pelos demais membros do Conad: O cenário do ambiente das organizações vem demandando, cada vez mais, a implementação de medidas e técnicas de controle voltadas à minimização dos riscos potenciais a que estão sujeitos os processos, prevenindo falhas e evitando problemas que coloquem em risco a imagem da empresa perante os seus acionistas, clientes e o mercado em geral. Essa postura corporativa tem propiciado a materialização e a aplicação de diversos mecanismos, com o objetivo de, não apenas detectar e mensurar possíveis problemas, como também a adoção de alternativas de solução. E entre estas alternativas, destacam-se as políticas voltadas ao controle de riscos e relacionadas às atividades de auditoria interna. Nesse sentido, enquanto a auditoria externa tem a sua função circunscrita ao exame das demonstrações financeiras, a auditoria interna, por sua vez, avalia a gestão da empresa, no que concerne aos seus diversos aspectos, com destaque para a governança corporativa, gestão de riscos e procedimentos de aderência às normas regulatórias, apontando as vulnerabilidades dos processos. Esse novo cenário regulatório, que reproduz uma tendência mundial de fortalecimento das estruturas de controle, tem instado as organizações a aprimorar, cada vez mais, suas estruturas de controle de riscos e da auditoria interna. E pode-se afirmar que a auditoria interna vem assumindo uma maior responsabilidade na avaliação e prevenção de riscos, o que reflete, naturalmente, no aprimoramento dos enfoques, das metodologias e das ferramentas adotadas. O reconhecimento da importância dessa área no processo de gestão tem aumentado a exigência por um grau cada vez mais elevado de especialização nas estruturas de auditoria interna, assim como a exigência de uma equipe com visão multidisciplinar, atuando, de forma coordenada, com a missão de assessorar a administração, por meio, principalmente, dos exames e avaliação dos seguintes pontos: 1. Adequação e eficácia dos controles. 2. Integridade e confiabilidade das informações e registros. 3. Integridade e confiabilidade dos sistemas estabelecidos para assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos, e de sua efetiva utilização. 4. Eficiência, eficácia e economicidade do desempenho e da utilização dos recursos, dos procedimentos e métodos para a salvaguarda dos ativos e a comprovação de sua existência, assim como a exatidão dos ativos e passivos. 5. Compatibilidade das operações e programas com os objetivos, planos e meios de execução estabelecidos. 6. Mensuração dos problemas e riscos e oferecimento das alternativas de solução. A gestão de riscos assume, cada vez mais, importância relevante no âmbito das corporações, que buscam qualidade e eficiência do seu negócio, já que permite identificar, entre outros aspectos, a) quais as ameaças à consecução dos objetivos da empresa; b) protege o capital investido; c) identifica a vulnerabilidade e evita perdas financeiras; d) possibilita a avaliação da probabilidade das ameaças se materializarem (os potenciais riscos tornarem-se perdas efetivas), com a consequente adoção de medidas de prevenção, minimização ou eliminação. O gerenciamento de riscos pode se tornar um mero exercício acadêmico, caso não seja relacionado a objetivos específicos de negócio, em perfeita sintonia com a missão da empresa. De acordo com as melhores práticas, é parte integrante da cultura da organização e abrange todas as atividades corporativas, operacionais, técnicas,

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

comerciais, financeiras, administrativas, entre outras. Em linhas gerais, os objetivos e os riscos associados são classificados de acordo com suas características. É cada vez mais expressivo o número de organizações que vêm incorporando em seus processos de gestão sistemas de gerenciamento de riscos, sob a coordenação inicial da área de Auditoria Interna, em vista de sua capilaridade na avaliação in loco das atividades e processos. O objetivo básico da Auditoria Interna é, em última instância, auxiliar os gestores no desempenho de suas funções, por meio do fornecimento de análises, apreciações, recomendações e comentários pertinentes aos atos e fatos examinados. Nesse sentido, o trabalho do auditor interno permeia todas as fases das atividades do negócio, de forma a obter uma visão mais completa das operações e dos procedimentos administrativos, envolvendo: a) revisão e avaliação da correção, adequação e aplicação de controles de natureza financeira, administrativa e operacional, de forma a melhorar a eficiência e eficácia a um custo-benefício satisfatório, e mitigando os riscos. b) determinação do grau de atendimento às diretrizes, planos e procedimentos estabelecidos. c) determinação do grau de controle dos ativos da Companhia, no que se refere à proteção contra perdas e desvios. d) determinação da fidelidade dos dados financeiros, administrativos e operacionais. e) avaliação qualitativa do desempenho na execução das atividades. f) recomendação de melhorias no processo de gestão. A Auditoria Interna da Companhia vem passando por profundas e importantes transformações em seu foco de atuação, de forma a adequá-la às modernas técnicas de controle interno hoje prevalecentes e, ao mesmo tempo, atender às necessidades da corporação. O primeiro passo foi a estruturação de uma equipe multidisciplinar, composta de profissionais de diferentes áreas de formação e focados na visão moderna do papel da auditoria interna no processo de assessoramento da gestão, com ênfase na prevenção e mitigação de riscos, e orientação para soluções. Esse processo depende da correta decodificação de percepções sobre diferentes assuntos, no que se refere às pessoas, às logísticas, aos controles, ao processo de gestão, entre outros. A etapa subsequente foi a departamentalização das funções da Auditoria, segmentando-as em três grupos a saber: 1) funções relacionadas às atividades de auditoria, envolvendo avaliação da gestão sob os seus diversos aspectos; identificação de riscos; avaliações setoriais sobre a adoção dos procedimentos definidos na política de gerenciamento de riscos, conformidade regulatória, entre outras. 2) funções administrativas e de controle, envolvendo a avaliação das disfunções detectadas pelos trabalhos de auditoria; elaboração de planos de providências para atendimento aos órgãos de controle; análise e parecer sobre o cumprimento dos normativos na condução de Tomadas de Contas Especial; estudos e elaboração de relatórios especiais, Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna entre outros. 3) funções relacionadas ao gerenciamento de riscos, envolvendo a análise, identificação e mapeamento de eventos que possam se constituir em ameaça para o alcance dos objetivos; análise e sugestões de alternativas de planos objetivando a mitigação dos riscos; disseminação da política de gerenciamento de riscos, entre outros. Dentro desse enfoque, a Auditoria Interna foi estruturada organicamente com 3 (três) gerências. Relativamente às competências regimentais da Auditoria Interna e de suas respectivas gerências, em vista da própria dinamicidade da evolução dos instrumentos de controle interno no contexto da gestão das corporações, estas devem merecer algumas adequações, de forma a compatibilizá-las à realidade atual no contexto da governança corporativa. O exercício das atividades de auditoria interna, considerando as próprias peculiaridades que lhe são intrínsecas, deve-se pautar por princípios de ética profissional que o auditor tem o dever de observar, cumprir e fazer cumprir fielmente em toda a sua extensão, no seu relacionamento no âmbito da organização em que presta serviços, com o público em

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

geral, outras entidades públicas e privadas, entidades de classe, e demais partes interessadas. Nesse sentido, o Código de Ética estabelecido pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil atende plenamente aos postulados que norteiam as atividades de auditoria interna no âmbito da Companhia, com as adaptações julgadas pertinentes. O Presidente submeteu à deliberação do Colegiado proposta de promover, na forma explicitada na Nota Técnica Audin nº 016/2008, a adequação do "Regimento Interno" da Auditoria Interna e de suas respectivas Gerências e a instituição do "Código de Ética da Auditoria Interna", cujos princípios passarão a nortear a conduta dos auditores internos no desenvolvimento dos trabalhos que lhes são afetos. Após as justificativas apresentadas pelo Relator e a intervenção do Conselheiro Guilherme Delgado, os demais membros do Colegiado aprovaram as mudanças propostas, recomendando que a Companhia adote as providências necessárias para inclusão nos normativos da Conab.

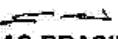
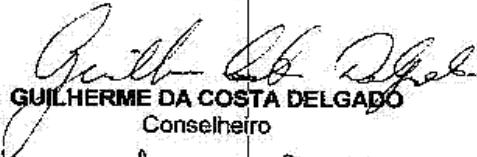
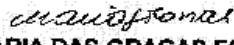
4) Processo nº 70010.001004/2008-37 – Ofício Presi nº 0522/2008 – referente ao Processo nº 1233/2005-42 – Argepal. Trata-se de consulta realizada pela Conab ao Conjur/Mapa referente aos recursos apresentados ao Presidente da República, relativos ao Processo Conab nº 1233/2005. A Conjur/Mapa destacou que o recurso administrativo não interessa à Conab, e sim ao recorrente, e que não interfere no trâmite do processo e adoção de medidas para a recuperação dos prejuízos causados ao erário. Sugeriu ao Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento reforçar a sua decisão constante do termo de julgamento e determinar a adoção de medidas à defesa do erário, sendo certo que a omissão ou o retardamento injustificado poderá resultar na responsabilidade de quem lhes der causa, posições que mereceram aprovação da Consultoria Jurídica. No Despacho Ministerial, o Ministro de Estado reforçou sua decisão, constante do termo de julgamento no Processo nº 1233/2005, e determina a adoção das medidas à defesa do erário. O Presidente do Conselheiro informou que o Senhor Ministro de Estado mandou notificar este Conselho acerca de sua decisão, a fim de acompanhar as providências relacionadas com a persecução dos prejuízos por parte da Companhia e adoção de providências a seu mister. Visando atender à determinação Ministerial, o Conselheiro Silas Brasileiro solicitou à Procuradoria-Geral que apresentasse relatório sobre o assunto no sentido de que a Empresa acate, de forma célere, a determinação do Senhor Ministro de Estado. Após relato, os demais membros do Colegiado aprovaram as decisões adotadas pelo Presidente do Conselho.

5) Processo nº 21200.000864/2008-19. Proposta de aprovação do preço mínimo de venda do imóvel localizado no Setor de Clubes Norte, Trecho Enseada Norte, lote 10 – Brasília/DF. O Presidente do Conselho relatou que a Diretoria Colegiada da Conab aprovou, em sua 877ª Reunião Ordinária realizada em 05/11/2008, para efeito de fixação de preço mínimo de venda, o valor da avaliação elaborado pelo Engenheiro Civil Valdizete Aragão de Almeida, o qual atribuiu ao imóvel o valor de R\$7.850.000,00 (sete milhões e oitocentos e cinqüenta mil reais), cuja venda deverá ser realizada nas seguintes condições: 40% de entrada sobre o valor da alienação e o restante parcelado em até 6 meses. Após o relato do Presidente, os demais membros do Conselho aprovaram o preço mínimo de venda do imóvel em referência.

6) Processo nº 21211.000245/2008-97. Proposta de aprovação do laudo de avaliação do Imóvel localizado na Avenida Jerônimo de Albuquerque, s/nº - São Luis/MA. O Presidente do Conselho relatou que a Diretoria Colegiada da Conab aprovou, em sua 877ª Reunião Ordinária realizada em 05/11/2008, para efeito de fixação de preço mínimo de venda, o laudo de avaliação emitido pela Caixa Econômica Federal, o qual atribuiu ao imóvel o valor de R\$476.000,00 (quatrocentos e setenta e seis mil reais), cuja venda deverá ser realizada nas condições aprovadas pelo Voto Diafi nº 024/2008, qual seja: 10% de entrada sobre o valor da alienação e o restante parcelado em até 36 meses. Após o

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

relato do Presidente, os demais membros do Conselho aprovaram o laudo de avaliação emitido pela Caixa Econômica Federal e a venda do imóvel em referência. 7) Proposta de alteração da Resolução Conab nº 008, de 29/07/2008. O Presidente do Conselho apresentou proposta de alteração da Resolução nº 008/2008, justificando o pagamento da Gratificação por Atividade Jurídica - GAJ concedida aos Procuradores lotados na Proge e cedidos à Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – Mapa. Segundo o Relator, os referidos Procuradores não só prestam serviços à Consultoria Jurídica do Mapa como, também, na condição de Assessores do Senhor Ministro de Estado, prestam assessoramento jurídico à Conab, que se efetivam por meio de pareceres nos processos de interesse desta Empresa Pública, que tramitam perante o Mapa, portanto, no efetivo exercício de idênticas funções inerentes aos outros Procurados da Proge, das Prores e da Corregedoria. Após a apresentação, o Presidente submeteu o assunto aos demais membros que, após deliberação, decidiram aprovar a alteração da Resolução na forma proposta. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, Milton Elias Ortolan, Secretário do Conselho, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.


SILAS BRASILEIRO
Presidente
GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro
MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira
JOSE MENEZES NETO
Conselheiro
MILTON ELIAS ORTOLAN
Secretário

COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

ATA DA CENTÉSIMA OCTOGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB.

Aos dez dias do mês de dezembro de dois mil e oito, às 10 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída nos termos do art. 16, inciso II da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de janeiro de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal, com as presenças dos Senhores **SILAS BRASILEIRO**, Presidente, **WAGNER GONÇALVES ROSSI**, **EDILSON GUIMARÃES**, **GUILHERME COSTA DELGADO** e **JOSÉ MENEZES NETO**, Conselheiros, e **MARIA DAS GRAÇAS FONTES**, Conselheira, foi iniciada a centésima octogésima oitava - 188ª - Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Conab - Conad, referente ao mês de dezembro/2008. Presente, também, o Assessor João Batista da Silva Fagundes, o qual foi convidado para secretariar os trabalhos, o Diretor de Gestão Administrativa e Finanças, Luis Henrique Teixeira Baldez, e o Chefe de Gabinete da Presidência. Aberta a reunião, o Presidente registrou que o Dr. Milton Elias Ortolan, Chefe de Gabinete da Conab e Secretário deste Conselho, está se afastando da Empresa, a pedido. Destacou a colaboração recebida sempre de maneira eficiente e segura no atendimento de todas as solicitações do Mapa, desejando pleno êxito no desempenho das novas funções na cidade de Americana/SP. Idênticas manifestações de apreço fizeram os demais Conselheiros. Em resposta o Chefe de Gabinete agradeceu a irrestrita colaboração que sempre recebeu das autoridades do Mapa destacando o grande apoio recebido de parte do Presidente da Conab, Wagner Rossi, com quem convive no serviço público há vários anos, desde os tempos em que o mesmo foi Secretário de Governo no Estado de São Paulo. Em seguida, o Diretor da Diafi, Luis Baldez, fez breve relato sobre as ações da Diretoria e apresentou dados e informações orçamentárias do presente exercício. Em seguida, o Presidente do Conselho desejou um Feliz Natal e Próspero Ano de 2009 aos demais membros do Conselho, extensivo aos familiares, bem como congratula-se com o corpo funcional da Conab nas festividades natalinas. Passou-se, então, para os itens da pauta referente às deliberações, a saber:

1) Delegação de competência ao Diretor de Recursos Humanos e Modernização para, observadas as normas internas e legislação pertinente, assinar contratos e convênios na área de saúde. Considerando que foi aprovada na 865ª Reunião Ordinária, realizada em 07/08/2008, a Resolução nº 11, de 03/09/2008, que delegou a competência ao Diretor de Recursos Humanos e Modernização, para assinar e rescindir contratos dom profissionais e entidades da área de saúde, objetivando a prestação de serviços de assistência médica, hospitalar e odontológica destinado aos empregados da Conab. Considerando, ainda, que a Resolução Conad nº 001, de 14/01/1997, aprovou a Norma de Assistência à Saúde nº 60.105, Capítulo XI – da Administração do SAS, item I, alínea 03, que estabelece caber ao Departamento de Recursos Humanos assinar, juntamente com o Diretor de Administração, os contratos de credenciamento de prestadores de serviços ao SAS, na Matriz. O Conselheiro Wagner Rossi solicitou, a fim de resguardar os interesses e a legalidade da aplicação da Resolução nº 11, de 03/09/2008, que este Conselho delibere por aprovar a alteração nos normativos internos da Empresa, da forma proposta. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Conselho aprovaram a delegação de competência.

2) Processo nº 21000.010714/2008-61. Acórdão nº 3802/2008-TCU 1ª Câmara – relativo ao processo de prestação de contas exercício 2006 – Sureg-Mato Grosso. A Sureg/Mato Grosso, pela Carta Sureg/MT nº 7930, de 28/11/2008 encaminhou ao Tribunal de Contas da União em Mato Grosso resposta aos quesitos formulados no Acórdão acima mencionado, informando que foram adotadas todas as medidas necessárias para saneamento dos apontamentos elencados no Relatório de Auditoria da Controladoria-Geral da União nº 190679, relativo ao exercício de 2006. Na correspondência da Sureg estão descritos os procedimentos adotados para atendimento à Auditoria Externa da CGU. O Conselheiro Wagner Rossi informou que, em atendimento ao Despacho nº 543/2008/SE-MAPA, do Secretário Executivo do Mapa apresentou as providências adotadas pela Regional

60.400.054

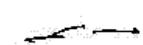
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

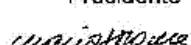
da Conab em Mato Grosso em atendimento à demanda do TCU. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais do Conselho, aprovaram as medidas adotadas pela Sureg/MT e recomendaram encaminhar cópia desta ata ao Secretário-Executivo do Mapa para ciência das providências adotadas. 3) Voto Digem nº 027/2008. Regulamento Específico para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto Uva – PEP Uva nº 002/2008. Edição de novo Regulamento de PEP para uva retirando-se a exigência de pagamento do produto adquirido pelo beneficiário antes da emissão da nota fiscal por parte do produtor. O subitem 7.4 do Regulamento acima citado tem a seguinte redação: "7.4. A emissão da nota fiscal de venda do produtor rural e/ou cooperativa de produção, somente será providenciada após o pagamento do valor de referência estar devidamente disponível e/ou compensado quando feito em cheque". O espírito dessa exigência é a idéia de proteger o produtor de uva, fazendo com que receba o pagamento de seu produto, antes mesmo do beneficiário do PEP obter qualquer documento que lhe dê condições de pleitear o prêmio a ser pago pelo Governo Federal. Ocorre que tal prática não é a regra no mercado, muito pelo contrário. Normalmente os produtores (fornecedores) enviam seus produtos para depósito em unidades dos compradores acompanhados de notas fiscais com o preço fixado para pagamento em data futura. É o chamado prazo de pagamento oferecido pelo fornecedor ao cliente (comerciante). Especialmente no caso da uva, a colheita não admite esperar por melhores dias e, depois de colhida, deve ser imediatamente industrializada sob pena de irremediável deterioração. Assim, o produtor repassa o produto colhido em grande volume à indústria/cooperativa para processamento e oferece um prazo para o pagamento da produção. O prazo de pagamento possibilita a que o comerciante transforme o quantitativo de uva e comercialize o vinho e seus derivados para, posteriormente, pagar o fornecedor (produtor). Essa prática possibilita a redução do capital de giro do comerciante, reduz as despesas financeiras e administrativas e assegura um relacionamento próspero entre fornecedor e cliente. Habitualmente, no mercado privado, as operações são asseguradas por intermédio de uma promissória assinada pelo cliente ou por contrato de fornecimento ajustado por ambos. No caso da Conab, o pagamento do prêmio só se dá com os documentos comprobatórios da operação que incluem, entre outros, a prova do pagamento ao produtor (fornecedor) para que o beneficiário receba o prêmio, acabando com o risco do produtor de uva em não receber os valores devidos pelo beneficiário do PEP. É importante notar que essa exigência não é cumprida nem pela própria Conab em suas aquisições por AGF ou Contrato de Opções. No caso do AGF, por exemplo, na NOC, código 30.105, aprovada em Redir de 13/11/2006, diz no item v.2 que a Sureg deve emitir a Nota Fiscal conforme modelo e no item v.5 traz explícito a seguinte redação: 5 – A Sureg ou o coordenador do Pólo de Compra deverá informar o beneficiário que o pagamento será realizado até 10 (dez) dias corridos após a emissão da "Nota Fiscal" do produto. Portanto, pelo acima exposto, fica claro que a Conab tem exigido dos beneficiários do programa de apoio à comercialização de vinho, procedimentos que dificultam e até impedem a participação de novos concorrentes, além de não promover uma eficiente atuação dos participantes pelas elevadas despesas para execução do PEP. Finalmente, propõe-se que a exigência do item 7.4. do Regulamento para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto – PEP nº 001/2002, que seja substituída no novo Regulamento de PEP de uva, ficando com a seguinte redação: "A emissão da nota fiscal de venda do produtor rural e/ou cooperativa de produção, poderá ser emitida independente do pagamento do valor de referência, o qual deverá estar disponível e/ou compensado, quando for cheque, obrigatoriamente, até a emissão e entrega à Conab da documentação de comprovação da operação". O Conselheiro Wagner Rossi informou que o assunto foi submetido e aprovado pela Diretoria Colegiada na 882ª Redir realizada em 9/12/2008. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros deste Conselho aprovaram o Regulamento Específico para Oferta de Prêmio para Escoamento de Produto Uva – PEP Uva nº 002/2008. 4) Voto Digem nº 028/2008. Manual de Operações da Conab – MOC. Normas para operacionalização da subvenção aos produtores familiares pertencentes ao Programa de Aquisição de Produtos do Extrativismo (PAE). A valorização de produtos extrativistas, obtidos mediante a

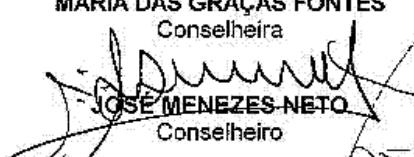
60.400/054

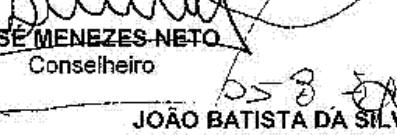
COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO

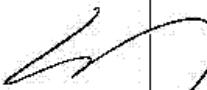
conservação e uso sustentável dos recursos naturais por povos e comunidades tradicionais e pelos agricultores familiares, é parte da estratégia do Governo Federal para promover o desenvolvimento sustentável. Para tanto, o art. 2º da Lei nº 8.427, de maio de 1992, com a redação dada pelo art. 48 da Lei nº 11.775, de 17/09/2008, prevê subvenção de preços equivalentes, no máximo, à diferença entre o preço mínimo e o valor de venda para produtos extrativos produzidos por agricultores familiares, suas cooperativas e associações. Assim, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, após entendimentos com os Ministérios do Meio Ambiente – MMA e do Desenvolvimento Agrário - MDA, propôs a inclusão na Política de Garantia de Preços Mínimos - PGPM, do açaí (fruto), babaçu (amêndoas), borracha extrativista e pequi (fruto), para operações de EGF ou subvenção. Estes preços correspondem aos custos variáveis de produção, apurados nas principais regiões produtoras pela Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, exceto para a borracha cuja proposta está baseada na paridade de importação. Portanto, busca-se garantir os benefícios dessa política para os produtores extrativistas, visando a melhoria das condições de vida e a manutenção do papel das comunidades na conservação dos recursos naturais, consoante os princípios e objetivos do Decreto nº 6.040, de 7/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. As Normas propostas passarão a integrar o Manual de Operações da Conab – MOC e servirão para o adequado apoio à comercialização dos produtos extrativistas vão servir de modelo e padronização do desenvolvimento de ações, principalmente, voltadas ao extrativista do bioma amazônico. O Título 35 define a finalidade e os beneficiários do Programa fazendo menção ao objeto da operação, documentação exigida e explica como se processará o trabalho, orientando tanto os empregados da Conab quanto aos participantes do Programa. Os Títulos 70, 71, 72 e 73 tratam das Normas específicas para a operacionalização dos respectivos produtos: açaí (fruto), babaçu (amêndoas), borracha extrativa e pequi (fruto). Cada uma dessas Normas trata, entre outros aspectos, sobre os prazos de vigência, preços mínimos, limites de subvenção para operacionalização do Programa para cada produto. Informo, por oportuno, que as ações contempladas pelos Títulos supracitados, estão contemplados no orçamento e no financeiro da programação relativa ao Plano de Safras 2008/2009. O Conselheiro Wagner Rossi informou que o assunto foi submetido e aprovado pela Diretoria Colegiada na 882ª Redir, realizada em 9/12/2008. Após as justificativas apresentadas pelo Relator os demais membros do Conad aprovaram o Manual de Operações da Conab – MOC. Normas para operacionalização da subvenção aos produtores familiares pertencentes ao Programa de Aquisição de Produtos do Extrativismo (PAE). Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho agradeceu a presença de todos e deu por encerrada a reunião da qual eu, João Batista da Silva Fagundes, Assessor da Presidência da Conab, lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.


SILAS BRASILEIRO
Presidente


MARIA DAS GRAÇAS FONTES
Conselheira


JOSE MENEZES NETO
Conselheiro


JOÃO BATISTA DA SILVA FAGUNDES
Secretário


WAGNER GONÇALVES ROSSI
Conselheiro


GUILHERME DA COSTA DELGADO
Conselheiro


EDILSON GUIMARÃES
Conselheiro

18.3. Atas das reuniões do conselho fiscal

06

ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO
FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos oito dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 148ª (Centésima Quadragesima Oitava) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de janeiro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA, representante do MAPA, e EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Foi convidado para prestar esclarecimentos ao Conselho, o Senhor Edmar Tosta, representante da Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - Copav/Presi/Conab. Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado inicio à leitura da minuta da ata da 147ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 14/12/2007, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 - **Demonstrações Contábeis - dezembro/2007 - Ci/Sucon nº 00062, de 28/1/2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de dezembro, verificou que as Receitas Líquidas de Vendas e Serviços alcançaram R\$148,35 milhões, contra um Custo de Mercadorias e Serviços de R\$127,51 milhões, compensado por uma Equalização de R\$6,02 milhões, sendo apurado um Lucro Bruto Operacional de R\$26,84 milhões. As Despesas Operacionais, de R\$54,90 milhões, apresentaram um aumento de cerca de 38% em relação ao mês de novembro (R\$39,71 milhões), decorrente, basicamente, do crescimento das Despesas Comerciais e Administrativas, que variaram de R\$14,75 milhões para R\$28,93 milhões, com destaque para a elevação das despesas com "Transferências ao Exterior" e "Obrigações Tributárias e Contributivas". O Resultado Líquido de dezembro foi de R\$14,30 milhões, acumulando um Lucro Líquido de R\$32,20 milhões no Exercício. 3 - **Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Posição dezembro/2007 - Ci/Sufin nº 285, de 7/2/2008.** Após exame do referido demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que a execução orçamentária e financeira encontra-se, respectivamente, dentro dos limites para movimentação e empenho e dos limites de pagamento, estabelecidos pelo MAPA. 4 - **Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada.** 4.1 - **Ata da 176ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.** Após análise da referida Ata, o Conselho verificou que foi aprovado na reunião o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna - PAINT para o exercício de 2008, deliberando por solicitar à Coaud uma cópia da versão para conhecimento do Colegiado. 4.2 - **Atas das 831ª a 837ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada.** Após análise das mencionadas Atas, o Conselho destacou: (i) **Ata da 835ª Reunião Ordinária:** Voto Diafi nº 087/2007 - Processo nº 0803/2002 - Cessão de Uso ao Município de Rio Branco/AC do imóvel situado na Travessa do Icó, nº 180 - Bairro Estação Experimental - Rio Branco/AC. O Conselho solicita à Presidência da Conab que seja mantido informado sobre a restituição do referido imóvel ou, se não, da interposição de ação judicial para tal fim; (ii) **Ata da 837ª Reunião Ordinária:** a) Voto Presi nº 001/2008 - Tabela Salarial de Contrato Especial - Remuneração de Chefe de Gabinete (contrato especial). Não obstante a decisão da Diretoria Colegiada de aprovar o reposicionamento da Gratificação de Função de Chefe de Gabinete - Contrato Especial, o Confis recomenda à



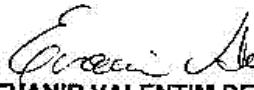
Presidência da Companhia observar o atendimento do inciso XIII do artigo 6º do Regimento Interno; b) Voto Diafi nº 010/2008 - Processo Sureg Minas Gerais nº 08.127/99 - Revogação da proposta autorizada pela 761ª Redir, de 4/8/2006, para a permuta do imóvel da Conab localizado em Juiz de Fora/MG com imóvel da Ceasa/MG em Ibiá, Minas Gerais. O Confis solicitou que seja informado tão logo seja efetivada a regularização do imóvel em Cartório de Registro de Imóveis e se realizem os procedimentos de venda; c) Voto Diges nº 005/2008 - Processo nº 1536/2007 - Prolongação de prazo para que a Cia. Estadual de Silos e Armazéns - Cesa regularize sua situação cadastral junto ao Sicaf. A Diretoria da Conab, em caráter excepcional, aprovou a concessão de um prazo de 180 dias para que a Cesa regularize a sua situação perante o Sicaf. O Confis deliberou alertar que, no tocante ao Sicaf, a legislação não prevê excepcionalidade para fornecedor em situação irregular, apesar da manifestação da Proge ser favorável à continuidade da prestação dos serviços de armazenagem pela Cesa, considerando que atende ao princípio da supremacia do interesse público. Ainda, com referência a essa ata, o Conselho solicita que seja informado, oportunamente, sobre a conclusão do Grupo de Trabalho criado para "analisar e propor a Conab alternativas técnicas e legais pertinentes à modelagem do Saldamento do Plano de Benefícios Conab administrado pelo Cibrius." 5 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em dezembro/2007 - CI/CPL nº 002/2008, de 4/1/2008. 5.1 - Licitações Processadas. Após análise, o Conselho verificou que, no âmbito da Matriz, as licitações processadas no mês em referência foram realizadas por meio de pregão eletrônico. 5.2 - Contratações. Segundo a relação em apreço, as contratações foram precedidas de licitação na modalidade pregão eletrônico. 6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 6.1 - Relatório de Empregados Cedidos - Posição de 7/2/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 284, de 7/2/2008. Após exame do Relatório, o Conselho verificou que permanecem as situações apontadas na Ata da 147ª Reunião Ordinária do Confis, com relação às cessões de Francisco Sebastião de Moraes à Câmara Legislativa do DF; de Marly Terrel de Macedo Soares à ANA; e de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal. Assim, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência. 6.2 - Relatório Gerencial de Cobrança - período: 1/7/1994 a 6/2/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 283, de 6/2/2008. O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,75 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 102,80 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,0%. O Conselho reitera a necessidade de adoção de medidas que agilizem a recuperação dos créditos. 7 - Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 7.1 - Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercícios de 2006 e 2007. Não foi apresentado o referido Quadro. 7.2 - Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT - Relatório nº 048/2007 (Sureg/TO) - CI/Coaud/Geaud nº 058, de 17/1/2008; e Relatório nº 049/2007 (Sureg/TO) - CI/Coaud/Geaud nº 066, de 22/1/2008. Apesar da análise procedida, o Colegiado deliberou por solicitar a adoção de providências efetivas, com vistas a serem atendidas as recomendações dos itens dos Relatórios: (i) Relatório nº 048: 00356.1 (Serviço de Assistência à Saúde → Credenciamento de Profissionais e Instituições Especializadas); 00357.1 (Exames Médicos de Saúde Ocupacional - EMSO); 00358.1 a 00358.3 (Controle de Veículos); 00359.1 a 00359.8 (Licitações e Contratos); e (ii) Relatório nº 049: 00360.1 (Prêmio de Risco para Aquisição de Produto oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda - PROP); 00361.1 a 00361.3 (Valor para Escoamento do Produto - VEP); 00362.1 a 00362.6 (Prêmio para Escoamento de Produto - PEP); 00363.1 (Processos de Operações Subvencionadas pelo Governo Federal que foram autuados e instruídos de forma



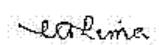
equivocada). 7.3 – Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis – Trimestral. Não foi apresentado o referido Relatório. 7.4 – Relatório Trimestral de Auditorias de Avaliação dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. Não foi apresentado o referido Relatório. 8 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posição de 30/1 e 8/2/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que as certidões encontram-se dentro do prazo de validade. 9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos. Não foi apresentado o referido Quadro. 10 – Diligências do Conselho Fiscal – CI/Diafi nºs 206, de 10/12/2007; 211, de 20/12/2007; e 212, de 21/12/2007. O Conselho acusou o recebimento das referidas Comunicações Internas, deliberando por pronunciar-se na próxima reunião. 11 – Assuntos Gerais. 11.1 - Ofício nº 749/2007/GM-MAPA, de 20/12/2007 - Processo de Sindicância nº 21200.000848/2007-60. Considerando o contido no ofício, mediante o qual a Senhora Chefe de Gabinete do Ministro do MAPA deu conhecimento a este Colegiado do despacho do Exmo. Senhor Ministro acolhendo a manifestação da Consultoria Jurídica daquela Pasta sobre o processo referenciado, que trata da apuração de irregularidade acerca de pagamento indevido à Empresa de Transportes Chanceller Ltda., constatada em auditoria de gestão, o Conselho decidiu por enviar CI à Presidência da Conab solicitando informações sobre os resultados obtidos em razão do contido na alínea "b" do primeiro parágrafo do despacho ministerial "...com recomendação expressa para revogar a Resolução CONAD nº 004 de 1999, e adotar as demais providências atinentes ao seu mister legal e estatutário, em especial, as tendentes a propiciar a recuperação dos prejuízos causados ao Erário em face do indigitado acordo ilegal.". 11.2 – Relatório de Gestão – 3º Trimestre/2007. Em razão das dúvidas registradas na Ata da 147ª Reunião Ordinária do Confs, com referência aos dados constantes dos quadros 2.08 e 2.10 do referido relatório, foi solicitada a presença do Sr. Edmar Tosta, representante da Copav, para prestar esclarecimentos, informando que a quantidade registrada de produtos "desclassificados" no quadro 2.08 é, na realidade, de produtos "abaixo padrão", o que compatibiliza com o registro feito no quadro 2.10. Na oportunidade, foi ajustado com o Colegiado que a referida Copav irá apresentar nos próximos relatórios, os resultados das fiscalizações realizadas, por ano, destacando a existência de produtos "desclassificados" e "abaixo do padrão" verificados nos armazéns, por safra. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 149º, ficou marcada para o dia 25 de fevereiro de 2008.



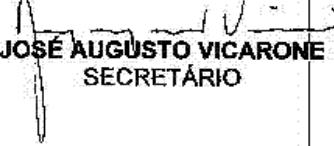
MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE



EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOTTA
CONSELHEIRA



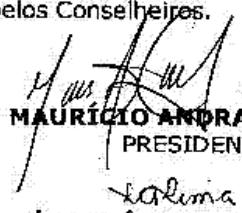
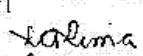
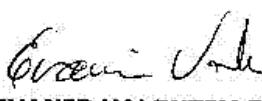
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA



JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

**Conab**
Companhia Nacional de Abastecimento
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento**ATA DA QUADRA GÉSIMA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos quinze dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às 10 horas, na sala nº 422 do Edifício Sede do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, consoante disposto nos Incisos II e VI, artigo 3º, do Capítulo III, do Regimento Interno da Conab, realizou-se a **40.ª (Quadragésima) Reunião Extraordinária** do Conselho Fiscal da Conab, empresa pública federal constituída na forma da Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990, e instalada em 1º de abril de 1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, representante do MAPA, e EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Aberta a reunião, como item único da pauta, a Conselheira Evanir deu conhecimento aos demais conselheiros do Ofício STN/COREF/GEFIS nº 1.140, de 13/2/2008, a ela encaminhado, o qual versa sobre denúncia enviada ao Coordenador-Geral da COPEC/STN, a respeito de provável irregularidade no tocante ao resarcimento de despesas de armazenagem de produtos agrícolas à Conab, no âmbito da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM, efetuado pela STN/COPEC. A mencionada denúncia dispõe que os pagamentos feitos à Conab, baseados nas informações prestadas pela Companhia, excedem em, pelo menos, R\$ 56.361.780,00 os valores apurados pela área contábil no período de janeiro a novembro de 2006 e 2007, e recomenda, para verificação das informações, observar os lançamentos da conta contábil nº 419229900 (subórgãos 2200 e 2226), bem como requisitar as planilhas dos valores das tarifas efetivamente devidas por cada armazém, elaboradas pelo setor de contabilidade da empresa. O Conselho Fiscal deliberou por encaminhar CI à Presidência da Companhia solicitando a adoção de providências urgentes, objetivando a apuração daqueles fatos, por meio de trabalhos de auditoria a serem realizados pela Coordenadoria de Auditoria Interha – Coaud, com posterior elaboração e remessa de Relatório a esse Colegiado. O Conselho Fiscal entendeu oportuno solicitar à Presidência, também por meio de CI, cópia das informações enviadas pela Companhia à STN, relativas ao período citado, de acordo com o Parágrafo único do art. 1º e art. 5º da Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004, a qual trata da transferência de recursos do Tesouro Nacional para cobertura de despesas realizadas pela Conab para formação e manutenção de estoques públicos de produtos agropecuários. Nada mais havendo a tratar, eu, Lúcia Aída Assis de Lima lavrei a presente ata que, após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros.


MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA
EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA



Recursos Humanos – Sureh, não havendo qualquer manifestação da referida Superintendência sobre o assunto. Quanto às demais informações prestadas pela Gerência de Cadastro e Cobrança – Gecob, constantes também da Folha de Despacho nº 13, as mesmas já foram objeto de análise por parte do Confis, permanecendo a posição registrada no item 6.1 desta Ata; (ii) Com relação aos Extratos do Cadin, Certidões e Certificados, não obstante os documentos de nºs 2 a 6, anexados à CI/Sucon nº 00036, de 15/1/2008, também já foram analisados pelo Conselho; e (iii) Item 7.3 da Ata da 143ª Reunião: Quanto às despesas com “Obrigações Tributárias e Contributivas” que se elevaram 309,55% em relação ao ano da 2006, passando de R\$ 4,02 milhões para R\$ 16,48 milhões, de acordo com o documento nº 1, anexado à CI/Sucon nº 00036, a Superintendência de Contabilidade informa que “As Obrigações Tributárias, no exercício de 2007, apresentou um incremento de 309,55% em comparação com as do exercício 2006, em decorrência do acréscimo das despesas de ICMS face o aumento nas vendas e estornos de créditos por saídas de produtos isentos e base de cálculos reduzidos.” 10.2 – CNDiafi nº 211, de 20/12/2007 – Resposta, parcial, ao item 7.2, Inciso iv, da Ata 145ª da Reunião Ordinária do Confis, onde o Conselho solicita adoção de providências visando programa de treinamento e capacitação de pessoal da Conab, em especial sobre licitações e contratos. A Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira – Diafi encaminha o Plano de Educação Corporativa Diafi/2008, que será implementado a partir de março de 2008, onde foram inseridos os Cursos “Licitações e Contratos na Administração Pública” e “Formação de Pregoeiro. 10.3 – CI/Diafi nº 212, de 21/12/2007 – Resposta ao item 6.2 da Ata da 145ª Reunião Ordinária do Confis, onde o Conselho reitera a necessidade de adoção de medidas que agilizem a recuperação dos créditos. Apesar das informações apresentadas pela referida CI, o Conselho não verificou indicativos que viessem a garantir à Companhia recuperação, em curto prazo, considerando as providências sugeridas pelo Confis, quais sejam "... medidas que agilizem a recuperação dos créditos." 11 – Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). 11.1 – Tribunal de Contas da União – TCU: A Conselheira Lúcia Alida deu ciência ao Colegiado da publicação no Diário Oficial da União – DOU dos seguintes acórdãos: (i) Acórdão nº 3584/2007 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 22/11/2007), que versa sobre quitação por recolhimento integral da multa (R\$ 5.107,75) imputada a servidor da Conab, conforme Processo TC 021.767/2003-4; e (ii) Acórdão nº 3683/2007 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 5/12/2007), que considera legais para fins de registro os atos de admissão de pessoal pela Conab relacionados no referido Acórdão. Determina, na oportunidade, que a Companhia observe com rigor os procedimentos para o correto preenchimento dos referidos atos a serem submetidos ao TCU. Após conhecimento, o Colegiado decidiu solicitar à Presidência da Conab informações sobre o atendimento às determinações do TCU nos Acórdãos em apreço. 12 – Assuntos Gerais. 12.1 - Reportagem da Gazeta Mercantil sobre fraude na Conab, publicada em 18/2/2008. A Conselheira Evanir, representante da STN/MF, deu conhecimento aos demais membros do Conselho sobre a referida reportagem, acrescentando que, segundo o Presidente da Companhia, as providências cabíveis já foram adotadas, como informar o ocorrido à Polícia Federal e ao Ministério Público. O Presidente acrescentou também que a empresa vai investir mais em segurança e propor que o produto armazenado seja segurado. Quanto à fiscalização, já está, inclusive, tomando providências para aperfeiçoar o processo de fiscalização dos estoques. 12.2 – Portaria nº 6, de 21 de janeiro de 2008 (DOU de 22/1/2008) e Portaria nº 7, de 22 de janeiro de 2008 (DOU de 23/1/2008), do Ministro de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão, mediante as quais defere o retorno ao serviço no quadro de pessoal da Conab, dos empregados constantes dos Anexos Únicos das referidas Portarias. Dada a relevância da matéria, o Colegiado entendeu a importância de registrar as citadas Portarias nesta ata. 12.3 – Despacho do Ministro, de 22/11/2007 (DOU de 23/11/2007) – Processo Administrativo Disciplinar, instaurado no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, para apuração de responsabilidade envolvendo a Conab e a Empresa de Transportes Chanceller Ltda (Proc. Nº 21200.000842/2007-60). Considerando o contido na alínea “f”, qual seja: acompanhamento da perícia requerida pela extinta Comissão Processante ao Departamento de Polícia Federal, com vistas a adoção de providências visando a recuperação dos prováveis prejuízos causados ao Erário, o Conselho solicita informações sobre os resultados da mencionada perícia. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a



Conab

22/2/2008. Após exame do Relatório das Pendências de 2007, permanecem as situações apontadas nas Atas das 147ª e 148ª Reuniões Ordinárias do Conab, com relação às cessões de: (I) Francisco Sebastião de Moraes à Câmara Legislativa do DF, não obstante a informação de que o processo foi encaminhado à Proge para manifestação, tendo em vista a não concordância do órgão em resarcir os valores; (II) Marly Terrel de Macedo Soares à ANA; e (III) Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal. Assim, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência. 6.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – Período: 1/7/1994 a 22/2/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 440, de 22/2/2008. O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,75 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 103,26 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,0%. O Conselho deliberou por reiterar à Companhia a necessidade de adoção de medidas que agilizem a recuperação dos créditos, bem como ser informado sobre as mesmas. 7 – Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 7.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posições de 23/1/2008 e 20/2/2008 - CI/Coaud nº 098, de 20/2/2008 e CI/Coaud nº 105, de 22/2/2008, respectivamente. O Conab analisou a posição mais recente dos referidos Quadros (20/2/2008), bem como as observações anexas, nada registrando de relevante, ficando no aguardo de novas informações quanto ao exame de documentação pelos auditores ou de respostas das Suregs. 7.2 – Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 – CI/Coaud nº 079, de 12/2/2008. Não houve entrega de Relatórios contemplados na Programação do PAINT/2008. Entretanto, foi entregue ao Conselho Fiscal cópia do Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna – RAINT/2007, que retrata o cumprimento de metas previstas no Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna – PAINT/2007 pela Coaud. Ao examinar o RAINT, o Colegiado destacou o item 8, que trata de Procedimentos Licitatórios e destaca, em 2007, os montantes despendidos, por modalidade de licitação, sendo que o pregão foi responsável por 33,84% do total de recursos, a inexigibilidade de licitação por 33,23%, e a dispensa de licitação por 15,35%. Essas mesmas modalidades representaram cerca de 34% (pregão) e 49% (dispensa e inexigibilidade de licitação) do total de contratos assinados em 2007. Portanto, podemos concluir que a contratação direta é a mais usual na Conab e mobilizando quase metade dos recursos de contratação, o que reforça a necessidade de a Companhia envidar esforços para capacitação de seus técnicos na área de licitações e contratos, voltada, principalmente, aos processos cuja base legal for dispensa e inexigibilidade de licitação. O Conselho destaca a iniciativa da Coaud ao deslocar, em caráter emergencial, um técnico da área para alguns estados para ministrar cursos. O mesmo relatório aponta como principais objetos de contratação direta que geram equívoco legal no seu enquadramento: i) fornecimento de água; ii) correlos e telégrafos; iii) fornecimento de energia elétrica; e iv) credenciamento de clínicas e hospitais. 7.3 – Relatório de Análise das Demonstrações Contábeis – Dezembro - CI/Coaud nº 098, de 20/2/2008. O Colegiado deliberou por não proceder ao exame do mencionado Relatório devido à defasagem temporal entre as informações (dezembro) e a data do recebimento. 7.4 – Relatório Trimestral de Auditorias de Avaliação dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – 4º Trimestre/2007 - CI/Coaud nº 098, de 20/2/2008. O Conselho examinou o referido Relatório, constando do mesmo informações de solicitação à Proge para prestar orientação às Unidades, quanto ao correto enquadramento dos contratos celebrados por meio de dispensa e inexigibilidade de licitação. 8 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posição de 19 e 25/2/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que as certidões encontram-se dentro do prazo de validade. 9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos. Não foi apresentado o referido demonstrativo. 10 – Diligências do Conselho Fiscal. O Conselho, após análise das Comunicações Internas recebidas na 148ª Reunião Ordinária, registra: 10.1 – CI/Diafi nº 206, de 10/12/2007, a qual encaminha, para as Sureh, Sufin, Sucon e Supad, Quadros de "Pendências relacionadas pelo Conselho Fiscal da Conab (Conab)", nas atas das 143ª e 144ª Reuniões Ordinárias, e "Pendências relacionadas pelo Conselho de Administração (Conad)", na 172ª Reunião Ordinária, solicitando àquelas Superintendências análise e providências imediatas, retornando com as medidas adotadas àquela Diafi, até o dia 15 de janeiro de 2008. Após análise das respostas apresentadas pelas Superintendências, o Conab registra: (i) Com relação aos créditos a receber em atraso, relativos a empregados cedidos, o Conselho destaca a informação, constante da Folha de Despacho nº 13, de que as providências relativas ao retorno de empregados são de competência da Superintendência de

**ATA DA CENTÉSIMA QUADRAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos vinte e cinco dias do mês de fevereiro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 148ª (Centésima Quadragesima Nona) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de fevereiro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foi convidado para prestar esclarecimentos ao Conselho, o Senhor Sérgio Oliveira de Amorim, Presidente da Comissão Permanente de Licitação. Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado início à leitura da minuta da ata da 148ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 8/2/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 – Demonstrações Contábeis. Não foram apresentadas ao Conselho, as Demonstrações Contábeis referentes ao mês de janeiro/2008. 3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição Janeiro/2008 - CI/Sufin nº 439, de 22/2/2008. Após exame do referido demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que, até a presente data, a Lei Orçamentária Anual – LOA 2008 não foi aprovada, sancionada, promulgada e publicada, estando, apenas, disponibilizada, para execução orçamentária, dotação constante no Projeto da LOA, correspondente a duodécimos do Grupo de Natureza de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 – LDO, Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, publicada no DOU de 14 de agosto de 2007. 4 – Atas das Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada. 4.1 – Atas das Reuniões do Conselho de Administração. Não foram apresentadas ao Conselho, atas do Conselho de Administração. 4.2 – Atas das 838ª e 839ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada. Após análise das mencionadas Atas, o Conselho destacou os seguintes registros constantes da Ata da 838ª Reunião Ordinária: (i) Voto Diafi nº 009/2008 – ACT 2007/2009: Não obstante a decisão da Diretoria, proclatada no referido voto, o Conselho solicita que quando, da firmatura de Acordo Coletivo de Trabalho – ACT, sejam observadas coerência e compatibilidade, entre os interesses da Companhia e do Empregado, bem como nos termos dos Acordos; e (ii) Voto Diafi nº 011/2008 - Baixa nos registros contábeis e de dívidas junto ao Sistema de Cobrança: Levando-se em conta o valor expressivo do débito atualizado (R\$1.342.450,70), e inobstante o parecer da Proge sobre a impossibilidade de cobrança devido à falta de documentação para julgamento do processo, o Conselho deliberou por recomendar à Administração da Conab que sejam exauridas as possibilidades para cobrança e obtenção daquele valor. 5 – Relação das Licitações e Contratações realizadas em janeiro/2008 - CI/CPL nº 016/2008, de 11/02/2008. 5.1 - Licitações Processadas. Após análise, o Conselho verificou que, no âmbito da Matriz, as licitações processadas, no mês em referência, foram realizadas por meio de pregão eletrônico, com exceção do processo para contratação de empresa para prestação de serviços de auditoria independente, visando ao exame e parecer sobre as Demonstrações Contábeis dos exercícios de 2006 e 2007, cuja modalidade adotada foi Convite. O Sr. Sérgio esclareceu que foi adotada esta modalidade, tendo em vista a exiguidade de tempo para execução dos trabalhos de auditoria, objetivando subsidiar a emissão do parecer do Conselho Fiscal sobre o encerramento das contas de 2007 da Companhia. Informou, ainda, que o Convite é a modalidade mais ágil e o valor da proposta vencedora foi inferior a R\$ 15 mil. Apesar da adoção da modalidade Convite, o Colegiado alerta sobre a obrigatoriedade da aplicação de pregão eletrônico para a contratação de serviços desta natureza, prevista no Decreto nº 5.450/2005, art. 4º. 5.2 – Contratações. Não consta registro de contratações efetuadas, no âmbito da matriz, no mês de janeiro/2008. 6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 6.1 – Relatório de Empregados Ceditos – Posição de 22/2/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 441, de



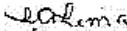
13

presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavraria presente, na qual, pôs-se aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. Aproxima-se a reunião del 10/04/2008, marcada para o dia 7 de abril de 2008.

Conselho
Nacional
de
Agricultura,
Pecuária e Abastecimento


MAURICIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE


EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOTTA
CONSELHEIRA

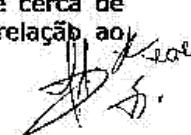

LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA


JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

BO.0010/064

ATA DA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e oito, às 14 horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, consoante disposto nos incisos II e VI do artigo 3º do Capítulo III do Regimento Interno da Conab, realizou-se a 41ª (Quadragésima Primeira) Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal, para analisar e opinar, conforme disposto nos incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, a seguinte documentação: a) Proposta de Orçamento de Capital para o exercício de 2008, elaborada pela Administração da Conab; b) Relatório da Administração e os Demonstrativos Contábeis relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compostos de Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do Exercício, Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis; e c) Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2007. Presentes à reunião os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, também, representante do MAPA, e EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, membros do Conselho Fiscal. Foram, também, entregues ao Conselho Fiscal, Relatórios de Gestão do exercício de 2007 individualizados das Superintendências Regionais do Amazonas, do Ceará, de Goiás, de Mato Grosso, de Minas Gerais, do Paraná, de Pernambuco, do Rio Grande do Sul, de Rondônia e da Matriz, contemplando as demais Superintendências Regionais, o qual tornou conhecimento, bem como Relatório e Parecer emitidos pela Soma Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistemas S/C, datados de 25/3/2008, a respeito das demonstrações contábeis dos exercícios de 2007 e 2006, juntamente com correspondência desta aos Diretores da Conab e Conselheiros, de 27/3/2008, além do Parecer da Unidade de Auditoria Interna - Coaud, de 20/3/2008, e Relatório de Auditoria de Avaliação de Gestão da Matriz, de 24/3/2008. O Conselho Fiscal iniciou os trabalhos analisando a Proposta de Orçamento de Capital para 2008, aprovada pelo Conselho de Administração em 26/3/2008, no valor de R\$12,35 milhões, dotação consignada nas despesas de investimento da Companhia, constante da Lei Orçamentária nº 11.647/2008. O Conselho destacou que o objetivo do Orçamento de Capital é, segundo a Proposta, a recuperação e a modernização do sistema de armazenagem da Companhia, bem como a renovação e atualização do setor de informática, tendo como uma das fontes de recurso a constituição de uma Reserva de Retenção de Lucros no valor de R\$11,57 milhões. Prosseguindo o exame da documentação, o Conselho Fiscal registrou que o Relatório da Administração apresenta a composição das Receitas Operacionais, as quais, no total de cerca de R\$1,27 bilhão, experimentaram um incremento da ordem de 12% em relação ao



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

exercício de 2006 (R\$1,12 bilhão). Merece destaque o aumento de 26% das Receitas de Serviços derivadas de armazenagem, que variaram de R\$20,07 milhões, em 2006, para R\$25,30 milhões em 2007. Segundo o item 4.4.2 do Relatório de Gestão/Matriz, essa elevação decorreu do aumento do estoque médio de terceiros, com incremento de 3,53%. As Despesas Operacionais em 2007 (R\$391,19 milhões) apresentaram um crescimento em torno de 7% em relação a 2006 (R\$364,25 milhões), inferior, portanto, ao crescimento das Receitas, o que propiciou o Resultado Líquido do Exercício de R\$29,40 milhões, composto de R\$16,24 milhões, oriundos da atividade própria, e de R\$13,16 milhões, derivados da atividade governamental. Sobre o lucro obtido com a atividade governamental, o Conselho Fiscal não obteve esclarecimentos quanto a sua origem, recomendando, portanto, que as Notas Explicativas relativas ao encerramento dos próximos exercícios contemplem essa informação. Ao analisar a composição do Patrimônio Líquido, o Conselho verificou que foi contabilizada uma Transferência para Aumento de Capital, no valor de R\$443 mil, embora, conforme esclarecido na Nota Explicativa nº 17, esse valor corresponda à baixa de dívida repassada à Secretaria do Tesouro Nacional, de acordo com o Decreto nº 5.994/2006. O Conselho recomenda à administração da Conab que efetue consulta à STN quanto à necessidade de atualização daquele crédito para aumento de capital pela taxa Selic, em consonância com o que determina o art. 2º do Decreto nº 2.673/98, ou que se proceda a sua capitalização o quanto antes. Ainda sobre o Patrimônio Líquido, o Conselho julgou oportuno recomendar a capitalização de R\$25,37 milhões, registrados na rubrica Correção Monetária do Capital, dentro da Reserva de Capital, o que acarretará uma elevação do Capital de cerca de 11%. Sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2007, o Confis verificou que, consoante a Nota Explicativa nº 18, item b, a base de cálculo utilizada foi o resultado de R\$16,24 milhões apurados com a atividade própria da Conab. O Conselho deliberou por reiterar a recomendação feita à Companhia em sua 39ª Reunião Extraordinária, realizada em 7/3/2007, para que formalize, em conjunto com a Secretaria do Tesouro Nacional, esse procedimento quanto à utilização somente do resultado decorrente da atividade própria para efeito de cálculo da reserva legal e dos dividendos a distribuir. Analisando a constituição de R\$812 mil a título de Reserva Legal, a proposta de distribuição de Dividendos de 25%, no valor de R\$3.857 mil, e a constituição da Reserva de Retenção de Lucros de R\$11.570 mil, com base no Orçamento de Capital para 2008, o Colegiado verificou que esses valores divergem dos registros contabilizados no Balanço Patrimonial e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido apresentados. Sobre esse fato, a administração, por meio da Nota Explicativa, informou que os registros de R\$766 mil, como Reserva Legal, e R\$3.637 mil, a título de Dividendos a Distribuir, foram apropriados a menor no SIAFI, mas que em 2008 sofrerão os ajustes necessários. O Conselho argumenta que esse ajuste poderia ter sido feito nas Demonstrações apresentadas que têm com base a Lei nº 6.404/76. Ainda sobre a Proposta de Destinação do Resultado do Exercício de 2007, o Conselho Fiscal recomenda à Administração da Conab observar o disposto no artigo 4º do Decreto nº 2.673/98, quanto ao prazo de 30 dias da aprovação da Proposta para remessa da mesma ao Ministro de Estado da Fazenda para sua apreciação e aprovação. Por fim, o Conselho Fiscal, após obter os esclarecimentos necessários, emitiu o seguinte parecer:

"PARECER DO CONSELHO FISCAL - Na qualidade de membros do Conselho Fiscal da

RO.DND/054

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, com base nos incisos II, III e VII do art. 163 da Lei nº 6.404/76, e no uso das atribuições estatutárias, em reunião extraordinária realizada em 28 de março de 2008, examinamos o Relatório da Administração e os Demonstrativos Contábeis que compõem a Prestação de Contas do exercício de 2007, e respaldados no Parecer da Soma – Auditoria, Métodos Organizacionais e Sistemas S/C, de 25/3/2008, a respeito das demonstrações contábeis dos exercícios de 2006 e 2007, juntamente com correspondência desta aos Diretores da Conab e Conselheiros, datada de 27/3/2008, bem como no Parecer da Coordenadoria de Auditoria Interna – Coaud, datado de 20/3/2008, referente à gestão da Companhia do exercício de 2007, somos de opinião que o Relatório da Administração, o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado do Exercício, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido e as Notas Explicativas das Demonstrações Contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, em 31 de dezembro de 2006 e 2007, exceto no que respeita a constituição de reserva legal, dividendos a distribuir e constituição da Reserva de Retenção, constantes do BP e da DMPL, que divergem das Notas Explicativas, item 18, alínea b. Quanto à Proposição de Orçamento de Capital para o exercício 2008, aprovada pelo conselho de administração durante reunião realizada em 26/3/2008, manifestamo-nos em favor de sua aprovação, destacando que o Orçamento tem como uma das fonte a criação de Reserva de Retenção de Lucros, no valor de R\$11.570 mil. Sobre a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício de 2007, elaborada pela administração da Conab, de cerca de R\$16.239 mil originados da atividade própria da Companhia, opinamos favoravelmente à constituição de R\$812 mil a título de Reserva Legal, à distribuição de Dividendos de 25%, no valor de R\$3.857 mil, e à constituição da Reserva de Retenção de Lucros de R\$11.570 mil. Brasília-DF, 28 de março de 2008.

MAURÍCIO ANDRADE COURA – PRESIDENTE; EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA – CONSELHEIRA; LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA – CONSELHEIRA” Nada mais havendo a tratar, eu, José Augusto Vicarone, Secretário, lavrei a presente ata que após lida e aprovada, vai assinada pelos Conselheiros e por mim.


MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE
EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA
JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos sete dias do mês de abril de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 150ª (Centésima Quinquagésima) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de março/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURICIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOTTA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Foram convidados para prestar esclarecimentos ao Conselho, a Sra. Maria Inês Lasmar de Alfarenga, Coordenadora de Auditoria Interna, a Sra. Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Suporte Técnico-Administrativo e o Sr. Fernando José Sales, Gerente de Auditoria. Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado início à leitura da minuta da ata da 149ª Reunião Ordinária do Confs, realizada em 25/02/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 – **Demonstrações Contábeis – Fevereiro/2008** - CI/Sucon nº 220, de 31/3/2008; Nota Técnica Coaud nº 07/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis de fevereiro/2008 – CI/Coaud nº 134, de 4/4/2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de fevereiro/2008, verificou que as Receitas Líquidas de Vendas e Serviços apresentaram um aumento de 176%, alcançando R\$104,69 milhões, valor superior aos R\$37,96 milhões obtidos no mês anterior. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$126,94 milhões, compensado por uma Equalização de R\$17,22 milhões, obtendo-se um Prejuízo Bruto de R\$4,96 milhões, que foi determinante para o resultado líquido do exercício, um prejuízo de R\$477 mil, resultante, também, de Despesas Operacionais de R\$29,59 milhões, compensadas por Receitas Operacionais Diversas de R\$33,65 milhões. Sobre esse prejuízo, o Conselho Fiscal, ao examinar a "Análise das Demonstrações Contábeis – fevereiro de 2008", elaborada pela Coaud, verificou que a Análise apresenta, no item 1.5.1, a composição do resultado líquido de fevereiro, um prejuízo de R\$664 mil decorrente das operações governamentais e um lucro de R\$187 mil resultante das atividades próprias, além de apontar os fatores que influenciaram esse resultado. Entre eles, o complemento de Equalização de janeiro, no valor de R\$4,99 milhões, contabilizado somente em fevereiro. Segundo o item 1.1.4 (Equalização), a Conab está implantando nas Suregs novo sistema de controle de estoque, o que prejudicou o cálculo da Equalização desses dois meses, além do valor da Equalização de fevereiro ter sido apropriado com base em números estimados. O valor registrado como Receita de Vendas de Mercadorias (item 1.1.1) foi superior ao apurado em fevereiro, pois só nesse mês é que as receitas das vendas realizadas e recebidas em janeiro/2008 foram contabilizadas, o que, também, influenciou no resultado do período. Diante dessas informações, podemos concluir que o Resultado Bruto Operacional de fevereiro, um prejuízo de R\$4,96 milhões, seria ampliado não fossem os valores de Equalização e Receita de Vendas de Mercadorias terem sido contabilizados a maior. 3 – **Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição: fevereiro/2008** - CI/Sufin nº 633, de 14/3/2008. Após exame do referido demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que, à época, a Lei Orçamentária Anual – LOA 2008 não estava aprovada, sancionada, promulgada e publicada, estando, apenas, disponibilizada para execução orçamentária, dotação constante no Projeto de LOA, correspondente a duodécimos do Grupo de Natureza de Despesa 3 – Outras Despesas Correntes, conforme disposto na Lei de Diretrizes Orçamentárias para 2008 – LDO, Lei nº 11.514, de 13 de agosto de 2007, publicada no DOU de 14 de agosto de 2007. 4 – **Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada.** 4.1 – **Atas das 177ª e 178ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração.** Após análise das referidas atas, o Colegiado verificou não haver fatos que merecessem comentários, com exceção do item 4 da Ata da 177ª Reunião, onde está registrado o recebimento de ofício pelo Presidente do Conad, versando sobre denúncia no âmbito da Conab (em caráter sigiloso/confidencial), o qual foi encaminhando à Corregedoria-Geral da Conab e à Coordenadoria de Assuntos Jurídicos para as providências



investigatórias. O Conselho solicita ser informado sobre as conclusões apresentadas. **4.2 – Atas das 840^a a 846^a Reuniões Ordinárias e da 179^a Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada.** Após análise das referidas atas, o Colegiado solicita à Presidência da Conab a adoção de providências, como segue: (i) apuração de responsabilidade em relação aos itens 3 e 4 das Atas das 840^a e 841^a Reuniões Ordinárias, respectivamente, vez que, no entendimento do Conselho, a Companhia não deve simplesmente absorver o prejuízo evidenciado; (ii) submeter à aprovação do Cohad, como medida adequada, visando maior consistência, o Voto Diges nº 011/2008, o Voto Diges nº 012/2008 e o Voto Diges nº 013/2008, todos da Ata da 840^a Reunião, em razão da argumentação oferecida na mencionada Ata, qual seja: “Salientamos que a UA não se enquadra nos requisitos exigidos no Voto Diges nº 006/2008, de 17/01/2008...”, em todos os votos; (iii) manter o Colegiado informado dos resultados obtidos acerca da apuração de denúncias de irregularidade nos estoques de café da UA de Conceição do Rio Verde/MG (Ata da 840^a Reunião); (iv) promover estudos com vistas a verificar se, com o processo de anistia, a Conab poderia ser atendida quanto à necessidade de vagas para concursos, evitando a possível ampliação de 198 para 317 vagas, conforme consta do item 1 da Ata da 841^a Reunião; e (v) submeter, à aprovação do Conad, o Plano de Desimobilização do Patrimônio Imobiliário da Companhia (item 1 da Ata da 842^a Reunião), vez que, no entendimento do Colegiado, as alienações em apreço são de real importância, tendo em vista o equilíbrio econômico da Companhia. **5 – Relação das Licitações e Contratações realizadas em fevereiro/2008 - CI/CPL nº 023/2008, de 3/3/2008.** **5.1- Licitações Processadas.** Após análise, o Conselho verificou que, no âmbito da Matriz, as licitações processadas, no mês em referência, foram realizadas por meio de pregão eletrônico, com exceção do Processo nº 0178/2007, cuja modalidade foi Tornada de Preços, tipo Menor Preço, com valor estimado de R\$493.848,70, destinado à contratação de empresa para execução de obras de reforma, adequação e manutenção de equipamentos e instalações eletromecânicas da usina de beneficiamento de arroz e de briquetagem da Unidade Armazenadora de Rio Formoso/TO. **5.2 – Contratações.** O Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de pregão eletrônico. **6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso.** **6.1 – Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 31/3/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 728, de 31/3/2008.** Após exame do Relatório, o Conselho verificou: (i) Quanto aos débitos da Câmara Legislativa do DF, decorrentes da cessão de Francisco Sebastião de Moraes, nova cobrança foi encaminhada àquela Câmara, após parecer da Proge; (ii) Débitos da Secretaria de Est. do Governo do DF, relativos à cessão de Nilva Clara Costa, no período de set/07 (19 dias) e out/07 a fev/08: a Gerência de Cadastro e Cobrança – Gecob informa que, somente no mês de março, recebeu da Superintendência de Recursos Humanos – Sureh para cobrança. O Conselho reitera à Companhia observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001 e recomenda à Sureh encaminhar tempestivamente as informações à Gecob; (iii) Com relação às cessões de Marly Terrel de Macedo Soares à ANA e de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência. **6.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – período: 1/7/1994 a 31/3/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 727, de 31/3/2008.** O Colegiado verificou que do montante de R\$ 1,7 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 104,3 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,0%. O Conselho reitera a necessidade de adoção de medidas que agilizem a recuperação dos créditos. **7 – Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna.** **7.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 - CI/Coaud nº 134, de 4/4/2008.** Analisando os mencionados Quadros e suas observações, o Confs solicita esclarecimentos para o não posicionamento da Coaud, até o momento, acerca das respostas oferecidas pela Sureg/GO, por meio das CI/Sureg/GO nº 7006, de 7/11/2007, e nº 7140, de 13/11/2007, relativas às auditorias nº 31/2007 e nº 34/2007, respectivamente. **7.2 – Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT.** **7.2.1 – Relatório de Avaliação da Gestão nº 001/2008 – Balanço – Exercício 2007 – Matriz – CI/Coaud/Geaud nº 130, de 25/3/2008.** Após análise, o Conselho solicita à Presidência adoção de providências com a finalidade de serem atendidas as recomendações constantes do referido relatório. **7.3 – Notas Técnicas Coaud nºs 06/2008 e 07/2008, relativas à análise das Demonstrações Contábeis de Janeiro e fevereiro/2008,** respectivamente - **CI/Coaud nº 134, de 4/4/2008.** O Conselho Fiscal deliberou não examinar a Nota Técnica Coaud nº 06/2008, referente à análise das demonstrações contábeis do mês de janeiro, devido à



defasagem temporal. Com relação à Nota Técnica Coaud nº 07/2008, o Conifs procedeu ao seu exame juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de fevereiro, conforme consta do item 2 desta ata. 7.4 – Relatório Trimestral das Constatações relativas a Contratos celebrados por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação – 1º trimestre/2008 – CI/Coaud nº 134, de 4/4/2008. Conforme consta do referido Relatório, os contratos que mereceram apontamentos da Coaud, ou não especificaram o artigo empregado da Lei nº 8.666/93 ou apresentaram como amparo legal o inc. II do art.25 da Lei, em inobservância ao Parecer Cojur/Gemad ML nº 747/2006, que orienta que para aqueles objetos seja usado como fundamentação legal o caput do art. 25. Importante destacar que a Coaud solicitou à Procuradoria-Geral da Conab que efetuasse orientação geral às Suregs, a fim de instrui-las quanto ao correto emprego da fundamentação jurídica nos casos de contratação direta. 7.5 – Plano Anual de Auditoria Interna – PAINT/2008 – nova versão – CI/Coaud nº 123/2008, de 20/3/2008. O Conselho Fiscal recebeu cópia do PAINT/2008, aprovado pelo Conselho de Administração na 176ª Reunião Ordinária, realizada em 12/12/2007 e, após examiná-lo, verificou não existir registros que merecessem comentários. 7.6 – Nota Técnica Coaud nº 004/2008 - Relatório da Análise Econômico-Financeira relativo ao exercício de 2007 – CI/Coaud nº 127, de 24/3/2008. Em razão das informações constantes do referido Relatório serem relativas ao exercício de 2007, o Colegiado deliberou por não proceder a análise do mesmo, vez que na Prestação de Contas da Companhia, relativa ao mesmo exercício, esta matéria já foi analisada. 8 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posição de 19/2 e 25/2/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que não há registros no Cadin contra a Companhia e que as certidões encontram-se dentro do prazo de validade. 9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA - Fevereiro/2008. Após análise o Conselho verificou não haver fatos que merecessem comentários. 10 – Diligências do Conselho Fiscal. 10.1 – Resposta ao Item 4.2 da Ata da 148ª Reunião do Conifs, no qual o Conselho solicita que seja mantido informado sobre a restituição do imóvel, situado na Travessa do Icô, nº 180, Bairro Estação Experimental, Rio Branco/AC, cedido ao Município de Rio Branco/AC. Por intermédio da Folha de Despacho 05, datada de 3/3/2008, o Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, em atendimento ao questionamento do Colegiado, encaminha cópia do VOTO DIAFI Nº 026/08, aprovado na 842ª Reunião Ordinária da Diretoria Colegiada. O mencionado voto propõe a retificação do prazo de cessão do imóvel para até 31/12/2008, mediante a celebração de contrato, no qual ficará consignado que, ao término do prazo, a Cessionária deverá restituir o imóvel, impreterivelmente. Foi proposto, também, que, em não havendo a restituição do imóvel no prazo estipulado, seja autorizada a interposição de ação judicial para tal fim. 10.2 – Resposta à CI/Conifs nº 004/2008, a qual solicita informações sobre o resultado da implantação do controle informatizado dos processos ajulizados pela Conab com acompanhamento da Proge. Por intermédio da Folha de Despacho, datada em 26/3/2008, o Chefe de Gabinete da Presidência da Companhia enviou ao Conselho a Informação Proge/Suoc CL nº 028/2008. Após análise, o Colegiado deliberou por solicitar à Presidência a adoção de providências necessárias ao atendimento do contido no item 6 da Informação em apreço, considerando as informações prestadas pela Proge, quais sejam, "...cabe esclarecer que no âmbito nacional do jurídico da Companhia, foi implementado o Sistema CPJ 3C, que consiste, basicamente, no cadastro e controle dos processos judiciais que envolvem a Conab..." (item 2), e ainda, o fato de apesar da sua existência, referido Sistema não atender plenamente a necessidade de ter um controle eficiente e seguro (item 3). 10.3 – Resposta à CI/Conifs nº 001, de 20/2/2008, que solicita providências para apuração de denúncia sobre provável irregularidade na apuração de despesas de armazenagem de produtos agrícolas no âmbito da PGPM - CI/Coaud nº 124, de 24/3/2008, que encaminha a Nota Técnica Coaud nº 5/2008. Foi entregue ao Colegiado cópia da CI/Coaud nº 124, de 24/3/2008, que encaminha o resultado dos trabalhos da auditoria interna em atendimento à solicitação do Conselho Fiscal. Representantes da Coaud, as Sras. Maria Inês e Eugênia Maria, e o Sr. Fernando, utilizando os anexos à Nota Técnica nº 5/2008 compostos de centenas de páginas, prestaram diversos esclarecimentos ao Colegiado e responderam a diversos questionamentos originados da análise da documentação. A Nota tece várias considerações e informa com clareza e transparência os procedimentos adotados pela Conab no processo de contabilização das despesas de armazenagem, registrando, inclusive, no título V – ANÁLISE DOS FATOS, que "... percebe-se que foram utilizados critérios diferentes pelas áreas de

contabilidade e de planejamento da Companhia, o que prejudicou a clareza dos fatos." Sobre o critério utilizado pela Coordenadoria de Planejamento e Avaliação - Copav (Estimação dos Valores de Repasse), a Nota constata que "Não existe, portanto, uma fórmula definida para a composição do valor programado. Verificou-se, ainda, uma complexidade formal e relevante grau de subjetividade nos critérios de estimação. Há que se ressaltar, nesse ponto, que não se verificou qualquer irregularidade que tenha provocado dano ao erário.". Ainda no título V, a Nota informa que "... evidenciou a regularidade nos repasses efetuados à Conab pela Secretaria do Tesouro Nacional. Constatou-se, também, o cumprimento pela Companhia dos procedimentos exigidos pela Portaria Interministerial nº 38/2004." Sobre o cumprimento dessa Portaria, o Confis destaca a informação do subitem 5 do título III – EXECUÇÃO DA POLÍTICA DA GARANTIA DE PREÇOS MÍNIMOS PELA CONAB, a respeito do art. 5º: "... a Conab apresenta mensalmente à Secretaria do Tesouro Nacional declaração de boa e regular aplicação dos valores liberados para equalização (...). Contudo, não apresenta relatório específico atestando as despesas executadas no período, cuja exigência, embora prevista neste mesmo artigo da citada Portaria, fica a critério da Secretaria do Tesouro Nacional, conforme consignado nas memórias de reuniões da Comissão Interministerial para aprovação da programação financeira.". Essa Comissão Interministerial foi criada pela Portaria nº 243, de 20/3/92, e conta com a participação de representantes da Conab, do Ministério da Fazenda, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, entre outros. Após debate, o Conselho Fiscal deliberou por não considerar cumprido o art. 5º da Portaria Interministerial nº 38/2004, sem a remessa daquele relatório de execução atestando as despesas, apesar da decisão tomada pelos membros da Comissão Interministerial em suas reuniões, e de a STN, por meio da COPEC, não exigir tal relatório. Ainda sobre o cumprimento da Portaria Interministerial, o título V da Nota informa que foi verificado na programação orçamentária e financeira, elaborada pela Copav, que as despesas relativas à armazenagem de produtos oriundos da PGPM em unidades próprias da Conab, são classificadas genericamente na rubrica de "Armazenagem Conab". Na utilização de recursos relativos àquelas despesas de armazenagem, estão envolvidos alguns gastos não especificados na Portaria, mas, por estarem relacionados com a manutenção da atividade de armazenagem, podem ser classificados como "outras despesas", prevista no inc. II do art. 1º da mesma Portaria. O Conselho acatou essa informação, mas entende que, pelo menos as despesas especificadas na Portaria, como, por exemplo, classificação, conservação, beneficiamento, braçagem, ensaque, etc, poderiam ter sido contabilizadas separadamente, ao invés de serem todas agrupadas. E sobre esse aspecto, o Confis concorda com uma das sugestões do título VI – CONCLUSÕES FINAIS da Nota nº 5/2008, a respeito da necessidade de se implantar, em curto prazo, uma metodologia de gestão de custos, com a finalidade de propiciar uma melhor estimativa de recursos necessários à manutenção da armazenagem dos estoques, sem o que a Conab permanecerá refém de especulações quanto à apuração daquelas despesas. Por fim, o Conselho Fiscal deliberou por registrar parte do título VI, que sintetiza o entendimento do Colegiado diante da análise do material recebido e dos esclarecimentos recebidos: "Por todo o exposto e à luz dos documentos analisados, reafirma-se o entendimento pela regularidade na aplicação dos recursos repassados pela Secretaria do Tesouro Nacional à Conab, referentes à Política de Garantia do Preço Mínimo, sem prejuízo, no entanto, à crítica quanto à pouca clareza e baixa transparência dos reais custos inerentes à operacionalização da citada política pública, em especial às atividades de armazenamento de estoques públicos.". O Colegiado deliberou considerar atendida a sua solicitação que versa sobre apuração dos fatos apontados pela denúncia. 11 - Assuntos Gerais. 11.1 – Ci/Presl nº 107, de 4/3/2008, a qual, em face à determinação ministerial contida no item "2" do despacho exarado nos autos do Processo nº 21000.012353/2005-45 pelo Ministro Supervisor, encaminhou cópia do Relatório Final da Comissão de Processo Interno de Apuração, constituída por meio da Portaria Ministerial nº 459, de 14/11/2005, publicada no DOU de 17/11/2005, com o objetivo de apurar os atos e/ou fatos demonstrados pelos autos do Processo nº 21000.002565/2005-14 e seu apenso nº 000009.000524/2001-18; cópia da manifestação da Consultoria Jurídica do MAPA e do referido despacho ministerial. O Conselho, após análise da documentação, verificou que os autos do Processo nº 21000.002565/2005-14 dizem respeito à Sindicância instaurada na Conab pelo Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por requisição do Ministério Público Federal, para apuração de fatos insertos no Processo nº 000009.000524/2001-18, com suposto envolvimento de ex-dirigentes da

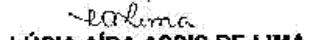
BD.0000954

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Companhia. O Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Conab que informe, oportunamente, os resultados obtidos acerca das providências adotadas pela Companhia. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 151ª, ficou marcada para o dia 28 de abril de 2008.


MAURICIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE
EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOTTA
CONSELHEIRA
LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA
JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

60.0000054

**ATA DA CENTÉSIMA QUINTAGÉSIMA PRIMEIRA - REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB**

Aos vinte e oito dias do mês de abril de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 151ª (Centésima Quintagésima Primeira) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de abril/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal.

Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado início à leitura da minuta da Ata da 150ª Reunião Ordinária do Confiis, realizada em 7/4/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada.

2 – Demonstrações Contábeis - Março/2008 - CI/Sucon nº 309, de 18/4/2008; Nota Técnica Coaud nº 08/2008 - Análise das Demonstrações Contábeis de março/2008 - CI/Coaud nº 167, de 28/4/2008.

O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de março/2008, verificou que as Receitas Líquidas de Vendas e Serviços apresentaram uma redução de cerca de 80%, alcançando R\$ 20,61 milhões, valor inferior aos R\$ 104,69 milhões obtidos no mês anterior. Essa comparação fica prejudicada, pois no mês de fevereiro foram registradas as vendas de janeiro, conforme constante do item 1.1.1 da Nota Técnica Coaud nº 08, a qual apresenta o resultado da análise das Demonstrações Contábeis do mês de março, elaborada pela Coaud. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 20,92 milhões, compensado por uma equalização negativa de R\$ 1,07 milhão, obtendo-se um Prejuízo Bruto de R\$ 1,40 milhão. Sobre a equalização do mês de março/2008, o item 1.1.4 da referida Nota informa sua composição: um estorno de R\$ 4,39 milhões, referente ao mês de fevereiro/2008, e uma estimativa de R\$ 3,20 milhões para o mês de março/2008, resultando no saldo negativo de R\$ 1,07 milhão.

É oportuno destacar que tais ajustes nos valores de equalização, segundo a Nota, decorrem da implantação do novo sistema de controle de estoques, que ainda se encontra em fase de ajustes. As Despesas Operacionais apresentaram um crescimento da ordem de 27%, de R\$ 29,29 milhões, em fevereiro/2008, para R\$ 37,63 milhões em março/2008, propiciado, tanto pelo aumento das Despesas de Pessoal, que passaram de R\$ 20,07 milhões para R\$ 24,77 milhões, como também pelo incremento das Despesas Comerciais e Administrativas, que variaram de R\$ 9,52 milhões para R\$ 12,86 milhões, no período. As Receitas Operacionais Diversas decresceram de R\$ 33,65 milhões (fevereiro/2008) para R\$ 22,70 milhões (março/2008), o que contribuiu para o Prejuízo Líquido de R\$ 16,19 milhões em março/2008, e um resultado negativo acumulado de R\$ 4,06 milhões.

A Nota apresenta, no item 1.5.1, a composição do resultado líquido de março, prejuízo de R\$ 12,35 milhões, decorrente das operações governamentais e resultado negativo de R\$ 3,84 milhões nas atividades próprias, além de apontar os fatores que influenciaram esse resultado. Entre eles: (I) o diferimento no valor de R\$ 2,95 milhões, das provisões de férias, 13º salário e encargos sociais sobre provisões, contabilizados como despesa e, ainda, sofrer mudança de critério contábil; (II) regularização da equalização de fevereiro/2008 no valor de R\$ 4,39 milhões; e (III) estornos efetuados na Conta Contábil "62381.00.00 - Ajustes Financeiros" relativos a fevereiro/2008, no montante de R\$ 7,30 milhões contabilizados como despesa, referentes às baixas de Restos a Pagar Não Processados.

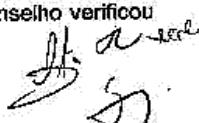
3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição: março/2008 - CI/Sufin nº 0974/08, de 28/4/2008.

Após exame do referido demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que, apesar da Lei Orçamentária Anual – LOA 2008 (Lei nº 11.847, de 24/3/2008, publicada na Edição Extra do DOU de 24/3/2008) e o Decreto de Programação Orçamentária e Financeira para o corrente exercício (Decreto nº 6.438, de 22/4/2008, publicado no DOU de 23/4/2008) terem sido publicados, a Portaria Interministerial/Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e Ministério da Fazenda, que detalha os limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos no mencionado Decreto, ainda, não foi publicada.

4 – Atas de Reuniões do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada.

4.1 – Ata da 179ª Reunião Ordinária e Ata da 27ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração.

Após análise, o Conselho verificou



**Conab**Companhia Nacional de AbastecimentoMinistério da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural

que os registros constantes da Ata da 179ª Reunião, em especial o item 1, já foi abordado na Ata da 150ª Reunião do Colegiado. No tocante à Ata da 27ª Reunião Extraordinária, realizada em 26 de março de 2008, o Conselho observou que houve equívoco quanto ao registro "... quando o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, Presidente do Conselho Fiscal, informou que apreciaram, aprovaram e emitiram parecer favorável sem ressalvas relativo às contas do exercício findo em 31/12/2007.", vez que o Conselho, durante a reunião conjunta, prestou, sim, esclarecimentos a respeito do exame realizado da documentação apresentada, adiantando que as Demonstrações Contábeis espelhavam a posição patrimonial da Companhia, mas que sua opinião final, expressa por meio de parecer, ainda estava no aguardo de ajustes a serem efetuados pela Sucor e apresentados ao Confis, o que veio ocorrer somente em 28/3/2008, data de emissão do parecer do Conselho Fiscal.

4.2 – Atas das 847ª a 849ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada. Após análise, o Conselho deliberou por solicitar à Presidência da Conab, o que segue:

- (i) adoção de providências com vistas ao acompanhamento pela Coaud, com posterior conhecimento a este Colegiado, acerca dos resultados obtidos quanto às medidas a serem adotadas conforme constante do Voto Diafi nº 045/2008 (Ata da 847ª Reunião) – Processo Sureg/MT nº 0169/2003 - Prorrogação, em caráter excepcional, do contrato de prestação de serviços advocatícios firmado com o escritório que atende à Sureg/MT, pelo prazo de 12 (doze) meses, com cláusula de rescisão antecipada; e Voto Diafi nº 046/2008 (Ata da 848ª Reunião) – Processo Sureg/CE nº 04.0105/2008 - Contratação de serviços especializados de advocacia para atuação junto à Sureg/CE, perante às Justiças Estadual, Federal e do Trabalho; e (II) submeter à apreciação do Conad, o Voto Diafi n.º 053/2008 (Ata da 848ª Reunião) - Processo Sureg/MA n.º 11.0010/2000 e 11.0397/2006 - Pedido de parcelamento de dívida da Prefeitura Municipal de Trizidela do Vale (MA), referente à compra e venda de imóvel realizado pelas partes, considerando a relevância da matéria.
- 5 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em março/2008 - CI/Supad nº 131, de 3/4/2008.
- 5.1 – Licitações. O Conselho verificou que não houve abertura de licitação na Matriz, no período.
- 5.2 – Contratações.
- 5.2.1 – No âmbito da Matriz. O Colegiado verificou que as contratações foram precedidas de licitação, na modalidade Pregão Eletrônico.
- 5.2.2 – No âmbito das Suregs. Após análise do DEMONSTRATIVO CONTRATOS/TERMOS ADITIVOS REALIZADOS EM MARÇO/2008, o Conselho verificou que houve vários aditivos aos contratos existentes. Quanto às novas contratações, constam informações de terem sido precedidas de licitação nas modalidades Convite, Dispensa e Inexigibilidade. Tendo em vista o objeto e empresa contratados, o Conselho deliberou por recomendar, mais uma vez, que se observe a determinação constante do Decreto que regulamenta a aplicação da modalidade Pregão Eletrônico.
- 6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso.
- 6.1 – Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 25/4/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 973, de 25/4/2008.
- Após exame do Relatório, o Conselho solicita à Presidência da Companhia informar se as cobranças dos débitos, relacionados a seguir, foram ajuizadas:

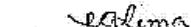
 - (i) Débito em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira;
 - (ii) Débito da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes; e
 - (iii) Débito da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cassão de Daniel Messac de Moraes.

- Quanto ao débito da Secretaria de Est. do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, no período de set/07 (19 dias) a out/07 a mar/08, em que pese a Gerência de Cadastro e Cobrança – Gecob somente no mês de março ter recebido da Superintendência de Recursos Humanos – Sureh informações necessárias à cobrança, conforme já registrado na Ata da 150ª Reunião Ordinária do Confis, o Conselho solicita à Presidência da Conab informar quais as providências que foram tomadas, visando ao recebimento dos referidos débitos e reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001.
- Com relação às cessões de Marty Terrel de Macedo Soares à ANA e de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Colegiado aguarda pronunciamento da Companhia acerca dos aportamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência.
- 6.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – Período: 1/7/1994 a 25/4/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 972, de 25/4/2008.
- O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,73 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 106,79 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,0%.
- O Conselho solicita à Companhia informar quais as medidas que estão sendo adotadas, visando à recuperação dos créditos.
- 7 – Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna.
- 7.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posições de 24/4/2008 -

Conab
Companhia Nacional de Abastecimento

24

CI/Coaud nº 167, de 28/4/2008. Afirmando os mencionados Quadros e suas observações, o Confbis reitera a solicitação de esclarecimentos para o não posicionamento da Coaud, até o momento, acerca das respostas oferecidas pela Sureg/GO, por meio da CI/Sureg/GO nº 7006, de 7/11/2007, relativa à auditoria nº 31/2007. 7.2 – Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008. Não houve entrega de Relatórios contemplados na Programação do PAINT/2008. 7.3 – Nota Técnica Coaud nº 08/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de março/2008 – CI/Coaud nº 167, de 28/4/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame do referido Relatório juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de março/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 8 – Extratos do Cadn, Certidões e Certificados – Posição de 28/4/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que as certidões relativas à Secretaria da Receita Federal e ao INSS encontram-se vencidas. O representante da Gerência de Cadastro e Cobrança - Gecob esclareceu que, apesar daqueles Órgãos estarem em greve, a Administração da Companhia está adotando as providências necessárias para obtenção de novas certidões. 9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos – Posição: abril/2008. Após análise, o Conselho verificou não haver fatos que merecessem comentários. 10 – Assuntos Gerais. 10.1 – DESPACHO, em 8/2/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, publicado no Boletim de Pessoal nº 05, de 20/2/2008. O Colegiado, por intermédio da Conselheira Lúcia Aida, tomou conhecimento do teor do referido Despacho e deliberou por solicitar à Presidência da Conab a adoção de providências, com vistas à remessa a este Conselho, oportunamente, dos resultados obtidos acerca das medidas adotadas, visando o atendimento da determinação do Senhor Ministro. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 152ª, ficou marcada para o dia 19 de maio de 2008.


MAURICIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE
EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOTÁ
CONSELHEIRA
LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA
JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

00.000/0004

**ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos dezenove dias do mês de maio de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 152ª (Centésima Quinquagésima Segunda) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de maio/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Aberta a reunião, como Item 1 da pauta, foi dado início à leitura da minuta da Ata da 151ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 28/4/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira. Embora não tenha sido entregue o referido demonstrativo, a Conselheira Lúcia Alida solicitou ao Superintendente de Finanças, Paulo Sérgio Silveira, por telefone, que o "Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira" seja elaborado no mesmo formato do apresentado no exercício de 2007, ou seja, contendo informações relativas a Dotação Atual (LOA + Alterações); Limites de Movimentação e Empenho; Dotação Contingenciada; Crédito Empenhado; Percentual do Crédito Empenhado em relação ao Limite; Crédito Liquidado; Percentual de Crédito Liquidado em relação ao Crédito Empenhado; Crédito Disponível; e Valor Pago. 3 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em abril/2008 - CI/CPL nº 036/2008, de 5/5/2008. 3.1 – Licitações Processadas. As Licitações processadas, no mês de referência, foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico, com exceção do Processo nº 0290/2008, cuja modalidade foi Convite, tipo Menor Preço, destinado à contratação de leiloeiro público para a realização de leilão de bens patrimoniais pertencentes à Conab. 3.2 – Contratações: Sobre as contratações, o Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico, exceto o Processo nº 2170/2007, para concessão de licença de uso e prestação de serviços de manutenção, suporte técnico (helpdesk) e atualização de versão do Sistema Aplicado à Administração Quantitativa de Armazenagem de Grãos – SAAGRA, e do sistema de informações gerenciais do SAAGRA que apresentou como base legal para inexigibilidade de licitação o inciso I do artigo 25 da Lei nº 8.666/93. Devido ao elevado valor da contratação, R\$360 mil, o Confis solicitou para a próxima reunião vistas ao referido processo. 4 – Relatórios da Coordenadoria de Auditoria Interna. 4.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posições de 16/5/2008 - CI/Audin nº 205, de 19/5/2008. O Conselho Fiscal analisou os referidos Quadros, bem como suas observações, nada acrescentando de relevante. 5 – Assuntos Gerais. 5.1 – Portaria nº 209, de 22/4/2008, publicada no DOU de 23/4/2008. A Conselheira Lúcia Alida deu ciência aos demais membros do Confis sobre a Portaria em apreço, a qual divulga o superávit financeiro apurado no exercício de 2007. Após ciência, o Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Conab esclarecimentos sobre o déficit financeiro da Companhia nos valores de R\$43.843 mil e R\$214.796 mil, respectivamente, nas fontes "80" e "50". Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal



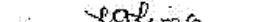
agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 153ª, ficou marcada para o dia 2 de junho de 2008.



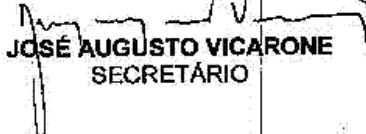
MAURICIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE



EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA
CONSELHEIRA



LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA



JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

**ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos dois dias do mês de junho de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 153ª (Centésima Quinquagésima Terceira) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de junho/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor **MAURÍCIO ANDRADE COURA**, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, as Senhoras **LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA**, representante do MAPA, e **EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA**, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Aberta a reunião, como item 1 da pauta, foi dado inicio à leitura da minuta da Ata da 152ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 19/5/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 – Demonstrações Contábeis - Abril/2008 - CI/Sucon nº 395, de 23/5/2008; Nota Técnica Audin nº 10/2008 - Análise das Demonstrações Contábeis de abril/2008 - CI/Audin nº 228, de 2/6/2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de abril/2008, verificou que as Receitas de Vendas e Serviços experimentaram uma elevação de 18% em relação ao mês anterior, alcançando R\$ 25,16 milhões. Entretanto, segundo a Nota Técnica Audin nº 10, R\$ 7,51 milhões são relativos a estornos efetuados na Conta "52312.02.07 - Diferencial de Transferência", oriundos da Sureg/PR, referentes à remoção de milho nos meses de janeiro a março/2008. Portanto, o valor da Receita de Venda de Mercadorias, no mês de abril/2008, é de R\$ 13,07 milhões, divergente dos R\$ 20,58 milhões registrados na DRE. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 14,03 milhões, compensado por uma equalização de R\$ 1,80 milhão, obtendo-se um Lucro Bruto de R\$ 10,17 milhões. Sobre a equalização do mês de abril/2008, o item 1.1.4 da referida Nota informa que os valores contabilizados no mês de abril/2008 foram lançados por estimativas, a exemplo dos meses anteriores. Em relação a este fato, o Conselho deliberou por elaborar CI à Presidência, solicitando ser informado da data prevista para a implantação do novo sistema de controle de estoques, haja vista que mensalmente a contabilização da equalização tem ocorrido por meio de estimativas, o que resulta, frequentemente, em ajuste contábil no mês posterior. O Colegiado manifestou preocupação quanto aos valores contabilizados, por não espelharem a real situação contábil das operações da Companhia. As Despesas Operacionais sofreram um decréscimo de R\$ 37,63 milhões, em março/2008, para R\$ 30 milhões em abril/2008, propiciado pela diminuição das Despesas de Pessoal, que variou de R\$ 24,77 milhões para R\$ 19,52 milhões, como também pela redução das Despesas Comerciais e Administrativas, que decresceram de R\$ 12,86 milhões para R\$ 10,49 milhões, no período. As Receitas Operacionais Diversas apresentaram um aumento de cerca de 14%, passando de R\$ 22,70 milhões (março/2008) para R\$ 25,84 milhões (abril/2008), decorrente, principalmente, do aumento das Indenizações e Restituições, que contemplam a indenização de despesas referentes à armazenagem e manutenção de estoques públicos em armazéns da Conab, passando de um resultado negativo de R\$ 153 mil, no mês anterior, para uma receita de R\$ 10,69 milhões em abril/2008, o que contribuiu para o Lucro Líquido de R\$ 5,06 milhões no período sob análise, e um resultado líquido acumulado de R\$ 1,01 milhão. Segundo o item 1.5.1 da Nota, o resultado líquido de abril/2008 é composto de um lucro de R\$ 5,77 milhões derivados das operações governamentais e de um prejuízo de R\$705 mil decorrente das atividades próprias. 3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição: abril/2008 - CI/Sufin nº 1.231/08, de 30/5/2008. Após análise do

referido Demonstrativo, o Conselho Verificou que o valor dos Empenhos Liquidados está superior ao montante dos Empenhos Emitidos, relativo às ações orçamentárias: "Operacionalização da Comercialização de Produtos" 54,88% e 6,62%, respectivamente, nas fontes de recursos 0280 e 0250; "Capacitação de Servidores Públicos Federais", em 8,39% na fonte 0100; "Assistência Médica e Odontológica aos Servidores", em 4,35% na fonte 0250; e "Auxílio-Alimentação", em 25,10% na fonte 0250. Referida inconsistência foi informada, pessoalmente, ao Superintendente de Finanças, Paulo Sérgio Silveira, o qual ficou de verificar os dados e prestar os esclarecimentos, o que não foi possível até o final da reunião, segundo o empregado Raimundo Nonato de Souza, daquela Superintendência. Pelo expediente, o Conis registra que a análise da execução orçamentária e financeira da Companhia, no mês em referência ficou prejudicada. 4 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso. 4.1 - Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 30/5/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 1.230, de 30/5/2008. Após exame do Relatório, o Conselho verificou não haver evolução para os apontamentos efetuados em atas anteriores, em especial à Ata da 151ª Reunião Ordinária do Conis, deliberando por registrar que está aguardando as seguintes informações: a) Se as cobranças dos débitos, relacionados a seguir, foram ajuizadas: a.i) Débito em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira; a.ii) Débito da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes; e a.iii) Débito da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messac de Moraes; b) Quais as providências que foram tomadas, visando ao recebimento do débito da Secretaria de Est. do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, e, mais uma vez, reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10, parágrafo único; c) Pronunciamento da Companhia acerca dos apontamentos efetuados em atas anteriores e reiterados por CI à Presidência, com relação às cessões de Marly Terrel de Macedo Soares à ANA e de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal. 4.2 - Relatório Gerencial de Cobrança – Período: 1/7/1994 a 30/5/2008 - CI/Sufin/Gecob nº 1.229, de 30/5/2008. O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,81 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$112,07 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,2%. O Conselho solicita à Companhia informar quais as medidas que estão sendo adotadas, visando à recuperação dos créditos. 5 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posições de 2/6/2008 e 26/5/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que as certidões relativas à Secretaria da Receita Federal e ao INSS ainda encontram-se vencidas. O Gerente da Gerência Fiscal e Tributária – Gefit/Sucon, Senhor Paulo Ricardo Simões Coelho, por telefone, informou que o obstáculo para obtenção da certidão emitida pela SRF refere-se à falta de recolhimento da Taxa de Aforamento devida à Secretaria de Patrimônio da União – SPU/RJ. Entretanto, segundo o Representante da Sucon, a Administração da Conab já está adotando as providências necessárias para atestar junto a SPU que aquela dívida é de imóvel não mais pertencente ao patrimônio da Empresa. Quanto ao certificado emitido pelo INSS, esclareceu que uma irregularidade cometida no preenchimento de guia de recolhimento no exercício de 2006 gerou um apontamento contra a Conab, o que vem obstando a emissão de Certidão Negativa de Débito - CND, porém, a Administração está providenciando as medidas cabíveis para regularizar a situação. 6 – Assuntos Gerais. 6.1 – Relatório de Gestão – 1º Trimestre/2008 – CI/Copav nº 091, de 26/5/2008. Após análise do referido Relatório, o Colegiado verificou que a Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros apresentou um crescimento de 27,58% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento do estoque de terceiros da ordem de 48,49%, conforme demonstrado no Quadro 2.07 - Demonstrativo da Variação da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros. No Quadro 2.08 – Demonstrativo da Variação dos Estoques Médios, foi verificada uma redução na quantidade total de estoque (Governo +



Terceiros), em relação ao 1º trimestre de 2007, variando de 699.453t para 430.864t. Sobre a fiscalização dos estoques públicos, até o fim do 1º trimestre, foram fiscalizadas, cumulativamente, 2.335.843t o que corresponde a 99,40% do estoque contábil acumulado, qual seja, 2.349.835t. A meta física para o exercício é de fiscalização de 2.850 Unidades, sendo que até o fim do 1º Trimestre/2008, foram fiscalizadas 683 Unidades, correspondente a 23,96% da meta estabelecida. No tocante aos registros de perdas quantitativas, verificou-se um desvio de 10.206,2 t (Sureg MT, PA, PR e RS). Visando recuperação das perdas, foram adotadas pela Conab as medidas previstas na Resolução Conab nº 009/1992, no que pertine à "notitia criminis". Quanto aos Estoques Desclassificados e Abaixo Padrão - AP, Quadro 1.07 – Demonstrativo de Estoques Desclassificados e AP, foram registrados 1.628t "AP" e 2.563t Desclassificados, nas Suregs AL, GO, MT e RS, relativos às safras de exercício anteriores. Com referência à vistoria dos estoques privados, permanece a mesma situação apontada no exercício de 2007, ou seja, a não celebração de convênio com o MAPA, não ocorrendo, por conseguinte, inspeção das 200.000 toneladas previstas para o exercício, apesar da dotação orçamentária de R\$ 120.000,00 para a realização da correspondente despesa, conforme consta do item 1.2.1.8 – Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento. Consta do item 1.2.1.4 – Aquisição de Produtos para Comercialização, a execução no valor de R\$32.629,00, pela Sureg RS, representando um percentual de 0,03% da Dotação Orçamentária consignada na LOA/2008, no valor de R\$100.009.941,00. O Conselho deliberou por recomendar à Companhia, medidas mais eficazes, de forma a melhorar o desempenho da ação relativa à finalidade das referidas aquisições, qual seja, apoiar programas institucionais de abastecimento social promovidos e coordenados pelo Governo. No que se refere ao item 1.2.3.2 – Cumprimento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado devidas por Empresas Públicas ou Sociedades de Economia Mista, consta a informação, "Objetiva o cumprimento das decisões judiciais relativas às Sentenças de Ações Trabalhistas Transitadas em Julgado, mediante pagamento de passivos judiciais.", porém, sem identificar o Grupo de Natureza da Despesa – GND. Em confronto com o Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Exercício 2008 (item 2 desta Ata), foi verificado o seguinte detalhamento: Ação Orçamentária "0022 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado", sendo R\$ 5.000.000,00 no GND "1 – Pessoal e Encargos Sociais" e R\$ 34.007.160,00 no GND "3 – Outras Despesas Correntes". Considerando o elevado montante envolvido, o Conselho solicita à Companhia informar quais as despesas que são pagas no GND 3. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 154ª, ficou marcada para o dia 30 de junho de 2008.



MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE



EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOTTA
CONSELHEIRA



LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA



JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO



ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA QUARTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos trinta dias do mês de junho de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 154ª (Centésima Qüinquagésima Quarta) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de junho/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: o Senhor MAURÍCIO ANDRADE COURA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, a Senhora LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, representante do MAPA, e o Senhor JOSÉ SEBASTIÃO CHAVES DOS SANTOS, suplente da Senhora EVANIR VALENTIM DE MÉLO DA MOITA, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Foi convidado para prestar esclarecimentos ao Conselho, o Senhor Rubinaldo Lameira dos Santos, Superintendente de Contabilidade. Aberta a reunião, o Presidente registrou que a Senhora Evanir estava impossibilitada de comparecer à reunião por motivo de saúde, conforme atestado médico apresentado, tendo sido convocado o suplente acima identificado. Em seguida, como item 1 da pauta, foi dado início à leitura da minuta da Ata da 153ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 2/6/2008, que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada. 2 – Demonstrações Contábeis - Maio/2008 - CI/Sucon nº 466, de 16/6/2008; Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Maio de 2008; Nota Técnica Audin Nº 013/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis de maio de 2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de maio/2008, verificou que as Receitas de Vendas e Serviços experimentaram uma elevação de 306% em relação ao mês anterior (R\$ 25,16 milhões), alcançando R\$ 76,98 milhões. Entretanto, segundo a Nota Técnica Audin nº 13/2008 (item 1.2.1 Receita de Vendas), as vendas dos estoques públicos contabilizados em maio/2008, foram menores em R\$ 10,17 milhões em relação às efetivamente realizadas, o que corresponde a um total de R\$ 83,54 milhões, divergindo portanto da DRE, que registra o valor de vendas no total de R\$ 73,37 milhões. O Custo de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 76,19 milhões. O item 1.1, letra "e", da referida Nota informa que todas as operações foram superavitárias, não houve, portanto, equalização de preços. O valor de R\$ 2,04 milhões refere-se a ajustes e resíduos de meses anteriores. As Despesas Operacionais sofreram um acréscimo de R\$ 30 milhões, em abril/2008, para R\$ 31,56 milhões em maio/2008, em razão do acréscimo de R\$ 832 mil, nos pagamentos de sentenças judiciais. As Receitas Operacionais Diversas apresentaram um aumento de cerca de 19,75%, passando de R\$ 25,84 milhões (abril/2008) para R\$ 30,95 milhões (maio/2008). Segundo o item 1.1 da Nota, o resultado líquido de maio/2008 é composto de um lucro de R\$ 1,33 milhão derivado das atividades próprias e de um déficit de R\$ 5,71 milhões decorrente das operações governamentais. Entretanto, no que concerne às operações governamentais retratada nos registros contábeis de maio/2008, destaca que ocorreu uma distorção no resultado econômico líquido, ocasionada, principalmente, pela falta do lançamento do valor de R\$ 10,61 milhões de vendas efetivadas e pelo registro de R\$ 2,04, já mencionado anteriormente, a título de ajustes. Procedidos os ajustes supracitados, o resultado das operações governamentais sofre uma reversão bastante acentuada, passando de um déficit de R\$ 5,71 milhões para um superávit de R\$ 2,57 milhões. Da mesma forma, o resultado líquido do mês de maio/2008 atinge R\$ 3,9 milhões superavitários em contraposição ao déficit apurado nos demonstrativos contábeis de



R\$ 4,38 milhões. Já o resultado acumulado do período passa de um déficit de R\$ 3,38 milhões para um superávit de R\$ 6,95 milhões. O Colegiado, mais uma vez, manifestou preocupação quanto aos valores contabilizados, por não espelharem a real situação contábil das operações da Companhia. **3 – Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Posição: maio/2008 - CI/Sufin nº 1.422, de 17/6/2008.** Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou que, até o mês de maio, permanecem sem execução orçamentária as seguintes ações orçamentárias: (i) Na rubrica "Custeio": "10HG – Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-colheita de Grãos"; "2808 – Capacitação de Mão-de-Obra do Setor Armazenador"; "4706 – Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento"; e "8579 – Geração e Difusão de Informações da Agropecuária e do Abastecimento Agroalimentar"; e (ii) Na rubrica "Investimento": "12BZ – Conclusão da Obra da Unidade Armazenadora de Uberlândia - MG"; "2137 – Fiscalização dos Estoques e das Operações de Garantia e Sustentação de Preços na Comercialização de Produtos Agropecuários"; e "2272 – Gestão e Administração do Programa". Ainda, com relação à execução orçamentária, o Colegiado solicita que a Companhia observe os limites de movimentação e empenho estabelecidos pelo MAPA, mediante a Portaria SE/MAPA nº 62, de 16/5/2008, publicada no DOU de 21/5/2008. Com relação à execução financeira, o Confis constatou que os valores pagos das ações "2272 – Gestão e Administração do Programa" e "2010 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados" estão superiores aos "Empenhos Liquidados", registrando, mais uma vez, que referida inconsistência prejudica a análise. **4 – Atas do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada da Conab.** **4.1 – Ata da 181ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.** Após análise, o Conselho verificou não haver registros que merecerem destaque. **4.2 – Atas das 851ª a 858ª Reuniões Ordinárias e da 180ª Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Conab.** Após análise, o Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Companhia que seja mantido informado acerca dos resultados obtidos com a celebração do Convênio com o MDS, constante da Ata da 856ª Reunião. No tocante às demais verificou não haver registros que merecessem destaque. **5 - Relação das Licitações e Contratações realizadas em maio/2008 - CI/Gecot nº 005, de 2/6/2008.** **5.1 – Licitações Processadas.** As Licitações processadas, no mês de referência, foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico. **5.2 – Contratações.** Sobre as contratações, o Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico, exceto o Processo nº 0178/2007, para contratação de empresa, no regime de empreitada por preço global, irajustável, para obras de manutenção e adequação de equipamentos e instalações eletromecânicas da Usina de Beneficiamento de Arroz da UA/Rio Formoso/TO, que apresentou como amparo legal o artigo 22, § 2º, da Lei nº 8.666/93. **6 - Relatórios Demonstrativos de Créditos a Receber, em atraso.** **6.1 – Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 27/6/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 1.522, de 27/6/2008; FOLHA DE DESPACHO 31, em resposta à CI/Confis 006/2008.** Após exame do Relatório, o Conselho verificou que o débito da Assembléia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messac de Moraes foi quitado em 12/6/2008. Quanto às cobranças dos débitos em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira e da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes, registra que está aguardando informações sobre o ajuizamento das mesmas. No que diz respeito às providências, visando ao recebimento do débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10, parágrafo único, não sendo justificativa a informação constante do Relatório, a saber "Não foi incluída no CADIN na data informada, uma vez que a

empregada não foi localizada naquela Secretaria." Após análise da Folha de Despacho 31, o Colegiado considera atendido o pronunciamento da Companhia com relação à cessão de Marly Terrel de Macedo Soares à Agência Nacional de Águas - ANA. Com relação à cessão de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Conselho mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia, quais sejam: (i) retorno do servidor, nos termos do art. 10 do Decreto nº 4.050/2001; e (ii) cobrança do resarcimento devido. 6.2 – Relatório Gerencial de Cobrança – Período: 1/7/1994 a 27/6/2008 – CI/Sufin/Gecob nº 1.512, de 27/6/2008. O Colegiado verificou que, do montante de R\$ 1,85 bilhão de créditos a receber, houve recebimentos da ordem de R\$ 112,7 milhões, representando uma modesta recuperação da ordem de 6,1%. O Conselho reitera à Companhia informar quais as medidas que estão sendo adotadas, visando à recuperação dos créditos. 7 – Extratos do Cadin, Certidões e Certificados – Posição de 30/6/2008. O Conselho recebeu os referidos extratos, verificando que estão pendentes as certidões relativas à Secretaria da Receita Federal, ao INSS e à Fazenda Estadual/PA. O Superintendente de Contabilidade esclareceu que a pendência junto à SRF refere-se a recolhimentos de valores a menor, enquanto que os casos do INSS e da Fazenda Estadual do Pará decorreram do atraso no lançamento de Guias de Recolhimento junto à Caixa Econômica Federal - CEF, ainda não processadas. 8 - Relatórios da Auditoria Interna – Audin - CI/Audin nº 259, de 27/6/2008. 8.1 – Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007– Posições de 2/6/2008 e 13/6/2008, respectivamente. O Conselho Fiscal analisou os referidos Quadros, bem como suas observações, nada acrescentando de relevante. 8.2 – Nota Técnica Coaud nº 08/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de maio/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de maio/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 8.3 – Resposta à CI/Confis nº 008/2008, a qual solicita à Auditoria especial atenção e acompanhamento acerca de processos licitatórios no âmbito das Suregs MT e CE. Após análise, o Conselho deliberou por solicitar à Presidência da Companhia que recomende à Auditoria Interna observância rigorosa com relação ao prazo de vigência dos contratos de prestação de serviços advocatícios, exigido pela Lei 8.666/93, firmados pela Conab. Acrescentamos que, embora tenha enviado a este Colegiado a CI/Audin nº 259 em referência, não houve manifestação daquela Unidade de Auditoria sobre as informações prestadas pelas Suregs MT e CE, mediante as CIs 4492 e 1526, respectivamente. 9 – Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos – Posição: Junho/2008. Após análise, o Conselho verificou não haver fatos que merecessem comentários. 10 – Diligências do Conselho Fiscal - FOLHA DE DESPACHO 31, em resposta à CI/Confis 006/2008, e CI/Audin nº 259, de 27/6/2008, em resposta à CI/Confis nº 008/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame das referidas Folha de Despacho e CI, conforme consta dos itens 6.1 e 8.3 desta Ata, respectivamente. 11 – Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). 11.1 – Tribunal de Contas da União – TCU: A Conselheira Lúcia Alida deu ciência ao Colegiado da publicação no Diário Oficial da União – DOU dos seguintes acórdãos: (i) Acórdão nº 1459/2008 – TCU – 2ª Câmara (DOU de 5/6/2008); Natureza: Representação; Unidade: Superintendência Regional no Rio Grande do Sul – Sureg/RS; (ii) Acórdão nº 1668/2008 – TCU – 2ª Câmara (DOU de 19/6/2008), mediante o qual o Tribunal acordou em encerrar e arquivar o processo nº TC 013.522/2005-3, relativo à Tomada de Contas do exercício de 2004, considerando que as unidades cumpriram as determinações expedidas por meio do Acórdão 156/2007; e (iii) Acórdão nº 1898/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 20/6/2008), que versa sobre a Prestação de Contas da

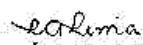


33

Superintendência Regional de Minas Gerais – Sureg/MG – Exercício 2006. Após conhecimento, o Colegiado decidiu solicitar à Presidência da Conab informações sobre o atendimento às determinações do TCU nos Acórdãos 1459 e 1898. Nada mais havendo a tratar, o Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 155ª, ficou marcada para o dia 31 de julho de 2008.


MAURÍCIO ANDRADE COURA
PRESIDENTE


JOSÉ SEBASTIÃO CHAVES DOS SANTOS
CONSELHEIRO SUPLENTE


LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
CONSELHEIRA


JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

60.000/054

**TERMO DE POSSE**

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída pela fusão autorizada pelo inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, e Instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **Lauro César de Vasconcelos**, brasileiro, casado, contador, natural do Rio de Janeiro/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 700.596 – SSP/DF e do CPF nº 287.312.041-04, residente na SQN – 104 – Bloco "D" – Apto. 506 – Brasília/DF, tomou posse como Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, em face de sua designação, conforme Portaria nº 718, de 24/07/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicada no Diário Oficial da União de 25/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, do artigo 32 do Estatuto Social apresentando sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.



LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS

BD_000/054



TERMO DE POSSE

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal, constituída pela fusão autorizada pelo inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, e instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto “A”, lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **Marcus Vinicius Sócio Magalhães**, brasileiro, casado, administrador, natural de Ribeirão do Pinhal/PR, portador da Carteira de Identidade nº 1.624.731 – SSP/PR e do CPF nº 397.197.669-72, residente na SQSW-103 – Bloco “G” – Apto. 504 – Brasília/DF, tomou posse como Membro Titular do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, em face de sua designação, conforme Portaria nº 719, de 25/07/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicada no Diário Oficial da União de 28/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, do artigo 32 do Estatuto Social apresentando sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.



MARCUS VINICIUS SÓCIO MAGALHÃES

**TERMO DE POSSE**

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal, constituída pela fusão autorizada pelo inciso II do artigo 16 da Lei nº 8.029, de 12/04/1990, e instalada em 1º/01/1991, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", lote 69, nesta cidade de Brasília/DF, o Senhor **Márcio Alves Santiago**, brasileiro, casado, contador, natural do Rio de Janeiro/RJ, portador da Carteira de Identidade nº 072481617 - IFPRJ e do CPF nº 853.815.357-91, residente no Condomínio Vivendas Colorado 1, módulo "J", Casa 4A - Sobradinho/DF, tomou posse como Membro Suplente do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, em face de sua designação, conforme Portaria nº 719, de 25/07/2008, do Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento publicada no Diário Oficial da União de 28/07/2008. O empossado cumpriu a exigência do parágrafo 2º, do artigo 32 do Estatuto Social apresentando sua declaração de bens, bem como declara expressamente adesão às normas e condições estabelecidas no Código de Conduta Ética Federal.



MÁRCIO ALVES SANTIAGO

60.0000054



ATA DA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos trinta e um dias do mês de julho de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 42ª (Quadragésima Segunda) Reunião Extraordinária do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Aberta a reunião, a Conselheira Lúcia Aída informou que o Ministro de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA designou, pelas Portarias nº. 718, de 24/07/2008, e nº 719, de 25/07/2008, publicadas nos D.O.U. de 25 e 28/07/2008, sucessivamente, os Senhores **Lauro César de Vasconcelos**, representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA e **Marcus Vinícius Sócio Magalhães** e **Márcio Alves Santiago**, representantes, titular e suplente, respectivamente, da Secretaria do Tesouro Nacional – STN, bem como reconduziu os Conselheiros **Alberto da Silva Bellinello**, **María Cristina Chaves Silvério**, membros suplentes e **Lúcia Aída Assis de Lima** – titular, representantes do MAPA. Representando a Diretoria Colegiada da Conab, o Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, Dr. Luis Henrique Teixeira Baldez, deu boas vindas aos recém designados, manifestando sua certeza quanto ao sucesso no cumprimento de suas atribuições, expondo que a Diretoria e o corpo técnico da Companhia estarão à disposição. Em cumprimento ao Estatuto Social da Companhia os novos Conselheiros assinaram os respectivos Termos de Posse. Em seguida, em observância ao § 2º do art. 24 do Estatuto Social da Companhia, foi eleita, por unanimidade, a Conselheira **Lúcia Aída Assis de Lima** para presidir o Conselho. No exercício da função, a Presidente fez uma explanação sobre o andamento das atividades do Conselho e da metodologia de trabalho adotada até o momento, ao tempo em que deixou aos novos Conselheiros a opção de mantê-la ou não, estando o Colegiado aberto a sugestões. Definiu-se que, na próxima reunião, os novos Conselheiros apresentariam suas sugestões quanto à metodologia a ser utilizada no desenvolvimento dos trabalhos do Colegiado. Por consenso, será, ainda, discutido o calendário das reuniões do presente exercício. Em seguida foi convidada a participar da reunião a equipe da Auditoria Interna, representada pelo seu corpo gerencial. Após as apresentações ficou decidido que, doravante, um representante da Audit will participate in the meetings of the Council. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Ana Paula Neves Rosa, Assessora da Presidência/Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio à Gestão, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 155ª, ficou marcada para o dia 08 de agosto de 2008.

Lúcia Aída Assis de Lima
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

Lauro César de Vasconcelos
LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

Marcus Vinícius Sócio Magalhães
MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

Márcio Alves Santiago
MÁRCIO ALVES SANTIAGO
CONSELHEIRO SUPLENTE

Ana Paula Neves Rosa
ANA PAULA NEVES ROSA
SECRETÁRIA

**ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA QUINTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL
DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos oito dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 155ª (Centésima Qüinquagésima Quinta) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de julho/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos de Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Como convidados, estiveram presentes a Srª. Eugenia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna – Audin, e o Sr. Rubinaldo Lameira dos Santos, Superintendente de Contabilidade. Aberta a reunião, a Presidente expôs que, de acordo com entendimentos mantidos pelos Conselheiros, as reuniões do Conselho contariam sempre com a presença de um representante da Audin. Em seguida, apresentou aos demais conselheiros o Superintendente de Contabilidade, ocasião o Sr. Rubinaldo colocou-se à disposição para prestar os esclarecimentos julgados necessários. Prosseguindo, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. **Leitura e aprovação da ata anterior.** Foi dado inicio à leitura da minuta da Ata da 42ª Reunião Extraordinária do Confis, realizada em 31/07/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. **Demonstrações Contábeis:** Junho/2008 – Comunicação Interna Sucon nº 553, de 17/07/2008; e Nota Técnica Audin nº 14/2008, relativa à Análise das Demonstrações Contábeis - Junho de 2008. 2.1. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de junho/2008 e a Nota Técnica Audin nº 14/2008, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: a. Receita de Vendas de Mercadorias (R\$ 115,71 milhões); apresentou um crescimento de 57,90% em relação ao mês de maio (R\$ 73,28 milhões). O registro extemporâneo das vendas dos estoques públicos do mês de maio, no valor de R\$10,61 milhões, teve influência direta no resultado do mês em referência; b. Equalização (R\$ 5,22 milhões); houve um aumento de 156,33% em comparação com o mês anterior, entretanto a análise fica prejudicada, uma vez que o valor de R\$ 2,04 milhões contabilizado em maio referia-se a ajustes de meses anteriores; c. Receita de Serviços (R\$ 3,26 milhões); oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, justifica-se a tendência de baixa observada no mês anterior, em parte pelo pico da safra 2007/2008 atingido em abril/2008; d. Despesas Comerciais e Administrativas (R\$ 13,36 milhões); verificada uma variação positiva de 490,8% no SubGrupo "Obrigações Tributárias e Contributivas" no mês de junho em relação ao mês de maio, ocasionada por estornos efetuados pela Sureg/PR. O Conselho deliberou por solicitar à Presidência esclarecimentos quanto aos motivos que levaram à realização desses estornos. Outro aspecto relevante nesse Grupo diz respeito à variação positiva de 86,8% no Subgrupo "Outras Despesas Operacionais" que ocorreu em razão do registro de adiantamento, no mês de maio/2008, referente à aquisição do Imóvel da Sureg/SF, decidindo-se, por solicitar, também, esclarecimentos quanto ao procedimento; e. Resultado Contábil do mês; o resultado contábil apresentado do mês de junho não reflete o resultado efetivo das operações da Companhia no mesmo mês, em face do lançamento de valores de receitas de vendas referentes a maio/2008. Tal procedimento acarretou distorção na DRE que deveria ter sido negativa, no montante de R\$ 1,7 milhão. Em virtude dos lançamentos, o documento apresentou um resultado positivo na ordem de R\$ 8,9 milhões, nos termos apresentados pela Nota Técnica Audin nº 014/2008; f. Forma de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE: O Confis solicita que as próximas DREs, elaboradas pela Sucon, contenham apresentação dos resultados do mês anterior, com o objetivo de propiciar um comparativo com o resultado atual, inclusive em termos percentuais; g.. O Conselho registra que não foram encaminhadas ao Colegiado as Demonstrações Contábeis relativas ao 2º trimestre. 2.2. Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Junho de 2008: Após registro de recebimento do relatório, os conselheiros decidiram que esse será utilizado como fonte de consulta. 2.3. Comunicação Interna Dlafl nº 172, de 01/07/2008, que encaminha a



Revista "Demonstrações Contábeis – Exercício 2007". O Conselho registrou o recebimento da Revista, não havendo necessidade de maiores observações acerca do informativo, uma vez que as contas do exercício de 2007 já foram analisadas e aprovadas pelo Colegiado.

3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Junho/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 1658, de 18/07/2008: Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou o que se segue: a. Com relação à execução orçamentária: os limites de movimentação e empenho não conferem com os estabelecidos pelo MAPA, mediante a Portaria SE/MAPA nº 62, de 16/05/2008, publicada no DOU de 21/05/2008. O Confs reitera à Companhia que observe os limites fixados; b. Com relação à execução financeira: os pagamentos efetuados estão dentro dos limites de pagamento estabelecidos pela Portaria SE/MAPA nº 63, de 16/05/2008, publicada no DOU de 18/06/2008, no entanto constam valores pagos superiores aos "Empenhos Liquidados". O Conselho registra, mais uma vez, que referidas inconsistências prejudicam a análise.

4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

4.1. Atas das 859ª e 860ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab: Após análise, o Conselho verificou não haver registros que merecerem destaque, no entanto, solicita vistas à Resolução nº 22/2002 e Resolução nº 15/2007, para conhecimento de seus teores.

4.2. Ata da 182ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Após análise, o Conselho solicita ser informado: a. Se haverá realização de despesas para a criação das Superintendências Regionais nos Estados do Acre, Alagoas, Amapá, Roraima e Sergipe e da função de Assistente na Sureg/RJ (item 2 da referida ata). Em caso positivo, se existe a previsão orçamentária para a realização dessas despesas; e, b. Do que se trata o pedido do Ministério Público Federal – MPF, objeto do Ofício OF/NPPS/PR/RS/Nº 4321/2008, bem como as providências adotadas pela Conab, visando ao cumprimento das determinações contidas no Despacho Ministerial, datado de 31/08/2006, conforme consta do item 3 da ata em questão.

5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em junho/2008 – Comunicação Interna CPL nº 040/2008, de 01/07/2008:

5.1. Licitações: As licitações processadas, no mês de referência, foram realizadas por meio de Pregão Eletrônico.

5.2. Contratações: Sobre as contratações, o Conselho verificou que todos os contratos firmados foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico.

6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso.

6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 07/08/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1.984, de 07/08/2008; Folha de Despacho 03, em resposta aos itens (iii) e (iv) da Comunicação Interna COFINS nº 008, de 04/06/2008. Após exame do Relatório e da Folha de Despacho, o Conselho registra: a. A Folha de Despacho 31 não atendeu à solicitação do Colegiado, a exceção da informação relativa à quitação do débito da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, decorrente da cessão de Daniel Messac de Moraes, efetuada em 12/6/2008, a qual já havia sido verificada pelo Confs, quando da realização da 154ª Reunião Ordinária, em 30/06/2008, conforme consta do item 6.1 da referida ata; b. Quanto às cobranças dos débitos em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira e da Câmara Legislativa do DF, decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes, reitera que continua aguardando as informações sobre o ajuizamento das mesmas; c. Com relação à cessão de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Conselho mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia, quais sejam: (I) retorno do servidor, nos termos do art. 10 do Decreto nº 4.050/2001; e (II) cobrança do resarcimento devido; d. No que diz respeito ao débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, reitera à Companhia a recomendação no sentido de observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10, parágrafo único, e solicita que seja informado sobre as providências adotadas visando ao recebimento do referido débito; e. Débitos da Procuradoria Geral do Trabalho, relativos à cessão de Adelson M. dos Santos, no período de mar/08 (13 dias) e abr/08 a jun/08. O Conselho reitera à Companhia observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001 e recomenda a adoção de providências tempestivamente, visando ao recebimento do referido débito.

6.2. Relatório Gerencial de Cobrança. O Colegiado registra que está aguardando as informações acerca das medidas que estão sendo adotadas pela Companhia, visando à recuperação dos créditos em atraso.

7. Auditoria Interna - Audit:

7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posições de 25/07/2008 – Comunicação Interna Audit nº 276, de 30/07/2008. a. Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Confs verificou, com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, que a Sureg/AM, por meio da C/52, de 21/02/2008,



informou que o devedor apresentou proposta para quitação do débito em 8 (oito) parcelas, tendo sido o assunto submetido à análise da Procuradoria-Geral – Proge. Dado o lapso temporal, o Conselho solicita a adoção de providências, com vistas à solução da pendência. b. Exercício de 2007: Analisando o mencionado quadro e suas observações, o Confis verificou que foi concluída a avaliação do Auditor interno acerca das respostas oferecidas pela Sureg/GO, por meio da CI/Sureg/GO nº 7006, de 7/11/2007, relativa ao Relatório de Auditoria - RA nº 031, com o encaminhamento do Processo à Superintendência de Operações - Suope para avaliação. 7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008. Não houve entrega de Relatórios contemplados na Programação do PAINT/2008. A Audin ficou de apresentar o Sistema de Auditoria Interna – Siaudi ao Conselho Fiscal, na próxima reunião do Colegiado. 7.3. Nota Técnica Audin nº 14/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de junho/2008 - Comunicação Interna Audin nº 276, de 30/07/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de junho/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 7.4. Relatório das Constatações relativas aos Contratos celebrados por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - 2º trimestre de 2008 - Comunicação Interna Audin nº 276, de 30/07/2008. A Audin apresentou um relatório contendo as contratações realizadas no período de abril a junho/2008, no âmbito das Suregs e Matriz. O Conselho Fiscal analisou o mencionado Relatório e verificou que a maioria dos contratos apresentou como amparo legal o inciso II do art. 25 ou o parágrafo único do art. 61 da Lei 8.666/93, não atentando para os termos do Acórdão TCU nº 656, de 06/12/1995, que orienta a fundamentação pelo caput do art. 25 da mencionada Lei, embora tratar-se de contratações na modalidade inexigibilidade de licitação. Importante destacar as contratações, realizadas no mês de abril, que foram objeto de encaminhamento de comunicação interna pela Audin, postulando informações detalhadas acerca da contratação direta, uma vez que os casos em questão não são inexigibilidade, devendo sofrer o regular processo licitatório, respectivamente, na modalidade pregão e tomada de preços, a saber: a. Contratação de serviços jurídicos pela Sureg/PA, fundamentada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93; e b. Contratação de serviços de montagem, inspeção técnica, substituição de peças dos compressores Mycom – modelo F6B da UA Passa Quatro, pela Sureg/MG, fundamentada no art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93. O Colegiado solicita ser informado sobre o encaminhamento do assunto. Cabe ressaltar que a Proge elaborou a Comunicação Interna Circular nº 272, de 11/08/2008, por solicitação da Audin, destinada a todas as Suregs, contendo orientações jurídicas acerca da fundamentação legal aplicável às contratações diretas, usualmente, efetuadas pela Companhia. 8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 30.06.2008. Foram apresentadas as seguintes certidões e certificados: a. Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda, válida até 06/11/2008; b. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal, válida até 15/08/2008; c. Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa – de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil, válida até 03/01/2009. Constatou-se a ausência da Certidão Negativa do INSS, tendo sido chamados para prestar esclarecimentos os titulares da Superintendência de Contabilidade e da Gerência Fiscal e Tributária, Senhores Rubinaldo dos Santos e Paulo Ricardo, respectivamente, os quais informaram que a regularização da referida Certidão está em andamento. A demora da emissão do documento se deve a problemas operacionais da Previdência Social, não havendo débito da Companhia em relação àquele órgão. Prosseguindo, a Presidente expôs que, no tocante aos Extratos do Cadin e Sicaf, verificou-se que consta no extrato do Sicaf, certidões com prazo expirado. Fazendo uso da palavra, o Sr. Paulo Ricardo informou que a atualização do Sicaf depende de todas as certidões estarem regularizadas. Portanto, a pendência existente ocorre em razão da Certidão Negativa de Débito – CND do INSS. Os esclarecimentos foram considerados satisfatórios, entretanto os Conselheiros aguardam providências pela Companhia, no sentido de regularizar as pendências, sendo mantido o Conselho Informado. A Presidente agradeceu a presença dos representantes da Sucosn. 9. Processos Internos de Apuração (PIA) em andamento ou concluídos. 9.1. Comunicação Interna Presi nº 0393, de 31/07/2008, a



qual, em face à determinação ministerial contida no item "2" do despacho exarado nos autos do Processo nº 21000.012353/2005-45 pelo Ministro Supervisor, encaminha: cópia do PARECER PROGE/SUMAD Nº GP 225/2008, da Procuradoria-Geral da Conab; cópia do PARECER COGER Nº 27/2008, da Corregedoria-Geral da Conab; e cópia do Despacho PRESI, de 29/07/2008, relativo ao julgamento do processo Interno de apuração. O Conselho, após análise da documentação, verificou que o assunto foi abordado pelo Colegiado na 150ª Reunião Ordinária, realizada em 07/04/2008. O Colegiado deliberou por solicitar à Presidência da Conab que informe, oportunamente, as providências adotadas pela Companhia, visando ao cumprimento das determinações contidas no Despacho PRESI, de 29/07/2008. 10.1. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1.1. Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1.984, de 07/08/2008; Folha de Despacho 03, em resposta aos itens (iii) e (iv) da Comunicação Interna Confis nº 008, de 04/06/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Comunicação Interna juntamente com a apreciação do Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 07/08/2008, conforme consta do item 6.1. desta Ata. 10.2. Comunicação Interna Diafi nº 200, de 07/08/2008, em resposta à solicitação de esclarecimentos, feita na 152ª Reunião Ordinária do Confis (item 5.1), quanto ao déficit financeiro da Companhia nos valores de R\$ 43.843 mil e R\$ 214.796 mil, respectivamente, nas fontes de recursos "80" e "50", apresentado na Portaria/STN nº 209, de 22/04/2008, publicada no DOU de 23/04/2008, a qual divulga o superávit financeiro apurado no exercício de 2007. A Comunicação Interna nº 200 informa que o assunto foi esclarecido no OFÍCIO DIAFI Nº 199, de 5 de agosto de 2008, o qual está endereçado ao Coordenador de Contabilidade do MAPA. Consta do referido Ofício, que todos os lançamentos pertinentes às fontes "50" e "80" foram revisados e efetuadas regularizações no período de 01/01 a 30/06/2008. O Conselho solicita a análise e manifestação da Auditoria Interna acerca dos lançamentos efetuados, informando, oportunamente, ao Confis, os resultados obtidos. 11. Assuntos Gerais. 11.1. Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal para o 2º Semestre. Definiu-se, mediante consenso, que as reuniões ordinárias do Conselho serão realizadas às sextas-feiras de cada mês, agendando-se as seguintes datas: JULHO – 29/08/2008; AGOSTO – 26/09/2008; SETEMBRO – 31/10/2008; OUTUBRO – 28/11/2008; NOVEMBRO – 19/12/2008. O Cronograma deverá ser encaminhado à Presidência da Companhia para conhecimento, com vistas à divulgação às diretorias/áreas técnicas. 11.2. Acompanhamento do atendimento às solicitações do Conselho registradas em atas. Para possibilitar o acompanhamento das respostas às solicitações de esclarecimentos ao Conselho Fiscal, apontadas em ata e formalizadas à Presidência da Companhia, por intermédio de comunicações internas, definiu-se, mediante consenso, pela elaboração de quadro de acompanhamento dos assuntos pendentes, a partir do mês de janeiro/2008. O mencionado quadro terá periodicidade mensal e entrará nos itens de pauta das reuniões. 11.3. Metodologia de trabalho do Conselho. De forma a otimizar os trabalhos do Conselho, a documentação de suporte à análise dos itens de pauta deverá ser encaminhada previamente aos Conselheiros, prevendo-se, preferencialmente, uma antecedência mínima de 5 dias úteis às reuniões ordinárias previstas em calendário. 11.4. Ofício-Circular STN/COREF/GEFIS nº 32, de 17 de julho de 2008, e Ofício Circular STN/GEFIS/COREF nº 33, de 22 de julho de 2008. Trata-se de documentos apresentados pelo Conselheiro Marcus Vinícius, na qualidade de representante do Tesouro Nacional, nos quais a Coordenação-Geral de Responsabilidades Financeiras e Haveres Mobiliários da Secretaria do Tesouro Nacional – COREF/STN requer ao conselheiro verificação junto à Administração da Conab, acerca da Lei nº 11.638, de 28 de dezembro de 2007, publicada no DOU da mesma data, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e estende às sociedades de grande porte disposições relativas à elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, nos seguintes aspectos: a. Ofício-Circular STN/COREF/GEFIS nº 32: solicita posicionamento quanto ao enquadramento da Conab ao disposto no art. 3º da Lei nº 11.638/2007, relativamente à aplicação às sociedades de grande porte, ainda que não constituídas sob a forma de sociedades por ações, as disposições da Lei 6.404/76, sobre escrituração e elaboração de demonstrações financeiras e a obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM; b. Ofício Circular STN/COREF/GEFIS nº 33: solicita gestões, junto à Companhia, no sentido de que seja elaborado estudo sobre as diferenças existentes entre a escrituração contábil atual e as práticas contábeis inseridas pela Lei nº 11.638/2007, incluindo as



repercussões que essas mudanças podem provocar no resultado operacional da Empresa, bem como o impacto fiscal da adoção daquelas medidas legais. O referido ofício estipula o prazo de 30 de setembro de 2008 para envio à GEFIS/COREF das informações requeridas. **Decisão:** Após ciência dos teores dos documentos, decidiu-se por encaminhá-los à Presidência da Companhia, com vistas ao posicionamento e atendimento, em tempo hábil, das informações requeridas pela STN. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, Ana Paula Neves Rosa, Assessora da Presidência/Coordenadoria de Desenvolvimento e Apoio a Gestão - Codag, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 156ª, ficou marcada para o dia 29 de agosto de 2008.

Lúcia Aída Assis de Lima
LÚCIA ÁIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE
Marcus Vinícius Sócio Magalhães
MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

Lauro César de Vasconcelos
LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR
Ana Paula Neves Rosa
ANA PAULA NEVES ROSA
SECRETÁRIA


ConabCompanhia Nacional de Abastecimento**ATA DA CENTÉSIMA QUINTAGÉSIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos vinte e nove dias do mês de agosto de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 156ª (Centésima Quintagésima Sexta) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de agosto/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília - Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional - STN. Como convidados, estiveram presentes os Senhores: Fernando José Sales, Gerente de Auditoria da Auditoria Interna, Paulo Sérgio Silveira, Superintendente de Finanças e José Vismar da Silveira, Assistente da Superintendência de Contabilidade. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confiis, realizada em 08/08/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada.

2. **Demonstrações Contábeis: Julho/2008** – **Comunicação Interna Sucon nº 697, de 15/08/2008; Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Julho de 2008 – Comunicação Interna Diafi nº 206, de 20/08/2008; e Nota Técnica Audin nº 015/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Julho de 2008 – Comunicação Interna Audin nº 311, de 22/08/2008.** O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de julho/2008 e a Nota Técnica Audin nº 15/2008, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue:

- a. Receita de Vendas dos Estoques Públicos (R\$ 32.091 milhões): os registros demonstraram uma diminuição de 69,64% em relação ao mês de junho (R\$ 105.719 milhões), advinda da definição das políticas agrícolas de sustentação de preço e de abastecimento.
- b. Receita de Serviços: oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros (R\$ 3.157 milhões), representou uma redução de 3,06% em relação a junho, mantendo-se a tendência de baixa, já observada desde o mês de maio, em razão da sazonalidade de safras.
- c. Despesas Comerciais e Administrativas (R\$ 16.657 milhões): apresentaram crescimento no cotejo com o mês de junho na ordem de 25,19%.
- d. Resultado Contábil do mês: foi deficitário em R\$ 1.788 milhões, 26,68% superior ao mês de junho (R\$ 1.411 milhões), já depurados os ajustes referentes ao mês de maio/2008. Destaque para o superávit de R\$ 3.556 milhões nas atividades próprias da Companhia, verificado em junho/2008, que sofreu uma reversão acentuada em julho, quando apresentou um déficit de R\$ 773 mil. Já as operações dos estoques públicos apresentaram uma redução de prejuízo de R\$ 4.967 milhões em junho (valor ajustado) para R\$ 1.015 milhão em julho.
- e. Dividendos a Pagar: o pagamento dos dividendos no valor de R\$ 3.856.818,65, a que tem direito a União, por conta do superávit auferido no exercício encerrado em 31/12/2007, relativo às atividades próprias da Companhia, está na dependência de um posicionamento da Secretaria do Tesouro Nacional a respeito da proposta de destinação do lucro.

3. **Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira – Julho/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 1852, de 18/08/2008:** Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou o que se segue:

- a. Com relação à execução orçamentária, o Confiis nada destacou de relevante. Os limites de movimentação e empenho estão de acordo com o estabelecido pelo MAPA, mediante a Portaria SE/MAPA nº 62, de 16/05/2008, publicada no DOU de 21/05/2008.
- b. Com relação à execução financeira: (i) os pagamentos efetuados



estão acima dos limites de pagamento estabelecidos pela Portaria SE/MAPA nº 63, de 16/05/2008, publicada no DOU de 18/06/2008, no montante de R\$ 676.169,58. O Conflito recomenda à Companhia que observe os limites fixados pelo MAPA; (ii) constam valores pagos superiores aos "Empenhos Liquidados". O Conselho registra que referida inconsistência, dada a sua constante reincidência, foi comunicada ao Sr. Paulo Sérgio, uma vez que prejudica a análise.

4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

4.1. Atas das 861^a a 867^a Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab: Após análise, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo:

- a. Ata da 861^a Reunião: **Voto Diafi nº 111/2008** – Planejamento de Investimentos 2008/2011, que propõe a expansão do orçamento de investimentos da Companhia no período mencionado, com indicação das áreas de aplicação dos recursos (operacional e administrativo). Os recursos necessários para implementação serão obtidos com a alienação de imóveis (60%) e o restante através do Tesouro Nacional. Nos termos do Capítulo VII, artigo 19, itens VI e IX do Estatuto Social, foi submetido à aprovação da Diretoria Colegiada e posterior encaminhamento ao Conselho de Administração. O Conflito não identificou, no teor da ata, se a matéria foi aprovada ou não. Desta forma e em razão da importância do assunto, dos valores e planejamentos estratégicos requeridos, solicita esclarecimentos e informações no decorrer do processo.
- b. Ata da 862^a Reunião: **Voto Digem nº 016/2008** – Processo 21200.001303/2007 - Contratação de Pessoa Jurídica para prestação de serviço de desenvolvimento e manutenção evolutiva e corretiva do sistema de gestão de estoques – SIGEST. O Conflito solicita ser informado se foi prevista dotação orçamentária para a contratação do serviço.
- c. Ata da 863^a Reunião – Não ocorreram deliberações na reunião.
- d. Ata da 864^a Reunião: **Voto Presi nº 009/2008** – Processo nº 1486/2008, referente à implantação de Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ, e **Voto Presi nº 010/2008** – Processo nº 1808/1997, referente à implantação de Gratificação por Atividade de Auditor Interno – GAI. O Conflito solicita esclarecimentos sobre a matéria: se foram analisados os impactos financeiros decorrentes da aprovação das gratificações e se houve previsão orçamentária necessária para cobertura das despesas decorrentes. Será necessária a elaboração de norma interna, que estabelecerá os critérios e condições para a percepção das gratificações. O Colegiado solicita o recebimento da referida norma, quando esta for concluída, bem como ser informado da sua implementação;
- e. **Voto Diafi nº 114/2008** – Processo nº 21212.0094/2008-67 - Revogação do procedimento licitatório destinado à contratação de serviços de vigilância para a sede e unidades da Sureg/MT, em razão da concordância da Empresa Fortesul – Serviços Especiais de Vigilância e Segurança Ltda, através do DOC. Nº 427/08/FSV, em reduzir os preços praticados até então, conforme previsto no contrato que vigora até 28/02/2009;
- f. **Voto Diafi nº 117/2008** – Processo nº 21200.001172/2008-80 – Proposta para deflagração de licitação, destinada à contratação de empresa para realização de auditoria contábil nos 4 (quatro) trimestres de 2008, com emissão de parecer sobre o balanço patrimonial do exercício de 2008, em atendimento à Lei nº 11.638, de 28/12/2007, que altera e introduz novos dispositivos à Lei nº 6.404/76, e que estabelece como obrigatória auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários nas sociedades de grande porte. O Conflito solicita que seja informado sobre o andamento do processo, bem como sobre a implantação da auditoria independente e recebimento dos pareceres emitidos.
- g. Ata da 865^a Reunião: **Voto Dirhu nº 013/2008** – Processo nº 0561/2008 - Nota Técnica Dirhu 003/2008 – Jornada Especial de Trabalho – arts. 302 e seguintes da CLT c/c as disposições da Portaria MP 222, de 07/02/2008. O referido voto analisa requerimentos administrativos de empregados que exercem a função de jornalista, os quais pleiteiam jornada de trabalho especial de 5 (cinco) horas diárias. O assunto em questão já vem sendo discutido desde 2006, em decorrência do processo de Reclamação Trabalhista impetrado pelo empregado Raimundo Estevam Silva. Em razão da aprovação do voto que



estabelece a adequação da jornada de trabalho dos Técnicos em Comunicação Social I – Especialidade Jornalista, este Confis solicita que seja informado e receba cópia da resolução que regerá o tema após a sua elaboração. Solicita também maiores esclarecimentos quanto à abrangência de funcionários enquadrados na situação em questão; os impactos decorrentes da medida ora adotada; o andamento dos processos trabalhistas em tramitação pleiteando o enquadramento de jornada especial de trabalho, bem como os impactos financeiros e orçamentários destas ações. f. Ata da 866ª Reunião: Voto Dirhu nº 014/2008 - Políticas/Diretrizes de Recursos Humanos da Alta Direção da Conab – Plano de Educação Corporativa – PEC 2008/2009. O Confis solicita maiores esclarecimentos quanto à implantação do PEC, como se dará a utilização dos recursos, tendo em vista que a maior parte do orçamento foi previsto para 2008, e que seja disponibilizada ao Confis uma cópia do referido Plano. g. Ata da 867ª Reunião: Voto Diafi nº 124/2008 – Processo Sureg/GO nº 09.0496/97 – Proposta de cessão de uso, com opção de compra e venda, do imóvel localizado na Av. Eurípedes Ferreira de Assis nº 60, Quadra 12, Lote 100, no Município de Itauçu/GO. O Confis recomenda o acompanhamento do processo no que se refere à manifestação do Município de Itauçu quanto à formalização da opção de compra do imóvel, objeto do processo, observando o prazo de seis meses após a assinatura do novo contrato de cessão de uso. Caso não ocorra manifestação dentro do prazo estabelecido, que se tome as devidas providências para a restituição do imóvel à Conab. 4.2. Ata da 183ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Após análise, o Conselho considerou relevante o tema tratado no item 2 da referida ata sobre o Voto Diafi nº 109/2008 – Processo Sureg/RJ nº 02.0080/2005, que trata da baixa patrimonial e contábil do imóvel situado na Rua Leopoldo Bulhões nº 529, Bairro Benfica na cidade do Rio de Janeiro/RJ, o qual foi aprovado pelo Conselho de Administração em razão do cancelamento da cessão que outorgou direitos sobre o imóvel à Conab pela Secretaria do Patrimônio da União, cessando qualquer relação da Companhia com o terreno em questão, nos valores apurados pela Supad (Edificações R\$ 216.664,27 e terreno R\$ 314.393,45). 5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em julho/2008 – Comunicação Interna CPL nº 044/2008, de 05/08/2008: 5.1. Licitações: Com exceção do Processo nº 0845/2008 (data de abertura 25/07/2008), que se deu através de Tomada de Preços de nº 03/2008 e que se encontra na situação “suspensa”, os demais processos de licitação do mês de julho foram realizados por meio de Pregão Eletrônico. 5.2. Contratações. O Conselho verificou que todos os contratos firmados no mês de julho foram precedidos de licitação por meio de Pregão Eletrônico. Com relação ao Processo nº 1941/2007, na modalidade Pregão Eletrônico de nº 49/2007, para prestação de serviço de telecomunicações para implantação de rede corporativa de serviços de dados, este Confis detectou que o custo mensal e anual estimado era de R\$ 63.357,20 e R\$ 760.286,40, respectivamente, sendo que o valor mensal e anual apresentado na contratação foi de R\$ 222.050,62 e R\$ 2.664.607,44, respectivamente. Em razão dos valores contratados terem sido superiores em aproximadamente 350,47% acima do valor estimado, o Colegiado solicita esclarecimentos e justificativas para a contratação em questão. 6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 26/08/2008 – Comunicação Interna Safini/Gecob nº 1.884, de 26/08/2008. Após exame do Relatório, o Conselho registra: a. O relatório encaminhado apresentou algumas inconsistências nas informações (erros ao transportar os dados do relatório anterior). O Sr. Paulo Sérgio, presente à reunião, onde pode constatar as divergências verificadas, informou que as mesmas serão corrigidas no próximo relatório, bem como prestou alguns esclarecimentos sobre os procedimentos e ações desenvolvidas sob a responsabilidade da Superintendência de Finanças, de forma a melhorar o entendimento ao Confis dos processos e rotinas utilizados na área; b. Verificou-se o ajuizamento da cobrança de débito decorrente da cessão de Francisco Sebastião de Moraes da



Câmara Legislativa do DF, ficando pendente ainda o ajuizamento em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira que já havia sido mencionado na Ata da 155ª Reunião Ordinária do Conifs; c. Com relação à cessão de Asdrúbal Silva de Oliveira à Rede Ferroviária Federal, o Conselho mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia, quais sejam: (i) retorno do servidor, nos termos do art. 10º do Decreto nº 4.050/2001; e (ii) cobrança do ressarcimento devido; d. Os valores referentes ao débito da Secretaria de Estado do Governo do DF, relativo à cessão de Nilva Clara Costa, não foram atualizados corretamente e este Conifs mantém o posicionamento anteriormente enviado à Companhia onde recomenda que seja observado o disposto no Decreto nº 4.050/2001, com ênfase ao art. 10º, parágrafo único, e solicita que seja informado sobre as providências adotadas visando ao recebimento do referido débito; e. Débitos da Procuradoria Geral do Trabalho, relativos à cessão de Adelson M. dos Santos, no período de mar/08 (13 dias) e abr/08 a jul/08: O Conselho reitera à Companhia observar o disposto no Decreto nº 4.050/2001 e recomenda a adoção de providências, tempestivamente, visando ao recebimento do referido débito; f. O Conselho Fiscal, recomenda à Companhia que dedique maior atenção à questão, seja no fornecimento de dados, informações e ações adotadas ou no envolvimento de todas as áreas responsáveis pela cessão de funcionários, seja na troca de informações e/ou para que se tomem as medidas necessárias, de forma que os valores devidos sejam resarcidos de imediato. As justificativas encaminhadas ao Conifs também devem ser respondidas pela Companhia de forma consolidada, levando-se em consideração todas as áreas envolvidas pela cessão de funcionários e não somente pela área de finanças.

6.2. Relatório Gerencial de Cobrança. Posição de 25/08/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1791, de 28/08/2008. Mediante a referida Comunicação Interna, a Superintendência de Finanças – Sufin informa o que se segue:

a. Do total de créditos a receber (R\$ 1.864.090.598,53), 90,36% referem-se a processos já ajuizados e 1,68% encaminhados para ajuizamento, ou seja, R\$ 1.684.388.262,53 e R\$ 31.398.616,95, respectivamente. Portanto, 92,04% das cobranças não cabem ações administrativas;

b. 7,76% (R\$ 144.599.948,22) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, pagamento efetuado em juízo, cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 92,04%, mencionados anteriormente, totalizam 99,80% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais.

c. Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,20%, que corresponde a R\$ 3.703.770,83, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. Após análise da documentação, o Conifs deliberou por solicitar à Companhia:

(i) esclarecimentos sobre "... composição de dívida";

(ii) ser informado quais providências serão implementadas pela Sufin.

7. Auditoria Interna - Audin: 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006, 2007 e 2008 – Comunicação Interna Audin nº 311, de 22/08/2008.

Após análise do referido quadro e suas observações, o Conifs verificou:

a. Exercício de 2006: (i) Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, o mesmo encontra-se na Sureg/SP para ciência e providências com vistas à solução das pendências, desde 15/05/2008. Nesse sentido, o Conselho deliberou por solicitar informações acerca do motivo da não solução da pendência;

(ii) Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, em que a Sureg/AM, por meio da CI/52, de 21/02/2008, informou que o devedor apresentou proposta para quitação do débito em 8 (oito) parcelas, tendo sido o assunto submetido à análise da Procuradoria-Geral – Proge, conforme já registrado na Ata da 155ª Reunião, o Conselho reitera a adoção de providências, com vistas à solução da pendência, bem como mantê-lo informado do andamento.

b. Exercício de 2007: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 031, também objeto de registro na Ata da 155ª Reunião, o processo foi encaminhado à Superintendência de Operações – Suope, em 11/06/2008, para avaliação. O Conselho deliberou por solicitar à Companhia esclarecimentos



acerca dos Relatórios nºs 031 e 049, tendo em vista o elevado número de recomendações e não haver evolução na solução das pendências. c. Exercício de 2008: o Conselho deliberou por manifestar-se quando da análise dos Relatórios de Auditoria de Avaliação da Gestão nºs 1 a 14.

7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008. O representante da Auditoria Interna, Sr. Fernando fez a apresentação do "Sistema de Auditoria Interna – Siaudi", implantado para registrar, acompanhar e analisar os trabalhos de auditorias realizadas no âmbito da Companhia. Após a apresentação, os Conselheiros elogiaram a iniciativa daquela Unidade, afirmando que o sistema dará nova dinâmica e agilidade aos trabalhos produzidos pelos Auditores. Foi sugerido a liberação de senha de acesso aos membros do Confis, entretanto a sugestão não foi acatada pelos Conselheiros, os quais decidiram por continuar recebendo cópia dos relatórios, visando à análise, bem como o Relatório de Pendências das Recomendações da Auditoria Interna. Nesse sentido, foi entregue ao Colegiado cópia dos Relatórios de Auditoria de Avaliação da Gestão nºs 1 a 14. O Confis deliberou por manifestar-se oportunamente.

7.3. Nota Técnica Audin nº 015/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de julho/2008 - Comunicação Interna Audin nº 311, de 22/08/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de julho/2008, conforme consta do item 2 desta Ata.

8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 29/08/2008. a. Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda com validade até o dia 06/11/2008; b. Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa – de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil válida até 03/01/2009; As certidões referente aos itens "a" e "b" foram apresentados na reunião de nº 155 do Confis em 08/08/2008; c. Foi apresentado na reunião de nº 156 de 29/08/2008 o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal com validade até o dia 13/09/2008; d. Verifica-se que até o presente momento a empresa não apresentou ao Confis, a Certidão Negativa do INSS. Segundo informações prestadas pelo Sr. Paulo Ricardo, todas as providências para regularização da situação junto aquele Órgão estão sendo tomadas; e. Permanecem os registros de certidões com prazo expirado no Sicaf. O Conselheiro Marcus Vinicius informa ter recebido o Ofício nº 8655 da STM/COREF/GEFIS de 12/08/2008 que solicita acompanhar e informar as providências adotadas por essa Companhia para solução de pendências relativas à sua inscrição no Caderno Informativo de Créditos não Quitados do Setor Público Federal – CADIN, conforme extrato em anexo de 28/07/2008.

9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – Julho/2008 - Comunicação Interna Coger nº 074, de 27/08/2008. Os Conselheiros, após tomarem ciência do Relatório, decidiram, em vista da metodologia de apresentação dos documentos, convidar para a próxima reunião a Chefe da Corregedoria-Geral, para explicar o funcionamento daquela área, bem como, definir a forma de apresentação do relatório, considerando que o atual não atende à necessidade de análise dos Conselheiros.

10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Sucon nº 703, de 20/08/2008, em resposta à Comunicação Interna Confis nº 013, de 08/08/2008, que solicita esclarecimentos pertinentes às Demonstrações Contábeis de junho/2008. Após análise da resposta apresentada pela Sucon, o Confis registra: a. Quanto ao registro extemporâneo de vendas dos estoques públicos, no valor de R\$ 10,6 milhões, justifica, aquela Superintendência, que a contabilização dessas receitas, no mês de junho/2008, ocorreu



devido ao grande volume de vendas, cujos recebimentos ocorreram nos últimos dias do mês de maio/2008. b. Quanto à forma de apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, o Confis solicitou que as próximas DREs contenham apresentação dos resultados do mês anterior, objetivando comparar com o resultado atual, inclusive em termos percentuais. Após análise da DRE do mês de julho/2008, o Confis verificou que a referida demonstração não foi elaborada nos moldes solicitados. Nesse sentido, apresentou ao Sr. José Vismar os devidos esclarecimentos sobre o pedido em comento, ficando acordado o atendimento na DRE do mês de agosto. c. Quanto à resposta à solicitação de esclarecimentos para a variação positiva de 490,6% no Subgrupo "Obrigações Tributárias e Contributivas", no mês de junho em relação a maio, a Sucon informa que a principal ocorrência que efetivamente ocasionou a variação positiva do Subgrupo, no mês de junho/2008, se deu por conta das transferências de mercadorias e estornos de crédito de ICMS realizados pela Sureg/MS, por meio de Notas de Lançamentos nos valores de R\$ 962.406,97 e R\$ 1.023.420,10. A realização de estornos efetuados pela Sureg/PR para acerto contábil relativo às Unidades Gestoras 135267 e 135437 ocorreu em face da transferência de crédito do ICMS da inscrição do Mercado de Opção para a inscrição da PGPM, em razão de regime especial concedido pela Secretaria de Fazenda do Estado do Paraná e não contribuiram efetivamente para a variação positiva, verificada no subgrupo, pois ocorreram simultaneamente nas rubricas 52317.0104 e na 62317.0104, ambas do mesmo subgrupo de contas. d. Quanto à variação positiva de 86,8% no Subgrupo "Outras Despesas Operacionais" decorrente do registro de adiantamento, no mês de maio/08, referente à aquisição do imóvel da Sureg/SP, a Sucon informa que refere-se à escrituração incorreta do referido adiantamento, cujo registro foi regularizado em agosto/2008. 10.2. Comunicação Interna Diafi nº 210, de 25/08/2008, em resposta à Comunicação Interna Confis nº 012, de 08/08/2008. a. Em resposta à CI 012 do Confis que solicita manifestação da Conab no que tange à adequação das demonstrações financeiras conforme disposto na Lei nº 11.638 de 28/12/2007, foi encaminhado a este conselho a Nota Técnica Sucon nº 05 de 25/08/2008 apresentando as considerações da Superintendência de Contabilidade. Este conselho estará encaminhando a STN/COREF/GEFIS, cópia da referida Nota Técnica em atendimento aos Ofícios Circulares nºs 32 e 33 de 17 e 20/07/2008 endereçados ao representante do Tesouro Nacional no Conselho Fiscal da Conab, estabelecendo o prazo de resposta até o dia 30/09/2008. Após avaliação dos esclarecimentos prestados pela Sucon, este Conselho deliberou que a Nota Técnica Sucon nº 5/2008 seja submetida à Audin para avaliação e manifestação a este Confis. b. No que se refere à obrigatoriedade de contratação de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários – CVM, para as sociedades de grande porte, a empresa informa que foi deflagrado processo licitatório para contratação do respectivo serviço, aprovado na ata de nº 864 da Diretoria Colegiada da Companhia em 29/07/2008 através do Voto Diafi nº 117/2008 – Processo nº 21200.001172/2008-80. 11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). O Conselho deliberou por solicitar à Companhia que apresente quadro de acompanhamento contendo as determinações e recomendações dos órgãos de controle interno e externo e as respectivas providências adotadas pela Conab, visando ao seu atendimento. Foi sugerido que a Auditoria Interna providencie o referido quadro e o apresente, trimestralmente, ao Conselho. 12. Assuntos Gerais. 12.1. Relatório de Gestão – 2º Trimestre/2008 – CI/Copav nº 227, de 25/08/2008. Segundo consta da Apresentação do Relatório, o mesmo está dividido em 5 capítulos, a saber: 1º Capítulo: apresenta as atividades realizadas no desenvolvimento das ações orçamentárias; 2º Capítulo: discorre sobre outras atividades desenvolvidas, tais como os resultados obtidos na comercialização de estoques públicos, a participação da Companhia na execução do Fome Zero e a recomposição dos ativos pela cobrança de dívidas; 3º Capítulo: são descritas as atividades decorrentes de ações

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

sociais realizadas por meio de repasses de bônus para os parceiros; 4º Capítulo: detalha a execução orçamentária e financeira do período; e 5º Capítulo: o balanço patrimonial da Companhia. Após análise do referido Relatório, o Colegiado verificou: a. Quanto ao Capítulo 1 – Gestão de Programas e Ações: Sobre a fiscalização dos estoques públicos, até o fim do 2º trimestre, foram fiscalizadas, cumulativamente, 4.261.816t o que corresponde a 99,67% do estoque contábil acumulado, qual seja, 4.275.894t. A meta física para o exercício é de fiscalização de 2.850 Unidades, sendo que até o fim do 2º Trimestre/2008, foram fiscalizadas 1.318 Unidades, correspondente a 46,24% da meta estabelecida. No tocante aos registros de perdas quantitativas, verificou-se um desvio de 10.207t (Sureg MT, PA, PR e RS). Quanto aos Estoques Desclassificados e Abaixo do Padrão - AP, Quadro 1.07 – Demonstrativo de Perdas Quantitativas e Qualitativas, foram registrados 354t Desclassificados, nas Suregs MT e RS, e nenhum produto AP. Com referência à vistoria dos estoques privados, permanece a mesma situação apontada no exercício de 2007, ou seja, a não celebração de convênio com o MAPA, não ocorrendo, por conseguinte, inspeção das 200.000 toneladas previstas para o exercício, apesar da dotação orçamentária de R\$ 120.000,00 para a realização da correspondente despesa, conforme consta do item 1.2.1.8 – Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento. b. Quanto ao Capítulo 2 – Outras Ações: a Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros apresentou um crescimento de 45,07% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento do estoque de terceiros da ordem de 52,88%, conforme demonstrado no Quadro 2.07 - Demonstrativo da Variação da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros. No Quadro 2.08 – Demonstrativo da Variação dos Estoques Médios, foi verificada uma redução na quantidade total de estoque (Governo + Terceiros), em relação ao 2º trimestre de 2007, variando de 701.868t para 468.130t. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 157ª, ficou marcada para o dia 26 de setembro de 2008.

Lúcia Aída Assis de Lima
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

Marcus Vinícius Sócio Magalhães
MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

Lauro César de Vasconcelos
LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

José Augusto Vicarone
JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

**ATA DA CENTÉSIMA QUINTA-GÉSIMA "SÉTIMA" REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 157ª (Centésima Quinta-Géssima Séima) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de setembro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN. Como convidados, estiveram presentes o Senhor Paulo Ricardo Simões Coelho, Gerente da Gerência Fiscal e Tributária, e a Senhora Maria de Lourdes R. de Oliveira, Corregedora-Geral. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 156ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 29/08/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. Demonstrações Contábeis: Agosto/2008 – Comunicação Interna Sucon nº 778, de 11/09/2008; Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Agosto de 2008; e Nota Técnica Audin nº 017/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Agosto de 2008 – Comunicação Interna Audin nº 355, de 24/09/2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de agosto/2008 e a Nota Técnica Audin nº 017/2008, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: a) O registro da Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos (R\$ 45,811 milhões) representou um aumento de 40,24% em relação ao mês de julho (R\$ 32,667 milhões). Entretanto, o resultado da apuração do Custo dos Produtos Vendidos (R\$ 47,703 milhões) em relação à Receita Líquida de Vendas (R\$ 44,632 milhões) ficou negativo em R\$ 3,071 milhões. b) Receita de Serviços (R\$ 894 mil), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, representou uma redução de 71,68% em relação a julho (R\$ 3,157 milhões), mantendo-se a tendência de baixa, já observada desde o mês de maio, em razão da sazonalidade das safras. c) As Despesas Operacionais registradas no mês de agosto somaram R\$ 25,465 milhões, sendo que o Grupo das Despesas Comerciais e Administrativas (R\$ 7,294 milhões), no cotejo com o mês de julho, apresentou redução de 56,21%. d) O Resultado Contábil apurado no mês de agosto foi de R\$ 9,809 milhões, 648,83% superior ao resultado deficitário registrado no mês de julho (R\$ 1,788 milhão). Entretanto, se considerados expurgos de lançamento extemporâneos, o resultado ajustado seria um déficit de R\$ 233 mil. e) Pela identificação dos registros extemporâneos, o Confis deliberou por solicitar à Companhia, por intermédio da Comunicação Interna nº 014, esclarecimentos acerca dos seguintes assuntos: (i) Aquisição de imóvel para instalação da Sede da Sureg São Paulo, no valor de R\$ 3.485.000,00, sem a necessária cobertura orçamentária, cujos registros ocorreram nos meses de maio, junho e julho/2008; (ii) Cancelamento, no mês de agosto/2008, de empenhos no valor de, aproximadamente, R\$ 2.082.303,83, relativos às despesas com serviços de braçagem, objetivando a recuperação de créditos orçamentários; (iii) A não contabilização de R\$ 979.303,00 relativos ao pagamento mensal feito ao Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius; e (iv) Os motivos que levaram a Companhia contabilizar, somente em agosto de 2008, as amortizações de débitos com perdas em armazenagem, competência de janeiro a junho/2008, no montante de R\$ 5.577.018,47. 3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Agosto/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 2008, de 15/09/2008: Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante. 4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 868ª e 869ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab: Após análise, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: a) Ata da 868ª Reunião: Processo nº 21206.000004/2008-17 – Licitação para contratação de serviços advocatícios nas áreas trabalhistas e cível da Sureg/RS: A Diretoria Colegiada aprovou o não acatamento dos recursos administrativos.



interpostos no processo de licitação para contratação de Serviços Advocatícios nas áreas trabalhistas e cível da Sureg/RS, com base no Parecer Jurídico Prore RS nº BM 05/2008, ratificado pela Proge; Processos nºs 0759/1987, 4867/1988, 5559/1988, 2680/1989 e 0963/1998. Em que pese o envio dos processos à Corregedoria-Geral – Coger, visando à apuração de responsabilidade no âmbito administrativo, o Conselho solicita informações sobre quais os objetos dos referidos processos e respectivos prejuízos causados à Companhia pelo não ajuizamento de ação, por prescrição de prazo; Voto Diges nº 054/2008 – Processo nº 11.215/2006 - Desativação e alienação da Unidade Armazenadora Balsas-MA. Conforme proposta, é questionado se os recursos provenientes da alienação do imóvel poderiam ser utilizados pela Companhia para investimento em outras unidades, e este Confs solicita ser informado do direcionamento e destinação dos recursos; b) Ata da 869ª Reunião: Voto Presi nº 011/2008 – Nota Técnica Copav nº 01/2008 – Revisão do PPA e Proposta Orçamentária Exercício 2009: Este conselho verifica preocupação por parte da Diretoria no que se refere aos limites estabelecidos para o orçamento da Companhia para o exercício de 2009, que mesmo após as alterações promovidas junto ao MAPA ficaram aquém das demandas previstas pela Conab, e que deverá haver a necessidade de suplementação no Orçamento previsto para 2009. O Confs solicita ser informado quanto à aprovação do orçamento e eventuais suplementações que se fizerem necessárias; Voto Presi nº 012/2008 - Adequação dos termos da Resolução nº 004/07, de 25/05/2007, ao Procedimento Administrativo Interno de Incorporação da Gratificação de Função: O Confs solicita que seja disponibilizado aos membros deste Conselho uma cópia da Resolução nº 004/2007, bem como da nova Resolução da Diretoria Colegiada que revoga os efeitos da Resolução nº 004/2007, em razão da importância da questão levantada, e se foram feitos estudos para apurar o quantitativo de pessoas, cargos, valores que serão atingidos, bem como os impactos financeiros e orçamentários da implantação da incorporação da Gratificação de Função; Voto Diafi nº 135/2008 - Processo Supad nº 1813/2008 - Proposta para deflagração do processo licitatório destinado à confecção de Ata de Registro de Preços para aquisição de 75 veículos para suprir a demanda da Sede e Regionais da Conab; O Confs solicita maiores esclarecimentos de como se dará o processo para a aquisição de 75 veículos; cópia da Ata de Registro de Preços da Conab; cópia do termo de referência do Pregão Conab 13/2008 cujo valor total estimado para contratação é de R\$ 10.668.455,00; Voto Diafi nº 136/2008. Processo Supad nº 1111/2008 - Proposta para contratação de bombeiros particulares para formação do Grupo de Incêndio no Ed. Matrlz da Conab: Conforme relato do Diretor da Diafi, que manifesta preocupação quanto ao baixo índice de efetiva realização dos procedimentos licitatórios no âmbito da Companhia (em torno de 20%), e sugere que fosse baixado normativo para disciplinar as proposições para deflagração de processos licitatórios visando à contratação de bens e serviços e obras/serviços de engenharia, o Confs solicita o recebimento de um exemplar da referida norma quando da sua emissão. 4.2. Atas das Reuniões do Conselho de Administração. Não foram entregues ao Colegiado, atas das reuniões do Conselho de Administração. 5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matrlz, em agosto/2008 – Comunicação Interna CPL nº 049/2008, de 02/09/2008. 5.1. Licitações. As licitações processadas no mês em referência ocorreram através de pregão eletrônico, com exceção do Processo nº 0618/2008 que se deu na modalidade de Tomada de Preços nº 04/2008 e que se encontra na fase de julgamento das propostas técnicas. 5.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de agosto/2008, foi verificado que todos os contratos firmados ocorreram por meio de pregão eletrônico. 6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 19/09/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2.038, de 19/09/2008. Após exame do Relatório, o Conselho registra: a) Ao se confrontar o relatório apresentado na 157ª Reunião do Confs com o da 158ª, observa-se que os valores devidos pela Câmara Legislativa do DF e Câmara Municipal de Fortaleza, cujos processos constam como ajuizados, são inferiores e não apresentam alterações que justifiquem esta redução. É provável que as divergências estejam relacionadas a erro no transporte das informações do demonstrativo anterior para o atual, fato este já informado ao responsável na reunião anterior; b) O Confs reitera e mantém o posicionamento com relação às providências a serem adotadas pela Companhia quanto ao disposto no Decreto nº 4.050/2001, em



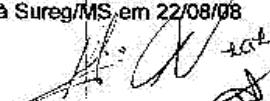
especial o contido no Art. 4º, parágrafos nº 1º a 3º e art. 1º, parágrafo único; c) Conforme apontado no relatório em questão, verifica-se que os débitos não resarcidos pelos diversos Órgãos se encontram no patamar de R\$ 1.831.061,43, cada vez maiores e não havendo por parte da Companhia qualquer ação efetiva para o retorno dos empregados e o devido resarcimento dos valores; d) Quanto às observações relacionadas no relatório no que se refere às providências adotadas pela Companhia, este Conselho registra que não houve qualquer providência para o ajuizamento do débito em nome de Evaldo Fernandes de Oliveira (Obs 1), somente repete-se a informação que, conforme Parecer COJUR/GEMAC 044/2007, será ajuizado e que o processo foi encaminhado ao escritório terceirizado, sem qualquer retorno ou informação sobre o estágio em que se encontra; (Obs 2) Asdrubal Silva de Oliveira cedido à Rede Ferroviária Federal: este Confe reitera as recomendações anteriores do retorno do servidor e cobrança do resarcimento dos valores devidos; (Obs 3 e 4): A justificativa de que a informação para cobrança foi recebida em março/2008 e já decorridos 5 meses não houve qualquer avanço no que se refere ao resarcimento dos valores devidos pelo Governo do DF e pela Procuradoria-Geral do Trabalho; (Obs 5) Na observação nº 5 do relatório, verifica-se que a cessão do empregado Walter Carlos Alarcão Filho, cedido à Companhia do Metropolitano do DF – METRÔ, cujos valores devidos à Conab, no período de Setembro/05 a Agosto/08, totalizam R\$ 423.388,32 e, até o presente momento, não haviam sido resarcidos e que só foram informados à área responsável em agosto de 2008, ratificam a recomendação do item 6.1, letra f, da Ata de nº 156, de 29/08/2008, deste Confe, transrito a seguir: "f. O Conselho Fiscal, recomenda à Companhia que dedique maior atenção à questão, seja no fornecimento de dados, informações e ações adotadas ou no envolvimento de todas as áreas responsáveis pela cessão de funcionários, seja na troca de informações e/ou para que se tomem as medidas necessárias, de forma que os valores devidos sejam resarcidos de imediato. As justificativas encaminhadas ao Confe também devem ser respondidas pela Companhia de forma consolidada, levando-se em consideração todas as áreas envolvidas pela cessão de funcionários e não somente pela área de finanças".

6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 19/09/2008 - Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2037, de 19/09/2008. Mediante a referida Comunicação Interna, a Superintendência de Finanças – Sufin informa o que se segue:

- a) Do total de créditos a receber (R\$ 1.856.523.950,02), 90,43% referem-se a processos já ajuizados e 1,66% encaminhados para ajuizamento, ou seja, R\$ 1.678.947.464,63 e R\$ 30.756.438,55, respectivamente. Portanto, 92,09% das cobranças não cabem ações administrativas;
- b) 7,65% (R\$ 142.038.343,35) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 92,09%, mencionados anteriormente, totalizam 99,74% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem da Justiça e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais;
- e c) Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,26%, que corresponde a R\$ 4.781.703,48, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. Após análise da documentação, o Confe nada destacou de relevante, ficando no aguardo dos esclarecimentos sobre "... composição de dívida" e das informações acerca das providências a serem implementadas pela Sufin.

7. Auditoria Interna - Audit: 7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 22/09/2008 – Comunicação Interna Audit nº 355, de 24/09/2008.

- a) Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Confe verificou: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, que o mesmo encontra-se na Sureg-SP para ciência e providências com vistas à solução de pendências desde 15/05/08, cujas pendências serão reavaliadas por ocasião de auditoria contábil e financeira programada para out/2008. Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, o Processo nº 1388/2006 foi encaminhado à Sureg/AM, em 17/09/2008, para que se posicione, com brevidade, sobre a ocorrência de fatos novos que possam levar ao saneamento da pendência;
- b) Exercício de 2007: Relatório de Auditoria nº 045: foi concluída a avaliação do Auditor Interno e o Processo foi encaminhado à Sureg/PR, em 06/08/2008 para ajuizamento de ação; Relatório de Auditoria nº 046: após avaliação de resposta da Sureg/MS, o Auditor Interno manteve dois itens na condição de não解决ados, aguardando providências relativas a levantamento de alvará, baixa contábil, cobrança e resultado de sindicância. O processo foi encaminhado à Sureg/MS em 22/08/08.

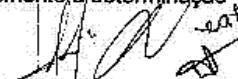




para adoção de providências; e Relatório de Auditoria nº 049, após avaliação do Auditor Interno, os itens foram mantidos na condição de não solucionados. O processo foi encaminhado à Diges Suop, em 22/08/2008, para manifestação. 7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 1 a 14, entregues na 156ª Reunião Ordinária do Conis; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 - Posição de 26/09/2008. Após análise dos Relatórios nºs 1 a 7 e 12 a 14, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue: a) Relatório nº 1, de 28/04/2008 (Matriz): foram emitidas 17 recomendações, das quais 13 foram solucionadas, restando 4 pendências relativas aos seguintes itens: nº 5 – Conta 1.1.2.1.9.07.00 - Créd. a Rec. por Cessão de Pessoal – UG 135100 - Matriz; nº 13 - Conta 1.1.2.2.9.01.00 – Pagamentos Indevidos / UG 135347 – E. E. / Sede; nº 19 – Conta 1.1.3.2.2.03.00 - Vales, Tickets e Bilhetes; e nº 21 – Conta 1.9.9.1.3.10.00 - Multas e Juros; b) Relatório nº 2, de 28/04/2008 (Sureg/BA, abrangendo o Estado de Sergipe); e Relatório nº 7, de 02/05/2008 (Sureg/PR, abrangendo o Estado de Roraima): não houve pendência significativa que justificasse a emissão de recomendação por parte da Audin; c) Relatório nº 3, de 28/04/2008 (Sureg/MS): foram emitidas 2 recomendações, restando 1 recomendação a ser solucionada, relativa ao item nº 23 – Conta 1.9.9.1.3.05.00 - Responsáveis por Danos ou Perdas; d) Relatório nº 4, de 28/04/2008 (Sureg/PI): foram emitidas 9 recomendações, cujas pendências foram todas solucionadas; e) Relatório nº 5, de 28/04/2008 (Sureg/MA): foram emitidas 5 recomendações, restando 2 pendências: nº 33 – Conta 1.1.2.1.1.01.02 - Fat/Duplic. a Receber – Prestação de Serviços e nº 35 – Conta 1.9.9.1.3.03.00 - Desfalques ou Desvios; f) Relatório nº 6, de 02/05/2008 (Sureg/RJ): foram emitidas 8 recomendações, sendo que constam pendentes os itens nº 38 – Conta 1.1.1.2.99.02 – Banco do Brasil e nº 42 – Contas 1.1.2.1.9.12.00 – Créd. Acerto Fin. C/Serv. e 1.2.2.4.9.01.00 - Créd. Fin. Serv./Ex-Serv.; g) Relatório nº 12, de 25/07/2008 (Sureg/CE): foram emitidas 10 recomendações, das quais 7 pendências foram solucionadas, estando pendentes 3 relativas aos seguintes itens: "104 – Procedimentos Licitatórios – Regularidade Fiscal"; e "110 – Unidade Armazenadora de Brejo Santo"; h) Relatório nº 13, de 11/08/2008 (Sureg/GO): foram emitidas 3 recomendações, das quais 2 pendências foram solucionadas, restando apenas 1 relativa ao item "117 – Imóvel – Vicentinópolis-GO / Juara-MT; i) Relatório nº 14, de 22/08/2008 (Sureg/PE): foram emitidas 15 recomendações, cujas pendências ainda não foram solucionadas, relativas aos seguintes assuntos e respectivos itens: "121 – Registro do Empenho"; "122 – Agente 67"; "123 – Regularidade Fiscal"; "124 – Contratos"; "128 – Processo nº 03.333/2007 – Sena Segurança Inteligente e Transporte de Valores Ltda"; "130 – Processo nº 03.074/2005 – Bracagem/AL"; "131 – Processo nº 03.096/2005 (Vols. I, II, e III)"; "132 – Processo nº 1215/95, de 10/04/1995"; "133 – Processo nº 1494/03, de 13/11/2003"; "134 – Processo nº 2955/75, de 25/06/1975"; "135 – Processo nº 0149/89, de 16/02/1989 – Autorização para Licitação de Aluguel do Entreponto de Pesca de Recife/PE"; e "136 – Autuação e Instrução de Processos relacionados com a Administração e Controle dos Imóveis que não estão em uso pela Conab". Os relatórios de auditoria foram elaborados com base nos dados do exercício de 2007 e, em alguns casos, as recomendações da Audin não estão sendo observadas, bem como não são tomadas as devidas providências tempestivamente. Dos 14 relatórios emitidos pela Audin, 2 não sofreram recomendações e somente 1 foi sanado em sua totalidade, restando, ainda, 11 relatórios pendentes, no período de 6 meses (abril a setembro/08). O Conis solicita à Companhia a adoção de providências visando ao atendimento das recomendações constantes dos Relatórios. 7.3. Nota Técnica Audin nº 017/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de agosto/2008 - Comunicação Interna Audin nº 355, de 24/09/2008. O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de agosto/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 26/09/2008. a) Certidão Positiva de Débitos com Efeito de Negativa, emitida pela Secretaria do Estado da Fazenda com validade até o dia



06/11/2008; b) Certidão Conjunta Positiva com Efeitos de Negativa – de Débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil válida até 03/01/2009; As certidões referentes os itens "a" e "b" foram apresentados na reunião de nº 155 do Confis em 08/08/2008; c) Foi apresentado o Certificado de Regularidade do FGTS – CRF, emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 26/09/2008 até o dia 25/10/2008; d) Tendo em vista que até o presente momento ainda constam pendências quanto a situação da empresa junto ao INSS, foi solicitado a presença do Sr. Paulo Ricardo da Gerência Fiscal e Tributária para que prestasse esclarecimentos sobre a questão. O Confis deliberou e achou por bem informar ao Sr Paulo Ricardo que, quando do encaminhamento da documentação a este conselho seja observado o que segue: Caso se constate alguma pendência e/ou irregularidade nas certidões, a documentação deverá ser acompanhada por um relatório com as justificativas e as ações tomadas pela companhia para a resolução das pendências; e) Permanecem os registros de certidões com prazo expirado no Sicaf: SRF/PGFN 19/04/2008; INSS 08/04/2008; Faz. Est. 01/05/2008. O Conselho registra o recebimento de relatório datado de 26/09/2008 da Gerência Fiscal e Tributária com posicionamento dos débitos junto ao INSS, e reitera que a Companhia adote as medidas necessárias para a solução das pendências. 9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – Agosto/2008 - Comunicação Interna Coger nº 84, de 19/09/2008. Os Conselheiros convidaram a Corregedora-Geral para prestar informações sobre as atividades desenvolvidas naquela área, bem como definirem a metodologia de apresentação do Demonstrativo dos PIAs, visto que o modelo atual não permite ao Conselho visualizar a evolução das Sindicâncias em andamento. Após as discussões sobre o formato do relatório, a Corregedora-Geral ficou incumbida de dar um novo formato às informações e apresentar ao Conselho para deliberação. A Corregedora-Geral informou que os técnicos da Coger estão trabalhando em um novo normativo que vai disciplinar as ações daquela unidade. 10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Audin nº 351, de 19/09/2008, em resposta ao item 7.4 da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Confis. No referido item, o Conselho solicitou informações acerca das contratações diretas, realizadas no mês de abril, cujos casos em questão não eram inexigibilidade, devendo sofrer o regular processo licitatório, respectivamente, na modalidade pregão e tomada de preços. A Audin, por meio da CI 352, informou o que se segue: a) Contratação de serviços jurídicos pela Sureg/PA, fundamentada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93: os autos foram examinados pela Audin e encaminhados à Procuradoria-Geral – Proge, a fim que a mesma se manifeste juridicamente quanto ao caso, cujo resultado da análise por aquela Procuradoria será informado, oportunamente ao Confis; e b) Contratação de serviços de montagem, inspeção técnica, substituição de peças dos compressores Mycom – modelo F6B da UA Passa Quatro, pela Sureg/MG, fundamentada no art. 25, inciso I, da Lei 8.666/93: examinando os autos processuais a Audin constatou que a contratação foi realizada regularmente, encontrando-se, portanto, de acordo com os ditames legais estatuídos pela Lei nº 8.666/93. 11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). a) Certificados de Auditoria emitidos pela Secretaria Federal de Controle Interno. O Conselheiro Lauro César apresentou os Certificados de Auditoria do exercício de 2007, emitidos pela Secretaria Federal de Controle Interno - SFC, das seguintes unidades da Conab: Matriz, Sureg Amazonas, Sureg Ceará, Sureg Goiás, Sureg Mato Grosso, Sureg Minas Gerais, Sureg Paraná, Sureg Pernambuco, Sureg Rio Grande do Sul e Sureg Rondônia. O Conselheiro comentou que a SFC, após avaliar as contas do exercício, considerou, Regular com Ressalva, a gestão das Unidades, pelo cometimento de falhas médias, a exceção da Sureg AM, cuja gestão foi considerada Regular. b) Acórdão nº 2887/2008 – TCU – 1ª Câmara. A Presidente do Conselho, Lúcia Aida, apresentou o referido Acórdão, publicado no DOU de 12/09/2008, que versa sobre o julgamento das contas da Conab, relativas ao exercício de 2006, dando quitação plena aos Gestores, com exceção daqueles mencionados no caput do Acórdão que tiveram suas contas regulares com ressalvas. Determina, ainda, aquele Tribunal, à Conab que exerça supervisão e fiscalização sistemática das atividades do Instituto Conab de Seguridade Social (Cibrius), ainda que o Instituto esteja sob a condição de intervenção ou liquidação extrajudicial, a partir do último exercício em que houve ações de supervisão e fiscalização. O Confis recomenda à Companhia a adoção de providências visando ao atendimento à determinação



**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

e solicita ser informado das medidas adotadas e qual foi o último exercício em que ocorreram supervisão e fiscalização no Cibrius. c) Plano de Providências - Exercício 2007. A Presidente do Conselho deu conhecimento aos demais membros do Colegiado que recebeu do Assessor Especial de Controle Interno do Mapa, na qualidade de Coordenadora-Geral de Orçamento e Finanças, mediante o Memo nº 273/2008/AECI-GM, de 06/09/2008, o Plano de Providências Inerente às Contas da Conab-Matriz, referente ao Exercício de 2007. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 158ª, ficou marcada para o dia 31 de outubro de 2008.

Lúcia Aída Assis de Lima
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

Marcus Vinícius Sócio Magalhães
MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

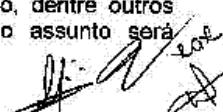
Lauro César de Vasconcelos
LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

José Augusto Vicarone
JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

00.000/054

**ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA OITAVA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB**

Aos trinta e um dias do mês de outubro de dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 158ª (Centésima Qüinquagésima Oitava) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de outubro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN e, como convidados, a Senhora Eugenia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna, o Senhor Gilberto Luzzi Diniz, Técnico de Nível Superior e o Senhor Luiz Henrique Teixeira Baldez, Diretor de Gestão Administrativa e Financeira, acompanhado do Senhor Rubinaldo Lameira dos Santos, Superintendente de Contabilidade, e da Senhora Adineide Cardoso Rodrigues, Gerente de Execução Contábil. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 157ª Reunião Ordinária do Confbis, realizada em 26/09/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. Demonstrações Contábeis: Setembro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 894, de 14/10/2008); Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Setembro de 2008; Demonstração de Resultado de Setembro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 934, de 29/10/2008); e Nota Técnica Audin Nº 021/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Setembro de 2008 (Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008). O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de setembro/2008, em conjunto com a Nota Técnica Audin Nº 021/2008 e a Comunicação Interna Sucon nº 934, registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: a) O registro da Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos (R\$ 88,476 milhões) representou um aumento de 93,14% em relação ao mês de agosto/2008 (R\$ 45,810 milhões). O Custo dos Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 94,856 milhões, compensado por uma equalização de R\$ 10,520 milhões; b) Considerando que a Conab utiliza, como base de cálculo para apuração dos dividendos, o resultado da atividade própria e, em face dos questionamentos da Secretaria do Tesouro Nacional sobre a sistemática adotada pela Companhia e, considerando, ainda, a proximidade do encerramento do exercício, o Conselho solicita que se proceda à revisão do cálculo da equalização, de modo que os superávits apurados no mês sejam provisionados contabilmente para compensação de valores a equalizar em meses subsequentes. Esse procedimento poderia evitar que a Companhia apurasse resultado econômico positivo de operações de vendas superavitárias, cujos valores financeiros já foram repassados ao Tesouro, por força da Portaria Interministerial nº 38/2004. Embora a solicitação do Conselho seja formalizada através de Comunicação Interna, dada a relevância do tema, a Presidente sugeriu que fosse convidado a participar da reunião o Diretor da Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira - Diafi. Em atendimento ao convite, a reunião prosseguiu com as presenças dos Senhores Luiz Henrique Baldez, Diretor da Diafi, Rubinaldo, Superintendente de Contabilidade, e da Senhora Adineide, Gerente de Execução Contábil, ocasião em que a Presidente expôs a preocupação do Conselho no tocante ao fechamento do exercício de 2008, em especial quanto ao tema em questão, cientificando ao titular da Diafi que o Conselho pretende propor a mudança na forma de contabilização dos superávits das operações internas. Fazendo uso da palavra, o Sr. Rubinaldo informou que esteve em reunião na STN, tratando, dentre outros assuntos, também das Operações Governamentais. Segundo informações, o assunto será



resolvido no âmbito daquele Órgão. Ressaltou que está sendo elaborada, pela Sucon, Nota Técnica propondo a mudança na atual forma de contabilização do resultado superavitário da Operação Governamental, a qual deixaria de ser contabilizada nos Resultados Financeiros e passaria a ser registrada nos Resultados Econômicos. Segundo aquele Órgão, essa mudança vigoraria a partir de janeiro de 2009. A Presidente demonstrou preocupação quanto à ausência de formalização daquela Secretaria no tocante ao assunto, sendo favorável que a mudança na forma de contabilização seja feita ainda neste exercício. Ressaltou que o Conselho formalizará o assunto à Presidência, através de comunicação interna; c) Receita de Serviços (R\$ 2.874 milhões), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, representou um acréscimo de 221,39% em relação a agosto/2008 (R\$ 894 mil); d) As Despesas Operacionais sofreram um acréscimo de 116,05%, passando de R\$ 25.465 milhões em agosto para R\$ 55.019 milhões em setembro/2008. O maior impacto foi apurado no Grupo "Despesas Comerciais e Administrativas", no valor de R\$ 30.252 milhões contra R\$ 720 mil do mês de agosto/2008, com destaque para as variações ocorridas nos Subgrupos "Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica" e "Outras Despesas Operacionais", que sofreram um acréscimo de agosto/2008 para setembro/2008, passando de R\$ 3.875 milhões para R\$ 7.510 milhões, e de um déficit de R\$ 6.105 milhões para R\$ 17.235 milhões, respectivamente; e) O Resultado Contábil do mês de setembro foi de déficit na ordem de R\$ 936 mil contra um superávit de agosto de R\$ 9.809 milhões. Entretanto, de acordo com o item 1 da referida Nota, procedidos os ajustes, em razão dos lançamentos extemporâneos, os resultados sofram alterações alcançando um superávit de R\$ 42 mil em setembro e um déficit de R\$ 232 mil em agosto; f) Comunicação Interna Sucon nº 934: esclarece que os valores lançados na rubrica "33390.91.01 – Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado", na Demonstração de Resultados, foram agregados no grupo "Despesas de Pessoal", embora existam sentenças que não são referentes a reclamações trabalhistas, portanto, não pertinentes a essa rubrica. A Sucon informa que está sendo procedida análise dos registros, do empenho à liquidação das despesas, com vistas à alocação dos respectivos valores em outro grupo de contas. Esclarece, ainda, que a alocação dos valores citados, em outro grupo de contas, não alterará os resultados econômicos e operacionais da Companhia.

3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Setembro/2008 – Comunicação Interna Sufin nº 2.225, de 16/10/2008. Após análise do referido Demonstrativo, o Conselho verificou o que se segue:

- a. Com relação à execução orçamentária: do total de ações orçamentárias, constam 4 (quatro) sem execução, a saber: "10HG – Estudo das Perdas Quantitativas e Qualitativas na Pós-Colheita de Grãos"; "12BZ – Conclusão da Obra da Unidade Armazенadora de Uberlândia"; "2133 – Operacionalização da Comercialização de Produtos"; e "4706 – Vistoria de Estoques Privados e das Condições de Armazenamento"; b. Com relação à execução financeira: os pagamentos efetuados estão dentro dos limites estabelecidos pelo MAPA.

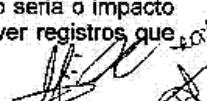
4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

4.1. Atas das 870^a, 871^a, 872^a, 873^a, 874^a e 875^a Reuniões Ordinárias e das 181^a e 182^a Reuniões Extraordinárias da Diretoria Colegiada da Conab. Após análise, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo:

- a) Ata da 870^a Reunião: Voto Diafi nº 141/2008. Processo nº 082/2008. Aprovação de proposta de alienação do Imóvel localizado na Av. Coronel José Lobo, 939 – Paranaguá/PR. Aprovação de acordo com as Normas de Alienação de Bens Imóveis – código 60.208, o valor venal de R\$ 3.480.000,00 do referido imóvel, cuja venda deverá ser realizada de acordo com as condições aprovadas nos Votos Diafi nºs 024 e 034/08, de 21/02 e 05/03/2008, respectivamente;
- b) Ata da 871^a Reunião: Voto Presi nº 013/2008. Processo Administrativo nº 10.294/2002. Homologação da licitação constante do processo e atualização do valor do terreno anexo ao Armazém Frigorífico de Curitiba/PR. Homologação da licitação para alienação do terreno avaliado em 18/04/2007 pela Caixa Econômica Federal - CEF por R\$ 4.610.000,00, onde a empresa PERFIMEC S/A Centro de Serviços em Aço ofertou o valor de R\$ 4.611.055,59. O Despacho Proge/Simad nº 761/2008, de 23/07/2008, exarou o



entendimento de que o procedimento licitatório merece convalidação, recomendando a atualização de valor do imóvel. O Presidente, então, propôs a convalidação do certame, sua consequente homologação e a determinação de que o valor do bem seja atualizado pelo INPC, a contar do vencimento do laudo de avaliação até o efetivo pagamento pelo licitante vencedor; c) Ata da 872ª Reunião: (i) Voto Presi nº 014. Nota Técnica Audin nº 016/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética. Após o relato sobre as ações e alterações, bem como o desenvolvimento das atividades, reestruturação e adequação verificadas na área de auditoria da Conab, foi proposto e aprovado pelo Colegiado a adequação do "Regimento Interno" da Auditoria Interna e de suas respectivas Gerências, e a instituição do "Código de Ética da Auditoria Interna", cujos princípios deverão nortear a conduta e os trabalhos desenvolvidos pelos auditores internos; (ii) Voto Digem nº 022/2008. Processo nº 21200.001963/2008. Cooperação Técnica Conab e FAO. Aprovação pela Diretoria Colegiada da Cooperação Técnica a ser firmada entre a Food and Agriculture Organization of the United Nations – FAO e a Conab, através do Memorando de Entendimentos aprovado pela Procuradoria-Geral, por meio do Parecer Proge/Sumad nº PF 626/2008. O objetivo da cooperação é prover o assessoramento técnico, capacitação e intercâmbio de informações e conhecimento relacionados ao abastecimento agroalimentar para países da África e América Latina com colaboração nas atividades de "Política Agrícola e de Abastecimento", "Agrobiodiversidade" e "Sistemas de Informação Agrícola". Os custos decorrentes da cooperação proposta serão em razão de deslocamentos e material de consumo, quando necessários; (iii) Voto Dirhu nº 023/2008. Processo nº 21200.000618/2008-80 e Acordo Coletivo de Trabalho – Capítulo III, Cláusula Vigésima – Capacitação. Parágrafo 9º. Homologação e adjudicação de licitação. Aprovação do Voto e homologação da Tomada de Preços nº 04/2008, com a finalidade de implementação na Conab do Projeto Expandido sua Mente, para atender a demanda identificada pela Matriz e Superintendências Regionais, quando do levantamento de necessidades de treinamento e classificados como prioridade "1"; d) Ata da 873ª Reunião: (i) Apresentação pelo Presidente da Conab aos demais membros da Diretoria, o Ofício nº 1201/2008/SE-MAPA do Secretário-Executivo do MAPA, que informa os procedimentos a serem observados, pelas unidades subordinadas ao MAPA, quanto aos prazos para atendimento das solicitações de informações dos órgãos de controle (TCU, MP, CGU, CN, PF e outros), pois, de acordo com aquela autoridade, as unidades sistematicamente não cumprem os prazos de encaminhamento das respostas. O Presidente orientou aos demais membros do Colegiado que sejam cumpridas as determinações no âmbito de suas diretorias, e que sejam encaminhados através do chefe de gabinete, cópia da correspondência às Suregs com o mesmo objetivo; (ii) Voto Diafi nº 157/2008. Processo Supad nº 1907/2005. Proposta de aprovação do laudo de avaliação, para venda direta às Centrais de Abastecimento do Ceará S/A – CEASA/CE, do imóvel localizado no bairro Itamaraty, no Município de Uruburetama/CE. Imóvel de propriedade da Conab que estava sob o controle administrativo da Ceasa/CE, e que foi cedido ao Município pelo prazo de 05 anos sem o conhecimento da Conab na forma do Termo de Comodato firmado em 01/06/2001. Aprovação pela Diretoria do laudo de avaliação emitido para fixação de preço mínimo de venda e autorização para venda direta do imóvel a Centrais de Abastecimento do Ceará/CE – CEASA/CE; (iii) Voto Dirhu nº 024/2008 – Alteração da Licença-maternidade. Prorrogação por 60 (sessenta) dias a duração da licença-maternidade prevista no art. 59 do Regulamento de Pessoal (baseada no art. 7º, XVIII da Constituição Federal), totalizando um período de 180 (cento e oitenta) dias. Aprovação pela Diretoria da Resolução proposta que amplia, de forma imediata, a licença à gestante de 120 para 180 dias. Para evitar malferimento à Lei de Responsabilidade Fiscal, propôs também que seja determinada a verificação orçamentária necessária à cobertura da despesa identificada. O Conselho solicita o recebimento de uma cópia da Resolução e quanto seria o impacto na folha de pagamento; e) Ata da 874ª Reunião: o Conselho verificou não haver registros que



mereçam destaque; f) Ata da 875ª Reunião: (i) Aprovação, pela Diretoria Colegiada, do Plano de Custeio Anual do Plano de Benefícios Conab, encaminhado pelo Cibrius, referente ao exercício de 2008/2009, em que as áreas técnicas da empresa avaliaram previamente, constatando a regularidade e formalização do documento e destacando que não houve majoração da taxa de contribuição Patronal em relação ao exercício anterior; (ii) Voto Diafi nº 160/2008. Processo nº 21200.001943/2008-39. Proposta de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado na Rodovia CE 282, Km 02, no Município de Icó/CE; e (iii) Voto Diafi nº 161/2008. Processo nº 21200.001942/2008-94. Proposta de aprovação do laudo de avaliação do imóvel localizado às margens da estrada Baturité – Fortaleza, Km 04, no Município de Aracoiaba/CE. Aprovação pela Diretoria dos laudos de avaliação dos imóveis com a finalidade de fixação de preço mínimo de venda em decorrência de desistência por parte do Município de Icó/CE e Município de Aracoiaba/CE, cujos imóveis haviam sido vendidos anteriormente e, após o pagamento de 10% de entrada e 12 e 21 parcelas, respectivamente, foram devolvidos à Conab e que deverão ser motivo de novos processos de alienação; (iv) Voto Dirhu nº 026/2008. Pagamento do Auxílio-Transporte aos estagiários, conforme dispõe a Lei nº 11.788/2008. Aprovação pela Diretoria da criação do auxílio-transporte no valor de R\$ 5,00 (cinco reais), a ser pago aos estagiários da Conab a partir de 01/11/2008, para adequação e atendimento à Lei nº 11.788/2008. O quadro de estagiários da Conab, distribuídos entre a Matriz e Regionais, soma 405 vagas e que deverá representar um custo mensal estimado de R\$ 44.550,00 (quarenta e quatro mil e quinhentos e cinqüenta reais); g) Ata da 181ª Reunião: Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual, da seguinte deliberação: Superintendência Regional Mato Grosso do Sul – Alteração de endereço da Unidade Armazenadora Cassilândia/MS; h) Ata da 182ª Reunião: Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual, da seguinte deliberação: Superintendência Regional Paraná – Extinguir a Unidade Armazenadora Paranaguá/PR.

4.2. Atas das 184ª e 185ª Reuniões Ordinárias do Conselho de Administração.

a) Ata da 184ª Reunião: Voto Diafi nº 111/2008. Planejamento de Investimentos 2008/2011. Proposta para a expansão do orçamento de investimentos da Companhia no período de 2008/2011. A Diafi elaborou proposta de "Planejamento de Investimentos 2008/2011", com a indicação da aplicação dos recursos nas áreas: a) Operacional: reforma e modernização de 30 (trinta) unidades estratégicas, certificação de todo o complexo armazensor, conclusão das obras da UA Uberlândia, implantação de novas Unidades Armazenadoras; e b) Administrativo: atualização do parque de informática e reestruturação das instalações das Sedes das Superintendências Regionais. Para gerar recursos financeiros próprios, serão alienados 168 imóveis disponíveis, sendo 42, de imediato, que podem gerar no mínimo R\$ 77 milhões e, em uma segunda etapa, outros 126 imóveis estimados em R\$ 33 milhões. Estes recursos podem financiar aproximadamente 60% do Programa de Investimento no período e os recursos complementares serão cobertos pelo Tesouro Nacional. O Conis solicita receber um exemplar do "Planejamento de Investimentos 2008/2011" que foi aprovado pelo Conselho de Administração;

b) Ata da 185ª Reunião: Voto Presi nº 011/2008. Nota técnica Copav nº 01/2008 – Revisão do PPA e Proposta Orçamentária Exercício 2009. De acordo com a legislação pertinente, a Copav apresentou proposta de revisão do PPA e a programação orçamentária para o exercício 2009. O limite orçamentário da Conab, no valor de R\$ 82 milhões para 2009, inerente às despesas discricionárias, comunicado à Companhia através do Ofício nº 946/2008-SE/MAPA, de 11/07/2008, foi alterado para R\$ 141 milhões, em razão do plano de alienação de ativos, após gestões junto ao MAPA. O orçamento para o exercício de 2009 ficou aquém das demandas da Companhia, em razão dos limites estabelecidos pela SOF e MAPA, cuja proposta se aprovada, provavelmente necessitará de suplementação, bem como medidas para contenção de gastos. A proposta submetida à apreciação do Conselho de Administração foi aprovada, e também aprovada pela



Diretoria Colegiada na 869ª Reunião Ordinária.

5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no Âmbito da Matriz, em setembro/2008 – Comunicação Interna Gecot nº 088, de 03/10/2008 e CPL nº 062, de 07/10/2008.

5.1. Licitações. No mês sob referência, ocorreram três licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, sendo que até a data de apresentação das informações a este Conflito, duas ainda não haviam sido homologadas.

5.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de setembro/2008, foi verificado que três contratos firmados decorreram de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, um por Inexigibilidade de Licitação e um por Registro de Preços da Anvisa.

6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso.

6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 30/10/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2298, de 30/10/2008. Após exame do Relatório, o Conselho registra:

- a) Não houve alteração nos processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02, à Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 e a José P. Rocha – Proc. 2127/02; Rede Ferroviária Federal e Procuradoria-Geral do Trabalho e que permanecem pendentes de resarcimento;
- b) Quanto aos débitos da Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO, Instituto Conab de Seguridade Social – Cibrius e Governo do Distrito Federal observa-se uma pequena redução nos valores devidos;
- c) Em relação ao débito da Companhia do Metropolitano do DF – Metrô, registra-se o recebimento dos valores correspondentes aos meses de janeiro a agosto de 2008, com solicitação de prazo para a regularização da questão, em razão de falta de dotação orçamentária e pedido para a não inclusão no Cadin, que foi submetido à Proge para manifestação;
- d) Em relação aos débitos da Secretaria do Trab. do Est. de Goiás, Ceagesp – Cia de Entrep. e Arm. Gerais de São Paulo, Governo do Estado de Goiás/Sec. das Cidades, Governo do Est. do Espírito Santo/Sec. de Agricultura, foram todos devidamente resarcidos;
- e) O Conflito mantém o posicionamento com relação às providências adotadas pela Companhia e se está sendo cumprido o disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único;
- f) Os débitos não resarcidos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.706.847,14, com redução dos valores devidos em relação ao mês anterior, em grande parte pelos resarcimentos ocorridos no período, que somaram R\$ 139.000,17.

6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 30/10/2008 – Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2297, de 30/10/2008. Após exame dos Relatórios, o Conselho registra:

- a) Do total de créditos a receber (R\$ 1.902.837.663,58), 89,18% (R\$ 1.697.041.075,89) referem-se a processos já ajuizados e 1,15% (R\$ 21.911.797,67) encaminhados para ajuizamento. Portanto, 90,34% das cobranças não cabem ações administrativas;
- b) 9,43% (R\$ 179.407.661,00) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 90,34%, mencionados anteriormente, totalizam 99,76% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de Justiça e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais;
- c) Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,24%, que corresponde a R\$ 4.477.129,01, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. O Conflito não verificou nenhum fato relevante no período que mereça destaque, e ratifica as solicitações registradas nas atas anteriores, de que aguarda os esclarecimentos por parte da Sufin sobre "... composição de dívida" e de informações acerca das providências a serem adotadas visando à recuperação dos créditos.

7. Auditoria Interna – Auditin.

7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 23/10/2008 – Comunicação Interna Auditin nº 434, de 29/10/2008.

a) Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Conflito verificou que restam duas pendências: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, que o mesmo encontra-se na Sureg-SP para providências com vistas à solução de pendências desde 15/05/08, que dependem da localização dos documentos, supostamente destruídos por ocasião da enchente ocorrida em 2005. As pendências serão reavaliadas por ocasião de auditoria contábil e financeira prevista para ocorrer até novembro/2008. Com relação ao Relatório de Auditoria

– RA nº 015, a Sureg/AM informou as providências adotadas e a expectativa é de que, até o mês de novembro, a pendência seja sanada; b) Exercício de 2007: Relatório de Auditoria nº 045: foi concluída a avaliação do Auditor Interno e o Processo foi encaminhado a Sureg/PR, em 06/08/2008, para ajuizamento de ação, que deverá ser realizada pela Proge/PR, assim que haja autorização por parte da Proge, tendo em vista a impossibilidade de ajuizamento por parte do escritório terceirizado, uma vez que esse representa a Conab e a empresa devedora; Relatório de Auditoria nº 046: após avaliação de resposta da Sureg/MS, o Auditor Interno manteve dois itens na condição de não solucionados, aguardando providências relativas a levantamento de alvará, baixa contábil, cobrança e resultado de sindicância. O processo foi encaminhado a Sureg/MS, em 22/08/08, para adoção de providências; e Relatório de Auditoria nº 049: após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado a Diges/Suope, em 21/10/2008, para reavaliação dos itens que permaneceram pendentes. 7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 8 a 11, entregues na 156ª Reunião Ordinária do Confin; Relatórios de Auditoria/2008 nºs 15 a 21; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 23/10/2008 – Comunicação Interna Audit nº 434, de 29/10/2008. Após análise dos referidos relatórios confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue: a) Relatório nº 8, de 06/05/2008 (Sureg/TO): O relatório aborda diversos registros contábeis indicando impropriedades e inconsistências nas UGs 135337, 135339, 135340, 135417, 135444 e 135560. Restam pendentes as regularizações dos registros tratados nos itens: "49 – Contas 1.1.2.1.1.01.02 – FAT/DUPL. A REC. E 1.9.9.1.2.18.00 – MERC. TERC. EM DEPÓSITO"; 53 – CONTA 1.1.2.4.2.02.00 – FÉRIAS – ADIANTAMENTO"; e "59 – CONTA 3.3.3.9.0.39.05 – SERVIÇOS TÉCNICOS PROFISSIONAIS"; b) Relatório nº 9, de 23/06/2008 (Sureg/SC): O relatório trata de exames nos procedimentos de licitação, dispensa e inexigibilidade de licitação para as despesas e contratos no âmbito da Sureg/SC, da situação real e jurídica do imóvel de Chapecó/SC e dos contratos de Segurança Armada, Limpeza e Conservação da Superintendência. Restam pendentes os itens: "61 – CONSTATAÇÃO E COMENTÁRIOS – NOTAS DE EMPENHO/GUIAS DE PAGAMENTO; e "64 – OUTRAS CONSTATAÇÕES"; c) Relatório nº 10, de 01/07/2008 (Sureg/RO): O relatório aborda os exames realizados em diversos processos de licitação e contrato e dos controles dos bens patrimoniais da Sureg/RO, encontrando-se pendentes de implementação e regularização os itens: "67 – PROC. N° 10-25 2006, DE 7/3/2006 – EMPRESA BRAS. DE CORREIOS E TELÉGRAFOS – ECT"; "71 - PROC. N° (a) 19.053/06, 19.040/05 21219.0023/08 – CONTRATAÇÃO DE SERV. DE BRAÇAGEM"; "75 – PROCESSO N 19.051/2002 – CESSÃO DE USO DE ARMAZÉM A SUFRAMA"; "76 – PROCESSO N 19.114/2003 – CESSÃO DE USO DE ARMAZÉM A FUND. ASSIST. SOCIAL"; "78 – CORRESPONDÊNCIAS ENCAMINHADAS PELA SUREG-RO A SEAPES; "79 – PAGAMENTO DE IPTU EFETUADO PELA SEAPES NO ANO 2007"; e "80 – CONSTATAÇÕES NA DOC. QUE TRATA ESPECIFIC. DA CESSÃO DOS IMÓVEIS A SEAPES"; d) Relatório nº 11, de 23/07/2008 (CONAB/MATRIZ): O relatório aborda análises da gestão e dos procedimentos operacionais, compreendendo a adequação da estrutura organizacional aos objetivos da entidade; a existência de sistemas de controle adequados; o uso adequado dos recursos humanos, instalações e equipamentos voltados para a produção de bens e a prestação de serviços na proporção, qualidade e prazos requeridos; a extensão do cumprimento das metas previstas pela administração ou legislação pertinente; a existência de rotinas e procedimentos de trabalhos documentados e atualizados; o cumprimento das práticas recomendadas pela legislação para aquisição de bens e serviços; adequação das aquisições no que se refere aos prazos, à quantidade, ao tipo, à qualidade e aos preços; e a guarda e manutenção dos bens móveis e imóveis. Restam pendentes de regularização as constatações expressas nos itens: "88 - ATIVIDADE CRÍTICA N° 2 – ELABORAÇÃO DO EDITAL"; "90 – OUTRAS CONSTATAÇÕES – ARQUIVAMENTO DA DOCUMENTAÇÃO"; "91 – OUTRAS CONSTATAÇÕES – FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS"; "92 – OUTRAS CONSTATAÇÕES – FISCALIZAÇÃO DOS CONTRATOS".

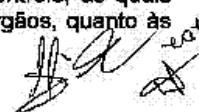


– PROCESSO Nº 1662/2006-1"; "94 – PROCESSO Nº 2221/ 2006"; "96 – PROCEDIMENTOS SEMELHANTES"; e "100 – IMÓVEL – TERRENO"; e) Relatório nº 15, de 08/09/2008 (Sureg/BA/SE): O relatório trata da situação de imóveis da Companhia, sob responsabilidade da Sureg/BA/SE, situados nas localidades de Sete Portas Salvador-BA, Ilhéus-BA, Itabaiana-SE e Nossa Senhora da Glória-SE, sendo que para os três primeiros foram emitidas recomendações a Sureg com vistas à regularização das situações levantadas. Tais situações deverão ser monitoradas pela auditoria pelo prazo de cinco anos; f) Relatório nº 16, de 08/09/2008 (Sureg/BA/SE): O relatório indicou falhas e impropriedades na execução do Convênio nº 592025 MDS/Conab, nas ações "Compra Direta da Agricultura Familiar – CDAF", "Compra Especial da Agricultura Familiar - CAEAF (CPR-Doação) – BA" e "Compra Especial da Agricultura Familiar - CAEAF (CPR-Doação) – SE", resultando em recomendações a Sureg/BA/SE. Encontra-se ainda pendente o item "143 – COMPRA ESPECIAL DA AGRICULTURA FAMILIAR - CAEAF (CPR-Doação) – SE"; g) Relatório nº 17, de 30/09/2008 (Sureg/MG): O relatório indicou falhas e impropriedades na execução do Convênio nº 592025 MDS/Conab, na ação "Compra Especial da Agricultura Familiar com Doação Simultânea (CPR Doação)", resultando em recomendações a Sureg/MG. Encontra-se ainda pendente o item "148 - VERIFICAÇÃO FÍSICA EM JANAÚBA – MG", comprovar a efetividade da aplicação dos recursos financeiros, objeto do Processo nº 08.808/2006; h) Relatório nº 18, de 30/09/2008 (Sureg/MG): O relatório não apontou recomendações nos itens auditados e apenas sugere a adoção das providências cabíveis e que a Sureg/MG informe a Audin quanto à regularização e destinação do imóvel em questão. e) Relatório nº 19, de 03/10/2008 (Sureg/RS): Foram emitidas 02 recomendações ainda pendentes – "Item 151 – COOPERATIVA TRÍTICOLO REGIONAL SANTO ANGELO LTDA. – COTRISA"; e "Nº 155 – ADMINISTRAÇÃO DE CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS S/A – ADCINTER"; i) Relatório nº 20, DE 06/10/2008 (Sureg/RS): Foram emitidas 3 recomendações, as quais estão pendentes, relativas aos seguintes itens: "156 – DECLARAÇÕES DE APTIDÃO AO PRONAF – DAP"; "157 – SAQUES INDEVIDOS EM CONTA-CORRENTE"; e "158 – AusÊNCIA DE FISCALIZAÇÃO, ORIENTAÇÃO E DIVULGAÇÃO"; j) Relatório nº 21, de 16/10/2008 (Sureg/RN): Foram emitidas 8 recomendações, todas pendentes, referentes aos itens: "159 – Registro de Patrimônio"; "160 – CONTAS 12.122,00,00 – DEPÓSITOS JUDICIAIS / 12.127,00,00 – RECURSOS APREENDIDOS, POR DECISÃO JUDICIAL"; "161 – CONTA 12.123,00,00 – DEPÓSITO PARA RECURSOS"; "162 – CONTA 19.913,00,00 – MULTAS E JUROS"; "163 – CONTA 19.913,04,00 – DÉBITOS DE TERCEIROS EM PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS"; "164 – IMÓVEL DE JOÃO CÂMARA"; "165 – IMÓVEL DE CAICÓ"; e "166 – IMÓVEL DE UMARIZAL". O Conifs recomenda à Companhia a adoção de providências visando ao atendimento das recomendações constantes dos Relatórios. 7.3. Nota Técnica Audin nº 21/2008, relativa à análise das Demonstrações Contábeis de setembro/2008 (Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008). O Conselho Fiscal procedeu ao exame da referida Nota Técnica juntamente com a apreciação das demonstrações contábeis de setembro/2008, conforme consta do item 2 desta Ata. 7.4. Relatório das Constatações relativas aos Contratos celebrados por meio de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - 3º trimestre de 2008 (Comunicação Interna Audin nº 434, de 29/10/2008). A Audin apresentou um relatório contendo as contratações realizadas no período de julho a setembro/2008, no âmbito das Suregs e Matriz, constatando a existência de impropriedades e disfunções, a seguir relacionadas: a) Falta de detalhamento do objeto do contrato e a justificativa para sua contratação direta (Sureg RS); b) Ausência da completa especificação da modalidade de licitação empregada (MATRIZ e Suregs CE, MS, PA, PR e RO); c) Não observação aos termos do Acórdão TCU nº 656, de 06/12/1995, que orienta a fundamentação pelo caput do art. 25 da Lei 8.666/93 e aos teores da CI Proge nº 272, de 11/06/2008 (Suregs PA e MG); d) Enquadramento de Invabilidade de competição (Art. 25 da Lei nº 8666/93) sem a adequada fundamentação (Sureg PA); e) Emprego de Contratação por Dispensa de Licitação quando deveria ser utilizada a modalidade Pregão (Sureg RN); Em face dos apontamentos, o

60.000.054



Conselho solicita a Audin a apresentação dos resultados das diligências efetuadas à Matriz e Suregs. O Convis recomenda à Companhia elaborar circular as Suregs padronizando as informações necessárias a constarem nos extratos de licitações e contratos, publicados no Diário Oficial da União. 8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 28/10/2008 (Comunicação Interna Sucom nº 931, de 28/10/2008). a. Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias – CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MF - Secretaria da Receita Federal do Brasil – validade até 26/04/2009; b. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF: Emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 20/10/2008 a 18/11/2008; c. Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissão pelo MF/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil – Positiva com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2009; d. Certidão positiva de débitos com efeitos de negativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda – Positiva com efeito de negativa com validade até 02/12/2008; e. Certidão de Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda – Negativa com validade até 02/12/2008. O Conselho verificou que as pendências junto ao INSS foram regularizadas, conforme extrato Siasg/Sicaf e Sisbacen, e registra o atendimento por parte da Sucon quanto ao encaminhamento da documentação, certidões e relatórios ao Convis de acordo com recomendação registrada na Ata de nº 157, de 26/09/2008. 9. Diligências do Conselho Fiscal. 9.1. Nota Técnica Audin nº 19/2008, relativa ao superávit financeiro apurado no Balanço Patrimonial da Companhia, elaborado em conformidade com a Lei nº 4.320/64, posição em 31/12/2007 (Comunicação Interna Audin nº 409, de 17/10/2008), em resposta ao item 10.2 da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Convis. Após análise da referida Nota, o Convis destaca que a Audin constatou "... que as providências adotadas pela Superintendência de Contabilidade restabeleceram a regularidade da conta 1.9.3.2.9.02.00 – Disponibilidade por Fonte de Recursos, cujo saldo passou a evidenciar superávit financeiro de R\$ 104.401 mil e R\$ 8.191 mil, nas fontes próprias "50" e "80", respectivamente, posição de 30/6/2008.". 9.2. Comunicação Interna Audin nº 416, de 21/10/2008, em atendimento ao item 7.4 da Ata da 155ª Reunião Ordinária do Convis, que solicita informações da Proge acerca da contratação direta. Na 155ª reunião, o Conselho solicitou informações acerca da contratação direta de serviços jurídicos pela Sureg/PA, fundamentada no art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93. Conforme registrado na ata 157ª, os autos foram examinados pela Audin e encaminhados à Procuradoria-Geral – Proge a fim que a mesma se manifestasse juridicamente quanto ao caso, cujo resultado da análise por aquela Procuradoria-Geral seria informado oportunamente ao Convis. Atendendo solicitação do Convis, a Audin, através da CI nº 416, informa que, após análise, a Proge se manifestou no sentido de que não há ilegalidade na contratação direta, por inexigibilidade de licitação, da empresa IOB – Informações Objetivas e Publicações Jurídicas Ltda, de acordo com o PARECER PROGE/SUMAD nº PD – 621/2008. 10. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (SFC) e Externo (TCU). No tocante à solicitação do Convis quanto à elaboração de Relatório Trimestral de Acompanhamento das Pendências apontadas pela Secretaria Federal de Controle Interno – SFC e Tribunal de Contas da União – TCU, foi convidado o Sr. Gilberto Luzzi Diniz, auditor responsável pelo acompanhamento das diligências e recomendações dos órgãos de controle e respectivas respostas apresentadas pelas diversas unidades da Conab. Quanto ao assunto, o auditor expôs que é necessária a definição, por parte do Convis, da forma de apresentação do relatório. Inicialmente discorreu que é realizado acompanhamento sistemático e criterioso das respostas apresentadas pela Companhia, no tocante às recomendações dos órgãos de controle, as quais são consolidadas no Plano de Providências. Contudo, a manifestação desses Órgãos, quanto às





justificativas apresentadas, somente é feita na avaliação do exercício seguinte, quando, então, é apresentado o acatamento ou não às justificativas. Diante do exposto, dada a ausência de pronto posicionamento dos Órgãos de controle, a freqüência trimestral para elaboração do relatório a ser submetido ao Conselho pode não se mostrar eficiente, uma vez que não apresentará uma evolução do andamento dos assuntos. Após discussão, e mediante consenso dos presentes, o Conselho definiu que a Auditoria Interna deverá, inicialmente, apresentar quadro de acompanhamento do atendimento aos acordados do TCU, referente ao exercício de 2007 e 2008, assim como o Plano de Providências das Superintendências Regionais, relativo às recomendações da SFC. **11. Assuntos Gerais.** **11.1. Balanço Social 2007 (Comunicação Interna Copav nº 268, de 21/10/2008).** Foi entregue ao Conselho exemplar do Balanço Social 2007, visando dar conhecimento das ações sociais implementadas pela Conab, no exercício de 2007. **11.2.** Foi convidado a participar da reunião o titular da Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Dirhu, tendo sido informado que o mesmo não se encontrava na Companhia, sendo o convite estendido para a próxima reunião do Conselho, prevista para o dia 01/12/2008. **11.3.** O Conselho decidiu por solicitar, em sua próxima reunião, a presença do Procurador-Geral da Conab, com vistas a apresentar a sistemática de trabalho da Proge, prestar esclarecimentos sobre a contratação de escritórios terceirizados e perdas de prazo para ajuizamento de ações, assim como a apresentar relações das sentenças judiciais, separadamente, por Unidade da Federação e por grupos de natureza de despesa (pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras), contendo as seguintes informações: reclamante (autor da sentença judicial); número do processo a que se refere a sentença judicial; vara (instância judicial na qual transita o processo); objeto da ação (descrição sucinta da finalidade da ação judicial); e valor (R\$ 1,00). E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, favei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 159ª, ficou marcada para o dia 1º de dezembro de 2008.

Lúcia Aida Assis de Lima
LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

Marcus Vinícius Sócio Magalhães
MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

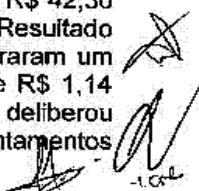
Lauro César de Vasconcelos
LAURO CESAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

José Augusto Vicarone
JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA QÜINQUAGÉSIMA NONA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Ao primeiro dia do mês de dezembro dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 159ª (Centésima Qüinquagésima Nona) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de novembro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e, como convidados, a Senhora Eugênia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna, e o Senhor Ricardo Cardoso Alves Meireles, Procurador-Geral da Conab. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado início à leitura da minuta da Ata da 158ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 31/10/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. Demonstrações Contábeis: Outubro/2008 (Comunicação Interna Sucon nº 1029, de 17/11/2008); Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro de 2008; e Nota Técnica Audin Nº 023/2008 – Análise das Demonstrações Contábeis – Outubro de 2008. O Conselho Fiscal, após examinar as Demonstrações Contábeis de outubro/2008, em conjunto com a Nota Técnica Audin Nº 023/2008 registrou os itens considerados relevantes, conforme se segue: a) A Receita de Vendas e Serviços apresentou um aumento de 66,94%, alcançando R\$ 152,49 milhões, valor superior aos R\$ 91,35 milhões obtidos no mês anterior: (i) A Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos durante o mês somou R\$ 149,83 milhões, o que representou um incremento de 69,35% em relação a setembro/2008, quando foi registrado um montante de R\$ 88,47 milhões; e (ii) A Receita de Serviços (R\$ 2,66 milhões), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, apresentou uma queda 7,38% em relação a setembro/2008 (R\$ 2,87 milhões). b) A Receita Líquida de Vendas e Serviços apresentou um aumento de 68,01%, alcançando R\$ 148,01 milhões, valor superior aos R\$ 88,10 milhões obtidos no mês anterior. c) O Custo Líquido de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 140,46 milhões, inferior à Receita Líquida de Vendas e Serviços, não sendo necessária a equalização de preços, obtendo-se um Lucro Bruto Operacional de R\$ 7,56 milhões. d) As Despesas Operacionais sofreram uma redução de 46,11%, passando de R\$ 55,02 milhões em setembro para R\$ 29,65 milhões em outubro/2008. O maior impacto foi apurado no Grupo "Despesas Comerciais e Administrativas", no valor de R\$ 12,33 milhões contra R\$ 30,52 milhões do mês de setembro/2008, com destaque para as variações ocorridas no Subgrupo "Outras Despesas Operacionais", que sofreram um decréscimo de 101,33%, passando de R\$ 17,23 milhões para um déficit de R\$ 229,94 mil; e) O Resultado Contábil do mês de outubro foi superavitário, na ordem de R\$ 1,77 milhão, em contraposição a R\$ 42,36 mil de setembro/2008 (resultado ajustado), decorrente, de acordo com o item "II – Resultado Econômico" da Nota Técnica da Audin, das operações governamentais, que registraram um superávit de R\$ 2,91 milhões, compensando o prejuízo das atividades próprias de R\$ 1,14 milhão, acumulando um Lucro Líquido de R\$ 14,39 milhões no exercício; f) O Confis deliberou por solicitar à Companhia, mediante Comunicação Interna, observância aos apontamentos

60.000.064



constantes do item "II – Principais destaques", subitens 1 a 13, da Nota Técnica Audin nº 023/2008, e informar ao Colegiado as providências adotadas, visando ao atendimento das recomendações, dada a relevância dos assuntos abordados; g) No tocante às contas do exercício de 2007, o Conselho decidiu por solicitar, através do Conselheiro Marcus Vinícius, representante da Secretaria do Tesouro Nacional, posicionamento daquele Órgão acerca da aprovação das contas da Companhia no mencionado exercício.

3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Outubro/2008 (Comunicação Interna Sufin nº 2402, de 12/11/2008). Após análise de referido Demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que a execução orçamentária e financeira estão dentro dos limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pelo MAPA.

4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração.

4.1. Atas das 876^a a 879^a Reuniões Ordinárias e da 183^a Reunião Extraordinária da Diretoria Colegiada da Conab.

Após análise das referidas Atas, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo:

a) **Ata da 876^a Reunião:** Aprovação pelos membros do Colegiado de acordo judicial proposto pela Empresa Cedro Cereais Ltda, para pagamento à Conab do valor atualizado de R\$ 22.804,89, em 30 parcelas mensais e sucessivas com os acréscimos devidos;

b) **Ata da 877^a Reunião: Processo Conab nº 21200.002356/2007-86,** que trata da contratação de melhores aprendizes. Aprovada a suspensão temporária dos efeitos da licitação, objeto da contratação em referência, até que se estabeleça o Princípio do Contraditório (art. 5º, LV, da Constituição Federal) e posterior avaliação por parte da Proge e emissão de parecer conclusivo sobre a questão e encaminhamento para deliberação pela Diretoria acerca do cancelamento ou não do procedimento licitatório;

Voto Diges nº 096/2008. Medida Provisória nº 444, de 29/10/2008 – Autoriza o Poder Executivo a doar estoques públicos de alimentos à República de Cuba, à República do Haiti, à República de Honduras e à Jamaica. Autorização da Diretoria Colegiada para Conab/Sureg/RS realizar a operação de recebimento, depósito e expedição de até 600 t de arroz beneficiado, de até 900 t de leite em pó e de até 500 Kg de sementes de hortaliças para Cuba, Haiti e Jamaica, no Armazém A7, da Empresa Sampayo Nickhom S/A, mediante dispensa de licitação, após coleta de preços. Aprovação e autorização pela Diretoria Colegiada para a realização da operação em questão, em caráter excepcional e específico para esta única operação (primeira etapa) de ajuda humanitária (MP nº 444), com dispensa de licitação, embasada na caracterização de emergência transmitida à Conab pelo Senhor Ministro das Relações Exteriores do Brasil;

Voto Díru nº 029/2008. Processo nº 21200.02138/2008-22. Promoção por antigüidade – 2009. Aprovação pela Diretoria da concessão de 1 nível salarial, a título de promoção por antigüidade, para comando na folha salarial de janeiro/2009, aos empregados citados no teor do voto, bem como concessão das promoções a partir de 01/01/1995 para os anistiados com retorno administrativo após a edição do Voto Diafi nº 045/2005, e a criação da faixa/nível 11/16 na tabela salarial, com salário de R\$ 8.466,66. O Confs solicita, mediante Comunicação Interna, informações quanto ao impacto financeiro que representará a adoção da medida e se foram previstos os recursos orçamentários para o exercício de 2009;

c) **Ata da 878^a Reunião: Reclamação Trabalhista nº 01402.1995.013.06.00-5.** Aprovação do Acordo para recebimento de valores devidos pelo reclamante, conforme proposta de desconto em folha, e que recebeu parecer favorável da Proge;

Voto Digem nº 023/2008. Regimento Interno – NOC – Código 10.104. Criação de uma função de assessor de Diretoria, GF XI, vinculado à Diretoria de Logística e Gestão Empresarial – Digem. A proposta apresentada implica na alteração do art. 137 do Regimento Interno que foi aprovado preliminarmente pela Diretoria Colegiada devendo a matéria ser submetida ao Conselho de Administração;

Voto Conjunto Digem nº 024/2008 e Diafi nº 60.0000054

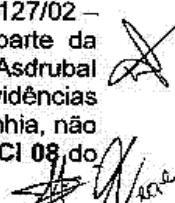
174/2008. Processo nº 21200.002020/2008-02. Adesão à Ata de Registro de Preços para contratação de Cabeamento Estruturado de Voz, Sistema de Energia estabilizada e de Dados nas dependências da Matriz e no CDRH da Conab. Aprovação pela Diretoria da adesão à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2008, do Centro Integrado de Telemática do Ministério do Exército, e de adoção de providências necessárias à efetivação da adesão proposta e determinação às áreas técnicas envolvidas que adotem providências para a contratação, de acordo com as reais necessidades da Conab a serem posteriormente contratadas com o fornecedor da Ata de Registro de Preço em comento; d) **Ata da 879ª Reunião:** O Conselho verificou não haver registros que mereçam destaque; e) **Ata da 183ª Reunião:** Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual as seguintes deliberações: I - Criar a Superintendência Regional Acre; II - Criar a Superintendência Regional Alagoas; III - Criar a Superintendência Regional Amapá; IV - Criar a Superintendência Regional Roraima.

4.2. **Ata da 186ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração.** a) **Ata da 186ª Reunião:** i) **Demonstrações Contábeis e do Relatório Econômico e Financeiro – Setembro/2008.** Aprovação pelo Conselho de Administração dos trabalhos elaborados pela Diafi; ii) **Proposta de aumento da participação acionária da Conab na Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA/RS** – Não aprovação da proposta pelo Conselho com base no estatuto Social da Conab, onde não há previsão legal para adquirir ações de sociedade de economia mista e consubstanciados nos impedimentos estatutários registrados pela Proge; iii) **Licença Maternidade.** Lei nº 11.770/2008. Prorrogação por sessenta dias. Aprovação da Resolução nº 16, de 07/10/2008, recomendando que a Dirhu adote as providências para regulamentação da matéria no âmbito da Companhia, observando-se os normativos e a legislação pertinente.

5. **Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em outubro/2008 (Comunicação Interna CPL nº 066/2008, de 05/11/2008).** 5.1. **Licitações.** No mês sob referência, ocorreram na Matriz as licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nº 35/2008 e 36/2008, sendo que a nº 35/2008 foi homologada e até a data de apresentação das informações a este Confis, a nº 36/2008 ainda encontrava-se em fase de aceitação. 5.2. **Contratações.** Quanto às contratações realizadas no mês de outubro/2008, foi verificado que três contratos firmados decorreram de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, três por Registro de Preços da Funasa/MS e um por Dispensa de Licitação. O Conselho solicita posicionamento acerca do andamento do processo licitatório para contratação de Auditoria Independente para realização de auditoria contábil do exercício de 2008, em cumprimento ao disposto na Lei 11.638/2008, a qual será formalizado à Presidência através de Comunicação Interna.

6. **Relatórios de Créditos a Receber, em atraso.** 6.1. **Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 24/11/2008 (Comunicação Interna Sufini/Gecob nº 2.470, de 24/11/2008).** Após exame do Relatório, o Conselho registra: a) Os processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02 (José Angelino /Barbosa; Raimundo Pessoa de A. Neto) e Francisco Sebastião de Moraes; Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 (Fernando Viana de Assis) e Proc. 2127/02 – (Evaldo F. de Oliveira e José P. Rocha), permanecem pendentes de resarcimento. b) O Confis tece os seguintes comentários sobre as observações do relatório em questão: Obs. 1) Proc. 2127/02 – Evaldo F. de Oliveira – CI 08 do Confis de 04/06/08 solicita providências por parte da Companhia e, até o momento, não foi atendida; Obs. 2) Rede Ferroviária Federal – Asdrubal Silva de Oliveira – CI 05 do Confis de 10/03/08 solicita regularização da cessão, providências conforme Parecer Proge Sumac nº CE 294/2008-22 e retorno do funcionário à companhia, não atendidas até o momento; Obs. 3) Governo do Distrito Federal – Nilva Clara Costa – CI 08 do

60.000/064





174/2008. Processo nº 21200.002020/2008-02. Adesão à Ata de Registro de Preços para contratação de Cabeamento Estruturado de Voz, Sistema de Energia estabilizada e de Dados nas dependências da Matriz e no CDRH da Conab. Aprovação pela Diretoria da adesão à Ata de Registro de Preços, oriunda do Pregão Eletrônico nº 001/2008, do Centro Integrado de Telemática do Ministério do Exército, e de adoção de providências necessárias à efetivação da adesão proposta e determinação às áreas técnicas envolvidas que adotem providências para a contratação, de acordo com as reais necessidades da Conab a serem posteriormente contratadas com o fornecedor da Ata de Registro de Preço em comento; d) Ata da 879ª Reunião: O Conselho verificou não haver registros que mereçam destaque; e) Ata da 183ª Reunião: Aprovação pela Diretoria Colegiada, para fins de regularização do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ e Inscrição Estadual as seguintes deliberações: I - Criar a Superintendência Regional Acre; II - Criar a Superintendência Regional Alagoas; III - Criar a Superintendência Regional Amapá; IV - Criar a Superintendência Regional Roraima. 4.2. Ata da 186ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. a) Ata da 186ª Reunião: i) Demonstrações Contábeis e do Relatório Econômico e Financeiro – Setembro/2008. Aprovação pelo Conselho de Administração dos trabalhos elaborados pela Diafi; ii) Proposta de aumento da participação acionária da Conab na Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESAR/RS – Não aprovação da proposta pelo Conselho com base no estatuto Social da Conab, onde não há previsão legal para adquirir ações de sociedade de economia mista e consubstanciados nos impedimentos estatutários registrados pela Proge; iii) Licença Maternidade. Lei nº 11.770/2008. Prorrogação por sessenta dias. Aprovação da Resolução nº 18, de 07/10/2008, recomendando que a Dirhu adote as providências para regulamentação da matéria no âmbito da Companhia, observando-se os normativos e a legislação pertinente.

5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em outubro/2008 (Comunicação Interna CPL nº 066/2008, de 05/11/2008).

5.1. Licitações. No mês sob referência, ocorreram na Matriz as licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nº 35/2008 e 36/2008, sendo que a nº 35/2008 foi homologada e até a data de apresentação das informações a este Confis, a nº 36/2008 ainda encontrava-se em fase de aceitação.

5.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de outubro/2008, foi verificado que três contratos firmados decorreram de licitações na modalidade de Pregão Eletrônico, três por Registro de Preços da Funasa/MS e um por Dispensa de Licitação. O Conselho solicita posicionamento acerca do andamento do processo licitatório para contratação de Auditoria Independente para realização de auditoria contábil do exercício de 2008, em cumprimento ao disposto na Lei 11.638/2008, a qual será formalizado à Presidência através de Comunicação Interna.

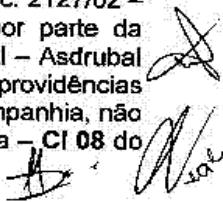
6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso.

6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 24/11/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2.470, de 24/11/2008). Após exame do Relatório, o Conselho registra:

a) Os processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02 (José Angelino /Barbosa; Raimundo Pessoa de A. Neto) e Francisco Sebastião de Moraes; Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 (Fernando Viana de Assis) e Proc. 2127/02 – (Evaldo F. de Oliveira e José P. Rocha), permanecem pendentes de resarcimento.

b) O Confis tece os seguintes comentários sobre as observações do relatório em questão: Obs. 1) Proc. 2127/02 – Evaldo F. de Oliveira – CI 08 do Confis de 04/06/08 solicita providências por parte da Companhia e, até o momento, não foi atendida; Obs. 2) Rede Ferroviária Federal – Asdrubal Silva de Oliveira – CI 05 do Confis de 10/03/08 solicita regularização da cessão, providências conforme Parecer Proge Sumac nº CE 294/2008-22 e retorno do funcionário à companhia, não atendidas até o momento; Obs. 3) Governo do Distrito Federal – Nilva Clara Costa – CI 08 do

00.000/054



Confis de 04/06/08 solicita informar as providências que foram tomadas para o ressarcimento dos débitos e que não foram atendidas até o momento; Obs. 4) Procuradoria-Geral do Trabalho – Adelson M dos Santos – O Confis solicita informações sobre a CI Sureh nº 659, de 03/10/08, que suspende a cobrança dos débitos; Obs 5) Companhia do Metropolitano do DF – Metrô – Walter Carlos Alarcão Filho – O Confis solicita, mediante Comunicação Interna, esclarecimentos e informações do processo encaminhado à Proge para manifestação em razão do Metrô ter solicitado prazo para o ressarcimento dos valores devidos e não inclusos no Cadin; c) Quanto aos demais débitos verifica-se redução de valores em alguns casos e aumento em outros e que da mesma forma permanecem pendentes de ressarcimento; d) O Confis mantém o posicionamento com relação ao não atendimento por parte da Companhia e descumprimento do disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único; e) Os débitos não resarcidos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.739.591,99 (24/11/08), com aumento dos valores devidos em relação ao mês anterior.

6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 24/11/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2454, de 24/11/2008). Após exame dos Relatórios e reportando-se à Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1791, de 28/08/2008, apresentada na 156ª Reunião Ordinária do Confis, o Conselho registra: a) Do total de créditos a receber (R\$ 1.872.252.605,80), 90,81% (R\$ 1.700.175.299,30) referem-se a processos já ajuizados e 0,98% (R\$ 18.295.129,63) encaminhados para ajuizamento. Portanto, 91,79% das cobranças não cabem ações administrativas. b) 7,91% (R\$ 148.037.284,31) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, pagamento efetuado em julzo e cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 91,79%, mencionados anteriormente, totalizam 99,69% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais. c) Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,31%, que corresponde a R\$ 5.744.892,56, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. O Confis não verificou nenhum fato relevante no período que mereça destaque, entretanto deliberou por solicitar à Companhia, mediante Comunicação Interna – CI, ratificando pedidos registrados em atas anteriores: (i) esclarecimentos por parte da Sufin sobre "... composição de dívida"; e (ii) informações acerca das providências a serem implementadas pela Sufin, visando à recuperação dos créditos, conforme explicitado por aquela Superintendência na Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 1791, de 28/08/2008.

7. Auditoria Interna – Audin.

7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 27/11/2008 (Comunicação Interna Audin nº 473, de 28/11/2008). a) Exercício de 2006: Após análise do referido quadro e suas observações, o Confis verificou que restam ainda pendentes de regularização dois relatórios: Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 008, o mesmo encontra-se na Sureg-SP para providências com vistas à solução de pendências desde 15/05/08, que dependem da localização dos documentos, supostamente destruídos por ocasião da enchente ocorrida em 2005. As pendências estão sendo reavaliadas pela equipe de auditoria que está executando trabalhos de auditoria contábil/financeira naquela Superintendência. As pendências serão baixadas do RA nº 008 e passarão a ser tratadas no Relatório dos trabalhos em curso. Com relação ao Relatório de Auditoria – RA nº 015, a Sureg/AM informou as providências adotadas e a expectativa é de que, até o final do mês de novembro, a pendência seja sanada. Caso não ocorra, a pendência será baixada do RA nº 015 e constará no Relatório dos trabalhos em curso naquela Superintendência. b) Exercício de 2007: Relatório de Auditoria nº 031: Foi concluída análise do Auditor Interno e o Processo foi encaminhado a SUOPE, em 11/06/2008 para avaliação. Relatório de Auditoria nº 046: após avaliação de resposta da Sureg/

69.0001054

MS, o Auditor Interno manteve dois itens na condição de não solucionados, aguardando providências relativas a levantamento de alvará, baixa contábil, cobrança e resultado de sindicância. O processo foi encaminhado a Sureg/MS, em 22/08/08, para adoção de providências; e Relatório de Auditoria nº 049: após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado a Diges/Suope, em 21/10/2008, para reavaliação dos itens que permaneceram pendentes.

7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nº's 22 a 25; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 28/11/2008 (Comunicação Interna Audit nº 473, de 28/11/2008).

Após análise dos referidos relatórios, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue:

a) Relatório nº 22, de 11/11/2008 (Sureg/RS) e Relatório nº 23, de 14/11/2008 (Sureh): Em decorrência da grande quantidade de itens e recomendações a serem analisados, os membros do Conifs informam que se pronunciarão sobre os referidos relatórios oportunamente;

b) Relatório nº 24, de 17/11/2008 (Sureg/ES): O relatório de Auditoria realizado na Sureg/ES se concentrou nos aspectos contábeis e de bens patrimoniais, baseados em dados extraídos do SIAFI, referentes ao mês de agosto/08, e que mereceram 03 sugestões e 07 recomendações e ainda pendentes, conforme itens abaixo:

217 – Contas 1.1.2.1.1.01.02 – Fatura/Duplicatas a Receber / 1.9.9.1.2.18.00 – Mercadorias de Terceiros em Depósito – Recomendação 217.1; 218 – Contas 1.1.2.1.9.12.00 – Créditos por Acerto Financeiro com Ex-Servidores / 1.2.2.4.9.01.00 – Créditos Financeiros com Servidores/Ex-Servidores – Sugestão; 219 – Conta 1.1.2.4.2.01.00 – 13º Salário – Adiantamento – Recomendação 219.1; 220 – Conta 1.1.2.4.2.01.00 – Férias – Adiantamentos – Recomendação 220.1; 221 – Contas 1.2.1.2.2.00.00 – Depósitos Judiciais / 1.2.1.2.3.00.00 – Depósitos para Recursos / 1.2.1.2.7.00.00 – Recursos Aprendidos Decisão Judicial – Recomendação 221.1; 222 – Conta 1.1.3.1.9.01.00 – Adiantamento a Fornecedores – Recomendação 222.1; 223 – Contas 1.9.9.7.2.02.00 / 1.9.9.7.2.03.00 – Contratos de Serviços e Alugueis – Recomendação 223.1; 224 – Conta 2.1.2.1.1.02.00 – Fornecedores de Exercícios Anteriores – Sugestão; 225 – Conta 2.1.2.1.1.02.00 – Fornecedores de Exercícios Anteriores – PAA – Sugestão; 226 – Patrimônio – Recomendação 226.1; **c) Relatório nº 25, de 17/11/2008 (Sucon/Supaf):** O relatório aborda a análise da Prestação de Contas dos Recursos destinados ao Convênio nº 592025/2007, entre o Ministério do Desenvolvimento Social – MDS e a Conab, bem como a Análise Contábil e Financeira desses recursos:

Item 227 – Análise da Prestação de Contas: os requisitos legais foram todos atendidos e somente é sugerido à Sucon e Supaf, autuar processo único visando otimização dos controles;

Item 228 - Análise Contábil e Financeira: foi constatado registros contábeis inconsistentes nas contas 1.9.9.61.04.00 - A Receber e 1.9.9.6.1.04.00 - a Comprovar;

Item 228.1: foi recomendado interação entre Conab e MDS para regularizar os registros contábeis no SIAFI.

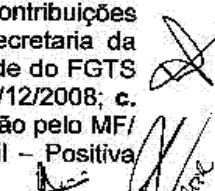
8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sicaf (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais) – Posição de 01/12/2008.

a. Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias – CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MF - Secretaria da Receita Federal do Brasil – validade até 26/04/2009;

b. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF: Emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 11/11/2008 a 10/12/2008;

c. Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissão pelo MF/ Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil – Positiva

60.000/051



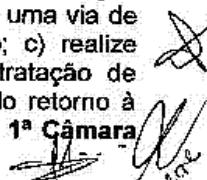


com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2009; d. Certidão negativa de débitos de Tributos e de Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda com validade até 02/02/2009; e. Extrato SIASG, SICAF, FORNPJ e CONFONPJ, de 01/12/2008, com resumo das certidões dentro da validade e sem ocorrências; Extrato SISBACEN DE 01/12/2008 sem ocorrências. **9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – outubro/2008 (Comunicação Interna Coger nº 131, de 28/11/2008).** O Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração - PIA apresenta as principais informações dos diversos processos e procedimentos de apuração instaurados e em curso na Matriz e nas Superintendências. Representa, para a unidade interna de Corregedoria, importante instrumento de acompanhamento e de controle do andamento dos processos pelas comissões constituídas. Este Confis louva o importante relatório e os controles gerados pela zelosa COGER. **9.1.** A Conselheira Lúcia Alida apresentou, aos demais membros do Conselho, cópia do DESPACHO, do Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, datado de 06/11/2008, publicado no BOLETIM DE PESSOAL – CGRH/SPOA/SE/MAPA NÚMERO 31, de 10/11/2008, mediante o qual o Ministro reforça sua decisão constante do termo de julgamento no Processo nº 1233/2005, constituído pela Conab, e determina a adoção de medidas à defesa do erário, sendo certo que, a omissão ou o retardamento injustificado poderão resultar a responsabilidade de quem lhes der causa. O Colegiado deliberou por solicitar à Presidência, mediante Comunicação Interna – CI, ser informado sobre do que se trata o Processo nº 1233/2005 e quais as medidas adotadas pela Companhia visando à defesa do erário, conforme determinado pelo ministro da Agricultura. **10. Diligências do Conselho Fiscal.** **10.1.** NOTA TÉCNICA AUDIN Nº 22/2008, relativa à adequação das demonstrações financeiras da Conab às alterações promovidas na Lei nº 6.404/76 – Lei das Sociedades por Ações – pela Lei 11.638, de 28/12/2007 (Comunicação Interna Audin nº 464, de 26/11/2008), em resposta ao item 10.2 da Ata da 158ª Reunião Ordinária do Confis. A Sucon elaborou a Nota Técnica nº 05/2008, de 25/08/2008, em atendimento aos Ofícios STN/COREF/COFIS nºs 32 e 33, de 17 e 20/07/2008, respectivamente, onde o Tesouro Nacional solicitava manifestação da Conab quanto à adequação das demonstrações financeiras introduzidas pela Lei 11.638/2007. A referida nota técnica foi encaminhada ao Tesouro Nacional observando o prazo de resposta fixado para o dia 30/09/2008. Os membros do Confis deliberaram por encaminhar a Nota Técnica 05/2008 para avaliação e manifestação da Audin. Através da Nota Técnica nº 022/2008, de 26/11/2008, a Audin registra as considerações e avaliações a respeito das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/2007, bem como a análise da Nota Técnica elaborada pelo Sucon. Na avaliação da Audin, verifica-se que as demonstrações contábeis da Companhia serão afetadas em diversos itens e procedimentos necessários para o atendimento da legislação em vigor, e que dependerão de estudos e análises por parte da Conab com a finalidade de adequação à referida Lei. Registrados, a seguir, os principais pontos verificados pelo Confis e que foram apurados pela Audin na Nota Técnica 022/2008: **Ativo Permanente:** A Nota Técnica 005/2008 não faz referência sobre a existência de ativos com características de bens incorpóreos e que deveriam ser transferidos contabilmente do ativo imobilizado para o ativo intangível, sendo necessário à análise dos ativos permanentes da companhia para efetuar os ajustes impostos pela lei; **Lucros Acumulados:** A questão também não foi abordada na Nota Técnica 005/2008, que na avaliação da Audin, a Sucon deverá proceder à análise e adotar as providências necessárias para a destinação do lucro que a Conab venha auferir no exercício. Em diversos itens analisados pela Audin, é recomendado que a Companhia analise e providencie estudos detalhados para a melhor adequação à legislação em vigor. Da mesma forma em outros casos os procedimentos dependem de normatização pelos Órgãos

60.000.004

competentes. Nas considerações finais da Audin, é sugerido que se tome especial atenção aos pontos elencados nos itens 3.3.1 – Ativo Permanente; 3.3.2.1 – Reservas de Capital; 3.3.2.4 – Lucros Acumulados; 3.4.2 – Direitos Realizáveis a Longo Prazo; 3.4.3 – Recuperação dos Valores Registrados no Ativo Permanente e 3.5 – Escrituração Contábil Versus Escrituração Fiscal; Reitera a necessidade de análise criteriosa do lucro auferido pela Companhia, em especial o resultado positivo registrado no sub-órgão Operações Governamentais e, por fim, a sugestão de leitura da instrução CVM nº 469, de 02/05/2008, que instrui sobre a aplicação da Lei nº 11.648/2008, observando os procedimentos que poderiam ser aplicados à Conab. Em razão da importância e relevância das alterações contábeis e as observações registradas pela Audin, os representantes do Conselho Fiscal da Conab consideram extremamente importante que a Presidência da Companhia tome conhecimento das questões e que tome todas as medidas necessárias para atender às recomendações e sugestões registradas na Nota Técnica Audin 022/2008, o que será formalizado mediante Comunicação Interna. 11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (Secretaria Federal de Controle - SFC) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU). 11.1. Planos de Providências (Comunicação Interna Audin nº 473, de 28/11/2008). Em atendimento ao item 10 da Ata da 158ª Reunião Ordinária do Confis, a Auditoria Interna - Audin encaminhou ao Conselho Fiscal, para conhecimento, cópia dos Planos de Providências das Superintendências Regionais do Amazonas-Roraima, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e Rondônia, relativos ao exercício de 2007, remetidos às Controladorias Regionais da União nos Estados. Quanto ao Plano de Providências da Superintendência Regional de Pernambuco – Sureg/PE, informa aquela Unidade que o mesmo não foi elaborado, pois a única recomendação da auditoria da Controladoria-Geral da União foi devidamente regularizada em junho de 2008. 11.2. Quadros de Acompanhamento das Determinações/Recomendações do TCU – Exercícios 2007 e 2008 (Comunicação Interna Audin nº 473, de 28/11/2008). A Audin apresentou a este Confis Relatório Gerencial sobre as Determinações e Recomendações do Tribunal de Contas da União, consubstanciadas nas deliberações expedidas pela Corte de Contas, no qual é demonstrado sucintamente as providências adotadas ou em curso pelas diversas áreas da Empresa. O documento reflete o controle eficiente e efetivo da unidade de auditoria interna sobre as providências implementadas e as respostas frente às demandas do Controle Externo. O Confis manifesta a satisfação ao apreciar os controles da zelosa Audin. 11.3. ACÓRDÃOS do TCU. A Conselheira Lúcia Alida apresentou aos demais Conselheiros, cópia dos seguintes Acórdãos:
a) ACÓRDÃO Nº 3364/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 17/10/2008, Seção 1, Pág. 91); Processo TC – 004.582/2004-4 – Tomada de Contas Especial – referente ao julgamento das contas constantes do mencionado processo como regulares com ressalva, dando quitação aos responsáveis e promovendo-se, em seguida, seu arquivamento; b) ACÓRDÃO Nº 3802/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 132); Processo TC – 018.574/2007-9 – Prestação de Contas – versa sobre julgamento das contas da Conab – Sede Sureg Mato Grosso, exercício 2006, como regulares com ressalva. Determina à Sureg MT que: a) controle a utilização das máquinas fotocopiadoras e da franquia de cópias contratada; b) mantenha rigoroso controle quanto ao consumo de combustíveis da Unidade, compatibilizando a relação de autorizações de abastecimento com as respectivas notas fiscais e faça anexar uma via de cada autorização de abastecimento nos respectivos processos de pagamento; c) realize estudo sobre o consumo anual de combustíveis para subsidiar a futura contratação de fornecedor; d) regularize a situação dos empregados cedidos ao DNIT, quer pelo retorno à Conab ou cessão a outro órgão público; c) ACÓRDÃO Nº 3805/2008 – TCU – 1ª Câmara

SD.000/054



(DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 133): Processo TC – 020.328/2007-2 – Prestação de Contas – trata-se do julgamento das contas da Conab – Sede Sureg Rio Grande do Sul, exercício 2006, como regulares com ressalva. Determina à Secretaria Federal de Controle Interno que informe, nas próximas contas, o atendimento, pela Superintendência Regional do Rio Grande do Sul da Conab, das recomendações do relatório de Auditoria de Gestão nº 190681; d) **ACÓRDÃO Nº 3815/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 135)**: Processo TC – 018.317/2007-1 – Prestação de Contas – refere-se ao julgamento das contas da Conab – Sede Sureg Ceará, exercício 2006. Determina à Sureg/CE que preencha o Rol de Responsáveis de acordo com o previsto no art. 11 da IN/TCU nº 57, de 27/08/2008; e) **ACÓRDÃO Nº 3842/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 11/11/2008, Seção 1, Pág. 139)**: Processo TC – 007.138/2007-2 – Representação – trata-se de autorização para a prorrogação solicitada pela Conab, de acordo com os pareceres emitidos nos autos do processo; f) **ACÓRDÃO Nº 4402/2008 – TCU – 1ª Câmara (DOU de 21/11/2008, Seção 1, Pág. 195)**: Processo TC – 012.318/2008-0 – Representação – Apresentada pela Conab Sede Sureg Goiás - O citado órgão acorda em conhecer da representação, arquivando-a sem julgamento do mérito, em face de reconhecimento da coisa julgada (Acórdão nº 1.410/2005 – 1ª Câmara) e, dando-se ciência ao(s) representante(s), com envio de cópia da respectiva instrução, conforme os pareceres emitidos nos autos; g) **ACÓRDÃO Nº 5137/2008 – TCU – 2ª Câmara (DOU de 21/11/2008, Seção 1, Pág. 236)**: Processo TC – 014368/2008-4 – Representação – versa sobre o arquivamento do mencionado processo.

12. Assuntos Gerais.

12.1. Relatório de Gestão – 3º Trimestre 2008. Segundo consta da Apresentação do Relatório, o mesmo está dividido em 5 capítulos, a saber: 1º Capítulo: apresenta as atividades realizadas no desenvolvimento das ações orçamentárias; 2º Capítulo: discorre sobre outras atividades desenvolvidas, tais como os resultados obtidos na comercialização de estoques públicos, a participação da Companhia na execução do Fome Zero e a recomposição dos ativos pela cobrança de dívidas; 3º Capítulo: são descritas as atividades decorrentes de ações sociais realizadas por meio de repasses de outros parceiros; 4º Capítulo: detalha a execução orçamentária e financeira do período; e 5º Capítulo: o balanço patrimonial da Companhia. Após análise do referido Relatório, o Colegiado verificou:

a) Quanto ao Capítulo 1 – Gestão de Programas e Ações: (i) Sobre a fiscalização dos estoques públicos, até o fim do 3º trimestre, foram fiscalizadas, cumulativamente, 6.918.543 toneladas, o que corresponde a 99,77% do estoque contábil acumulado, qual seja, 6.934.633t. A meta física para o exercício é de fiscalização de 2.850 Unidades, sendo que até o fim do 3º Trimestre/2008, foram fiscalizadas 2.141 Unidades, correspondente a 75,12% da meta estabelecida. No tocante aos registros de perdas quantitativas, verificou-se um desvio de 10.241t (Suregs MT, PA, PR e RS). Quanto aos Estoques Desclassificados e Abaixo do Padrão - AP Quadro 1.07 – Demonstrativo de Perdas Quantitativas e Qualitativas, foram registrados 354t Desclassificados, nas Suregs MT e RS, e 348t Abaixo do Padrão na Sureg RS; (ii) Com referência à vistoria dos estoques privados, permanece a mesma situação apontada no exercício de 2007, ou seja, a não celebração de convênio com o MAPA, não ocorrendo, por conseguinte, inspeção das 200.000 toneladas previstas para o exercício, apesar da dotação orçamentária de R\$ 120.000,00 para a realização da correspondente despesa, conforme consta do Item "1.2.1.8 – Vistoria dos Estoques Privados e das Condições de Armazenamento", tendo sido solicitado o cancelamento total da dotação orçamentária.

b) Quanto ao Capítulo 2 – Outras Ações: a Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros apresentou um crescimento de 33,36% em relação ao mesmo período do ano anterior, motivado pelo aumento do estoque de terceiros da ordem de 46,99%, conforme demonstrado

GD.000/054

no "Quadro 2.08 - Demonstrativo da Variação da Receita de Armazenagem de Produtos de Terceiros". No "Quadro 2.09 – Demonstrativo da Variação dos Estoques Médios", foi verificada uma redução na quantidade total de estoque (Governo + Terceiros), em relação ao 3º trimestre de 2007, variando de 699.163t para 472.951t.

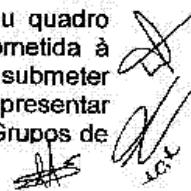
12.2. Conforme assentado na 158ª Reunião, os trabalhos prosseguiram com a presença do Procurador-Geral da Conab, Dr. Ricardo Cardoso Alves Meireles, tendo a Senhora Presidente solicitado a explanação do titular da Proge sobre os pontos que se seguem:

a) Apresentação da sistemática de trabalho da Proge: Fazendo uso da palavra, o Dr. Ricardo expôs que a Procuradoria-Geral, na atual gestão, é considerada um órgão de muita importância, uma vez que as decisões da Diretoria Colegiada, acerca dos assuntos de sua competência, são precedidas de análise da Proge, aumentando consideravelmente o fluxo de trabalho daquela Unidade. O Órgão orienta, ainda, os trabalhos desenvolvidos pelas Procuradorias Regionais – Prores, sendo subdividido em 3 (três) áreas, quais sejam: a) Subprocuradoria de Matéria Administrativa - Sumad; b) Subprocuradoria de Matéria Judicial – Sumaj; e c) Subprocuradoria de Organização e Controle Jurídico – Suorc. O ajuizamento e acompanhamento das ações são realizados através do Sistema informatizado "CPJ", que, contempla, inclusive, o posicionamento das ações que são executadas em conjunto com as Prores. Ressaltou que, devido à precariedade do Sistema, esse está sendo substituído. A Proge sofre, ainda, com a ausência de corpo técnico e estrutura logística que assegure melhores condições de trabalho;

b) Esclarecimentos sobre a contratação de escritórios terceirizados e perdas de prazo para ajuizamento de ações: A Presidente indagou como é feita a contratação e o acompanhamento das ações movidas pelos escritórios terceirizados, assim como a relação entre esses, as Prores e a Proge. O Procurador-Geral expôs que, dada a natureza intelectual dos serviços, os escritórios são contratados através de processo licitatório, na modalidade de "Técnica e Preço", com atribuição de pontuação, levando em consideração a "expertise" necessária para o desenvolvimento dos trabalhos. Quanto a relação com as Prores e os terceirizados, existem formulários onde são definidas e acompanhadas todas as ações necessárias à condução da ação judicial, sendo realizadas, ainda, reuniões para tratar dos pontos necessários. As peças judiciais são submetidas previamente à apreciação da Proge, a quem compete sua aprovação antes do protocolo na justiça. No caso de perdas de prazo de processos judiciais, existe um trâmite a ser seguido para verificar os problemas existentes, inclusive com a apuração de responsabilidades. Em relação ao Contencioso, o acompanhamento é feito em conjunto com a área administrativa e financeira, através de sistema informatizado. Inicialmente, é instaurado processo administrativo visando ao recebimento do valor. Verificada a impossibilidade de receber os valores administrativamente, cujos prazos são fixados através de normas internas da Empresa, a Proge submete o processo à Presidência, com vistas a obter autorização para o ajuizamento das ações. Na oportunidade, a Presidente indagou como funciona o ajuizamento das ações, na ausência da documentação necessária. Foi esclarecido pelo Procurador-Geral que a Proge, na ausência de documentação que fundamente a ação judicial, expõe o fato à área responsável. Constatada a ausência da documentação, compete à diretoria correspondente autorizar a baixa contábil do valor, dada à impossibilidade de ajuizamento de ação. No caso de necessidade de apuração de responsabilidade, compete à Diretoria Colegiada submeter a questão à Corregedoria-Geral - Coger, que possui em seu quadro procuradores com condições de analisá-la, a qual, na maioria das vezes, é submetida à apreciação da Proge. Contudo, ressaltou que todas as diretorias têm autonomia para submeter os assuntos à Coger, a quem compete a condução dos processos disciplinares;

c) Apresentar relações das sentenças judiciais, separadamente, por Unidade da Federacão e por Grupos de

60.000/054



Natureza de Despesa – GNDs (pessoal e encargos sociais, outras despesas correntes, investimentos e inversões financeiras), contendo as seguintes informações: reclamante (autor da sentença judicial); número do processo a que se refere a sentença judicial; vara (Instância judicial na qual transita o processo); objeto da ação (descrição sucinta da finalidade da ação judicial); e valor (R\$ 1,00). No tocante às relações, o Procurador-Geral expôs que, formalizado o pedido pelo Conselho, essas serão providenciadas, disserendo que, dado ao volume de ações, sua elaboração demandará certo tempo. Considerados satisfeitos os esclarecimentos feitos pelo Procurador-Geral, a Presidente agradeceu sua presença, tendo os Conselheiros deliberado que o assunto será submetido à Presidência da Companhia, através de Comunicação Interna. 12.3. O convite ao titular da Diretoria de Recursos Humanos e Modernização - Dirhu para participar da reunião, conforme consta da Ata da 158ª Reunião, não foi formalizado, dado a extensão da pauta da reunião e a exigüidade do tempo, o que será feito oportunamente. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 160ª, ficou marcada para o dia 19 de dezembro de 2008.

Lúcia
LÚCIA AÍDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

Marcus
MARCUS VINICIUS SÓCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

Lauro
LAURO CESAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

José
JOSÉ AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

ATA DA CENTÉSIMA SEXAGÉSIMA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO FISCAL DA COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO – CONAB

Aos dezenove dias do mês de dezembro dois mil e oito, às nove horas, no Edifício Sede da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, realizou-se a 160ª (Centésima Sexagésima) Reunião Ordinária, correspondente ao mês de dezembro/2008, do Conselho Fiscal da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, Empresa Pública Federal constituída nos termos da Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990, situada no SGAS, Quadra 901, Conjunto "A", nesta cidade de Brasília – Distrito Federal. Estiveram presentes os seguintes Conselheiros: a Senhora LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA, na qualidade de Presidente do Conselho Fiscal e representante do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, e os Senhores LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS, representante do MAPA, e MARCUS VINÍCIUS SÓCIO MAGALHÃES, representante da Secretaria do Tesouro Nacional – STN; e, como convidada, a Senhora Eugenia Maria Rocha de Oliveira, Gerente de Desenvolvimento Técnico-Operacional da Auditoria Interna. Aberta a reunião, a Presidente deu início à análise dos itens da pauta: 1. Leitura e aprovação da ata anterior. Foi dado inicio à leitura da minuta da Ata da 159ª Reunião Ordinária do Confis, realizada em 01/12/2008 que, depois de promovidos os ajustes necessários, foi aprovada e assinada. 2. Demonstrações Contábeis: Novembro/2008 (Comunicação Interna Sufcon nº 1159, de 17/12/2008). A Srª. Eugênia, representante da Audit, informou da impossibilidade de apresentar ao Conselho a análise das demonstrações contábeis do mês de novembro, tendo em vista que as mesmas somente foram entregues àquela Unidade no dia anterior à realização da Reunião do Confis, ou seja, 18 de dezembro. Diante disso, o Conselho Fiscal não pode efetuar uma análise detalhada das referidas demonstrações, registrando, apenas, os itens que se seguem, sem demonstrar o resultado das atividades próprias e das operações governamentais: a) A Receita de Vendas e Serviços apresentou uma considerável redução de 78,48%, alcançando R\$ 32,82 milhões, valor inferior aos R\$ 152,50 milhões obtidos no mês anterior; i) A Receita de Vendas de Mercadorias dos Estoques Públicos durante o mês somou R\$ 29,97 milhões, o que representou um decréscimo de 80% em relação a outubro/2008, quando foi registrado um montante de R\$ 149,83 milhões; e ii) A Receita de Serviços (R\$ 2,84 milhões), oriunda da atividade de armazenagem de produtos de terceiros, apresentou um aumento 6,99% em relação a outubro/2008 (R\$ 2,66 milhões). b) A Receita Líquida de Vendas e Serviços apresentou uma redução de 78,52%, alcançando R\$ 31,79 milhões, valor inferior aos R\$ 148,01 milhões obtidos no mês anterior. c) O Custo Líquido de Produtos Vendidos apurado no mês foi de R\$ 29,93 milhões, inferior à Receita Líquida de Vendas e Serviços, sendo necessária a equalização de preços, no valor de R\$ 3,08 milhões, obtendo-se um Lucro Bruto Operacional de R\$ 1,85 milhão. d) As Despesas Operacionais sofreram uma acréscimo de 69,06%, passando de R\$ 29,65 milhões em outubro para R\$ 50,12 milhões em novembro/2008; e) As Receitas Operacionais diversas passaram de R\$ 23,60 milhões no mês anterior para R\$ 47,71 milhões no mês de novembro, registrando-se um acréscimo da ordem de 102,12%; f) O Resultado Contábil do mês de outubro foi superavitário, na ordem de R\$ 3,73 milhões, apresentando um acréscimo de 110,79% em relação a outubro, cujo resultado positivo foi de R\$ 1,77 milhão. No acumulado do ano, o resultado líquido foi positivo, no valor de R\$ 18,12 milhões. 3. Demonstrativo da Execução Orçamentária e Financeira - Novembro/2008 (Comunicação Interna Sufin nº 2600, de 12/12/2008). Após análise de referido Demonstrativo, o Conselho nada destacou de relevante, considerando que a execução orçamentária e financeira estão dentro dos limites de movimentação e empenho e de pagamento estabelecidos pelo MAPA. 4. Atas das Reuniões da Diretoria Colegiada e do Conselho de Administração. 4.1. Atas das 880ª e 881ª Reuniões Ordinárias da Diretoria Colegiada da Conab. Após análise das referidas Atas, o Conselho considerou relevantes os itens abaixo: a) Ata da 880ª Reunião: (i) Portaria nº 292, de 21/11/2008, que baixou os procedimentos orientando o processo de encerramento do Balanço, referente ao exercício financeiro de 2008 e determinando que as áreas envolvidas observem rigorosamente os prazos máximos fixados para atendimento às ações relacionadas ao encerramento do exercício; (ii) Edição de Portaria do Conselho de Administração. Informa que foi aprovada pelo Conad a proposta de alteração da Resolução Conab nº 008/2008, de

00.000/054



29/07/2008, no sentido de conceder aos Procuradores da Conab que estiverem à disposição da Consultoria Jurídica do Mapa, a Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ; b) Ata da 881ª Reunião: Informado pelo Diretor da Dirhu que, na elaboração da folha de pagamento do mês de novembro/2008, ocorreram lançamentos equivocados e alguns contracheques com valores distorcidos. A faixa foi detectada e deverá ser corrigida na próxima folha. A diretoria manifestou preocupação com a situação e recomendou ao Diretor que adotasse todas as medidas necessárias para a solução dos problemas, ainda dentro do corrente exercício; Aprovação da proposta de alteração no texto do Voto Diafi nº 024/2008, de 25/02/2008, aprovado na 842ª Redir, definindo que o prazo do pagamento, para compra de imóveis da Conab por Órgãos e Entidades Públicas, passe a ser de até 48 meses, em substituição aos atuais 36 meses, desde que dentro de um mesmo mandato eletivo. 4.2. Ata da 187ª Reunião Ordinária do Conselho de Administração. Após análise da referida Ata, o Conselho considerou relevantes os seguintes itens: (i) Relatório de Gestão – 3º trimestre/2008: Aprovação pelo Conselho de Administração do Relatório de Gestão do 3º trimestre/2008, cujo objetivo é demonstrar a atuação da Conab ao longo dos 3 primeiros trimestres de 2008, destacando os resultados alcançados nas atividades executadas no período e que foi elaborado a partir dos dados e informações gerenciais das diversas unidades orgânicas da Companhia; (ii) Relatório de Desempenho Econômico e Financeiro – Outubro/2008: Aprovação pelo Conselho de Administração do referido relatório; (iii) Voto Presi nº 014/2008, Nota Técnica Audin nº 016/2008. Adequação das competências regimentais da Auditoria Interna e estabelecimento do Código de Ética: Aprovação pelo Conad da proposta de promover, de acordo com o explicitado pela Nota Técnica Audin nº 016/2008, a adequação do "Regimento interno" da Auditoria Interna e de suas respectivas Gerências e a instituição do "Código de Ética da Auditoria Interna", cujos princípios passarão a nortear a conduta dos auditores internos no desenvolvimento dos trabalhos que lhe são afetos. O Conad recomenda que a companhia adote as providências necessárias para inclusão nos normativos da Conab; (iv) Processo nº 70010.001004/2008-37 – Ofício Presi nº 0522/2008, referente ao Processo nº 1233/2005-42 – Argepal: O Conad, através do conselheiro Silas Brasileiro, solicitou à Procuradoria-Geral - Proge que apresentasse relatório sobre o assunto em questão, cujo despacho do Ministro havia sido apresentado pela Presidente do Confis na 159ª Reunião, de 01/12/2008, no sentido de que a empresa acate, de forma célere, a determinação do Senhor Ministro de Estado; (v) Processo nº 21200.000864/2008-19. Proposta de aprovação do preço mínimo de venda do imóvel localizado no Setor de Clubes Norte, trecho Enseada Norte, lote 10 – Brasília/DF. Aprovação pelo Conad do preço mínimo de venda do imóvel em questão, avaliado em R\$ 7.850.000,00; (vi) Proposta de alteração da Resolução Conab nº 008, de 29/07/2008: Aprovação da proposta de alteração da referida resolução, que estende o pagamento da Gratificação por Atividade Jurídica – GAJ aos Procuradores lotados na Proge e cedidos à Consultoria Jurídica do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. 5. Relação das Licitações e Contratações Realizadas, no âmbito da Matriz, em novembro/2008 (Comunicação Interna CPL nº 080/2008, de 05/12/2008). 5.1. Licitações. No mês de novembro/2008, ocorreram na Matriz 5 licitações na modalidade Pregão Eletrônico, tipo Menor Preço, nºs 37 a 41; 1 na modalidade Tomada de Preços –05/2008 – tipo Técnica e Preço, ainda, em fase de habilitação para contratação de instituição especializada na prestação de serviços técnicos de auditoria contábil para os 4 trimestres do exercício de 2008; e 1 na modalidade Convite nº 03/2008 – tipo Menor Preço, em homologação/adjudicação. 5.2. Contratações. Quanto às contratações realizadas no mês de novembro/2008, 1 contrato foi firmado na modalidade Tomada de Preços nº 04/2008 e 2 na modalidade Pregão Eletrônico nº 33/2008 e nº 35/2008, todos contratados com valores abaixo dos estimados. 6. Relatórios de Créditos a Receber, em atraso. 6.1. Relatório de Empregados Cedidos – Posição de 12/12/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2.619, de 15/12/2008). Após exame do Relatório, o Conselho registra: a) Não se verificam alterações nos processos ajuizados referentes à Câmara Legislativa do DF – Proc. 1577/02 (José Angelino Barbosa; Raimundo Pessoa de A. Neto) e Francisco Sebastião de Moraes; Câmara Municipal de Fortaleza/CE – Proc. 2122/98 (Fernando Viana de Assis) e Proc. 2127/02 (Evaldo F. de Oliveira e José P. Rocha); b) O Confis reitera os pedidos de informações e esclarecimentos solicitados à Companhia através das CI 05, de 10/03/08, e CI 08, de 04/06/08.

00.000054



(observações 1, 2 e 3 do relatório) e pelos registros em atas – observação de nº 4 (Procuradoria-Geral do Trabalho – Adelson M dos Santos – O Conis solicita informações sobre a CI Sureh nº 659, de 03/10/08, que suspende a cobrança dos débitos); e observação nº 5 (Companhia do Metropolitano do DF – Metrô – Walter Carlos Alarcão Filho – O Conis solicita esclarecimentos e informações do processo encaminhado à Proge para manifestação, em razão do Metrô ter solicitado prazo para o resarcimento dos valores devidos e não inclusos no Cadim); c) O Conis mantém o posicionamento com relação ao não atendimento por parte da Companhia e descumprimento do disposto no Decreto nº 4.050/2001, em especial o contido no art. 4º, parágrafos 1º a 3º, e art. 10, parágrafo único; d) Os débitos não resarcidos pelos diversos Órgãos encontram-se no patamar de R\$ 1.606.810,15 (12/12/08), com redução dos valores em relação ao relatório anterior, em razão dos resarcimentos efetuados pela Prefeitura Municipal de Rio Verde/GO, Governo do Estado do Espírito Santo/Sec. de Agricultura e Instituto Conab de Seguridade Social - Cibrius.

6.2. Relatório Gerencial de Cobrança - Posição de 12/12/2008 (Comunicação Interna Sufin/Gecob nº 2601, de 12/12/2008). Após exame dos Relatórios, o Conselho registra: a) Do total de créditos a receber (R\$ 1.852.461.355,28), 90,81% (R\$ 1.682.189.252,20) referem-se a processos já ajuizados e 0,97% (R\$ 17.902.059,21) encaminhados para ajuizamento. Portanto, 91,77% das cobranças não cabem ações administrativas; b) 7,85% (R\$ 145.477.377,09) correspondem a processos remetidos para instrução judicial, composição de dívida, pagamento efetuado em juízo e cobrança suspensa por determinação judicial, que somados aos 91,77%, mencionados anteriormente, totalizam 99,63% dos processos de cobrança da Companhia, que dependem de ação judicial e alguma ação administrativa das Superintendências Regionais; c) Da Carteira de Cobrança da Conab, apenas 0,37%, que corresponde a R\$ 6.892.666,78, dependem de providências a serem implementadas pela Sufin. O Conis não verificou nenhum fato relevante no período que mereça destaque, e aguarda as informações e esclarecimentos da Companhia que foi solicitado via CI Nº 018.

7. Auditoria Interna – Audin.

7.1. Quadros de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria – Exercícios de 2006 e 2007 – Posição em 17/12/2008.

a) Exercício de 2006: O Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria demonstra que não restou mais nenhuma pendência em relação ao exercício de 2006, tendo sido os relatórios nºs 008 e 015 baixados.

b) Exercício de 2007: (i) Relatório de Auditoria nº 031: após posicionamento da Superintendência de Operações - Suope e Superintendência de Contabilidade - Sucon, foi concluída análise do Auditor Interno e o Processo encaminhado à Sureg-GO, em 02/12/2008, para adoção de providências. Entretanto, o Conis registra que, de um total de 19 pendências, constam 17 não解决adas desde o mês de maio/2008; (ii) Relatório de Auditoria nº 046: o processo encontra-se na Auditoria Interna para reanálise da resposta da Sureg/MS; e (iii) Relatório de Auditoria nº 049: após avaliação do Auditor Interno, o Processo foi encaminhado, em 15/12/2008 à Diretoria de Gestão de Estoques - Diges/Suope para reavaliação e posicionamento acerca dos oito itens ainda pendentes.

7.2. Relatórios das Auditorias realizadas conforme Programação do PAINT/2008 - Relatórios de Auditoria/2008 nºs 26 a 28; Quadro de Acompanhamento das Pendências dos Relatórios de Auditoria - Exercício 2008 – Posição de 19/12/2008.

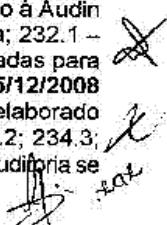
Após análise dos referidos relatórios, confrontando-os com o Quadro de Acompanhamento das Pendências, o Colegiado verificou o que se segue:

a) Relatório nº 26, de 15/12/2008 (Sureg/PR): Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PR com aplicação do Planejamento, objeto da Ação de Auditoria nº 23, abordando o assunto "Política de Garantia de Preços Mínimos (PGPM)", sem recomendações pela Audin;

b) Relatório nº 27, de 15/12/2008 (Sureg/PR): Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PR com aplicação do Planejamento, objeto da Ação de Auditoria nº 23, abordando o tema "Administração e Controle de Patrimônio", com as seguintes recomendações: 230.1 – Acompanhar as ações de alienação do imóvel, informando à Audin sobre as providências adotadas; 231.1 – Informar à Audin sobre doação do imóvel ao Ibama; 232.1 – Acompanhar o andamento da alienação do imóvel, informando à Audin as providências adotadas para regularização da ocupação pela empresa Ronda e à alienação;

c) Relatório nº 28, de 15/12/2008 (Sureg/PB): Os trabalhos foram desenvolvidos na Sureg/PB com aplicação do Planejamento elaborado com foco na Ação de Auditoria nº 29, e que sofreu 14 recomendações: itens nºs 234.1; 234.2; 234.3; 235.1; 235.2; 235.3; 235.4; 236.1; 236.2; 237.1; 240.1; 241.1; 242.1 e 243.1. Os trabalhos de Auditoria se

00.000054





concentraram nos aspectos contábeis e de bens patrimoniais, com objetivo de realizar o acompanhamento da gestão e as recomendações são em sua maioria para o atendimento das questões contratuais, observação à legislação, falhas de documentação e comprovantes de quitação e extratos, e registros contábeis. 8. Certidões, Certificados e Extratos do Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal - Cadin e do Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - Sical (Certidão Negativa de Débitos da Receita Federal, Dívida Ativa da União e INSS; Certificado de Regularidade junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS; Tributos Estaduais e Municipais). a. Certidão de Débitos relativos às Contribuições Previdenciárias – CND: Positiva com Efeito de Negativa, emitida pelo MF - Secretaria da Receita Federal do Brasil – validade até 26/04/2009; b. Certificado de Regularidade do FGTS – CRF: Emitido pela Caixa Econômica Federal com validade de 03/12/2008 a 01/01/2009; c. Certidão conjunta de Débitos dos Tributos Federais e Dívida Ativa da União: Emissão pelo MF/Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional/Secretaria da Receita Federal do Brasil – Positiva com efeitos de Negativa com validade até 21/01/2009; d. Certidão negativa de débitos de Tributos e de Dívida Ativa do GDF: Emissão pela Secretaria de Estado da Fazenda com validade até 02/02/2009; e. Extrato SIASG, SICAF, FORNPJ, CONFORNPJ e Extrato SISBACEN – dezembro/2008 com resumo das certidões dentro da validade e sem ocorrências. 9. Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA – Abril a novembro/2008 (Comunicação Interna Coger nº 137, de 17/12/2008). O Relatório Demonstrativo dos Processos Internos de Apuração – PIA, que foi apresentado ao Conab para apreciação, onde se verificam diversas alterações no seu formato, possibilita a visualização dos processos de apuração de uma forma gerencial. Os novos demonstrativos e gráficos atendem aos trabalhos e verificações a cargo deste Colegiado, permitindo uma análise qualitativa e quantitativa das apurações instauradas pela Coger, possibilitando o acompanhamento e evoluções no período ao fornecer dados mês a mês, por unidades da federação e matriz. 10. Diligências do Conselho Fiscal. 10.1. Comunicação Interna Audin nº 494, de 15/12/2008: Em resposta à solicitação do Conab registrada na 157ª ata, de 26/09/2008, item 11, letra "b", a Audin informa que realizou auditoria especial no Cibrius, conforme entendimentos com a Controladoria-Geral da União – CGU, cujos trabalhos abrangem o período de 2006/2007, e o relatório está em fase final de elaboração e posteriormente será encaminhado ao Conab para conhecimento. A Audin esclarece também que a última supervisão no Cibrius ocorreu em 1999 e planeja realizar auditorias dos períodos passados, de acordo com a capacidade operativa e de forma escalonada. Foi contemplado no Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna – Paint para o exercício de 2009, auditoria especial no Cibrius que abrange os anos de 2004, 2005 e 2008. 11. Determinações dos Órgãos de Controle Interno (Secretaria Federal de Controle - SFC) e Externo (Tribunal de Contas da União - TCU). 11.1. Acórdãos do TCU. A Conselheira Lúcia Alida apresentou aos demais Conselheiros, cópia do seguinte Acórdão: a) ACÓRDÃO Nº 2681/2008 – TCU – Plenário (DOU de 01/12/2008, Seção 1, Pág. 148): Processo nº TC-023.097/2008-5 – Trata-se de representação com pedido de medida cautelar, apresentada pela empresa Carvalho e Salem Advocacia Empresarial, que relata possíveis irregularidades no Edital de Concorrência Conab-Sureg/GO nº 1/2008, cujo objetivo é a contratação de pessoa jurídica para prestação de serviços especializados de advocacia perante às Justiças Estadual, Federal e do Trabalho, no Estado de Goiás, acordam os Ministros do Tribunal de Contas da União, de acordo com a legislação vigente, dar prazo de 15 dias para a Conab – Sureg/GO dar cumprimento ao artigo 3º, caput e § 1º, inciso I, da Lei nº 8.666/93, promovendo a anulação da Concorrência Conab-Sureg/GO nº 1/2008 no estágio em que se encontra. 12. Assuntos Gerais. 12.1. Calendário de Reuniões do Conselho Fiscal para o exercício de 2009. Definiu-se, mediante consenso, que as reuniões ordinárias do Conselho para o exercício de 2009 estão agendadas para as seguintes datas: FEVEREIRO – 02/02/2009; MARÇO – 02/03/2009 e 30/03/2009; ABRIL – 24/04/2009; MAIO – 29/05/2009; JUNHO – 26/06/2009; JULHO – 31/07/2009; AGOSTO – 28/08/2009; SETEMBRO – 25/09/2009; OUTUBRO – 30/10/2009; NOVEMBRO – 27/11/2009; DEZEMBRO – 18/12/2009. O Cronograma deverá ser encaminhado à Presidência da Conab para conhecimento, com vistas à divulgação às Diretorias. E, nada mais havendo a tratar, a Presidente do Conselho Fiscal agradeceu a presença de todos, dando por



Conab
Companhia Nacional de Abastecimento
Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

80

encerrada a reunião, da qual, para constar, eu, José Augusto Vicarone, Técnico de Nível Superior, lavrei a presente Ata que, após lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos Conselheiros presentes. A próxima reunião – 161º, ficou marcada para o dia 2 de fevereiro de 2009.

Lúcia Aida Assis de Lima
LÚCIA AIDA ASSIS DE LIMA
PRESIDENTE

Marcus Vinícius Sôcio Magalhães
MARCUS VINÍCIUS SÔCIO MAGALHÃES
CONSELHEIRO TITULAR

Lauro César de Vasconcelos
LAURO CÉSAR DE VASCONCELOS
CONSELHEIRO TITULAR

José Augusto Vicarone
JOSE AUGUSTO VICARONE
SECRETÁRIO

60.000/054

18.4. Órgãos e Entidades Patrocinadores de Entidade Fechada de Previdência Complementar (independente da natureza Jurídica).

Informações sobre o exercício e os resultados da fiscalização e do controle das entidades de previdência complementar patrocinadas, conforme disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001.

A Patrocinadora CONAB, por meio da Auditoria Interna-AUDIN, órgão interno de auditoria, em cumprimento ao disposto no art. 25 da Lei Complementar nº 108/2001 c/c e no §2º do art. 41 da Lei Complementar nº 109/2001 e conforme ajustado com a Secretaria Federal de Controle Interno-SFC (em atenção ao Acordão TCU nº 2.887/2008, 1ª Câmara), realizou Auditoria Especial no INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL-CIBRIUS, relativa aos exercícios de 2006 e 2007, que deu origem ao Relatório de Auditoria Especial de 31/12/2008, encaminhado à SFC em 27/01/2009 (Ofício/CONAB/PRESI/nº 032/2009).

A referida Auditoria Especial consignou as seguintes conclusões e recomendações:

Das Conclusões

1. As demonstrações contábeis foram elaboradas consoante os princípios fundamentais de contabilidade geralmente aceitos, e obedecidas as diretrizes estabelecidas pela Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social, voltadas às entidades fechadas de previdência complementar.
2. Segundo a avaliação da empresa atuária, o Plano de Custeio encontrava-se, no exercício, ajustado ao disposto nos diplomas legais vigentes, com a aplicação adequada da paridade de contribuições dos participantes e patrocinadoras, na cobertura dos custos normais do Plano, e, inclusive, com a extensão de cobertura do custeio das despesas administrativas por parte dos assistidos, na forma preceituada no art. 7º da Lei Complementar nº 108/2001.
3. De conformidade com o parecer da empresa de auditoria independente, a HLB Audilink & Cia Auditores, as demonstrações contábeis do exercício de 2007 “ representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto”, após o exame que compreendeu : a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade;b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto; d) revisão do plano de gestão dos recursos, através de indagação e discussão com os administradores responsáveis pelas áreas contábil, financeira e operacional da entidade, bem como, de verificação e inspeção de documentação comprobatória, quando aplicável, ou outras evidências obtidas no curso dos trabalhos”.

4. Relativamente à aderência regulatória, as diligências levadas a efeito indicam que a entidade cumpriu, à espécie, os normativos e legislação prevalecentes, notadamente os emanados do Conselho Monetário Nacional – CMN, Comissão de Valores Mobiliários – CVM e Secretaria de Previdência Complementar. Entretanto, cabe destacar que o Interventor representante da Secretaria de Previdência Complementar- SPC, não assinou a Carta de Responsabilidade da Administração de que trata a Resolução CFC nº 1.054,/2005, sob alegação de o art. 15 da Instrução SPC nº 14/2007 estabelece que “ não será considerada atendida a exigência normativa de apresentação dos relatórios anuais de auditoria independente, se neles houver cláusula que exclua a responsabilidade do auditor por seus trabalhos técnicos.”

5. A patrocinadora promoveu, no transcorrer do exercício, o pagamento das contribuições patronais, assim como dos serviços contratados, dentro dos prazos regulamentares.

6. A carteira dos investimentos garantidores apresenta-se com perfil que pode ser considerado como conservador, já que 83% dos recursos estão alocados em renda fixa (73% em Letras do Tesouro Nacional LTN e Notas do Tesouro Nacional- NTN).

7. Os rendimentos obtidos na carteira de aplicações globalmente considerada situaram-se no patamar de 16,12%, bem superior, portanto, às metas atuariais (TR + 6% a . a.) e de referência (INPC + 6% a .a.).

8. No exercício sob análise, não houve terceirização da gestão dos ativos financeiros do Instituto.

9. Encontram-se registradas no balanço do exercício provisões constituídas para perdas de ativos aplicados em investimentos realizados em exercícios pretéritos, no montante de R\$ 17.477.612,28. Na tentativa de recuperar tais ativos, o Cibrius ajuizou diversas ações, que ainda estão em curso.

10. Cumprindo o disposto nas Resoluções CMN 3.121/2003 e 3.456/2007, a entidade procedeu a reavaliação do seu imóvel localizado em Goiânia, cujo valor elevou-se de R\$ 747.075,83 para R\$ 926.000,00, gerando um adicional nos rendimentos de investimentos imobiliários da ordem de R\$ 178.924,17. O resultado da avaliação foi devidamente registrado no exercício, conforme Resolução CGPC 05/2002.

11. A exemplo do exercício anterior, o problema principal da entidade, e que permeou as avaliações atuariais e inúmeras tratativas entre as partes interessadas, reside na questão das insuficiências atuariais (reservas matemáticas a constituir), cujo montante posicionado em 31.12.2007 situou-se no patamar de R\$ 432.706.122,22 (R\$ 327.516.084,89 em 31.12.2006). A propósito, a SPC determinou o levantamento da intervenção sem o equacionamento das insuficiências atuariais, que se constituiu em um dos motivos que fundamentou o ato.

Das Recomendações

De conformidade com a análise documental e ainda aquilo que nos foi dado a observar, permitimo-nos fazer as seguintes recomendações :

Programa de Investimentos

Na comparação 2007 versus 2008 (até setembro), enquanto o saldo das aplicações expandiu na proporção de 7,57%, os rendimentos médios mensais experimentaram uma queda de 47,85%, evidenciando os efeitos da crise econômica sobre o capital circulante da entidade. Isto se deu com maior gravidade no mercado de ações (renda variável) que, além de neutralizar todos os ganhos obtidos anteriormente no exercício de 2008, apresentou um saldo negativo de R\$ 15.861.343,00 em setembro de 2008.

Ao longo dos últimos exercícios os rendimentos imobiliários não alcançaram as expectativas esperadas (exclusive os rendimentos advindo de reavaliações), notadamente os aplicados em fundos de investimentos imobiliários, que atualmente representam 27,50% do total aplicado.

Diante do exposto, recomendamos:

- a) que o Cibrius proceda uma avaliação prospectiva e de tendência de sua carteira de renda variável, verificando a viabilidade de manter posição ou estabelecer horizonte temporal para realização de lucros;
- b) que o Cibrius proceda uma avaliação do seu portfólio de investimentos imobiliários, especialmente os fundos, verificando a viabilidade de manutenção da posição atual ou perspectiva de migração para outras modalidades no âmbito do programa de investimentos;
- c) que as reavaliações de imóveis sejam realizadas, preferencialmente, pela Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil ou Câmara de Valores Imobiliários.

Estrutura de Custos e Despesas

Caso seja viabilizado o saldamento do atual e constituição de um outro Plano – de Contribuição Variável -, haverá, naturalmente, reflexos na estrutura de custos e despesas da entidade, em decorrência da necessidade de administrações distintas dos dois planos.

Nesse sentido, recomendamos que a entidade promova, desde já, estudos relativos às previsões de aumento nos dispêndios previdenciais e de investimentos, assim como do impacto sobre as contribuições patronais e dos participantes.

Governança Corporativa

Com o levantamento da intervenção e, por consequência, a posse dos membros dos órgãos estatutários, as questões relativas à governança corporativa vem tendo maior ênfase no processo de gestão, culminando com a recente iniciativa da entidade na elaboração do Manual de Governança Corporativa, o qual já está em fase final de revisão.

Entretanto, recomendamos que o processo de governança, contemple, entre outros, os seguintes aspectos:

- a) os participantes do plano de benefícios, da mesma forma dos sócios das corporações, devem ser cientificados tempestivamente sobre os aspectos relevantes relacionados à gestão do Instituto, por meio de informes claros, objetivos e em linguagem de fácil compreensão para qualquer parte interessada;
- b) interagir com a empresa atuária responsável pelo Plano de Benefícios, no sentido de que as Avaliações Atuariais e outros estudos relacionados à espécie, sejam elaborados em linguagem didática mais acessível – inclusive com glossário -, de forma a facilitar a compreensão das partes interessadas (stakeholders) que, via de regra, não possuem o domínio dos aspectos técnicos que envolvem as questões atuariais;
- c) estabelecer regras de procedimentos entre as representações da patrocinada e patrocinadora, nas tratativas sobre as questões do Cibrius, especialmente no que se refere

aos aspectos relacionados ao saldamento do atual Plano de Benefícios e criação de um outro de Contribuição Variável – CV.

Todas as tratativas e eventuais questionamentos entre as partes devem ser devidamente formalizados, em vista do momento sensível vivenciado pela entidade em relação às insuficiências atuariais em discussão, ficando a massa de participantes suscetível as mais diversas e incongruentes interpretações.

No contexto da governança corporativa, é natural e, acima de tudo, um direito do participante em açãoar o Instituto, no sentido de questionar e /ou obter informações e esclarecimentos a respeito das questões que envolvam o Instituto.

Nesse sentido, recomendamos que o Instituto divulgue procedimentos a serem observados por ocasião das solicitações de informações e esclarecimentos relativos à espécie , sejam devidamente formalizadas de maneira objetiva, identificando claramente o objeto da solicitação. Recebida a solicitação, o Cibrius adotará as seguintes iniciativas:

- a) elaborará e encaminhará ao consulente os esclarecimentos devidos;
- b) quando se tratar de matéria institucional de interesse coletivo, procederá a divulgação do pedido de informações e/ou esclarecimentos e a resposta oferecida pelo Instituto, de forma a evitar interpretações distorcidas.

O Instituto vem estruturando, ainda que em caráter informal, uma área de compliance, com o objetivo de acompanhar as atividades da gestão, verificando o cumprimento das políticas corporativas e a aderência regulatória, a consistência e padronização dos controles internos e de processos.

Dentro desse contexto, recomendamos que a entidade mantenha atualizada a sua Matriz de Riscos, procedendo avaliações periódicas e formais, objetivando prevenir, minimizar ou eliminar riscos no âmbito dos processos corporativos. As análises conclusivas dessas avaliações deverão ser feitas em reunião conjunta do Conselho Deliberativo, Diretoria Executiva e Conselho Fiscal.

Relativamente à atuação dos órgãos estatutários, cabe observar e recomendar o que se segue.

a) ao analisar as Atas relativas às reuniões, verifica-se que, vez por outra, surgem algumas questões que indicam a falta de clareza quanto à delimitação de cada órgão no processo de gestão da entidade, dentro das competências estatutárias prevalecentes. A se manter o status quo, a governança corporativa poderá, eventualmente, ser afetada por eventuais conflitos de competência, gerando reflexos negativos na gestão da entidade.

Nesse sentido, a recomendação é que seja viabilizada reunião conjunta de todos os membros dos órgãos estatutários, de forma a discutir e interpretar as competências estatutárias da cada um no contexto da gestão, dissipando as dúvidas prevalecentes.

b) objetivando uma maior transparência no processo de gestão, os posicionamentos de qualquer membro dos órgãos estatutários (críticas, sugestões, dúvidas, posicionamentos contrários às decisões de qualquer um dos órgãos), quando de suas reuniões ordinárias e extraordinárias, mesmo que não sejam assuntos de pauta, deverão ser devidamente tomados a termo e consignados em ata.

Ajuizamento de ações relacionadas ao Plano de Benefícios

Constata-se o ajuizamento de um número expressivo de ações judiciais impetradas por empregados em desfavor do Cibrius e/ou Patrocinadora, pleiteando o ingresso no Plano de Benefícios, sob diversas formas, entre estas, o pagamento da jóia pela Patrocinadora, dispensa de pagamento de jóia, entre outras, além da revisão dos benefícios por meio da alteração do indexador de TR para INPC/IBGE. A propósito, torna-se preocupante o aumento de ações judiciais e pleitos administrativos (que deverão, por certo, desembocar em ações judiciais) originárias de empregados anistiados, pleiteando a entrada no Plano de Benefícios sem o pagamento de jóia, ou o pagamento por parte da Patrocinadora.

Dentro desse contexto, recomendamos :

- a) que seja ajustado formalmente entre as respectivas áreas jurídicas (patrocinada e patrocinadora) uma espécie de ajuste de procedimentos, no sentido de que, quando do ajuizamento de ações contra a Patrocinadora envolvendo o Plano de Benefícios, o Cibrius seja formal e tempestivamente cientificado, o qual prestará, dentro dos prazos requeridos, as informações à espécie, necessárias à fundamentação da peça contestatória. Mesmo no caso de patrocínio de advogados terceirizados, as tratativas e encaminhamentos deverão ser feitos entre as instituições;
- b) que a patrocinada e patrocinadora mantenham entendimentos, no sentido de buscar alternativas para os problemas relacionados ao ajuizamento de ações para inserção de empregados no plano de benefícios sem o pagamento de jóia e o reajuste de benefícios por meio INPC/IBGE (enquanto o Cíbrius, por força contratual, tem os ingressos corrigidos pela TR). Trata-se de uma questão séria e que envolve a responsabilidade, não só do Cibrius, como também da Patrocinadora principal. Dentro desse contexto, uma das alternativas é a agilização da modelagem do plano de saldamento e uma ação conjunta junto aos órgãos competentes, no sentido de aprovar o quanto antes, concomitantemente com a criação do Plano de Contribuição Variável – CV.

Elaboração do Plano de Saldamento

Relativamente aos trabalhos de Saldamento do atual Plano BD e constituição do Plano de Contribuição Variável – CV, que estão sendo conduzidos pela empresa GAMA – Consultores Associados, contratada para tal fim, recomendamos o que se segue:

- a) que seja elaborado um cronograma detalhado sobre a execução dos trabalhos, referendado pela direção da Patrocinada principal e do Cibrius;
- b) que o grupo de trabalho especialmente constituído para o acompanhamento da matéria, elabore e proceda a divulgação de relatórios parciais, dando conta do estágio dos trabalhos e dos eventuais fatores restritivos ao cumprimento do cronograma de execução estabelecido.

19 – Informações Contábeis

(Anexo III – DN/TCU N° 096, de 04/03/2009)

19.1. Demonstrativos Contábeis Previstos na Lei 4.320, de 17/03/1964.

19.1.1. Declaração do Contador Responsável SUREG/AM



19.2. Demonstrativos Contábeis Previstos na Lei 6.404, de 15/12/1976.

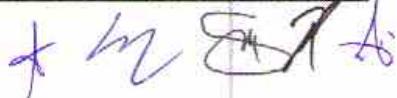
19.2.1. Balanço Patrimonial Global



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

ATIVO	2008	2007
CIRCULANTE	2.005.718.354,75	2.303.024.823,05
DISPONÍVEL	64.025.791,55	65.594.023,13
Bancos Conta Movimento	10.113,12	10.113,12
Aplicações Financeiras	64.015.678,43	65.583.910,01
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	591.485.373,15	761.419.589,28
CRÉDITOS A RECEBER	516.629.992,97	423.960.870,82
Devedores por Fornecimento	27.351.450,08	18.247.372,00
Créditos Tributários	182.101.990,49	178.109.297,35
Recursos a Receber	141.356.424,50	217.057.251,88
Créditos Diversos a Receber	165.820.127,90	10.546.949,59
DEVEDORES - ENTIDADES E AGENTES	71.389.417,50	334.400.324,57
Entidades Devedoras	30.380.315,61	14.117.667,42
Créditos Parcelados	117.426,68	119.421,09
Recursos da União	9.828.836,07	27.361.701,24
Diversos Responsáveis - Apurados	31.062.839,14	292.801.534,82
ADIANTAMENTOS CONCEDIDOS	3.465.962,68	3.034.442,47
Adiantamentos a Pessoal	3.447.356,00	3.034.442,47
Adiantamentos Concedidos - Suprimento de Fundos	18.606,68	0,00
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A CURTO PRAZO	0,00	23.951,42
BENS E VALORES EM CIRCULAÇÃO	1.350.174.865,96	1.475.974.638,10
Estoques para Alienação	996.369.945,63	1.184.901.094,01
Estoques Internos - Almoxarifado	1.193.902,81	952.052,52
Titulos e Valores em Circulação	154.880,40	506.939,51
Materiais em Trânsito	51.841,04	86.666,10
Compra Antecipada - Entrega Futura	352.404.296,08	289.527.885,96
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	32.324,09	36.572,54
Valores Pendentes	32.324,09	36.572,54
ATIVO NÃO CIRCULANTE	422.652.793,42	279.210.418,29
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	193.617.596,82	54.473.996,39
DEPÓSITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	34.296.602,70	32.711.376,57
Depósito Compulsório	838.265,17	838.265,17
Recursos Vinculados	33.458.337,53	31.873.111,40
CRÉDITOS REALIZÁVEIS A LONGO PRAZO	159.320.994,12	21.752.619,82
Devedores - Entidades e Agentes	6.682.001,20	6.686.534,37
Créditos Diversos a Receber	152.638.992,92	15.076.085,45
INVESTIMENTOS	90.110.568,78	90.403.518,82
Participações Societárias	35.026.030,10	35.026.030,10
Outros Investimentos	55.084.538,68	55.377.488,72
IMOBILIZADO	138.924.627,82	134.332.903,08
Bens Imóveis	228.535.144,82	221.567.421,94
Bens Móveis	55.184.206,15	47.600.729,02
Depreciações	(144.794.723,15)	(134.835.247,88)
TOTAL	2.428.371.148,17	2.582.235.241,34



BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

PASSIVO	2008	2007
CIRCULANTE		
DEPÓSITOS	19.665.595,93	73.033.754,65
CONSIGNAÇÕES	2.197.623,35	1.862.081,26
Pensão Alimentícia	13.824,55	329,14
Planos de Seguros	63.721,97	108.116,19
Empréstimos	146.647,60	63.813,10
Outros Tributos e Consignações	1.973.429,23	1.689.822,83
RECURSOS DA UNIÃO	11.273.127,92	11.308.994,54
Recursos Fiscais	3.839.400,48	4.188.798,34
Recursos Previdenciários	7.433.727,46	7.120.196,20
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS	6.194.844,66	59.862.678,85
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	1.957.349.818,91	2.084.445.279,07
OBRIGAÇÕES A PAGAR	94.532.826,15	27.770.031,44
Fornecedores	79.015.682,58	19.623.083,45
Pessoal a Pagar	25.474,89	17.101,01
Encargos Sociais a Recolher	812.624,90	1.001.073,97
Obrigações Tributárias	1.839.277,06	38.153,75
Débitos Diversos a Pagar	8.447.969,74	3.453.243,58
Dividendos a Pagar - Tesouro Nacional	6.391.796,98	3.637.375,68
PROVISÕES	84.091.252,89	82.229.990,85
Provisão para Férias	19.686.415,75	17.576.796,37
Provisão para o INSS	9.250.889,13	9.250.889,13
ICMS s/Mercadorias para Revenda	1.834.292,47	41,15
Provisão para ICMS	46.468.782,86	46.468.782,86
Provisão p/IRPJ e CSLL	0,00	2.806.733,77
Encargos Sociais sobre Provisões	8.850.872,68	6.126.747,57
CREDORES - ENTIDADES E AGENTES	457.926.343,99	411.184.743,98
Entidades Credoras	457.926.343,99	411.184.743,98
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.320.149.310,36	1.551.219.916,63
Operações Especiais	1.320.149.310,36	1.551.219.916,63
ADIANTAMENTOS RECEBIDOS	558.848,51	11.800.655,08
Adiantamentos de Clientes	558.848,51	11.800.655,08
VALORES EM TRÂNSITO EXIGÍVEIS	7.607,35	0,00
OUTRAS OBRIGAÇÕES	10.714,51	239.941,09
VALORES PENDENTES A CURTO PRAZO	72.915,15	0,00
PASSIVO NÃO - CIRCULANTE	69.420,00	69.420,00
OBRIGAÇÕES EXIGÍVEIS A LONGO PRAZO	69.420,00	69.420,00
Depósitos e Cauções	69.420,00	69.420,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	451.286.313,33	424.686.787,62
Capital	223.180.498,85	223.180.498,85
RESERVAS	49.470.911,68	37.312.826,52
Reservas de Capital	28.651.281,97	26.544.719,04
Reservas de Lucros	22.819.629,59	10.768.107,48
LUCROS A DESTINAR	178.634.902,82	164.193.462,25
TOTAL	2.428.371.148,17	2.582.235.241,34



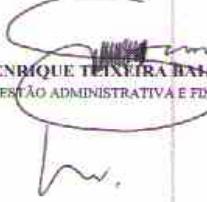


BALANÇO PATRIMONIAL

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008


WAGNER GONÇALVES BOSSI
PRESIDENTE


ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE GESTÃO DE ENTOQUES


LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


SÍLVIO ISOPÔ PORTO
DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
MODERNIZAÇÃO

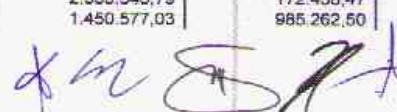

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009252/C-8 CPF:067475232-53

19.2.2. Demonstração do Resultado Global

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

DETALHAMENTO	2008	2007
RECEITA DE VENDAS E SERVIÇOS	762.851.178,19	885.254.485,91
RECEITA DE VENDAS DE MERCADORIAS	727.138.979,78	859.954.301,02
Vendas Estoques Estratégicos	314.229.816,34	237.614.274,29
Vendas Estoques Reguladores-PGPM	417.140.985,37	622.324.472,08
Vendas Abastecimento Social	43.282,70	391.268,07
Vendas Atacado e Outros	51.480,24	34.085,56
Adição a Receita de Vendas	(4.326.584,87)	(409.798,98)
RECEITA DE SERVIÇOS	35.712.198,41	25.300.184,89
Serviços de Armazenagem	35.712.198,41	25.300.184,89
(-) DEDUÇÕES DAS RECEITAS DE VENDAS E SERVIÇOS	28.844.551,32	52.989.759,98
RECEITA LÍQUIDA DE VENDAS E SERVIÇOS	734.006.626,87	832.264.715,93
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS	737.706.195,31	983.316.249,67
CMV - Estoques Estratégicos	332.439.867,90	359.055.800,44
CMV - Estoques Reguladores - PGPM	405.224.801,76	624.233.004,14
CMV - Atacado e Outros	40.525,65	27.445,09
ARREDONDAMENTOS	(128.308,82)	191.547,97
EQUALIZAÇÃO DE PREÇOS	(48.590.567,83)	(194.566.866,60)
LUCRO BRUTO OPERACIONAL	45.020.308,21	43.323.774,89
(-) DESPESAS OPERACIONAIS	445.774.018,10	400.641.069,22
(-) DESPESAS DE PESSOAL	277.573.755,22	238.811.054,60
Vencimentos e Variedades Fixas	186.383.952,45	161.734.199,30
Obrigações Patronais	65.850.853,38	55.838.226,82
Outras Despesas Variáveis -Pessoal Civil	10.744.157,37	9.527.397,27
Sentenças Judiciais e Depósitos Compulsórios	14.594.792,02	11.711.231,31
(-) DESPESAS COMERCIAIS E ADMINISTRATIVAS	168.200.262,88	161.830.014,72
Despesas/Recetas Financeiras	(7.203.525,81)	(6.016.582,33)
Contribuição a Entidades Fechadas de Previdência	22.931.919,11	21.615.982,70
Transf.a Inst Privada Sem Fins Lucrativos	0,00	162.942,00
Transferências ao Exterior	12.420.311,26	13.529.834,64
Material de Consumo	6.697.960,95	8.473.500,18
Diárias - Pessoal Civil	5.436.157,83	4.847.807,97
Passagens e Despesas com Locomoção	3.373.217,12	2.940.325,05
Serviços de Consultoria	126.840,00	0,00
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	2.023.358,95	1.882.815,50
Locação de Mão-de-Obra	11.832.513,80	12.316.603,77
Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	69.291.864,05	63.650.250,18
Obrigações Tributárias e Contributivas	16.964.460,34	27.799.109,47
Aquisições de Bens para Revenda	33.686,72	57.167,46
Outras Despesas Operacionais	24.271.498,58	10.570.258,13
(+) RECEITAS OPERACIONAIS DIVERSAS	421.986.224,43	389.966.577,50
Transferências Financeiras	352.841.990,83	326.459.602,75
Multas e Encargos de Outras Origens	5.257.190,07	3.723.849,23
Indenizações e Restituições	37.442.091,70	48.701.158,48
Recalitas Imobiliárias	4.618.788,37	4.917.546,07
Recalitas de Valores Mobiliários	23.310,32	33.474,78
Recalitas Diversas	21.802.853,14	6.130.946,19
RESULTADO OPERACIONAL	21.232.514,54	32.849.283,17
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	7.546.091,05	(444.856,64)
RECEITA NÃO OPERACIONAL	3.455.038,81	458.068,17
Alienação de Bens Móveis	(530.884,01)	(699.632,80)
Alienação de Bens Imóveis	2.535.345,79	172.438,47
Depreciação - Reversão	1.450.577,03	985.262,50



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

DETALHAMENTO	2008	2007
DESINCORPORAÇÃO DE ATIVOS	(4.091.052,24)	902.924,81
RESULTADO ANTES DO IMP. RENDA E CONTR. SOCIAL	28.778.605,59	32.204.426,53
Provisão para Imposto de Renda	0,00	2.048.811,50
Provisão para Contribuição Social Sobre o Lucro	0,00	757.922,27
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	28.778.605,59	29.397.692,76
LUCRO POR AÇÃO	15,47	16,81

WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE

LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETÓR DE GESTÃO DE ESTOQUES

SILVIO ISOPÓ PORTO
DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL

ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
MODERNIZAÇÃO

RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
CONTADOR CRC DF 009232/Q-8 CPF: 067475233-33

19.2.3. Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Global

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
 Balanço Padrão em 31 de dezembro de 2008

DISCRIMINAÇÃO	CAPITAL REALIZADO	CORREÇÃO MONET. DO CAPITAL	RESERVAS DE CAPITAL	OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL	DOAÇÕES E SURVENC. P. INVESTIMENTO	RESERVA LEGAL	RESERVA DE RETENÇÃO DO LUCRO	LUCROS OU PREJUÍZOS ACUMULADOS	RESULTADO DO EXERCÍCIO	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
SALDO EM 01/01/2007	223.100.698,88	25.373.084,13	0,00	0,00	708.514,72	10.000.344,18	0,00	128.234.583,04	0,00	354.403.386,04
RESULTADO EXERC. ANTERIOR								(25.635,49)		(25.635,49)
RESULTADO DO EXERCÍCIO								29.397.002,76		29.397.002,76
DOAÇÃO DE CAPITAL		442.496,71								442.496,71
DOAÇÕES			32.821,48							32.821,48
CONSTITUIÇÃO RESERVA				705.763,30			(705.763,30)			
DIVIDENDOS PROPOSTOS							13.637.375,00			(13.637.375,00)
SALDO EM 31/12/2007	223.160.498,85	25.373.084,13	442.496,71	0,00	738.138,20	10.768.107,48	0,00	184.193.482,24	0,00	474.598.787,62
RESULTADO EXERC. ANTERIOR								(26.219,57)		(26.219,57)
LUCROS OU PREJ. ACUMULADOS							(163.927.242,00)			(163.927.242,00)
LUC. A DEST. DE EXERC. ANTERIORES							152.256.786,73			152.256.786,73
RESULTADO DO EXERCÍCIO							26.778.605,50			26.778.605,50
RESULTADO DO EXERC. A RESTAR							(26.278.116,00)			0,00
LUCROS A DEST. DO EXERCÍCIO							26.278.116,00			26.278.116,00
RESERVA DE RETENÇÃO DO LUCRO						11.570.455,85				11.570.455,85
OUTRAS RESERVAS DE CAPITAL		834.701,13								834.701,13
DOAÇÕES			106.362,00							106.362,00
DOAÇÕES TRANSF. PRES. DE CAPITAL			(834.701,13)							(834.701,13)
CONSTITUIÇÃO RESERVA				481.066,26				(824.867,74)	481.066,26	
DIVIDENDOS PROPOSTOS							(2.095.821,76)			0,00
SALDO EM 31/12/2008	223.160.498,85	25.373.084,13	442.496,71	834.701,13	0,00	11.280.170,74	11.570.455,85	171.634.902,82	0,00	474.598.711,11


 WAGNER GONÇALVES ROSSI
 DIRETOR FINANCIÁRIO


 LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDOZ
 DIRETOR DE MATERIAIS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS


 ROGERIO COLOMINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS


 ALEXANDRE MALMO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR DE TECNOLOGIAS INOVADORAS
 DE INVESTIMENTO


 SILVIO ISOPÓ PORTO
 DIRETOR DE INVESTIMENTOS E INVESTIMENTOS


 RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 DIRETOR DE INVESTIMENTOS E INVESTIMENTOS
 CONCESSIONÁRIO DE PROJETO DE INFRAESTRUTURA

19.2.4. Demonstração dos Fluxos de Caixa Global



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

Exercício findo em 31 de dezembro de 2008

DESCRÍÇÃO	VALORES EM R\$ MIL	
	2008	2007
ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro Líquido do Exercício	28.779	29.398
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	(13.910)	10.547
Depreciações	9.959	8.563
Redução (Aumento) nos Vendas à Vista e Faf/Dupl. a Receber	(301.936)	3.329
Aumento (Redução) nos Créditos Tributários	(2.227)	53.189
Aumento nos Recursos a Receber do Tesouro Nacional	75.701	(77.803)
Aumento (Redução) nos Valores a Receber de Entidades e Agentes Deve	263.011	9.620
Redução (Aumento) em Pessoal e Encargos	(604)	(19.026)
Aumento (Redução) nos Depósitos Realizáveis a Curto Prazo	24	(13)
Redução (Aumento) nos Valores Pendentes a Curto Prazo	77	19.158
Redução (Aumento) nos Empréstimos - Estoques Públicos	(105.271)	(56.335)
Aumento (Redução) nas Consignações e Fornecedores	62.494	(1.785)
Aumento (Redução) nos Depósitos e Cauções	(53.668)	33.914
Aumento nos Dividendos a Pagar	2.754	3.637
Aumento nas Provisões	1.861	2.014
Aumento nas Entidades Credoras	46.742	30.682
Aumento (Redução) nos Adiantamento de Clientes	(11.242)	1.937
Aumento nos Recursos Vinculados	(1.585)	(1.084)
Redução nas Operações de Crédito Externa	0	(450)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	14.869	39.945
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Desincorporação de Participações Societárias	0	9
Desincorporação de Outros Investimentos	293	1.528
Aplicações no Imobilizado	(14.551)	(10.059)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(14.258)	(8.522)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		
Transferência p/Aumento de Capital	0	443
Reserva Legal	46	0
Dividendos a Pagar	(2.066)	(3.637)
Doações e Subvenções p/Investimento	107	23
Resultado de Exercício Anterior	(266)	(26)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS	(2.179)	(3.197)
FLUXO DE CAIXA DO EXERCÍCIO	(1.568)	28.226
VARIAÇÃO NAS DISPONIBILIDADES		
No Início do Exercício	(1.588)	28.226
No Final do Exercício	65.594	37.368
	64.026	65.594


WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES


ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
 MODERNIZAÇÃO


LUIS HENRIQUE FELIX DA BALDEZ
 DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


SÍLVIO ISOPÓ PORTO

DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTADOR CRC/DF 0092320-8 CPF 067475232-51

19.2.5. Demonstração do Valor Adicionado Global



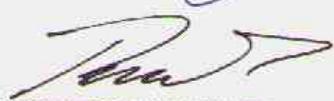
DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO

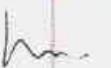
Ejercicio Fimdo em 31 de dezembro de 2008

DESCRIÇÃO	2008	%	2007	%
1.RECEITAS	770.397.269,24	196,71	884.937.447,16	228,96
1.1 - Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	762.851.178,19	193,79	885.254.482,39	229,03
1.2 - Não Operacionais	7.546.091,05	1,82	(317.035,23)	-0,08
2.INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	794.602.415,58	201,86	874.057.450,53	226,13
2.1 - Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos	695.034.006,19	176,56	798.480.946,31	206,58
2.2 - Materiais, Energia, Serviços de Terceiros e Outros	99.568.409,39	25,29	75.576.504,22	19,56
3.VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(24.205.148,34)	-6,15	10.879.886,63	2,81
4.RETENÇÕES	11.810.969,88	3,00	10.770.399,48	2,79
4.1 - Depreciação	11.810.969,88	3,00	10.770.399,48	2,79
5.VALOR ADICIONADO LÍQUIDO (3-4)	(36.016.116,22)	-9,15	108.597,16	0,03
6.VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	429.659.106,81	109,15	386.415.289,95	99,97
6.1 - Receitas/Despesas Financeiras	429.659.106,81	109,15	386.415.289,95	99,97
7.VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR(5+6)	393.642.990,59	100,00	386.524.867,10	100,00
8.DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO	393.642.990,59	100,00	386.524.867,10	100,00
8.1 - Pessoal e Encargos	316.356.089,43	80,37	273.515.043,51	70,78
8.2 - Impostos, Taxas e Contribuições	46.832.488,09	11,90	79.431.679,37	20,55
8.3 - Juros e Aluguéis	1.675.807,48	0,43	1.373.717,69	0,36
8.4 - Resultado Antes do IR e CSLL	28.778.605,59	7,31	32.204.426,53	8,33
8.5 - Provisão p/Imposto de Renda e Contr. Social	0,00	0,00	2.048.811,50	0,53
8.6 - Provisão p/Contribuição Social sobre o Lucro	0,00	0,00	757.922,27	0,00
8.7 - Resultado Líquido do Exercício	28.778.605,59	7,31	29.397.692,76	7,61
8.8 - Dividendos	2.065.621,76	0,52	3.637.376,68	0,01
8.9 - Destinação para Reserva Legal	434.867,74	0,11	785.763,30	0,00
8.10 - Lucros Retidos	26.278.116,09	6,68	24.984.553,78	6,47

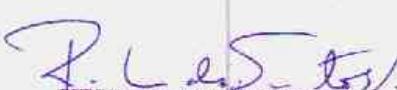

WAGNER GONÇALVES ROSSI
 PRESIDENTE


LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
 DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
 DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES


SILVIO ISOPÓ PORTO
 DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
 DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E
 MODERNIZAÇÃO


RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
 SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE
 CONTAJUDOR CRC DF 0092520-8 CPF 067472232-53

19.2.6. Nota Técnica nº 308/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

Controladoria-Geral da União

Secretaria Federal de Controle Interno

SAS Quadra 1, Bloco "A" - Edifício Darcy Ribeiro, 4º Andar

CEP: 70070-905 - Brasília, DF

Telefone: (61) 3412.7001 - Fax: (61) 3412-7050

70070-905 - Brasília (DF) - Tel.: (61) 3412.7241 - Telefone: (61) 3412.7251

Ofício nº 7447/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR

Brasília, 17 de fevereiro de 2007.

*Suppon
Davado
Gucco
Sepx
Divo
ptimizados
Jacinto Ferreira
Presidente*

A Sua Senhoria o Senhor
JACINTO FERREIRA
Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
SGAS QUADRA 901 – Lote 69 – Conjunto A, Edifício Conab
CEP: 70390-010 – Brasília/DF

Assunto: Encaminha Nota Técnica sobre o processo de prestação de contas da Conab

Senhor Presidente,

Refiro-me ao Ofício PRESI nº 038/2007, dessa procedência, para encaminhar a Vossa Senhoria cópia da Nota Técnica que trata sobre a formalização dos Processos de Prestação de Contas dessa Companhia, exercício de 2006, tendo sido agregado o resultado da reunião realizada nesta Controladoria, dia 09/02/2007, entre representantes dessa CONAB, da CGU e do Tribunal de Contas da União.

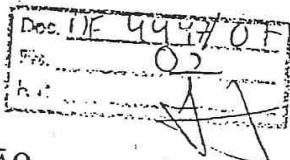
*Atenciosamente,**Jacinto Ferreira*
CLÁUDIO TÓRQUATO DA SILVA
Diretor da Auditoria da Área de Produção e Emprego*Jacinto Ferreira*
Presidente*Cláudio Torquato da Silva*
Diretor da Auditoria da Área de Produção e Emprego
SFC/CGU-PRPRESI - CGU/PR
RECEBIDO EM _____
*21 FEV 2007**Jh Jane*

Anexo: 1/4

"Visite o Portal da Transparéncia (www.portaltransparencia.gov.br) e fiscalize o uso dos recursos públicos federais."

L\SFC\DR\DRAGR\Ofícios\Ofícios - 2007\Encaminha à CONAB - NT - Prestação de Contas Conab 2006.doc

*16.02.07
10:00
Leitura*



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO
SECRETARIA FEDERAL DE CONTROLE INTERNO

Nota Técnica nº 308 /2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR

Brasília-DF, 14 de fevereiro de 2007.

Assunto: Composição e forma de apresentação dos Processos de Prestação de Contas Anual da Conab.

Sr. Diretor,

A presente Nota visa a emissão de resposta ao Ofício PRESI nº 038, de 30/01/2007, mediante o qual o Presidente da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab encaminhou a esta CGU-PR, questões práticas suscitadas pelas áreas envolvidas na elaboração das peças que irão compor os processos de prestação de contas da Matriz e respectivas Superintendências Regionais daquela Companhia, conforme alterações introduzidas pela Decisão Normativa TCU nº 81/2006 e pela Norma de Execução CGU nº 03/2006, apresentando, ainda, sugestões de adequações para este exercício.

2. É mister ressaltar que a análise preliminar do ofício supra foi realizada pela Coordenação-Geral de Auditoria da Área de Agricultura, Pecuária e Abastecimento-DRAGR, responsável pela avaliação da gestão da Conab, e consubstanciada na Informação nº 17/2007-DRAGR/DR/SFC/CGU-PR, de 06/02/2007, com sugestão de discussão interna com a GSCON - Coordenação-Geral de Contas do Governo e DCTEQ - Coordenação-Geral de Técnicas, Procedimentos e Qualidade, visando a emissão de entendimento institucional para orientação às CGU-Regionais nos Estados do CE, PE, AM, RO, MG, GO, MT, PR e RS, assim como o encaminhamento ao Tribunal de Contas da União para ciência e à Conab para aplicação.

3. Assim, em reunião realizada em 06/02/2007, foi construído o entendimento institucional da SFC/CGU-PR, a partir de análise conjunta da DRAGR, GSCON e DCTEQ sobre os pontos apresentados pela Conab, em estrita observância à Decisão Normativa TCU nº 81/2006, e na Norma de Execução nº 03, anexa à Portaria CGU nº 555/2006, o qual, após discussão com os representantes da Conab e do TCU, em reunião realizada nesta CGU, em 09/02/2007, passamos a descrever.

II – RESULTADOS DA ANÁLISE

4. Quanto à Organização dos Processos e Prazo para entrega:

Missão da SFC/CGU-PR: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos
LASFC\DR\DRAGR\Nota Técnica - 2007\NT Prestação de Contas da Conab-exercício 2006.doc

CE 4447/07
03

Proposição da Conab: Considerando as peculiaridades relacionadas à elaboração dos vários demonstrativos e documentos que integram as peças que compõem a prestação de contas, que estão exigindo adequações diversas tanto no SIAFI com em sistemas auxiliares mantidos pela Conab, encaminhamos Ofício ao Secretário-Executivo da CGU (Ofício Diafi nº 20, de 24 de janeiro de 2007) requerendo prorrogação do prazo de apresentação, de 28/02/2007 para 15/03/2007, imprescindível para fins de consolidação.

Análise da SFC/CGU-PR: As Sureg AM, CE, PE e RO deverão compor processos simplificados devido ao valor total do Ativo ser inferior ao limite de R\$ 100.000.000,00, conforme previsto na DN TCU nº 81/2006. As Sureg GO, MG, MT, PR e RS, assim como a Matriz consolidando as demais Sureg deverão organizar o processo de forma não simplificada. Entretanto, considerando os argumentos aduzidos pela Conab, entendemos que, excepcionalmente neste exercício, não há óbice quanto a prorrogar para o dia 15/03/2007 o prazo final para entrega dos processos simplificados alusivos às Sureg's AM, CE, PE e RO, sendo, no entanto, necessária prorrogação de 15 dias no prazo previsto para as respectivas CGU-Regionais envolvidas concluirem os seus trabalhos, o que não impactará o prazo para entrega dos processos no Tribunal de Contas da União.

5. Quanto às peças dos Processos:

a) Relatório do Gestor:

Proposição da Conab: Processos Individualizados (Superintendências Regionais AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS) - às informações serão apresentadas individualizadas, no que couber e, sempre que possível fazendo referência a Conab como um todo.

Processo da Conab consolidando as demais Superintendências – para minimizar o prejuízo na análise de conteúdo do mencionado relatório, sugerimos que seja apresentado um relatório consolidado da Conab como um todo e encaminhado às instituições pertinentes pelas vias competentes.

Análise da SFC/CGU-PR: Concordamos parcialmente com as adequações sugeridas, acrescentando, porém, que o Relatório do Gestor emitido pelas Sureg que irão apresentar PC individualizada deverá conter, dentre outras, informação do percentual dos programas governamentais por elas executados com os respectivos resultados, assim como dos indicadores de gestão aplicados, no que for possível, observando os itens previstos no Anexo II da DN/TCU nº 81/2006. Quanto ao processo da Conab consolidando as demais Sureg's, entendemos que o Relatório do Gestor deverá conter as execuções da unidade consolidadora e consolidadas, conforme itens previstos no Anexo II da DN TCU nº 81/2006.

b) Demonstrativos Contábeis:

Proposição: Os demonstrativos contábeis elaborados de forma desconsolidada não irão refletir a real situação orçamentária, patrimonial, financeira e de resultado das Unidades em análise. Além disso, o processo consolidado da Matriz e demais Superintendências não conterá as peças contábeis globais da Conab que serão publicadas consoante disposto na Lei 6.404/76, nem aquelas elaboradas em conformidade com o disposto na Lei 4.320/64.

Missão da SFC/CGU-PR: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos
L:\SFC\DR\DRAGR\Nota Técnica\Nota Técnica - 2007\NT Prestação de Contas da Conab-exercício 2006.doc

2 de 4

Doc. OF 4447/07
Fol 04
RJL

Processos Individualizados (Superintendências Regionais AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS) – sugerimos que sejam anexados os demonstrativos contábeis globais da Conab, com apresentação individualizada dos recursos geridos e notas explicativas quando couber.
Processo da Conab consolidando as demais Superintendências – anexar os demonstrativos contábeis globais da Conab.

Análise da SFC/CGU-PR: A questão deve ser analisada sob 2 aspectos, o primeiro quanto aos demonstrativos que devem integrar os processos, conforme a Lei nº 6.404/76 e 4.320/64. O segundo sob a ótica da demonstração da real situação para demonstrativos que comporão o processo.

Quanto aos demonstrativos previstos na Lei nº 4.320/64, a STN instituiu grupo de trabalho com vistas a desenvolver as alterações no Sistema SIAFI de forma a permitir a extração dos demonstrativos contábeis agregando-se os dados por UG vinculadas. Assim, para os processos individualizados das Superintendências da Conab, a extração deverá agrupar as UG's da Superintendência e das Unidades Operacionais a ela vinculadas, mediante demonstrativos extraídos do SIAFI e previstos na Lei nº 4.320/64, de forma a refletir a real situação dos lançamentos contábeis realizados pela Companhia, com as respectivas notas explicativas que se fizerem necessárias e no processo formalizado para a Conab consolidando as demais SUREGs, a extração deverá agrupar as UG da Sede e das Superintendências, com suas respectivas Unidades Operacionais.

Quanto aos demonstrativos previstos na Lei nº 6.404/76, há uma impossibilidade atual, talvez insanável no futuro, para o desmembramento das unidades ou composição de parte delas. Assim, neste quesito entendemos que apenas o processo da Conab consolidando as demais SUREG deverá conter anexos os demonstrativos contábeis globais da Companhia, com as respectivas notas explicativas.

Por fim, no que tange a real situação acreditamos que a matéria está mais vinculada aos lançamentos efetivados nos registros contábeis do que com o tipo de balanço que deva ser apresentado pela Companhia.

c) Relatórios e Pareceres dos Conselhos e da Auditoria Interna

Proposição da Conab: Sugerimos que os pareceres dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Auditoria Interna sejam elaborados de forma global e anexados em cada processo de prestação de contas.

Análise da SFC/CGU-PR: Não há óbice quanto à apresentação dos Pareceres dos Conselhos de forma consolidada, em face às disposições da Lei 6.404/76 e o Regimento Interno da Conab. No caso da Auditoria Interna, entendemos que para este primeiro ano de mudança, não haveria impedimento na apresentação de um Parecer global, desde que sejam ressaltados os trabalhos desenvolvidos e recomendações emitidas às Superintendências desconsolidadas.

III - CONCLUSÃO

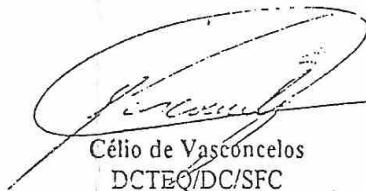
6. Considerando o entendimento emitido pelos Coordenadores-Gerais da GSCON, DRAGR e DCTEQ quanto às questões/adequações suscitadas pela Companhia Nacional de Abastecimento, consignado nesta Nota Técnica, sugerimos submeter o presente expediente à aprovação do Senhor Secretário Federal de Controle Interno, e posterior encaminhamento, mediante ofício, ao Tribunal de Contas da União para ciência e à Conab, para aplicação.

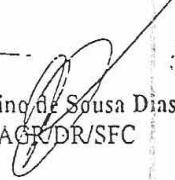
[Handwritten signature]
3 de 4
Missão da SFC/CGU-PR: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos
L:\SFC\DR\DRAGR\Nota Técnica\Nota Técnica - 2007\NT Prestação de Contas da Conab\exercício 2006.doc

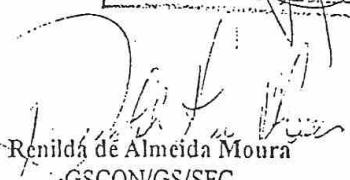
7. Sugerimos, ainda, envio da presente Nota, por e-mail, às CGU-Regionais responsáveis em avaliar a gestão das Sureg/Conab do AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS para ciência.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2007.

OF 444707
Q


Célio de Vasconcelos
DCTEQ/DC/SFC

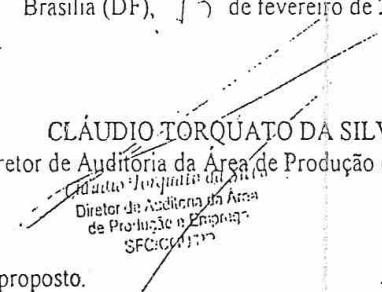

Varciolino de Sousa Dias
DRAGR/DR/SFC


Renilda de Almeida Moura
GSCON/GS/SFC

De acordo.

Submeto a presente Nota à consideração e aprovação do Senhor Secretário Federal de Controle Interno, com minutas de Ofícios à Conab e ao TCU.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2007.


CLÁUDIO TORQUATO DA SILVA
Diretor de Auditoria da Área de Produção e Emprego

Aprovo.
Encaminhe-se conforme proposto.

Brasília (DF), 13 de fevereiro de 2007.


VALDIR AGAPITO TEIXEIRA
Secretário Federal de Controle Interno

4 de 4

Missão da SFC/CGU-PR: Zelar pela boa e regular aplicação dos recursos públicos

L:\SFC\DR\DRAGR\Nota Técnica\Nota Técnica - 2007\NT Prestação de Contas da Conab-exercício 2006.doc



OFÍCIO DIAFI Nº 20

Brasília - DF, 24 de janeiro de 2007

Senhor Secretário,

De acordo com a Decisão Normativa TCU nº 81, de 06 de dezembro de 2006 – Anexo I, as Superintendências Regionais da Conab nos Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul deverão apresentar processos de prestação de contas individualizados, além do consolidado das demais Unidades.

Consoante o art 3º, § 2º inciso II da DN TCU 81/06, a Unidade Jurisdicionada, cujo valor total do ativo, obtido no Balanço Patrimonial do final do exercício, seja inferior a R\$ 100 milhões, organizará os processos de contas na forma simplificada, conforme previsão do art. 7º da IN TCU 47/2004.

Assim sendo, das nove (9) Superintendências Regionais indicadas, quatro (4) se enquadram nesta situação (AM, RO, CE e PE), cujo prazo limite para encaminhamento a CGU, conforme Portaria CGU nº 555, de 28 de dezembro de 2006 (Anexo I - Norma de Execução 03/06 – item 5.2), é 28/02/2007.

Considerando as peculiaridades relacionadas à elaboração dos vários demonstrativos e documentos que integram as peças que compõem a prestação de contas, decorrentes das novas regras e parâmetros definidos pela DN TCU 81/06 e Portaria CGU 555/06, que estão exigindo adequações diversas tanto no SIAFI como em sistemas auxiliares mantidos pela Conab, solicitamos conceder prazo até o dia 15 de março de 2007 para encaminhamento dos processos organizados na forma simplificada.

Certos de contar com a compreensão dessa Controladoria-Geral da União, aguardamos um pronunciamento favorável ao tempo em que colocamo-nos à disposição para informações complementares que se fizerem necessárias.

Cordialmente,

José Carlos de Andrade

Diretoria de Gestão Administrativa e Financeira

Diretor

À Sua Senhoria o Senhor
Luiz Augusto Fraga Navarro de Britto Filho
Secretário-Executivo da Controladoria Geral da União - CGU
Brasília - DF
SUCON/EMRO

25-1-07

PROTÓCOLO CGU/PR 25/JAN/2007 14:45



Ofício PRESI nº 038-

Brasília/DF, 30 JAN 2007

PROTÓCOLO OS/UPR 30/JAN/2007

Senhor Coordenador,

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab é uma empresa pública federal com capital 100% da União, regida pela Lei 6404/76 e Lei 4320/64. A empresa está estruturada de forma a contar com representação em todas as Unidades da Federação, que se constituem em Superintendências Regionais e Unidades Operacionais sem autonomia, ou seja, são "dependências" vinculadas à Matriz.

Consoante o disposto na Decisão Normativa TCU nº 81, de 06 de dezembro de 2006, Anexo I, a Conab deverá apresentar processos individualizados para as Superintendências Regionais da Conab nos Estados do Amazonas, Ceará, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pernambuco, Paraná, Rondônia e Rio Grande do Sul, além do consolidado das demais Superintendências.

Após análise do conteúdo das peças que integram o processo de prestação de contas, conforme requerido pelo Tribunal de Contas da União (DN 81/06) e Controladoria Geral da União (Norma de Execução 3/06), constatamos que a desconsolidação na forma requerida, considerando a estrutura orgânica da Companhia, trará como consequência a geração de informações parciais que irão prejudicar a análise individualizada.

Assim sendo, questões práticas foram suscitadas pelas áreas envolvidas na elaboração das peças que irão compor os processos de prestação de contas. Em razão disso, foram realizadas reuniões com os órgãos acima citados, as quais ocorreram nos dias 11/01/07 (CGU) e 25/01/07 (TCU).

Ao Senhor
VARCIOLINO DE SOUSA DIAS
Coordenador-Geral de Auditoria das Áreas de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Controladoria-Geral da União da Presidência da República
SAS Ed. Darcy Ribeiro
70070-905 - Brasília /DF

c/cópia ao Senhor Gualter Ramalho Portella – Secretário Adjunto de Contas – ADCON/TCU

ISUMAV JF/SOU 001/2007 18:49

Documentos em Digitalização e Documentação eletrônica 001/2007



Cont. Ofício PRESI nº 038-1/2007

02

Conforme entendimentos mantidos, formalizamos os pontos discutidos e as sugestões de adequações necessárias, fixando-nos em duas premissas:

- a) adiamento, no mínimo para 2008 das alterações efetuadas, no sentido de se conseguir consensualmente um amadurecimento técnico de todas as Entidades envolvidas no processo, podendo inclusive resultar no seu cancelamento ou em modificações;
- b) não acatada a premissa acima, sugerimos análise dos pontos a seguir:

b.1. Organização do processo de contas

Consoante o art 3º, § 2º inciso II da DN TCU 81/06, a Unidade Jurisdicionada, cujo valor total do ativo, obtido no Balanço Patrimonial do final do exercício seja inferior a R\$ 100 milhões, organizará os processos de contas na forma simplificada, conforme previsão do art 7º da IN TCU 47/2004. Assim sendo, das nove (9) Superintendências Regionais indicadas, quatro (4) se enquadram nesta situação (AM, RO, CE e PE), cujo prazo limite para encaminhamento a CGU, conforme Portaria CGU nº 555, de 28/12/2006 (Anexo I – Norma de Execução 03/06 – item 5.2), é de 28/02/2007.

Considerando as peculiaridades relacionadas à elaboração dos vários demonstrativos e documentos que integram as peças que compõem a prestação de contas, que estão exigindo adequações diversas tanto no SIAFI como em sistemas auxiliares mantidos pela Conab, encaminhamos Ofício ao Secretário-Executivo da CGU (Ofício Diafi nº 20, de 24 de janeiro de 2007) requerendo prorrogação do prazo de apresentação, de 28/02/2007 para 15/03/2007, imprescindível para fins de consolidação.

b.2. Peças do processo

b.2.1. Relatório de Gestão:

Além dos relatórios individualizados (de forma precária) das Unidades anteriormente elencadas, a Conab deverá apresentar um consolidado das demais Superintendências Regionais, cujo conteúdo está discriminado nos Anexos II e IX da Decisão Normativa do TCU nº 81/06, mesmo que prejudicado em alguns itens, na medida em que a Companhia atua de forma centralizada principalmente nas questões relativas às programações orçamentária (previsão da receita e fixação das despesas) e financeira, metas e indicadores.

É óbvio que com esta formatação nenhum dos relatórios apresentará informações consolidadas da Conab como um todo, dificultando sobremaneira as profícias análises a serem levadas a termo pelos Analistas.



Cont. Ofício PRESI nº 03 8/2007

03

Adequações:

- Processos Individualizados (Superintendências Regionais AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS): As informações serão apresentadas individualizadas, no que couber e, sempre que possível fazendo referência à Conab como um todo.
- Processo da Conab consolidando as demais Superintendências: para minimizar o prejuízo na análise de conteúdo do mencionado relatório, sugerimos que seja apresentado um relatório consolidado da Conab como um todo e encaminhado às instituições pertinentes pelas vias competentes.

b.2.2. Demonstrativos Contábeis.

Os demonstrativos contábeis elaborados de forma desconsolidada não irão refletir a real situação orçamentária, patrimonial, financeira e de resultado das Unidades em análise. Além disso, o processo consolidado da Matriz e demais Superintendências não conterá as peças contábeis globais da Conab que serão publicadas consoante disposto na Lei 6.404/76, nem aquelas elaboradas em conformidade com o disposto na Lei 4.320/64.

Adequações:

- Processos Individualizados (Superintendências Regionais AM, CE, GO, MG, MT, PE, PR, RO e RS): sugerimos que sejam anexados os demonstrativos contábeis globais da Conab, com apresentação individualizada dos recursos geridos e notas explicativas quando couber.
- Processo da Conab consolidando as demais Superintendências: anexar os demonstrativos contábeis globais da Conab.

b.2.3. Relatórios e pareceres de Órgãos e Entidades que devam se pronunciar sobre as contas ou sobre a gestão.

Em face às disposições da Lei 6.404/76 e o Regimento Interno da Conab, os Conselhos Fiscal e de Administração deverão se pronunciar sobre a gestão de forma consolidada.

No que se refere ao parecer da Auditoria Interna, da mesma forma que o Relatório de Gestão e Demonstrativos Contábeis, fica prejudicado no seu conteúdo:



Cont. Ofício PRESI nº 03872007

04

Adequações:

- Sugerimos que os pareceres dos Conselhos de Administração e Fiscal e da Auditoria Interna sejam elaborados de forma global e anexados em cada processo de prestação de contas.

b.2.4. Demais peças – serão apresentadas de forma desconsolidada.

Diante do exposto e certos de contar com a compreensão dessa Controladoria-Geral da União, aguardamos manifestação favorável ao tempo em que colocamo-nos à disposição para informações complementares que se fizerem necessárias.

Cordialmente,

JACINTO FERREIRA
Presidente

19.3. Relatório da Administração previsto na Lei 6.404/1976

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Companhia Nacional de
Abastecimento - Conab**

Exercício 2008

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Introdução

Cumprindo disposições legais e estatutárias, a administração da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab submete à apreciação dos Senhores Conselheiros, as Demonstrações Financeiras, concorrentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, acompanhadas das respectivas notas explicativas.



2

 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**Mensagem da Diretoria**

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva, quando participou do Fórum Econômico Mundial de 2007, na cidade suíça de Davos, chamou a atenção, àquela época, sobre a grave crise da fome no mundo, citando, em especial, os países mais pobres.

Na oportunidade, o presidente Lula pediu aos 24 chefes de Estados presentes ao Fórum, maior sensibilidade para com o tema e, solicitou que as nações mais ricas repassassem um percentual aplicado na produção de armas para atender às necessidades dessas nações.

A reação foi positiva, visto a repercussão junto à opinião pública mundial, com destaque nos principais jornais internacionais. Embora elogiado pela iniciativa do governante brasileiro, o grupo dos países mais ricos, posteriormente, deu pouca importância ao assunto, pois adotam, com freqüência, políticas protecionistas ao sistema produtivo agrícola, com fortes aplicações em subsídios.

Apesar das dificuldades em superar as barreiras existentes entre ricos e pobres, o Brasil tem avançado de forma eficaz no combate a esta constrangedora situação social. O governo federal investiu em programas específicos, no intuito de minimizar a miséria e a fome. Podemos citar como exemplo, o lançamento do então programa e atual estratégia Fome Zero. No primeiro governo do presidente Lula da Silva, se priorizou, também, melhor atendimento aos pequenos e médios produtores rurais, por meio do estímulo a produção da agricultura familiar, donde consolida as ações do governo em atender nossas demandas internas aos que vivem em situação de carência alimentar.



3

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Hoje, produzimos em torno de 134,7 milhões de toneladas de grãos, com exportação dos excedentes. Poderíamos atingir uma capacidade bem maior, em face da grandiosa extensão de terras agricultáveis do País, com a garantia da eliminação definitiva da fome nacional.

A Conferência Mundial sobre Alimentação, em 1974, projetou sua erradicação no período de 10 anos, ou seja, 1984. Esta previsão não se concretizou. Agora, 34 anos depois, segundo a FAO, até 2020, a carência alimentar será reduzida pela metade, mas 1,3 bilhões ainda passarão fome, sendo 10% só de crianças.

Desde a data de realização do Fórum observa-se que se intensificou a crise dos alimentos no mundo, que não tardou a eclodir. Soma-se, ainda, a recente crise financeira que abalou o planeta, com a falência das entidades financeiras, iniciada nos Estados Unidos e estendida à Europa e à Ásia.

Neste ponto, agrava-se de forma ainda mais acentuada a questão da fome, que passa a ocupar um plano secundário, com consequências devastadoras ao atingir os países mais pobres e suas populações. Desacelera neste aspecto a ajuda humanitária, quando se retira o foco das atenções. É patente, em contrapartida, que, para se estabelecer um patamar de investimentos para a erradicação desse flagelo, a atual crise econômica abala indubitavelmente qualquer redirecionamento de recursos financeiros em ressalva.

O relatório do Instituto Americano de Pesquisas (2007), aponta resultados nada animadores sobre a economia dos países pobres ligado a FAO. Apenas a África, para reverter o número de famintos, deverá ter disponível em torno de 76 a 186 bilhões de dólares,

42
4

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

previstos em investimentos de infra-estrutura básica. Isto compreende estradas, irrigação e saúde entre outros.

Conforme a manifestação do presidente Lula, em Davos (2007), se as aplicações em armamentos fossem reduzidas, restariam recursos disponíveis ao atendimento dessa demanda alimentar. Hoje, apenas 10 bilhões de dólares seriam suficientes a reduzir significativamente a tragédia de crianças subnutridas no mundo. Este valor representa uma cifra ínfima e é bem menor do quanto se gasta na produção de armas.

O que é importante, neste contexto, é a política de governo implementada por meio da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB nestes últimos anos, pois colocou o Brasil em posição privilegiada no cenário internacional, com destaque em sua larga experiência no atendimento às populações menos favorecidas, no combate à fome, à miséria e aquelas atingidas por calamidades.

Sem se distanciar da realidade, a Companhia chegou de imediato em apoio às vítimas dos temporais do Vale do Itajaí em Santa Catarina, disponibilizando aquelas populações, o alimento e o apoio logístico necessário à recomposição da dignidade social. O mesmo fenômeno se abateu, também, sobre o estado de Minas Gerais. Mais uma vez, a Empresa amparou as comunidades necessitadas com o apoio alimentar.

A CONAB tem sido uma das principais ferramentas do governo no resgate da cidadania e da dignidade, quando disponibiliza de forma tempestiva seu apoio aos pequenos e médios agricultores familiares, às populações atingidas por barragens, aos quilombolas, às populações indígenas, aos açodados pelas intempéries. A Conab atua, também, resguardando

m
5

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

a regulação de preços no mercado, intervindo com seus estoques estratégicos quando necessário, praticando a política de preços mínimos. Exemplo de ação regulatória bem sucedida neste ano foi a intervenção no mercado do arroz, garantindo, de um lado, a renda aos produtores e, de outro, preços razoáveis à população.

O fato é que a Companhia possui um amplo “know-how” no setor de abastecimento, na atuação e garantia de forma eficiente para a neutralização dos impactos desfavoráveis às questões afetas do setor produtivo agrícola e social.

A formulação da política agrícola nacional municiou a CONAB, com tecnologias avançadas, protegendo o País de sobressaltos insurgentes de caráter político-social. Quais os principais fatores de desajustes diagnosticados que coloca em risco a estabilidade de uma região? Escassez de alimentos causada naturalmente por fortes variações climáticas, provocadas por razões naturais ou pela ação do homem, como desertificação por desmatamento, assoreamento dos rios, terremotos, pragas de insetos e enfermidades das plantas causadas por descontrole ambiental da cadeia biológica alimentar.

Com o esforço de seus técnicos e especialistas a Conab se coloca diante das tarefas árduas de planejar, administrar e executar a política agrícola nacional, de colocar em prática a garantia do abastecimento, de levar o alimento à mesa dos mais necessitados, de assegurar a continuidade das atividades dos pequenos, médios e grandes produtores.

Aqui, se estabelece uma prioridade em investimentos no campo humano por meio de treinamento e capacitação, da valorização pessoal com aplicação em recursos administrativos e humanos. Enfim, para o aprimoramento de nosso corpo funcional, embora de alta qualidade

m

6

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

técnica, se faz necessário uma constante atualização, de acordo com as atuais demandas, a medida em que o País avança em direção ao desenvolvimento.

Do terceiro ao primeiro mundo, existem obstáculos quase que intransponíveis, mas que foram e serão superados exatamente pela determinação de nossos colaboradores, estes que se dedicaram diuturnamente a esta CONAB. Assim, obtivemos também o reconhecimento internacional com constantes visitas de delegações estrangeiras em busca de informações, com a finalidade de usar nossa experiência em seus países.

A experiência nos qualificou a atuar em qualquer cenário internacional. A CONAB prestou assistência alimentar aos governos da Indonésia, afetado pelo recente tsunami ocorrido naquele país, ao Haiti, que passou por uma grave crise social, ao Panamá, à Cuba, à Honduras vitimados por furacões, sempre dentro dos programas humanitários do Governo Federal.

A magnitude da CONAB nos deixa orgulhosos em trabalhar em uma Empresa, que cumpre eficazmente suas obrigações e desempenha com maestria sua capacidade quer o apoio a agricultura empresarial ou familiar, quer no atendimento social no Brasil e no exterior.

**A Diretoria**

7

**Conab**
Companhia Nacional de Abastecimento**DESEMPENHO CORPORATIVO**

A agricultura brasileira, por décadas, apresentou um quadro de produção inexpressivo na atividade rural, com uma gama de questionamentos quanto à forma de melhor desenvolver o setor com maior produtividade. Plantio direto, uso de defensivos, monocultura, negócios, preços e mercado internacional.

A atividade rural necessitava de um apoio formal do estado. Por esta razão o governo uniu em um único ambiente a tecnologia, o "know how" e a capacidade de técnicos qualificados e experientes empresas, com os pressupostos em financiamento, em armazenagem e comercialização, além das informações precisas sobre política agrícola.

Neste sentido, entra no cenário a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, criada em 1990, com a fusão da Companhia Brasileira de Alimentos, da Companhia Brasileira de Armazenamento e da Companhia de Financiamento da Produção.

A Conab, em 2008, fechou o exercício com um saldo positivo em suas atividades, superando as expectativas almejadas, inclusive, com alteração de sua estrutura orgânica, com a criação de uma Diretoria de Recursos Humanos e Modernização, que terá, entre outras ações, a especial tarefa de reorganizar o quadro de pessoal da Companhia, com um novo foco na gestão de pessoas.

Reconhecida como uma Empresa com forte influência na definição do agronegócio brasileiro, tem sido parâmetro nas principais Bolsas de Mercadorias brasileiras e internacionais como a de Chicago, Nova York e Londres, que desempenham importante papel no mercado de "commodities", com a regulação de praticamente quase todo o comércio

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

internacional, mas com fortes interferências, também no mercado asiático nas bolsas de Tóquio, Hong Kong, Coréia do Sul e Twain, entre outras.

Ainda com o perfil humanitário, a Companhia atendeu, tempestivamente, as recentes catástrofes ocorridas nos estados de Santa Catarina e Minas Gerais, colocando a serviço da população local, os gêneros alimentícios tão necessários a garantia de sobrevivência e apoio logístico na recuperação das perdas aos produtores da região. Em pequeno espaço de tempo, atendeu demandas internacionais, também com auxílio de caráter humanitário na Ásia, na América Latina e África.

A Conab está presente no desenvolvimento social, com o apoio material e conhecimento de causa, com informações precisas na cidade e no campo, em atendimento de suas principais carências, nutridas com a atuação eficaz da Companhia Nacional de Abastecimento, uma empresa pública a serviço do governo, da sociedade Brasileira.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Da Distribuição de Cestas de Alimentos

A distribuição de cestas e alimentos é uma ação social do governo federal que visa garantir, de forma regular, um composto alimentar a grupos populacionais específicos em situação de insegurança alimentar. São contempladas as famílias de trabalhadores rurais, que se encontram acampadas para sua inclusão no Programa Nacional de Reforma Agrária, comunidades indígenas, de terreiros, de remanescentes de quilombos, famílias desalojadas de áreas ocupadas por barragens, marisqueiros e caranguejeiros.

112

9



Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

A coordenação das demandas encontra-se sob gestão da Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional(SESAN) do MDS que, em articulação com a FUNAI, FUNASA, INCRA, OAN/MDA, SEPPIR, SEAPE, Fundação Cultural Palmares e movimentos sociais, definem os beneficiários, a composição da cesta, os quantitativos e a periodicidade das entregas.

O suprimento das cestas é realizado por meio de compras no mercado regular, fazendo uso do sistema de leilão eletrônico da Conab, e de alimentos originários de aquisições da Agricultura Familiar, via Programa de Aquisição de Alimentos – PAA.

Os estoques repassados em 31 de dezembro de 2007, para distribuição em 2008, foram de 10.748 toneladas, correspondendo a 482.411 atendimentos.

A Conab, em 2008, recebeu para atendimento, demandas do MDS/SESAN com transferências de crédito no valor de 41,4 milhões reais, adquirindo 18,7 mil toneladas de produtos e transferidas do PAA 6,2 mil toneladas de alimentos.

Nesse período, foram distribuídas 1.439.256 cestas de alimentos, totalizando 32.552 mil toneladas, suplementando as necessidades alimentares e nutricionais de 354.218 famílias carentes.

Tal volume é 48% inferior ao realizado em 2007, que registrou a distribuição de 49.589 mil toneladas de alimentos, em face de liberação dos recursos apenas no mês de junho de 2008 pelo MDS/SESAN. Há de se considerar, também, a alta nos custos dos alimentos e o reduzido estoque de produtos do PAA na composição das cestas.

IN

10


Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Distribuição de Cestas de Alimentos

Beneficiários	Nº de Cestas
Famílias Acampadas	925.517
Comunidades Quilombolas	112.873
Comunidades de Terreiros	38.933
Comunidades Indígenas	278.534
Atingidos por Barragens	59.38
Marisqueiros/ Caranguejeiros	3.744
Atendimentos Emergenciais	20.317
Total	1.439.256

Destaca-se, ainda, a participação da Conab na Operação de Combate aos Efeitos da BERIBÉRI, com repasse de 97 mil reais, com previsão de disponibilizar ao Governo do Estado do Maranhão 200 toneladas arroz beneficiado do governo do Maranhão, visando a troca do produto contaminado por fungos de micro toxinas causadoras da doença, detectadas no sudeste da cidade de Imperatriz. O montante de 364 toneladas de arroz em casca utilizadas no beneficiamento, fazia parte dos estoques do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) armazenados em Balsas.

Da Distribuição de Cestas de Alimentos – Emergenciais

Por solicitação da Secretaria Nacional de Defesa Civil do Ministério da Integração Nacional, a Conab adquiriu, em caráter emergencial, cestas de alimentos destinadas as comunidades atingidas pelas adversidades climáticas ou catástrofe de outra natureza, submetidas à situação de insegurança alimentar e nutricional, em virtude de sua capilaridade e agilidade operacional.

11

 Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Em 2008, foram repassados aproximadamente 49,1 milhões de reais, na compra de 21,5 mil toneladas de produtos, com a utilização de 2,1 mil toneladas de produtos oriundos do PAA, totalizando 740 mil cestas de alimentos. Desse total, foram distribuídas 7 mil toneladas, equivalente a 296 mil cestas, em diversos estados. Ao final do período, o saldo remanescente somou 16,9 mil toneladas.

Em comparação ao volume doado em 2007, em torno de 4,1 mil toneladas, o quantitativo fornecido em 2008 foi superior em 70,7%, influenciado pelos atendimentos realizados, principalmente nos estados de Santa Catarina, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Piauí.

Distribuição de Cestas de Alimentos (Emergenciais) por Região

Região	Quantidade de Cestas (t)
Norte	734.212
Nordeste	3.233.640
Centro Oeste	240.500
Sudeste	1.535.499
Sul	1.255.595
Total	6.999.446

Da Ajuda Humanitária Internacional

O governo brasileiro tem desprendido esforços para ampliar sua assistência humanitária aos países em situação de vulnerabilidade social e econômica. Para tanto, instituiu um grupo de trabalho interministerial para tratar do assunto, com a incumbência de definir as ações de ajuda humanitária a partir das demandas apresentadas por representações diplomáticas.



12

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Para essas doações são utilizados alimentos dos estoques públicos e produtos de aquisições da Agricultura Familiar, mediante prévia autorização dos órgãos detentores dos estoques o MDS e o MI.

Em 2008, a Conab comandou emergencialmente a expedição de 1.6 mil toneladas de produtos básicos a sete países, destinados às populações atingidas por calamidades, a saber:

Ajuda Humanitária Internacional – Distribuição de Produtos

País	Moçambique	Zâmbia	Bolívia	Haiti	Cuba	Paraguai	Jamaica	TOTAL
Qtde(t)	6.000	6.500	5.500	527.530	528.530	28.014	500.000	1.602.114

Por força da Medida Provisória 444/2008, foram autorizadas as doações de 45 mil toneladas de arroz, 2 mil toneladas de leite em pó e 500 kg de sementes de hortaliças, para as populações de Honduras, Haiti, Jamaica e Cuba, que se encontram acometidas por catástrofes climáticas. Inicialmente, foram embarcadas 900 toneladas de leite em pó e 600 toneladas de arroz.

O apoio técnico do governo brasileiro em ações de segurança alimentar e nutricional e a troca de experiências fizeram a Conab presente em ações no Timor Leste, com apoio na elaboração de projetos de abastecimento e de Segurança Alimentar e Nutricional, a exemplo do PAA e do Programa de Distribuição Gratuita de Alimentos (Projeto em fase final de implementação).

Realizou visitas técnicas em prospecção de novas tecnologias para operacionalização de mercados atacadistas de hortigranjeiros europeus, com a finalidade de aplicação no Brasil,

ht

13

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

aonde foram acertados acordos de cooperação técnica em Portugal, com a Mercasa, na Espanha, com a Mercamadri, na França, com a Rugis. Nesses países, o acordo prevê reciprocidades em treinamentos entre os técnicos de cada país. Alemanha e Dinamarca, apenas a cooperação técnica. Os acordos estão em fase de formatação por meio do Itamaraty.

Do Apoio Institucional ao Fome Zero

A Conab recebeu material de assistência humanitária destinado às vítimas de calamidades nos estados da Bahia, Ceará, Maranhão, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Rio Grande do Sul, perfazendo um estoque total de 1.193.155.

Foi ampla a atuação da Conab em auxílio às vítimas do Vale do Itajaí, em face dos fortes temporais ocorridos na região, com desmoronamentos de encostas e soterramentos de cidades. Na linha de frente, distribuiu cestas de alimentos e material de apoio, colocando armazéns e equipe técnica nas operações em parceria com o Exército, Secretaria Nacional de Defesa Civil e governo do Estado, na coleta, na guarda, na seleção e na distribuição dos produtos doados pelos demais estados, população e empresas, recebendo recursos na ordem de 1,156 milhão de reais.

Do Apoio Logístico ao Fome Zero

O Fome Zero é uma estratégia de governo que envolve o estado e a sociedade, com um conjunto de ações voltadas aos brasileiros com carência alimentar, de maneira que tenham acesso a uma alimentação balanceada, na quantidade e qualidade suficientes, de forma digna, regular e sustentável.

Luz

14

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Por orientação das Portarias Interministeriais nº 183/2003 e nº 1.128/2008 a Conab participa do Fome Zero, com o abastecimento alimentar, como executora operacional, dentro de suas atribuições institucionais. A direção da empresa orientou que sua participação fosse direta, com prioridade ao atendimento aos processos do Fome Zero, de forma a disponibilizar ao Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) toda sua estrutura e capilaridade operacional, para o recebimento, guarda, movimentação e distribuição de produtos doados ao Fome Zero, incluindo, máquinas, eletrônicos, peças de vestuário, utensílios, veículos e brinquedos.

Acrecenta-se, ainda, a aquisição de bens e prestação de serviços para instalação de unidades de apoio às ações de suplementação alimentar, serviços de guarda, transporte e distribuição de material informativo e pedagógico, doação de produtos originários de aquisições da Agricultura Familiar, promovendo ações de suplementação alimentar e geração de renda, em articulação com instituições de interesse público. Em síntese, esse apoio em 2008 alcançou sete Unidades da Federação e pode ser definido em três linhas de ações:

a) Produtos Recebidos em Doação

Em 2008, foram distribuídas mercadorias no valor de 765,6 mil reais, num total de 58 atendimentos em 10 municípios.

Distribuição de Mercadorias por Estados - Valor

Estado	Valor (R\$)
Amazonas	72.294
Bahia	6.879
Goiás	12.696
Paraíba	13.137
Rio de Janeiro	660.622
Total	765.629

m

15


Conab
 Companhia Nacional de Abastecimento

b) Materiais Informativos e Pedagógicos Distribuídos

A Conab recebeu, guardou, transportou e distribuiu 171,5 mil impressos de divulgação do Fome Zero, utilizados em campanhas e atividades de capacitação nas áreas de segurança alimentar e cidadania.

Distribuição de Materiais Informativos e Pedagógicos

UF	TOTAL
Distrito Federal	169.970
Goiás	1.600
Total	171.570

c) Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Atendendo às solicitações de entidades governamentais, bancos de alimentos e outras instituições de interesse público, a Conab, em 2008, usou os estoques originários de aquisições da Agricultura Familiar e doou 14,66 mil toneladas de produtos, utilizados em ações de suplementação alimentar.

Dados sobre Doação de Produtos da Agricultura Familiar

Número de Municípios Atendidos	655
Número de Pessoas atendidas	1.89 mil
Quantidades de Produtos Doados	14.666 mil

br

16

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Do Apoio aos Criadores de Pequeno Porte**Programa de Vendas em Balcão**

Para contrapor as dificuldades dos pequenos criadores em suprir suas demandas de ração necessária dos rebanhos, em face da falta de acesso aos estoques governamentais ofertados em leilões públicos, realizados em Bolsas de Mercadorias, foram realizadas as Operações de Vendas em Balcão, que permitem o escoamento pulverizado dos estoques públicos, favorecendo os pequenos criadores, as agroindústrias de menor porte, as entidades de classe, as instituições de ensino e as pesquisas aos produtos ofertados pela Conab.

Com essas operações de Vendas em Balcão, o governo assegura aos segmentos produtivos de menor porte, o acesso aos insumos para o desenvolvimento de suas atividades, favorecendo a geração de emprego e renda, sobretudo em áreas de maior demanda social.

Para que um maior número de clientes tenha acesso aos produtos ofertados, as quantidades máximas para compra mensal estão limitadas por produto e comprador, sendo 14 toneladas de milho em grão para as regiões Norte e Nordeste e 27 toneladas para as regiões Centro Oeste, Sudeste e Sul. Estabelecido o limite para 100 toneladas de arroz em casca, 10 de castanha de caju, 50 de trigo e 1 mil unidades de sacaria para todas as regiões.

As Vendas em Balcão dos produtos dos estoques públicos (incluindo os originários de aquisições da Agricultura Familiar), cujo desempenho está vinculado à disponibilidade do produto e a atratividade do seu preço de venda, foram realizadas em 20 estados, totalizando 75,7 mil toneladas de produtos, sendo 75,4 mil toneladas de milho em grãos e 175 toneladas de castanha de caju, com benefício direto de 29,5 mil atendimentos.

m

17


Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Vendas em Baleão - Produtos dos Estoques Públicos

Produto	Quantidade	Atendimento Quantidade
	Tonelada	
Milho em Grãos	75.525	29.516
Castanha de Caju	175	31
Total	75.700	29.547

Do Apoio ao Comércio Varejista de Pequeno Porte

A necessidade de se preservar a diversidade do micro comércio de produtos básicos das periferias das pequenas e grandes cidades, de forma a satisfazer as demandas de suas comunidades circunvizinhas com mercadorias de qualidade e preços condizentes com o mercado, levou a Conab à desenvolver ações para modernizar e fortalecer esse sistema de comércio.

Assim, criou a Rede de Fortalecimento do Comércio Familiar de Produtos Básicos – REFAP, com a função indutora de promover, mediante prévia seleção e capacitação de unidades varejistas, a formação de Centrais de Negócios, com a perspectiva de associativismo, com vistas a fortalecer o comércio de pequeno porte e incorporar melhorias de suprimento a clientela.

A rede encerrou o ano de 2008 com aproximadamente 1,4 mil unidades varejistas cadastradas, algumas já agrupadas em uma das quatro Centrais de Negócios constituídas, nos estados do Ceará, de Pernambuco, de Alagoas e da Paraíba e três, em processo de formação, nos estados da Bahia, do Piauí e Maranhão.

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Do Apoio a Modernização do Setor Hortigranjeiro

O mercado de produtos hortigranjeiros tem significativa relevância em termos físico e financeiro junto ao setor econômico, sendo considerado um dos segmentos da agricultura com maior potencial de crescimento.

Apesar da pujança e da expressiva dimensão geográfica e econômica, envolvendo inúmeros agentes públicos e privados, é um mercado desprovido de capacidade de articulação – em face da quebra da sua unidade sistêmica – alguns mercados, ainda encontram-se filiados a Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento – Abracen

O problema enfrentado por este setor trouxe de parte de seus consignatários, proposta à Conab, para participação e diagnóstico da questão, em busca de uma solução. Com este cenário, a Companhia iniciou um amplo debate sobre o tema, visando estruturar ações que contribuissem na melhoria dos processos produtivos, de guarda e conservação, de transporte e de comercialização dos produtos hortigranjeiros. Em decorrência, surgiu o Programa Brasileiro de Modernização do Mercado Hortigranjeiro – PROHORT, efetivado pela Portaria nº 171, de 24 de março de 2005, do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - MAPA.

A coordenação do programa é exercida pela Conab, em conjunto com os Mercados Atacadistas e demais entidades diretamente envolvidas, a partir de um modelo sistêmico que contempla o conjunto dos interesses do setor, de produção e comercialização.



19

 Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Da Formação dos Estoques Públicos

Em 2008, a Conab adquiriu por meio de AGF (Aquisição do Governo Federal) 393 mil toneladas de produtos, sendo 7 mil de sisal, 149,4 mil de milho e 236,1 mil de trigo, totalizando um gasto de R\$ 160,1 milhões.

Por intermédio do mecanismo de Contrato Público de Opção de Venda, adquiriu 821 mil toneladas de milho pelo montante de R\$ 213,4 milhões. Também foram negociados 40.859 contratos equivalentes a 1,1 milhão de toneladas de trigo, com previsão de exercício em março de 2009, ou seja o comprador irá optar pela entrega ou não do produto à Conab, cujo custo está estimado em R\$ 591,3 milhões.

Da Garantia de Sustentação de Preços ao Produtor

O apoio à comercialização dos produtos amparados pela Política de Garantia de Preços Mínimos, também se dá pela utilização dos instrumentos de garantia e sustentação de preços, os quais exoneram o Governo Federal da obrigação de adquirir os produtos.

Para tal finalidade a Conab opera os seguintes instrumentos de equalização de preços (subvenção econômica) : PEP – Prêmio de Escoamento do Produto; PEPRO – Prêmio Equalizador Pago ao Produtor Rural e/ou sua Cooperativa e PROP- Prêmio de Risco para Aquisição de Produto Agrícola oriundo de Contrato Privado de Opção de Venda.

As operações de PEP realizadas em 2008 foram destinadas ao escoamento de 591 mil toneladas de milho, 309 mil toneladas de trigo (R\$ 53,7 milhões) e 26,6 milhões de litros de vinho vinífera (R\$ 19,3 milhões) representando um desembolso de R\$ 98,4 milhões.

bc

20

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

Por intermédio do PEPRO foram negociadas 1 milhão de toneladas de algodão em pluma, com previsão de pagamento de subvenção no total de R\$ 549 milhões.

Para o escoamento da produção de milho do Mato Grosso, foram negociados, no primeiro leilão, 24.086 contratos de Prêmio de Risco de Opção Privada-PROP representando 650 mil toneladas, com subvenção prevista no valor de R\$ 43,4 milhões.

No segundo leilão, foram ofertados os 24.086 contratos do leilão anterior sendo negociados 17.693 contratos, correspondendo a 477 mil toneladas de milho e desembolso pelo titular do contrato (ente privado) de R\$ 300 milhões.

Da Comercialização dos Estoques Públicos

A venda dos estoques públicos visa regular o abastecimento ou corrigir as distorções de preços. Em 2008, foram comercializadas 1,61 mil toneladas de feijão com uma receita de 2,759 milhões de reais. De arroz em casca foram 8,9 mil toneladas, com um aporte de R\$ 5,66 milhões. De milho foram 6,08 mil toneladas, com receita de R\$ 18,8 milhões e, finalmente apurou-se a quantia de R\$ 2,13 milhões na comercialização de 4,9 mil toneladas de café.

Foram comercializados o quantitativo de 3,42 mil toneladas de milho aos segmentos da avicultura, da suinocultura e de bovinocultura leiteira das regiões norte/nordeste, norte de Minas Gerais e os estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul, São Paulo e Espírito Santo com a modalidade de Valor do Escoamento do Produto (VEP), com a estimativa de R\$ 37,6 milhões.





Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Da Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar

O Programa de Aquisição de Alimentos – PAA foi criado por meio da Lei nº 10.696/2003 (art.19), como uma política inscrita no âmbito do então Programa e atual Estratégia FOME ZERO com a finalidade de incentivar a agricultura familiar com ações vinculadas à aquisição de produtos agropecuários para a formação de estoques públicos e/ou sua distribuição para pessoas em situação de insegurança alimentar.

O PAA representa uma estratégia de fortalecimento da agricultura familiar. Trata-se de efetiva inclusão social, uma vez que, por meio de um mercado institucional, é assegurada renda a essas famílias provedoras de alimentos no limite de até 3.500 reais por família por ano.

Favorece também a integração entre programas, ações e projetos, públicos e/ou privados, estabelecendo a alimentação como mote ou veículo para articulação de processos sociais mais amplos que conjuguem aspectos de educação alimentar, saúde, saneamento, etc., atuando como um vetor para a dinamização das economias locais.

O PAA opera por meio de 5 instrumentos. Dois destes (Compra Direta Local e PAA-Leite) são executados por Prefeituras Municipais e governos estaduais a partir de convênios com o MDS. Outros 3 instrumentos (Compra Direta, CPR-Estoque e CPR-Doação) são operados pela Conab, mediante os repasses de recursos efetuados pelo MDS e MDA. A CPR-Doação é operada exclusivamente com recursos do MDS, enquanto os demais instrumentos operam com as duas fontes.

Os alimentos adquiridos por meio da CPR-Doação são destinados integralmente para as famílias em insegurança alimentar, ou para os programas sociais governamentais ou não. Já aqueles adquiridos por meio da Compra Direta e da CPR-Estoque compõem estoques públicos para doação posterior. Quando a aquisição se faz por meio da CPR-Estoque e com recursos do MDA, a doação só pode se dar parcialmente, mediante aprovação prévia deste Ministério.



22


Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Em 2008, a Conab executou R\$ 276,4 milhões, envolvendo a aquisição de 178,5 mil toneladas de alimentos e 92.158 agricultores familiares, por intermédio dos instrumentos de comercialização: CDAF – Compra Direta da Agricultura Familiar, CPR-Doação – Compra da Agricultura Familiar com Doação Simultânea e CPR-Estoque – Formação de Estoque pela Agricultura Familiar.

Origem dos Recursos/Instrumentos	Valor das Operações (R\$)	Nº de Agricultores Familiares	QUANTIDADE (kg)
MDS	187.187.347,72	65.460	117.649.085
✓ CDAF	3.593.827,22	1.076	3.042.676
✓ CPR-DOAÇÃO (*)	182.677.903,46	64.109	114.105.675
✓ CPR-ESTOQUE	915.617,04	275	500.734
MDA	89.231.151,00	26.698	60.854.566
✓ CDAF	42.713.811,96	12.258	10.829.924
✓ CPR-ESTOQUE	46.517.339,04	14.440	50.024.642
Total	276.418.498,72	92.158	178.503.651

(*) - 10.466.480 pessoas atendidas e 17.761 entidades beneficiadas

REGIÃO	Nº DE AGRICULTORES FAMILIARES	Nº DE MUNICIPIOS	QUANTIDADE (KG)	RECURSOS GASTOS COM AQUISIÇÃO (R\$)
NORTE	5.217	88	13.322.560	15.679.112
NORDESTE	27.190	381	44.065.134	80.840.103
SUDESTE	25.587	244	48.694.295	73.621.789
SUL	31.010	304	66.810.458	96.383.980
CENTRO OESTE	3.154	76	5.611.204	9.893.516
TOTAL BRASIL	92.158	1.093	178.503.651	276.418.499

12

23

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

DAS INFORMAÇÕES AGRÍCOLAS

A Conab consolidou, junto ao Governo, sociedade e usuários do exterior, a imagem de ser a principal referência oficial brasileira de informações agrícolas (safras, custos de produção e preços), como resultado dos investimentos na qualificação técnica de seu trabalho.

Para tanto, a Conab tem mobilizado o apoio de institutos de pesquisa, universidades e outros agentes, o que tem proporcionado uma constante melhoria dos nossos métodos e permitido, pela constante cooperação técnica, a qualificação de sua equipe.

Foram aprimorados os levantamentos dos prognósticos de safras agrícolas e os anúncios de safra passaram a ser mensais, o que se fez pela combinação de alterações metodológicas com a modernização do instrumental tecnológico utilizado.

No que concerne às tecnologias utilizadas, seguindo as orientações estratégicas de governo (de utilização de plataforma linux e sistemas de códigos-fonte abertos/softwares livres), foram incorporados instrumentos de tecnologia da informação que permitem o desenvolvimento de softwares adequados às necessidades da Conab, o que, combinado com o uso de ferramenta auxiliar (geotecnologias/imagens de satélites) proporcionou maior precisão na definição das áreas de cultivo para produtos como soja, arroz, café, trigo e cana.

Faz uso também de metodologias que compartilham dados agrometeorológicos (pluviosidade, temperatura e radiação solar) para estimar o rendimento das culturas, e outras que, na produção de mapas, utilizando escala de cores, permitem visualizar o índice de vegetação e estimar rendimento normal ou acima da média para uma dada cultura - método auxiliar para avaliar o comportamento esperado das safras e/ou o ritmo de expansão/retração das áreas cultivadas.



24

 Conab

Companhia Nacional de Abastecimento

Na área de informações registre-se a sequência na implementação do projeto GeoSafras que se vale do uso de tecnologias modernas (georreferenciamento, GPS, etc) para os levantamentos e avaliações de safras; o aprimoramento dos sistemas de informação (SIAGRO e SIGABrasil) com vistas a manutenção do banco de dados que dispõe de 6.335 séries de preços, 87 indicadores econômicos, quadro de suprimentos, balança comercial etc. No que se refere a apuração de custos de produção a ampliação dos produtos trabalhados para atender o PGPAF(Programa de Garantia dos Preços da Agricultura Familiar) e a PGPM/Produtos da Sociobiodiversidade etc.

No que tange a elaboração de análises do mercado agropecuário, estudos e propostas de apoio à comercialização e garantia de renda ao produtor rural, destacamos os trabalhos relacionados a inclusão dos produtos da sociobiodiversidade (açaí, babaçu, pequi e borracha natural-extrativa) na pauta da PGPM, resultado da parceria entre a Conab e o MMA, que envolveu desde a alteração na legislação (lei de subvenção e Decreto-lei 79/66) até o estudo das cadeias destes produtos, com visitas aos locais de produção e articulações com os Ministérios da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e da Fazenda e também com a Casa Civil.



25

**Conab**

Companhia Nacional de Abastecimento

A competência de quem conhece

Nota-se, que a Conab tem cumprido fielmente o relevante papel frente aos grandes desafios do País, quais sejam o de garantir o equilíbrio dos estoques públicos e de mercado, o de manter os preços estáveis, ao mesmo tempo, a integridade da classe produtora brasileira, sem distinção entre pequenos, médios ou grandes.

Assegurar o alimento à mesa dos desassistidos, levando a certeza de um amanhã melhor às crianças das mais longínquas regiões, a adultos e velhos saídos de regiões inóspitas em busca de melhores condições de vida, as margens dos grandes aglomerados urbanos.

E, finalmente, a de desempenhar a primordial função social de assistir, integrar, incluir, garantir alimentos a centenas de milhares de brasileiros desabrigados da cidadania, até de outros países, dos pequenos e grandes negócios do campo e da cidade, da tecnologia de ponta em guardar e abastecer, de levar e trazer o desenvolvimento ao mundo do agronegócio, planejando e executando uma única política, a política da segurança para a vida.

Esta é a Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, uma empresa genuinamente brasileira.

Brasília (DF), 02 de março de 2009



Wagner Gonçalves Rossi
Presidente

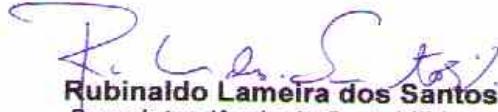
26

19.4. Composição do Capital Social



Composição do Capital Social

O Capital Social da CONAB, apresentado no Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2008, é de R\$ 223.180.498,85 (duzentos e vinte e três milhões, cento e oitenta mil, quatrocentos e noventa e oito reais e oitenta e cinco centavos) divididos em 1.859.907 (um milhão, oitocentos e cinqüenta e nove mil, novecentos e sete) ações ordinárias escriturais, sem valor nominal, totalmente integralizadas pela União Federal.



Rubinaldo Lameira dos Santos
Superintendência de Contabilidade
Superintendente
Contador CRC DF 009252/0-8

19.5. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis Global



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, constituída nos termos da Lei nº 8.029/90, é uma empresa pública dotada de personalidade jurídica de direito privado, vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA, com capital social totalmente subscrito e integralizado pela União, integrante do Orçamento Geral da União (Orçamento Fiscal e da Seguridade Social).

A Companhia tem como missão institucional contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e execução das políticas agrícola e de abastecimento, com papel de destaque na implementação de padrões de acessibilidade e inclusão agrícola de parte da população voltada a essa atividade. Para tanto, atua com uma estrutura composta de unidades administrativas na Matriz e 21 Superintendências Regionais e, ainda, por 96 unidades armazenadoras, constituídas de 179 armazéns, destinadas à prestação de serviços de armazenamento de estoques públicos e privados.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as normas adotadas no Brasil, de conformidade com a Lei das Sociedades por Ações - Lei nº 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, a Lei nº 4.320/64, que define as normas de direito financeiro e orçamentário da União e a Medida Provisória nº 449, de 03 de dezembro de 2008.

A Conab, como entidade de Administração Pública Federal, integra o Balanço Geral da União e utiliza o Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI, elabora as demonstrações contábeis, utilizando critérios que atendam aos requisitos do orçamento público.

Em observância à Decisão Normativa – DN/TCU nº 94/08, a Conab apresentará Prestação de Contas consolidando a Matriz e as Superintendências Regionais dos seguintes estados: AM, BA, CE, ES, MA, MT, MS, PA, PE, PB, PI, RJ, RN, RS, SC, SP e TO. As demais Superintendências (GO, MG, PR e RO) apresentarão Prestação de Contas individuais.

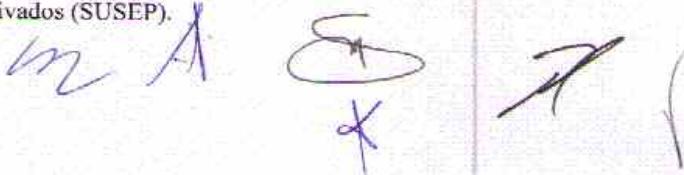
 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)**3. ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO SOCIETÁRIA – LEI N° 11.638/07**

Em 28 de dezembro de 2007 foi publicada a Lei nº 11.638/07 que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6404/76 (Lei das Sociedades por Ações), que tratam da elaboração das demonstrações contábeis, com o objetivo de permitir a convergência futura das práticas contábeis brasileiras às normas internacionais de contabilidade (IFRS). Destaque-se que grande parte dos dispositivos alterados pela nova lei dependem de regulamentação.

Em função das necessidades de convergência internacional das normas contábeis, da centralização na emissão de normas dessa natureza, representação e processos democráticos na produção dessas informações, pela Resolução CFC nº 1.055/05, foi criado o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, cujo objetivo é “o estudo, o preparo e a emissão de Pronunciamentos Técnicos sobre procedimentos de Contabilidade e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais”.

As modificações introduzidas na Lei das Sociedades por Ações, pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007 e pela Medida Provisória nº 449, de 03/12/2008, geraram muitas dúvidas, levando o Comitê de Pronunciamentos Contábeis a avaliar, analisar, pronunciar-se a respeito e propor a normatização dos assuntos em discussão.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) foi idealizado a partir da União de esforços e comunhão de objetivos das seguintes entidades: ABRASCA, APIMEC NACIONAL, BOVESPA, CFC, FIPECAFI e IBRACON, além de sempre convidar, para participar da análise e avaliação das matérias em debate, representantes do Banco Central do Brasil (BACEN), Comissão de Valores Mobiliários (CVM), Secretaria da Receita Federal (SRF) e Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).



2

 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

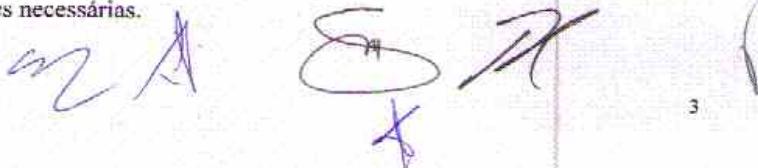
Em face da necessidade de regulação das alterações produzidas pela Lei nº 11.638/07 na legislação societária, a CVM, em conjunto com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), divulgou, no início de 2008, o Programa de Trabalho – 2008 a 2010, relativo à edição de normativos objetivando a convergência às normas internacionais de contabilidade.

O Programa de Trabalho – 2009 foi desenvolvido para direcionar a ação regulatória da CVM, em conjunto com o CPC, visando à integral convergência, em 2010, das normas contábeis das companhias abertas com os padrões internacionais de contabilidade emitidos pelo IASB (*International Accounting Standards Board*). Os pronunciamentos constantes do Programa de Trabalho serão emitidos ao longo do ano de 2009, devendo estar totalmente concluídos até o final do 3º trimestre.

Quanto à vigência dos pronunciamentos emitidos em 2009, o Colegiado da CVM, em reunião realizada em 09/12/2008, decidiu que as Deliberações aprovando os referidos Pronunciamentos do CPC terão aplicação apenas para o exercício de 2010, devendo, no entanto, as demonstrações financeiras de 2009 serem ajustadas para fins de comparabilidade. Decidiu, ainda, que as companhias abertas poderão antecipar para 2009 a adoção completa das Deliberações referendando os Pronunciamentos do CPC, desde que ajustem as suas demonstrações de 2008 para fins de comparabilidade.

Em 02 de maio de 2008, a CVM emitiu a Instrução nº 469/08 que dispõe sobre a aplicação da Lei nº 11.638/07. Nesta instrução, é facultada às empresas a aplicação imediata nas Informações Trimestrais (ITRs) do exercício de 2008 de todas as disposições contábeis contidas na nova lei ou a divulgação em nota explicativa às ITRs, com as alterações que possam ter impactos sobre as demonstrações contábeis de encerramento do exercício de 2008, estimando os possíveis efeitos no patrimônio líquido e no resultado do período (aplicável as Sociedades de Grande Porte).

A Conab optou por divulgar os efeitos da nova lei em notas explicativas às demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Em face do exposto, a Administração da Companhia continuará avaliando os efeitos decorrentes das futuras regulamentações e promoverá as adequações necessárias.



3

 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

As principais alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07, com aplicação a partir do exercício de 2008 (as demais carecem de regulamentação), referem-se a:

I. Substituição da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR pelo Fluxo de Caixa, segregando-se essas alterações em no mínimo 03 fluxos:

- a. das operações;
- b. dos financiamentos; e
- c. dos investimentos.

II. Obrigatoriedade de elaboração da Demonstração do Valor Adicionado – DVA;

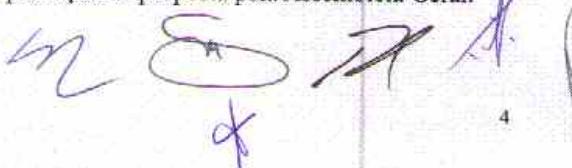
III. Desmembramento dos subgrupos de contas do Ativo Permanente em: investimentos, imobilizado, intangível e diferido;

IV. Possibilidade de criação da reserva de incentivos fiscais, prevendo que a assembléia geral poderá propor, por proposta dos órgãos da administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório;

V. Obrigatoriedade de auditoria independente por auditor registrado na Comissão de Valores Mobiliários - CVM;

VI. Obrigações, encargos e riscos classificados no passivo exigível a longo prazo serão ajustados ao seu valor presente, sendo, os demais ajustados quando houver efeito relevante;

VII. A Conta "Lucros/Prejuizos Acumulados" foi excluída, surgindo a Conta "Prejuizos Acumulados". Nesta fase de transição, a Secretaria do Tesouro Nacional – STN criou as Contas "Lucros a Destinar do Exercício" e "Lucros a Destinar de Exercícios Anteriores", para registro dos Lucros pendentes de destinação, até a aprovação da proposta pela Assembléia Geral.



4



Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

VIII. O saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar, não poderá ultrapassar o capital social.

a. Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC

Foi elaborada de acordo com a Lei nº 11.638/07, NBC T 3.8, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.125/08.

b. Demonstração do Valor adicionado - DVA

Foi elaborada de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Norma de Contabilidade – NBC T 3.7, aprovada pela Resolução do Conselho Federal de Contabilidade nº 1.010/05.

4. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Os critérios mencionados a seguir referem-se a práticas e aplicação apropriadas dos Princípios Fundamentais de Contabilidade que estão refletidas nas Demonstrações Contábeis Consolidadas:

a. Aplicações Financeiras: registradas pelo valor original, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do encerramento do exercício. Os recursos são aplicados em Títulos Públicos Federais, por meio do “BB EXTRAMERCADO FAF. FUNDO DE INVESTIMENTO EM RENDA FIXA”;

b. Créditos a Receber: as contas a receber decorrentes da comercialização de serviços e mercadorias são registradas, no momento em que são entregues e aceitas pelos clientes;

5



Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

c. Estoques Reguladores e Estratégicos: a formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são executadas com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, excluído o ICMS recuperável, conforme disposto na Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/04;

c.1. Demais estoques: os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável;

c.2. Valor presente dos estoques: com face das mudanças introduzidas pela Lei nº 11.638/07, os Estoques de Mercadorias p/Alienação, no total de R\$ 996.370, foram convertidos pela tabela de Cálculo da Sobretaxa da CONAB, da 2ª quinzena de dezembro de 2008, constatando-se que o valor contábil é compatível com o valor presente desses estoques. Portanto, não foram identificados efeitos relevantes sobre estes itens;

d. Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem: foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38, de 09/03/2004, representando as dívidas dos armazeadores em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos.

e. Almoxarifado: os estoques estão avaliados ao custo médio de aquisição, sem que estes excedam os valores de realização ou reposição;

f. Investimentos: os investimentos estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes, ressaltando que a Conab não possui investimentos relevantes em outras sociedades;

g. Seguros: a Companhia tem como política manter cobertura de seguros em montante julgado suficiente pela área técnica para cobrir eventuais riscos sobre seus ativos e/ou responsabilidades;

6

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

h. Imobilizado: demonstrado pelo custo de aquisição e/ou constituição, deduzido da depreciação acumulada. Os gastos incorridos com manutenção e reparo, que representam aumento da vida útil, são capitalizados em consonância com o regime de competência. A depreciação é calculada pelo método linear. As taxas de depreciação utilizadas estão de acordo com a expectativa de vida útil dos bens e em conformidade com os limites estabelecidos no Decreto nº 3.000/99 e Instrução Normativa nº 162/98;

h.1 Redução ao Valor Recuperável de Ativos: no exercício de 2008, não houve avaliação dos elementos do Ativo Permanente, que resultasse em aumento ou diminuição do mesmo, decorrente de ajuste de avaliação patrimonial;

i. Benefícios a empregados: o plano de previdência privada está estruturado na modalidade de Benefício Definido – BD. Seus regimes financeiros são o de capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de repartição para auxílio ou doença;

j. Ajustes de Exercícios Anteriores: os ajustes de exercícios anteriores, conforme definidos na Lei nº 6.404/76, das Sociedades Anônimas, representam retificações de resultados passados e são registrados contra a conta de lucros ou prejuízos acumulados. Os ajustes efetuados no exercício de 2008 totalizaram a cifra de R\$ 266;

I. Reconhecimento da Receita:

i.1. Serviços de armazenagem: as receitas de serviços de armazenagem são reconhecidas quando estes são prestados. O complexo armazensor está representado por 179 armazéns, com capacidade estática para 2,2 milhões de toneladas, que atendem a diversos clientes vinculados ao setor de abastecimento; e



 Conab
Companhia Nacional de AbastecimentoNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

i.2. Receita de venda dos estoques públicos: as receitas são reconhecidas por ocasião da venda dos produtos. Os estoques públicos vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos, em função da política de abastecimento de cada região do País, são vendidos por meio de pregão eletrônico ou pelo programa vendas em balcão, garantindo assim preços justos aos consumidores finais, minimizando os movimentos especulativos. Essas operações estão regulamentadas no art. 31, da Lei nº 8.171/91 e Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04;

m. Reconhecimento da despesa: as despesas são contabilizadas pelo regime de competência, obedecendo a sua vinculação com a realização da receita. As despesas que competem a exercícios futuros são diferidas.

n. Regime de tributação: para fins de cálculo do IR e CSLL a Companhia adota o Regime de Tributação Trimestral, com base na apuração do Lucro Real. Os ajustes que implicam em adições ou exclusões da receita, são escriturados no Livro de Apuração do Lucro Real, na parte "B" do LALUR;

o. Eventos Subseqüentes (NBC T19.12, de 27/02/2007, subitem 19.12.2.1 e NBC T6, de 11/12/1992, subitem 6.2.2.3) – são aqueles subseqüentes à data do balanço, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis, que ocorrem entre a data do balanço e a data na qual é autorizada a conclusão da elaboração das demonstrações contábeis:

o.1. consubstanciado nas orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38 e Mensagem da Setorial Contábil do Mapa nº 2008/0906534, que determinam a atualização monetária das contas contábeis do Grupo 11229.XX.YY foi efetuada a correção do débito oriundo do Processo nº 004.582/2004-4, Tomada de Contas Especial da CONAB, relativa aos prejuízos no montante de R\$ 3.107 (valor original), causados por ex-empregados, inscrito em “diversos responsáveis”, gerando uma receita nas atividades próprias de R\$ 13.229. Entretanto, após o encerramento do exercício, o assunto foi analisado pelo setor competente sobre a possibilidade de recuperação do débito, em face do julgamento do processo, conforme ATA/TCU nº 37, publicada no D.O.U do dia 17/10/2008, cujos termos do Acórdão nº 3364/2008-TCU-1ª Câmara, que em resumo diz: “... em julgar as contas regularcs com ressalva e dar quitação aos responsáveis, promovendo-se, em seguida, o arquivamento do processo, sem prejuízo de



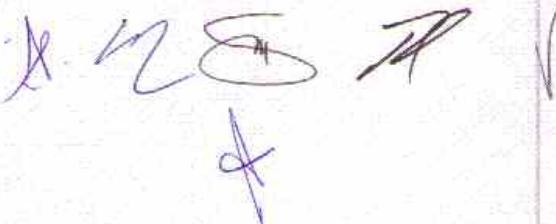
 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

encaminhar cópia desta deliberação à entidade e aos interessados, de acordo com os pareceres emitidos nos autos". Em consequência, a Procuradoria Geral da Companhia sugeriu, em 12/01/2009, pelos procedimentos de baixa contábil do débito;

o.2. ainda com base nas orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38 e Mensagem da Setorial Contábil do Mapa nº 2008/0906534 foi efetuada a correção do débito oriundo do Processo 018.177/2004-4, Tomada de Contas Especial da CONAB, relativa aos prejuízos no montante de R\$ 5.599 (valor original), causado por ex-dirigentes, inscrito em "diversos responsáveis", gerando uma receita nas Atividades Governamentais de R\$ 9.127. Também, após já encerrado o exercício, foi feita a análise dos termos do Acórdão 673/2006, ATA/TCU nº 09, publicada no D.O.U do dia 05/04/2006, em face do arquivamento do processo sem julgamento do mérito, ante a caracterização de fato impeditivo e da impossibilidade de interposição por parte do Ministério Público de recurso de revisão, em razão de o julgamento das contas ordinárias da CONAB, do exercício no qual ocorreu o dano, ter ocorrido há mais de cinco anos, determinando à CONAB que: "adote as medidas judiciais cabíveis com vistas à recuperação do dano de que trata a presente Tomada de Contas Especial – TCE". Portanto, deixando de ser TCE em andamento e carecendo de reclassificação;

o.3 os efeitos dos referidos Acórdãos estão evidenciados no subitem "o.4", a seguir e item 18, subitem "b.1", "b.2" e "c" desta Nota Expositiva.

o.4 Demonstração do resultado ajustada, após a baixa do débito e exclusão da receita de atualização monetária, pertinente aos Processos nº 004.582/2004-4 e 018.177/2004-4, o resultado superavitário de R\$ 26.278, apurado em 31/12/2008, passa para R\$ 6.422, conforme demonstrado a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

Resultado em 31/12/2008

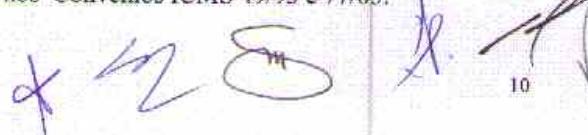
Contábil	Ajustado
Atividades Governamentais	Atividades Governamentais
R\$ 20.004	R\$ 20.004
Atividades Próprias	(-) Atualização Monetária
R\$ 8.774	R\$ 9.127
Consolidado	R\$ 10.877
(-) Reserva Legal	Atividades Próprias
R\$ 435	R\$ 8.774
(-) Provisão p/ Dividendos	(-) Atualização Monetária
R\$ 2.066	R\$ 13.229
	(R\$ 4.455)
	=====
	Consolidado
	R\$ 6.422
	(-) Reserva Legal
	R\$ 0,00
	(-) Provisão p/Dividendos
	R\$ 0,00
Lucro Líquido - 2008	Lucro Líquido Ajustado – 2008
R\$ 26.278	R\$ 6.422

5. CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS

Representam os créditos de impostos e tributos a serem compensados, a saber:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
ICMS a Compensar	181.160	177.372
IRRF a Compensar	872	688
Contribuições Outros Impostos	70	49
Total - Circulante	182.102	178.109

Os valores registrados nas contas de ICMS a Compensar representam os créditos de ICMS decorrentes do pagamento do imposto nas aquisições de produtos, predominantemente de produtores rurais para os Estoques Reguladores, Estratégicos e Agricultura Familiar, por substituição tributária, conforme disposto nos Convênios ICMS 49/95 e 77/05.



10

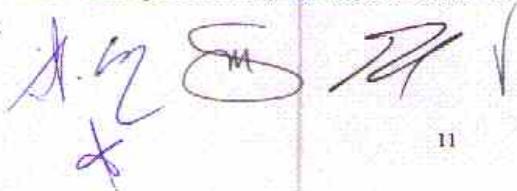
 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)**6. LIMITE DE SAQUE COM VINCULAÇÃO DE PAGAMENTO**

O montante de R\$ 141.356 refere-se ao limite de recursos para pagamentos em 2009, de despesas processadas e liquidadas, relativos a gastos com custeio e convênios.

7. RECURSOS A RECEBER DO TESOURO NACIONAL

Por meio do processo automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme procedimentos definidos no Manual de Contabilidade, macrofunção 02.03.18 – item 2 – Encerramento do Exercício, subitem 2.2.2, do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – Siafi, foi registrado o total de R\$ 130.266, que contempla o saldo de recursos a receber do Tesouro Nacional por meio do Ministério Supervisor, relativo aos valores inscritos em restos a pagar processados e não processados, cujos recursos ainda não foram liberados, e valores inscritos em restos a pagar processados em exercícios anteriores, com a seguinte composição:

- R\$ 28.351 referem-se às aquisições contratadas em 1999 para atendimento ao Programa de Distribuição Emergencial de Alimentos, cujos pagamentos foram realizados com recursos próprios da Conab;
- R\$ 5.230 referem-se aos valores inscritos em restos a pagar processados em 2008, decorrentes de despesas com a folha de pagamento e custeio, a pagar no exercício seguinte;
- R\$ 95.353 referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com estoques públicos, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2009;



11

 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

- R\$ 168 referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com o convênio da Agricultura Familiar, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2009;
- R\$ 1.164 referem-se aos recursos a receber decorrentes de operações com o convênio Fome Zero, provenientes de valores processados e não processados, inscritos em restos a pagar, com obrigações a vencer em 2009.

Os valores acima estão registrados, por processamento automático efetuado pela Secretaria do Tesouro Nacional - STN, nas contas “11216.22.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – INSCRIÇÃO” e “11216.24.00 - Recursos a Receber para Pagamento de RP – RETIFICADORA”, criadas para registro automático desses valores e cujos efeitos se anulam. O valor de R\$ 28.351 encontra-se registrado na “11221.01.00 – ENTIDADES FEDERAIS, em face da natureza das Contas que compõem o Grupo de “11216.XX.YY”.

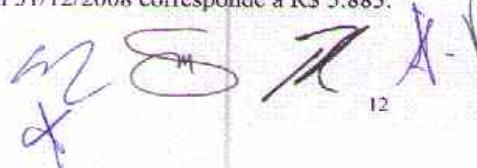
8. DEVEDORES POR FORNECIMENTO

O saldo da conta está representado pelo montante de R\$ 27.351, correspondente aos direitos a receber, decorrentes de vendas de mercadorias e prestação de serviços de armazenagem.

9. CONTAS A RECEBER

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, da folha de pagamento e de outros créditos relacionados às operações da Companhia, de curto e longo prazo.

No exercício de 2008 foram efetuados os registros dos valores a receber de servidores, referentes ao Serviço de Assistência à Saúde – SAS, cujo saldo em 31/12/2008 corresponde a R\$ 5.883.


MSR X-
12


Conab
 Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

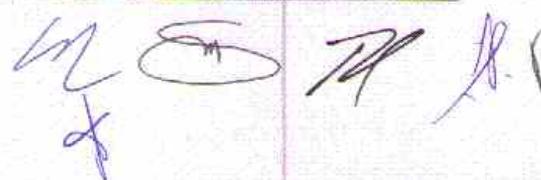
a. Créditos Diversos a Receber de Curto Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Créditos por Alienação de Bens	5.501	5.594
Créditos por Cessão de Pessoal	1.287	781
Créditos com Servidores – SAS e outros	6.682	4.172
Créditos por Infrações Legal/Contratual⁽¹⁾	152.350	0
Subtotal – Circulante	165.820	10.547

Em consonância com as orientações contidas no manual do SIAFI, MACROFUNÇÃO 02.11.38 e Mensagem da Setorial Contábil do Mapa nº 2008/0906534, os débitos dos armazeneadores, pertinentes aos desvios e perdas de produtos dos Estoques Governamentais, foram transferidos da conta "11229.05.00 – Diversos Responsáveis – Apurados, para a rubrica "11219.19.00 – Créditos por Infrações Legal/Contratual⁽¹⁾.

b. Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Créditos por Alienação de Bens	9.717	9.138
Títulos a Receber	31.176	5.679
Outros Créditos	369	241
Créditos a Receber em Poder da Justiça	111.359	0
Subtotal – Não Circulante	152.621	15.058
Total – (Circulante + Não Circulante)	318.441	25.605



13

 Conab
Companhia Nacional de AbastecimentoNOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)**10. CRÉDITOS EM COBRANÇA**

Os Créditos a receber surgidos no curso normal dos negócios da Companhia, possuem expectativa de perda possível, mas nenhuma provisão foi constituída. Estes créditos estão atualizados monetariamente (valor presente) até 31/12/2008, representam a cifra de R\$ 1.849.310, registrados em controles extracontábeis, com a seguinte composição:

Descrição	Posição em 31/12/2008
Ajuizados	1.680.419
Encaminhado para Ajuizamento	16.583
Cobrança em Andamento (administrativa)	4.764
Outros (*)	147.544
Total	1.849.310

(*) Remetido para instrução judicial, Composição de dívida, pagamento em juízo, Cobrança suspensa por determinação judicial.

11. DEVEDORES – ENTIDADES E AGENTES

Correspondem aos direitos a receber de Entidades Federais e da União, relativos às equalizações de preços de produtos e indenização de despesas de armazenagem dos Estoques Reguladores e Estratégicos; créditos parcelados originados de perdas de estoques governamentais depositados em armazéns de terceiros, objeto de acordos firmados entre as partes.

A conta Recursos da União registra os valores de equalização de preços dos Estoques Reguladores e Estratégicos dos meses de novembro e dezembro de 2008 e o valor de indenização de armazenagem de produtos dos estoques públicos de dezembro de 2008, a receber do Tesouro Nacional, estando assim demonstrada:



14


Conab
 Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

a. Devedores – Entidades e Agentes – Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	2008	2007
Entidades Federais	30.380	14.096	
Entidades Estaduais, Distritais e Municipais	0	22	
Créditos Parcelados	117	119	
Recursos da União	9.829	27.362	
Diversos Responsáveis – Apurados ⁽²⁾	31.063	292.801	
Total – Circulante	71.389	334.400	

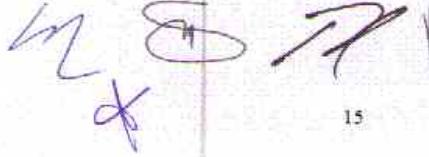
Os registros na conta “Diversos Responsáveis – Apurados ⁽²⁾”, são oriundos de débitos apurados por meio de Tomada de Contas Especial – TCE, nos termos do Manual do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal – SIAFI.

b. Devedores – Entidades e Agentes – Não Circulante

Descrição	EXERCÍCIO	2008	2007
Créditos Parcelados	6.579	6.579	
Créditos a Recuperar	103	107	
Total – Não Circulante	6.682	6.686	

12. RECURSOS VINCULADOS

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no não circulante, totalizando R\$33.458.

15

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

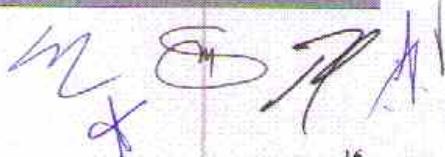
13. BENS DE ESTOQUES

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (Compra Antecipada e Compra Antecipada Especial com Doação Simultânea e com Formação de Estoque).

O valor de R\$ 352.404 representa o saldo a receber dos adiantamentos concedidos nos exercícios de 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, para Compra Antecipada – CPR Alimento e Compra Antecipada Especial da Agricultura Familiar que será quitado mediante a entrega de produtos ou em espécie, de acordo com o vencimento de cada cédula.

Relativamente às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420/06, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei nº 11.322/06, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei. Esses Estoques resultam nos seguintes saldos:

Descrição	EXERCÍCIO	
	2008	2007
Estoques de Mercadorias	996.370	1.184.901
Estoques de Almoxarifado	1.349	1.459
Estoques em Trânsito	52	86
Compra Antecipada - CPR	352.404	289.528
TOTAL	1.350.175	1.475.974



16

 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)**14. ENDIVIDAMENTO**

A Companhia, periodicamente, informa ao Departamento de Coordenação e Controle das Empresas Estatais, do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, a posição do endividamento da empresa. Até o mês de dezembro de 2008, as obrigações circulantes, totalizavam a cifra de R\$ 1.977.015 e não havia obrigações vencidas de curto prazo. Portanto, já expressas em valor presente.

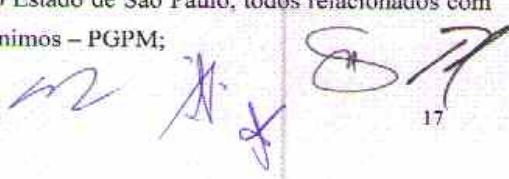
No passivo não circulante, as obrigações totalizavam a cifra de R\$ 69, pertinentes a depósitos e cauções, cujas operações apresentam pendências de natureza operacional, tratando-se, portanto, de obrigação não exigível de imediato.

15. DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS

Estão representados pelo montante de R\$ 6.195, correspondentes aos valores recebidos a título de cauções relacionadas à subvenção econômica à comercialização denominada de Valor de Escoamento do Produto – VEP e outros.

16. CONTIGÊNCIAS E OUTROS COMPROMISSOS**16.1 Contingências tributárias e contributivas**

Provisão para ICMS - Em função das autuações fiscais ocorridas no Estado do Mato Grosso, foi constituída provisão para o ICMS no exercício de 2003, no valor de R\$ 43.253, referente aos Autos de Infração nºs 42.185, 42.186, 42.200 e 25.539 da Secretaria de Fazenda daquele Estado que estão em discussão na esfera judicial, além do valor de R\$ 3.216, objeto do processo nº 96.0454318 e outros, da Secretaria de Fazenda do Estado de São Paulo, todos relacionados com as operações da Política de Garantia de Preços Mínimos – PGPM;


17


Conab
 Companhia Nacional de Abastecimento

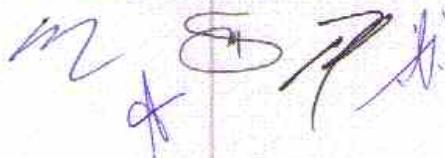
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

Provisão para o INSS - refere-se a parte correspondente ao abono do acordo coletivo de trabalho concedido nos anos de 1996 a 2000, no valor de R\$ R\$ 6.326, além do valor de R\$ 226, referente aos Autos de Infração nºs 31984538-9, 31984613-0, 31984610-5, 31984616-4, 31984609-1, 31984607-5, 31984611-3, 31984615-6, 31984612-1, 31984614-8, 31984539-7, 31984608-3 e 31984618-0, oriundos de glosas realizadas pelo INSS nas compensações feitas nos créditos do FINSOCIAL, apurados na Superintendência Regional do Rio Grande do Sul e, a provisão para o INSS no valor de R\$ 2.699, referente ao abono proveniente de acordo coletivo de trabalho, objeto da Notificação Fiscal de Lançamento de Débito - NFLD nº 35722571-6 e parte do Auto de Infração nº 35722573-2, contestado judicialmente pela Conab, correspondente ao período de 2000 a 2003, garantidos mediante depósitos judiciais e penhoras.

16.2 Contingências Civis e Trabalhistas – As ações civis estão relacionadas aos desvios e perdas em armazenagem, praticados pelas Empresas contratadas, e as trabalhistas estão vinculadas principalmente ao plano de cargos e salários. De acordo com a área jurídica da Companhia, não há necessidade da constituição de provisão, pois estão em andamento na esfera judicial, e, quando aplicável, são amparadas por depósitos judiciais, apresentando a seguinte posição:

Descrição	Valor (R\$)
Depósitos recursais	16.471
Custas processuais e outras	2.315
Liquidação de sentença	16.987
Total	35.773

Os dados acima correspondem à informações extracontábeis, esclarecendo que os depósitos judiciais são registrados no ativo não circulante e as custas processuais registradas diretamente na despesa.



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)**17. CRÉDITOS DO TESOURO NACIONAL – ESTOQUES PÚBLICOS**

Referem-se ao registro das transferências, efetuadas pelo Tesouro Nacional à Conab, dos recursos destinados à formação e manutenção dos estoques vinculados à Política de Garantia de Preços Mínimos e dos Estoques Estratégicos, na forma estabelecida pela Portaria Interministerial MF/MAPA nº 38/04. O saldo da conta, em 31/12/2008, corresponde a R\$1.320.149.

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a. Capital Social: o capital social é composto de 1.859.907 Ações Ordinárias escriturais e sem valor nominal, integralmente subscritas pela União.

b. Provisão para CSLL e IRPJ: com base no resultado das atividades próprias, apurado no 4º trimestre, conforme Livro de Apuração do Lucro Real – LALUR (Prejuízo Fiscal), não houve provisão para o IRPJ e CSLL, conforme demonstrado:

Resultado Econômico do 4º Trimestre	-R\$	2.161
(+) Adições	R\$	876
(-) Exclusões	R\$	13.229
= Lucro (Prejuízo) Real	-R\$	14.514
(-) Compensação da base de cálculo negativa	-R\$	4.354
= Base de cálculo da CSLL e IRPJ	R\$	0
x 9% = CSLL a pagar	R\$	0
x 15% = IRPJ a pagar	R\$	0

19


Conab
 Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

b.1. Reserva legal e dividendos: Tomando por base o Resultado Econômico das Atividades Próprias, foram provisionadas a Reserva Legal, no valor de R\$ 435 e a Distribuição de Dividendos, no valor de R\$ 2.066, nos termos dos incisos I e II do art. 28 das disposições estatutárias da Conab, conforme demonstrado a seguir:

I – Reserva Legal	- 5%
II – Dividendos	- 25%

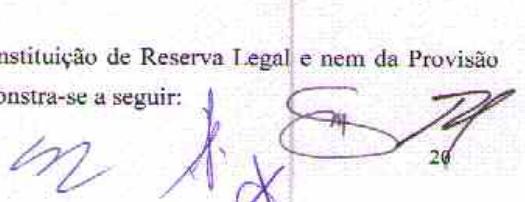
O Resultado Econômico apurado no exercício de 2008 foi o seguinte:

Atividades Próprias	R\$ 8.774
Atividades Governamentais	R\$ 20.004
TOTAL	R\$ 28.778

b.1 Ajuste do cálculo da reserva legal e dos dividendos: O resultado da Atividade Própria, ajustado pela exclusão da receita de atualização monetária de diversos responsáveis, no valor de R\$ 13.229, em consequência da baixa do débito, ocorrida em 30/01/2009, pertinente ao processo nº 004.582/2004-4, Acórdão/TCU nº 37/08; passa de um lucro de R\$ 8.774, para um prejuízo de **-R\$ 4.455**, conforme demonstrado:

Resultado Consolidado, em 31/12/2008	R\$ 28.778
(-) Resultado Operações Governamentais	R\$ 10.877
(-) Atualização Monetária - Proc. 018.177/2004-4	R\$ 9.127
= Resultado das Atividades Próprias	R\$ 8.774
(-) Atualização Monetária - Proc. 004.582/2004-4	R\$ 13.229
= Resultado Atividade Própria (Ajustado) 31/12/2008	R\$ -4.455

Com base no resultado ajustado, não haverá constituição de Reserva Legal e nem da Provisão para Pagamento de Dividendo, cujo cálculo demonstra-se a seguir:



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

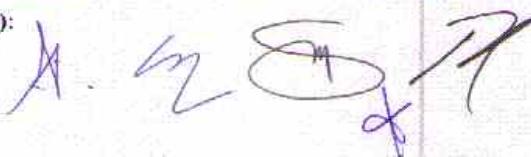
1. Cálculo da Reserva Legal

Capital Social	R\$ 223.180
Limite p/constituição da Reserva	20%
Resultado Limitado a	R\$ 44.636
Reserva de Lucros – exercício 2007	R\$ 10.814
Lucro antes da CSLL	R\$ 0,00
(-) CSLL	R\$ 0,00
(-) IRPJ	R\$ 0,00
- Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	R\$ -4.455
Limite p/constituição da Reserva Legal	R\$ 0,00
Reserva Legal	R\$ 0,00

2. Cálculo dos Dividendos

Lucro (Prejuízo) Líquido do Exercício	R\$ -4.455
Dividendos	25%
Dividendos a distribuir	R\$ 0,00

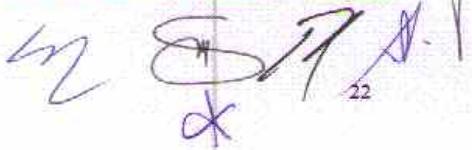
c. **Resultado do Exercício:** o resultado da Companhia é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contratos Públicos de Opção de Venda, Agricultura Familiar e aquisição de alimentos para doação. As demais operações são representadas pelas atividades de armazenagem e de administração. No exercício de 2008, a Companhia apurou lucro na ordem de R\$ 28.778, cujo resultado ajustado é de R\$ 6.422. A seguir, são demonstrados os comportamentos das despesas e receitas que influenciaram o resultado (**composição do superávit**):



21

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

DESCRÍÇÃO	Real (R\$)
Receita Líquida de Armazenagem	30.884
Receita Líquida de Vendas (menos o custo)	14.136
Juros s/Aplicações Financeiras	7.204
Recursos a Receber	3.400
Doações Recebidas (Estoques Estratégico/MO/PAA)	3.174
Receitas de Aluguel	4.619
Resultado Indeniz.(Ressarc. Desp. Manut. Est .Públicos e outras)	34.605
Resultado de Perdas de Mercadorias	(14.933)
Resultado Diversos Responsáveis	31.128
Resultado Negativo de Créditos Tributários	(2.072)
Depreciações – Administração	(11.494)
Resultado de Créditos por Cessão de Pessoal	330
Resultado de Alienação de Bens Imóveis	9.759
Resultado Aquisição/Baixas de Bens	7.163
Ressarcimentos de Serviços Administrativos	1.310
Obrigações por Faturamento Controle Escritural	(1.861)
Recuperação de Despesas de Exercícios Anteriores	5.312
Outras Receitas	150
Despesas Comerciais e Administrativas	(94.035)
Resultado Econômico	28.778
Provisão para Imposto de Renda	0
Provisão para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	0
Resultado Líquido do Exercício	28.778
(-) Atualização Monetária - Processo nº 004.582/2004-4	9.127
(-) Atualização Monetária – Processo nº 018.177/2004-4	13.229
Resultado Ajustado do Exercício	6.422



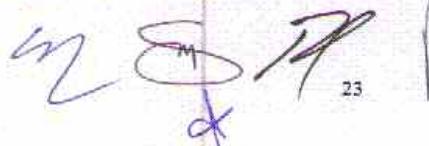
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)**19. DIVERSOS RESPONSÁVEIS EM APURAÇÃO**

Encontram-se registrados no ativo compensado, para fins de controle, os débitos em apuração, no valor total de R\$ 30.660, com destaque para a conta Responsáveis por Danos e Perdas – onde são registrados os débitos ainda em apuração, relativos à perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, ocorridos em armazéns de terceiros, antes da vigência do contrato de quebra zero (sobretaxa), as perdas de produtos ocorridas em unidades próprias, aquelas relativas a alteração de qualidade de estoques e os valores em apuração decorrentes da certificação irregular de qualidade dos estoques de algodão em pluma, da safra 1997/1998, objeto de Aquisições do Governo Federal – AGF, efetuadas em sua maioria no estado de Goiás.

20. ACÓRDÃO TCU Nº 2.016/06

Consoante determinação constante no **Ofício nº 428 TCU/SEMAC-1DT**, de 9/11/2006, em face de decisão da Sessão Plenária de 1º/11/06 que aprovou o Acórdão nº 2016/2006, proferido nos autos do Processo nº 011.810/2006-8, que se transcreve: “9.4 determinar às empresas estatais dependentes e ao Banco Central que, em cumprimento ao art. 18 da Lei 10.180/01, incluam, nas notas explicativas publicadas em conjunto com as demonstrações contábeis emitidas segundo a Lei nº 6.404/76, conciliação dos valores destas com aqueles relativos aos demonstrativos levantados pela ótica da Lei nº 4.320/64 e obtidos via Siafi.”

A Conab, via decisão administrativa e objetivando dar segurança, agilidade e transparência às suas ações, ingressou no sistema Siafi em 1992, sendo a empresa estatal pioneira em adotar tal procedimento. Naquela ocasião, o sistema sofreu inúmeros ajustes, de modo a permitir a contabilização de atividades de compra, estocagem e venda de produtos, além das peculiaridades próprias de empresas obrigadas a seguir os ditames da Lei nº 6.404/76. Desde então, a Conab utiliza o Siafi para registrar todos os seus atos e fatos relacionados com a administração orçamentária, financeira e patrimonial na modalidade total. Assim sendo, a Companhia não utiliza sistemas paralelos e as demonstrações contábeis publicadas, segundo a Lei nº 6.404/76, não apresentam divergências com os demonstrativos elaborados em conformidade com a Lei nº 4.320/64.


23

 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)**21. BENEFÍCIOS CONCEDIDOS AOS EMPREGADOS****INSTITUTO CONAB DE SEGURIDADE SOCIAL - CIBRIUS****a. Plano de Previdência Complementar**

O CIBRIUS é uma Entidade Fechada de Previdência Complementar, com natureza jurídica própria, que tem como objetivo administrar plano de benefício de caráter previdenciário propiciando ao participante uma aposentadoria mais digna no futuro, assegurar a sua família proteção em caso de falecimento, além de oferecer benefícios de caráter temporário em caso de doença.

O Plano de Benefícios Conab, inscrito no Código Nacional de Plano de Benefícios – CNPB sob o nº 19.790.007-19, está estruturado na modalidade de Benefício Definido. Seus regimes financeiros são o de Capitalização para aposentadorias, pensões e pecúlios e de Repartição para auxílio-doença.

São patrocinadores do Plano de Benefícios a Conab – Companhia Nacional de Abastecimento, qualificada como Patrocinador - Principal e o próprio CIBRIUS – Instituto Conab de Seguridade Social.

Para o alcance dos objetivos, o Plano de Benefícios recebe contribuições normais mensais das Patrocinadoras, dos Participantes e dos Assistidos, definidas anualmente pelo Plano de Custeio. A taxa de contribuição normal mensal da Conab, vigente para o exercício de 2008 é paritária com a dos Participantes, seguindo percentuais escalonados aplicados sobre o Salário de Participação e idade de entrada no Plano, de acordo com Tabela de Contribuições Normais, constante do Plano de Custeio proposto pelo Atuário.

A Conab, mensalmente, também repassa valores a título de amortização de dívida, contratada do Termo de Adesão firmado em 07/10/1994, bem como de Termo Aditivo firmado em 12/12/2002. Até o mês de dezembro de 2008, foram amortizadas 179 parcelas, restando 61. O saldo da conta


24

 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

Contrato de Serviço nos exercícios de 2008 e 2007, respectivamente, foi de R\$ 60.312 e R\$ 68.146.

As demonstrações contábeis do CIBRIUS são examinadas por auditores independentes e a Avaliação Atuarial e o Plano de Custeio anuais são elaborados por empresa de Consultoria Atuarial. Ambos são contratados pela própria entidade, nos termos da legislação previdenciária. A última Avaliação Atuarial teve como base 31 de março de 2008.

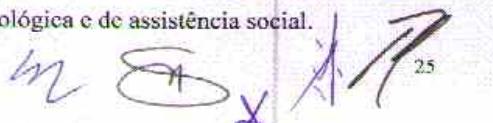
Em razão da NOTA TÉCNICA Nº 30 CGFR/CGAT, o CIBRIUS, em face da apuração de insuficiência de cobertura do Plano de Benefícios, esteve, no período de 13/12/2000 a 30/11/2007, em processo de intervenção federal da Secretaria de Previdência Complementar do Ministério da Previdência Social. Após o término da intervenção, a gestão da Entidade foi devolvida aos participantes e assistidos, com a recomposição dos seus órgãos estatutários.

Em consonância com a legislação, a cobrança das insuficiências atuariais do Plano vem sendo discutida na justiça, na 3ª Vara Federal – Seção Judiciária do Distrito Federal – sob o Processo nº 2000.3400.04.4722-0.

Em 2007, praticamente após oito anos de intervenção federal no CIBRIUS/SPC, iniciaram-se, entre representantes do Departamento de Controle das Empresas Estatais – DEST, da Diretoria Colegiada da Conab e do representante da Secretaria de Previdência Complementar/Ministério da Previdência Social, discussões para o equacionamento administrativo das insuficiências de cobertura, propondo-se o Saldamento do Plano de Benefícios Conab e a modelagem de um novo plano a ser oferecido aos empregados das patrocinadoras, cujos trabalhos encontram-se em fase de modelagem técnica devendo, em ocasião oportuna, ser levado ao conhecimento da Diretoria Colegiada e dos empregados da Conab.

b. Serviço de Assistência à Saúde – SAS

Em suplementação à assistência oferecida pela rede pública de saúde, a Conab oferece aos seus empregados e dependentes o serviço de Assistência à Saúde voltado para o atendimento das necessidades de natureza médica, hospitalar, odontológica e de assistência social.


m S X J P 25

 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

A implementação do SAS é efetuada pelo atendimento médico/hospitalar, por meio da rede credenciada de médicos, dentistas, clínicas, laboratórios e hospitais, cujas regras e critérios estão definidos nas Normas da Organização, código 60.105.

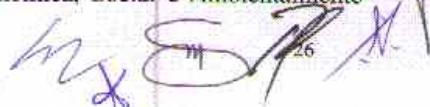
As despesas com o SAS são cobertas pela Conab e eventualmente pelo Tesouro Nacional, com a participação financeira do empregado, que pode ser de 20%, 30% ou 40%, de acordo com a faixa salarial, nos termos do Acordo Coletivo 2007/2008/2009, mediante desconto em folha de pagamento.

No exercício de 2008, a Conab efetivamente gastou com o SAS, já descontada a participação dos empregados, o montante de R\$ 13.516, beneficiando 4.242 empregados e seus dependentes. O saldo a receber, em 31/12/2008, referente à participação financeira dos empregados é de R\$ 5.883.

22. CONVÉNIOS**a. Programa de Revitalização – PNUD**

Desde 2003, a partir do acordo firmado com a Agência Brasileira de Cooperação - ABC/MRE e o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD (Projeto BRA/03/34), vem sendo implementado o Programa de Revitalização da Conab objetivando, sobretudo, a capacitação da Companhia para os novos desafios, no sentido de atender às demandas do Governo Federal e, consequentemente, contribuir para a diminuição das desigualdades sociais, de forma a auxiliar na promoção do bem-estar social e do desenvolvimento do País.

Os projetos em desenvolvimento são os seguintes: 1. Implantação de Sistema de Avaliação Permanente do Desempenho da Companhia; 2. Modernização da Tecnologia da Informação da Conab (PMTI); 3. Aperfeiçoamento da Tecnologia de Previsão de Safras da Conab (GeoSafras); 4. Estruturação de Redes de Produção e Comercialização de Produtos Regionais oriundos da Agricultura Familiar e do Agroextrativismo, em Bases Econômica, Social e Ambientalmente




Conab
 Companhia Nacional de Abastecimento

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
 Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

Sustentáveis; e 5. Promoção da Eficiência das Cadeias de Produção de Pescados provenientes da Pesca Artesanal e da Aquicultura Familiar.

As ações do projeto estão sendo executadas com recursos próprios da Conab e de outros Órgãos do MAPA e MDA e, ainda, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca (SEAP).

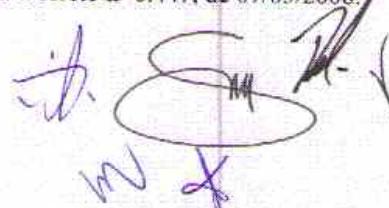
O montante dos recursos repassados foi:

Descrição	Exercícios	
	2008	2007
Repasso – Recursos Próprios	168	1.794
Repasso – Recursos Outros Órgãos	9.507	9.649
Repasso – Recursos Extraordinários do Orçamento – União	0	200
Total de Repasses	9.675	11.643

b. Programa de Aquisição de Alimentos da Agricultura Familiar - PAA

A Companhia, por força dos convênios mantidos com os Ministérios do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS e do Desenvolvimento Agrário – MDA, atendeu a 1.083 municípios e 92.071 produtores/familias, sendo adquiridas 178 mil toneladas de produtos.

Os recursos transferidos foram aplicados na aquisição de produtos agropecuários produzidos por agricultores familiares, que se enquadram no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, na distribuição de alimentos para pessoas em situação de insegurança alimentar e formação de estoques estratégicos. Esse programa foi instituído no art. 19 da Lei nº 10.696, de 02/07/2003, e regulamentado pelo Decreto nº 6.447, de 07/05/2008.



 Conab
Companhia Nacional de Abastecimento**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**
Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008 (em R\$ mil)

O programa envolveu recursos na ordem de R\$ 293.613, em 2007 e R\$ 288.452 no ano de 2008.

Brasília – DF, 31 de dezembro de 2008.


WAGNER GONÇALVES ROSSI
PRESIDENTE


LUIS HENRIQUE TEIXEIRA BALDEZ
DIRETOR DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA


ROGÉRIO COLOMBINI MOURA DUARTE
DIRETOR DE GESTÃO DE ESTOQUES


SÍLVIO ISOPÓ PORTO
DIRETOR DE LOGÍSTICA E GESTÃO EMPRESARIAL


ALEXANDRE MAGNO FRANCO DE AGUIAR
DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E MODERNIZAÇÃO


RUBINALDO LAMEIRA DOS SANTOS
SUPERINTENDENTE DE CONTABILIDADE.
CONTADOR CRC DF 009252/0-8 CPF:067475232-53

19.5.1. Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis da SUREG/AM



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2008 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008

NOTA 1 – CONTEXTO OPERACIONAL

A Superintendência Regional do Amazonas é parte integrante da estrutura da Companhia Nacional de Abastecimento – Conab, empresa pública, vinculada ao Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, dotada de personalidade jurídica de direito privado e criada pela Lei n.º 8.029, de 12 de abril de 1990.

A missão institucional da Conab é **contribuir para a regularidade do abastecimento e garantia de renda ao produtor rural, participando da formulação e da execução das políticas agrícola e de abastecimento.**

A Superintendência Regional do Amazonas tem por finalidade executar as ações da Conab no âmbito dos estados do Amazonas e Roraima.

NOTA 2 – PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade e obediência aos preceitos da Legislação Comercial que rege a matéria, à Lei 6.404/1976, das Sociedades Anônimas, aos Princípios de Contabilidade geralmente aceitos, e à Lei 4.320/1964 que define as normas gerais de direito financeiro para elaboração dos orçamentos e balanços da União.

As principais práticas na elaboração das demonstrações financeiras e que merecem ser destacadas, foram as seguintes:

2.1 - Apuração do Resultado

O resultado foi apurado em obediência ao regime de competência do exercício.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIO 2008 SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS

2.2 - Estoques de Produtos

2.2.1 - Estoques Reguladores e Estratégicos

A formação e manutenção de Estoques Reguladores e Estratégicos são realizadas diretamente pela Conab, com orçamento próprio, mediante a transferência direta dos recursos do Tesouro Nacional e a descentralização da Matriz para as Superintendências Regionais para execução. A avaliação dos estoques públicos é feita com base no custo efetivo do produto, excluído o ICMS recuperável, conforme disposto na Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004.

2.2.2 - Demais Estoques

Os demais estoques foram avaliados pelo custo médio de aquisição, excluído o ICMS recuperável.

2.3 - Almoxarifado

Os itens existentes nos almoxarifados foram avaliados pelo custo médio de aquisição.

2.4 – Débitos de Prestadores de Serviços de Armazenagem

Foram registrados pelo valor da sobretaxa na data da ocorrência, nos termos da Portaria Interministerial nº 38, de 9/3/2004, representando as dívidas dos armazeneiros em seus valores originais, decorrentes de perdas, desvios e alteração de qualidade de produtos pertencentes aos estoques públicos.

2.5 - Ativo Permanente

Os investimentos e o imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição, acrescidos, até 31/12/1995, das atualizações monetárias correspondentes. A depreciação foi calculada pelo método linear, aplicando-se as taxas correspondentes ao tempo de vida útil das respectivas espécies de bens, e observados os limites estabelecidos pela legislação vigente.

M
B

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO 2008
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS****NOTA 3 – CRÉDITOS A RECEBER****3.1 – Créditos Tributários**

Representam os créditos de ICMS a serem compensados futuramente, no montante de R\$ 616.207,70.

3.2 – Fornecimentos a Receber

O saldo da conta está representado pelos direitos a receber, decorrentes da prestação de serviços de armazenagem, no valor de R\$ 6.408,58.

3.3 – Diversos Responsáveis

Correspondem aos direitos a receber relativos aos débitos apurados, pertinentes à multa e juros por atraso na entrega de mercadorias, prejuízos e perdas/desvios em armazenagem de produtos dos estoques públicos, depositados em armazéns de terceiros, registrados na conta de Diversos Responsáveis Apurados, no valor de R\$ 127,69.

3.4 – Adiantamentos Concedidos

Referem-se aos adiantamentos de férias e 13º salário concedidos aos servidores, no valor de R\$ 40.152,07.

3.5 – Recursos Vinculados

Referem-se a depósitos judiciais e depósitos para recursos, efetuados por decisão judicial, com predominância de causas trabalhistas em andamento, registrados no curto e longo prazo, totalizando R\$ 83.868,01.

3.6 – Créditos Diversos a Receber

São oriundos das alienações de bens patrimoniais, de outros créditos relacionados às operações da Companhia, e de créditos com servidores relativos ao Serviço de Assistência à Saúde – SAS, de curto e longo prazo.

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO 2008
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS

3.6.1 – Créditos em Circulação - Curto Prazo

Discriminação	Valores em R\$	
	Exercício 2008	Exercício 2007
Créditos por Alienação de Bens	375.580,29 ✓	375.424,99 ✓
Créditos com Servidores – SAS e outros	40.441,00 ✓	16.742,85 ✓
Subtotal	416.021,29 ✓	392.167,84 ✓

3.6.2 – Créditos Diversos a Receber de Longo Prazo

Discriminação	Valores – R\$	
	Exercício 2008	Exercício 2007
Créditos por Alienação de Bens	533.088,00 ✓	868.520,64 ✓
Títulos a Receber	24.951,51 ✓	24.951,51 ✓
Crédito Cobrança Judicial	219.156,65 ✓	0,00 ✓
Outros Créditos	739,01 ✓	739,01 ✓
Subtotal	777.935,17 ✓	894.211,16 ✓
TOTAL DOS CRÉDITOS	1.193.856,46 ✓	1.286.379,00

3.7 – Bens de Estoques

Correspondem aos estoques sob a responsabilidade da Companhia, oriundos das operações com Estoques Reguladores e Estratégicos, produtos para doação – Fome Zero, Compra Direta da Agricultura Familiar, e ainda adiantamento para Compra Antecipada da Agricultura Familiar (CPR Alimento e CPR Alimento – Especial).

Com relação às Cédulas de Produto Rural - CPRs Alimento vencidas, foi editada a Lei nº 11.420, de 20 de dezembro de 2006, que em seu art. 3º acrescenta o art. 15-b à Lei 11.322, de 13/7/2006, por meio do qual autoriza a União a aditar as Cédulas de Produto Rural – CPR, realizadas em 2003 e 2004, no âmbito do Programa de Aquisição de Alimentos, sendo permitida a individualização das referidas cédulas efetuadas com aval solidário, e a ampliação do prazo em até 4 (quatro) anos para a sua quitação, contados a partir da data de publicação da Lei.

Por meio da Resolução nº 23, de 09/02/2007, a Secretaria Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, do Ministério do Desenvolvimento

(M) (S)

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO 2008
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS**

Social e Combate à Fome – MDS, autorizou a CONAB à aditar as operações , concedendo um prazo adicional de 04 (quatro) anos, para pagamento, com vencimento máximo em dezembro de 2.010, de acordo com o artigo 15-B da Lei 11.322/2006.

Descrição	Valores dos Estoques – R\$	
	31/12/2008	31/12/2007
Estoques de Mercadorias	2.404.974,46 ✓	435.984,59 ✓
Estoques de Almoxarifado	25.415,96 ✓	13.110,21 ✓
Estoques em Trânsito	0,00 ✓	0,00 ✓
Compra Antecipada - CPR Alimento e Especial	7.716.876,29 ✓	6.806.218,46 ✓
TOTAL	10.147.266,71 ✓	7.255.313,26 ✓

NOTA 4 – DEPÓSITOS

Estão representados pelo montante de R\$ 151.186,95 ✓ correspondentes aos valores de INSS, FGTS e ISS a recolher no exercício seguinte, além de depósitos e cauções.

NOTA 5 – OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO

Referem-se às obrigações com fornecedores, no montante de R\$ 299.138,07. ✓

NOTA 6 – PROVISÕES

Correspondem as provisões para férias e encargos sociais sobre provisões no total de R\$ 427.970,69. ✓

NOTA 7 – PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Está representado apenas pela conta de lucros ou prejuízos acumulados. Os demais componentes do patrimônio líquidos estão registrados na Matriz.

O resultado da Superintendência Regional do Amazonas é o conjunto da movimentação econômica das operações realizadas com os estoques públicos envolvendo a execução da Política de Garantia de Preços Mínimos, operações oriundas de Contrato de Opções, Agricultura Familiar, aquisição de



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIO 2008
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DO AMAZONAS

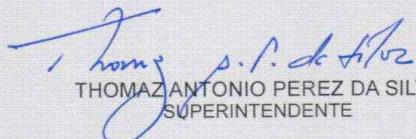
alimentos para doação e as demais operações referentes às atividades de armazenagem e de administração.

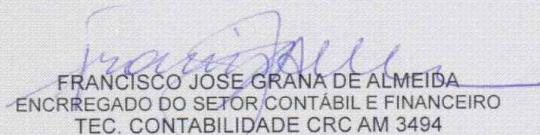
Ressalte-se que o superávit do período apurado de forma desconsolidada sofre a influência das contas de movimentação interna, a saber: correspondência de créditos e débitos financeiros e não financeiros. Assim sendo, torna-se necessário expurgar tais valores para apurar o resultado econômico.

Além disso, a formação e manutenção dos estoques Reguladores e Estratégicos de produtos agropecuários são realizadas pela Conab, executadas em orçamento próprio e mediante a transferência de recursos do Tesouro Nacional, consoante o disposto na Portaria Interministerial nº 38, de 9 de março de 2004. O retorno dos recursos ao Tesouro Nacional se dá por ocasião do recebimento das vendas, indenizações de perdas ou quaisquer outras receitas com alienação de estoques públicos. As operações deficitárias (custo efetivo do produto maior que o valor da venda) são equalizadas pelo Tesouro Nacional. O valor da equalização é registrado contabilmente como receita extra-orçamentária na Matriz. Dessa forma, é necessário considerar, também, na apuração do resultado, o montante da equalização.

A seguir demonstra-se a composição do resultado:

DESCRÍÇÃO	VALOR (R\$)
Superávit	2.318.563,61
(-) Movimentação Interna	
522310000 – Corresp. de créditos-saldos não financeiros	1.737.567,79
622310000 – Corresp. de débitos-saldos não financeiros	(3.000.596,71)
522320000 - Corresp. de créditos-saldos financeiros	24.341.365,54
622320000 - Corresp. de débitos-saldos financeiros	(26.853.250,97)
(=) Resultado ajustado	(1.456.350,74)
(+) Equalização	0,00
(=) resultado econômico	(1.456.350,74)


 THOMAZ ANTONIO PEREZ DA SILVA
 SUPERINTENDENTE


 FRANCISCO JOSE GRANA DE ALMEIDA
 ENCARREGADO DO SETOR CONTÁBIL E FINANCIERO
 TEC. CONTABILIDADE CRC AM 3494

19.6. Parecer dos Auditores Independentes



BDO Trevisan

BDO Trevisan Auditores Independentes
SCN, Quadra 1, Bloco C
Edifício Brasília Trade Center, salas 1405 a 1407
Asa Norte
Brasília - DF - Brasil
70711-902

Tel.: +55 (61) 3326-7646
Fax.: +55 (61) 3326-5381
www.bdotrevisan.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

1. Examinamos o balanço patrimonial da Companhia Nacional de Abastecimento - Conab, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
2. Exceto pelos assuntos mencionados nos parágrafos 3 a 6, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
3. Conforme mencionado na nota explicativa nº 16.2, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia responde a processos judiciais de naturezas civis e trabalhistas, em função disso possui registrado no ativo não circulante o montante de R\$33.458 mil referente a depósitos judiciais e recursais. Todavia, as demonstrações contábeis não contemplam quaisquer provisões contingenciais para fazer face a possíveis perdas decorrentes dos riscos contingenciais. Ademais, a Administração da Conab encontra-se em processo de levantamento, avaliação e adequação dos controles internos, dos critérios de reconhecimento e das bases de mensuração aplicáveis à constituição das provisões para contingências, visando dar conformidade ao estabelecido pela NPC 22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Dessa forma, em função do atual estágio em que se encontra esse processo, não foi possível concluir sobre a adequação do referido saldo, bem como sobre a necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis relacionados a contingenciamentos, naquela data.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

4. A Companhia não realizou estudo para avaliar a existência de eventual perda por redução ao valor de recuperação do ativo imobilizado (*impairment*), cujo saldo, em 31 de dezembro de 2008, é de R\$138.925 mil. Além disso, a Conab possui registrado no ativo permanente investimento o montante de R\$55.085 mil, preponderantemente referente a bens imóveis cedidos, por meio de contratos de comodato, a outros órgãos da administração pública que atualmente não estão gerando receitas à Companhia. Nesse contexto, à Administração da Companhia não dispõe de elementos que nos possibilitem avaliar se os referidos ativos serão recuperados em sua totalidade pela geração de resultados futuros.
5. A Companhia dispõe de sistema de custos dos estoques que demonstra as movimentações de todas as Superintendências Regionais - Sureg's, entretanto o sistema não gera relatórios consolidados com as movimentações diárias dos custos das regionais. A Administração da Conab está em fase de implementação do sistema de controle dos estoques denominado XFAC que será responsável pela integração de todas as movimentações ocorridas nos estoques das Sureg's. Como consequência, em função do atual estágio em que se encontra esse processo, encontramo-nos impossibilitados de formar uma opinião sobre a adequação do saldo dos custos das mercadorias vendidas na demonstração do resultado do exercício findo naquela data, bem como, avaliar os possíveis impactos tributários decorrentes.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº 5, em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possui registrado o montante de R\$181.160 mil referente à ICMS a compensar, decorrente principalmente das aquisições de mercadorias destinadas às doações ao Programa Federal - Fome Zero. Todavia, a Companhia, amparada por isenção (Convênio ICMS nº 18 de 2003), não vêm promovendo um volume expressivo de saídas tributáveis, dessa forma, encontramo-nos impossibilitados de atestar quanto à realização do aproveitamento do referido crédito tributário, naquela data.

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília - DF

7. A Conab é patrocinadora de uma Entidade Fechada de Previdência Privada, denominada Instituto Conab e Seguridade Social – CIBRIUS. Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, a Conab possui dívida contratada com o CIBRIUS, por meio do termo de adesão firmado em 7 de outubro de 1994 e termo aditivo firmado em 12 de dezembro de 2002, referente ao equacionamento de parte da insuficiência de cobertura das provisões matemáticas a constituir, relativas ao serviço passado. O saldo devedor desse contrato em 31 de dezembro de 2008 é de R\$60.312 mil (R\$68.146 mil em 2007). Entretanto, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 não contemplam quaisquer obrigações referentes ao reconhecimento do referido montante. Por consequência, em 31 de dezembro de 2008, o passivo está diminuído e o resultado do exercício aumentado naquele montante.
8. Conforme mencionado nas notas explicativas nº 9 e nº 11, a Conab possui registrado em 31 de dezembro de 2008, no ativo circulante os montantes de R\$152.350 mil e R\$31.063 mil e no ativo não circulante os montantes de R\$111.359 mil e R\$22.428 mil referentes a créditos por infrações contratuais, principalmente relacionados a perdas dos estoques em poder de terceiros. Contudo, considerando as incertezas quanto à realização desses créditos, os ativos em questão não deveriam estar registrados em sua totalidade, em conformidade com a NPC 22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, que determina o registro de ativos contingentes somente quando forem considerados praticamente certos de realização. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão aumentados naqueles montantes.
9. Conforme mencionado na nota explicativa nº 11, a Conab possui registrado, em 31 de dezembro de 2008, o montante de R\$30.380 mil na rubrica Entidades Federais, dos quais R\$28.352 mil referem-se a valores a receber do Programa e Distribuição de Alimentos – PRODEA pendentes de recebimento. Entretanto, no exercício de 2000, o referido programa foi extinto. Por consequência, considerando as incertezas quanto à realização desses créditos, o ativo em questão deveria estar integralmente aprovisionado, em conformidade com a NPC 22 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2008, o ativo, o resultado do exercício e o patrimônio líquido estão aumentados naquele montante.



BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento - Conab
Brasília – DF

10. Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos que possam advir dos assuntos mencionados nos parágrafos de 3 a 6 e, exceto quanto aos efeitos dos assuntos mencionados nos parágrafos de 7 a 9, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
11. Conforme mencionado na nota explicativa nº 21, o plano de benefícios administrado pelo CIBRIUS está estruturado na modalidade de benefício definido e em 31 de dezembro de 2008 possui registrado em suas demonstrações contábeis provisão matemática a constituir. Entretanto, a cobrança dessa insuficiência atuarial encontra-se em discussão judicial e o plano está em processo de modelagem para o seu saldamento. Adicionalmente, a Companhia não efetuou os cálculos a fim de determinar o passivo atuarial em consonância aos critérios previstos pela NPC 26 do IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil. Dessa forma, em função do atual estágio em que se encontram os referidos processos, não é possível determinar os eventuais efeitos desses temas nas demonstrações contábeis naquela data.



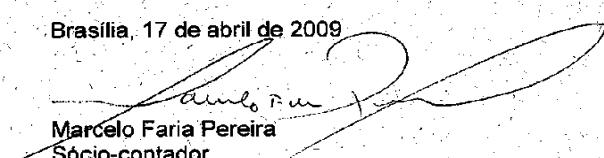
BDO Trevisan

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

**Aos Administradores da
Companhia Nacional de Abastecimento – Conab
Brasília – DF**

12. Anteriormente, as demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos desse exercício, além das informações suplementares compreendendo as demonstrações do fluxo de caixa e do valor adicionado, foram examinadas por outros auditores independentes e o parecer, datado de 25 de março de 2008, foi emitido sem ressalva. Conforme mencionado na nota explicativa 3, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º. de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.
13. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis mencionadas no parágrafo 12, tomadas em conjunto.

Brasília, 17 de abril de 2009


Marcelo Faria Pereira
Sócio-contador
CRC 1RJ077911/O-2 "S" DF
BDO Trevisan Auditores Independentes
CRC 2SP013439/O-5 "S" DF